

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	7

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições Não Contábeis	9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	10
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	11
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	13
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	14
3.7 - Nível de Endividamento	16
3.8 - Obrigações	17
3.9 - Outras Informações Relevantes	18

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	19
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	49
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	51
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	56
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	57
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	58
4.7 - Outras Contingências Relevantes	59
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	60

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	61
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	65
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	70
5.4 - Programa de Integridade	72
5.5 - Alterações significativas	74
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	75

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	76
6.3 - Breve Histórico	77
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	83
6.6 - Outras Informações Relevantes	84

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	85
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	97
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	98
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	100
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	114
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	115
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	120
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	121
7.8 - Políticas Socioambientais	122
7.9 - Outras Informações Relevantes	124

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	125
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	126
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	127

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	128
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	129
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	130
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	131
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	139
9.2 - Outras Informações Relevantes	147
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	149
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	170
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	174
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	176
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	177
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	180
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	181
10.8 - Plano de Negócios	185
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	187
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	188
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	190
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	192
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	200
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	204
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	205
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	206
12.7/8 - Composição Dos Comitês	214

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	218
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	219
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	220
12.12 - Outras informações relevantes	221

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	222
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	226
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	228
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	231
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	234
13.6 - Opções em Aberto	236
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	238
13.8 - Precificação Das Ações/opções	240
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	241
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	242
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	243
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	244
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	245
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	246
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	247
13.16 - Outras Informações Relevantes	248

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	249
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	253
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	254

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	265
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	266
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	267
15.3 - Distribuição de Capital	270
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	271
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	272
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	273
15.7 - Principais Operações Societárias	274
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	275
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	276
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	279
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	280
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	282
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	283
17.2 - Aumentos do Capital Social	284
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	285
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	286
17.5 - Outras Informações Relevantes	287
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	288
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	289
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	292

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	293
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	294
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	296
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	297
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	298
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	299
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	300
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	301
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	302
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	303

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	304
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	305
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	306

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	307
20.2 - Outras Informações Relevantes	309

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	310
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	314
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	316
21.4 - Outras Informações Relevantes	317

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Gustavo Javier Lopez

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

André Guillaumon

Cargo do responsável

Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ANDRÉ GUILLAUMON, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade RG nº M-7224381 SSP/MG, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 002.728.986-94, na qualidade de Diretor Presidente da **BRASILAGRO – COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 07.628.528/0001-59, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.309, 5º andar, CEP 01452-002 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

ANDRÉ GUILLAUMON

Diretor Presidente

DECLARAÇÃO**PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

GUSTAVO JAVIER LOPEZ, argentino, casado, contador, portador da cédula de identidade RNE nº V479354-9, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 232.169.968-08, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **BRASILAGRO – COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 07.628.528/0001-59, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.309, 5º andar, CEP 01452-002 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

GUSTAVO JAVIER LOPEZ

Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	2259-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BAKER TILLY 4PARTNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	18.596.945/0001-83
Data Início	01/07/2017
Descrição do serviço contratado	(i) Auditar e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras para os exercícios a findarem-se em 30 de junho de 2018, 2019 e 2020 para fins de CVM como segue: a) demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e b) demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS); (ii) Revisão e emissão de relatório sobre as informações trimestrais intermediárias de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias para os períodos a findarem-se em: a) 31 de março de 2018, 2019 e 2020; b) 30 de setembro de 2017, 2018 e 2019; e c) 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Honorários de Auditoria: R\$ 256,5 mil – são os honorários totais cobrados em 2020 pela Baker Tilly 4partners Auditores Independentes para a auditoria de nossas demonstrações financeiras consolidadas e anuais, incluindo revisões de demonstrações financeiras intermediárias.
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Fabio Rodrigo Muralo	01/07/2017	181.657.668-99	Rua Castilho, 392, Brooklin, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04568-010, Telefone (11) 51022510____, Fax (____) _____, e-mail: fabio.muralo@bakertillysp.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/07/2020
Descrição do serviço contratado	(i) Auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício a findar-se em 30 de junho de 2021; (ii) Revisar e emitir relatório sobre as informações trimestrais intermediárias para o trimestre findo em 30 de setembro de 2020 e a findar-se em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021; (iii) Leitura e revisão de dados contábeis do formulário 20-F, a ser arquivado pela Companhia na Securities and Exchange Commission ("SEC"), nos Estados Unidos da América, para o exercício a findar-se em 30 de junho de 2021; (iv) Emissão de "interfirm opinion" para o trimestre findo em 30 de setembro de 2020, e para os períodos a findarem-se em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021 e para o exercício a findar-se em 30 de junho de 2021 e auditoria dos controles internos; e (v) Revisão da tradução para o inglês (free translation) das informações trimestrais da Companhia para o período findo de 30 de setembro de 2020 e a findar-se de 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, e também, revisão da tradução das demonstrações financeiras em inglês referente ao exercício a findar-se em 30 de junho de 2021.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	3.075.000,20
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Bruno M. Galvão	01/10/2020	021.033.554-82	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, Torre Norte 7º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733000__, Fax (11__) 25733000__, e-mail: bruno.m.galvao@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Data Início	01/07/2021
Descrição do serviço contratado	(i) Auditar e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras para os exercícios a findarem-se em 30 de junho de 2022 para fins de CVM como segue: a) demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e b) demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS); (ii) Revisão e emissão de relatório sobre as informações trimestrais intermediárias de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias para os períodos a findarem-se em 30 de setembro de 2021 e a findar-se em 31 de dezembro de 2021 e 31 de março de 2022.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	NA
Justificativa da substituição	NA
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	NA

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Emerson Lima de Macedo	01/07/2021	497.470.295-53	Avenida Francisco Matarazzo, nº 1400, 9-10º, 13º-17º andar, Centro, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-100, Telefone (011) 36743901__, Fax (011_) 36742030__, e-mail: calf.brasil@br.pwc.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Em 27 de setembro de 2021, a Companhia divulgou via Comunicado ao Mercado, que o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de setembro de 2021, aprovou a contratação da PricewaterhouseCoopers (“PwC”) como nova empresa de auditoria independente, em substituição à Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“Ernst & Young”).

As atividades da PwCy iniciaram a partir da revisão das informações trimestrais (“ITRs”) relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021 (“1T22”).

A substituição conta com o conhecimento da Ernst & Young e decorre em razão da rotatividade obrigatória dos auditores independentes, prevista no artigo 31 da ICVM 308, não havendo nenhuma divergência entre a Companhia e a Ernst & Young.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (30/06/2022)	Exercício social (30/06/2021)	Exercício social (30/06/2020)
Patrimônio Líquido	2.216.048.000,00	2.182.601.000,00	1.121.569.000,00
Ativo Total	3.345.263.000,00	3.428.318.000,00	2.044.368.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.168.137.000,00	662.952.000,00	487.568.000,00
Resultado Bruto	775.925.000,00	491.524.000,00	221.393.000,00
Resultado Líquido	520.100.000,00	317.646.000,00	119.554.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	98.844.000	99.192.000	59.342.481
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	21,640000	21,320000	18,899934
Resultado Básico por Ação	5,261800	4,560000	2,109200
Resultado Diluído por Ação	5,23	4,45	2,09

3.2 - Medições Não Contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos três últimos exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

EBITDA (R\$ mil)	2022	2021	Variação 2022/2021	2020	Variação 2021/2020
Lucro Líquido	520.100	317.646	64%	119.554	166%
Juros	52.860	95.988	-45%	30.755	212%
Impostos	117.217	-19.515	n.a.	13.975	n.a.
Depreciação e amortização	82.614	110.004	-25%	30.153	265%
EBITDA	772.791	504.123	53%	224.533	125%

EBITDA Ajustado (R\$ mil)	2022	2021	Variação 2022/2021	2020	Variação 2021/2020
Lucro Líquido	520.100	317.646	64%	119.554	166%
Juros	52.860	95.988	-45%	30.755	212%
Impostos	117.217	-19.515	n.a.	13.975	n.a.
Depreciação e amortização	82.614	38.432	115%	30.153	27%
Equivalência patrimonial	31	-11	n.a.	150	n.a.
Outras Receitas/Despesas Operacionais	2.883	12.668	-77%	-14	n.a.
Exclusão dos efeitos do ganho com ativo biológico (grãos e cana em formação)	17.724	-72.742	n.a.	-22.070	230%
Resultado de Derivativos	-45.301	-78.357	-42%	-25.026	213%
EBITDA Ajustado	748.128	365.681	105%	177.573	106%

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

O EBITDA é apresentado de acordo com as normas contábeis – o EBITDA e EBITDA Ajustado são apresentados a partir do Lucro Líquido, ajustado pelos juros, impostos, depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado foi calculado excluindo os ganhos dos ativos biológicos em formação (cana-de-açúcar e grãos) e ajustado pelo resultado de derivativos realizado da safra e pelas despesas de depreciação incluindo: depreciação dos ativos imobilizados das fazendas e das instalações administrativas, depreciação das áreas desenvolvidas e depreciação da cultura permanente.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A nossa administração acredita que o EBITDA é medida prática para aferir nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias. Entretanto, salientamos que o EBITDA não é medida contábil e desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente de nós. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação e amortização. O EBITDA é utilizado por nós como medida adicional de desempenho de nossas operações.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Eventos subsequentes nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2022:

Arrendamento - Parceria agrícola XI

Em 21 de julho de 2022 a Companhia celebrou o contrato de parceria agrícola com a fazenda São Domingos para a exploração de uma área agricultável de aproximadamente 6.070 hectares. Localizada no município de Comodoro no estado de Mato Grosso o contrato tem vigência de 12 anos, a posse será faseada em duas partes de 3.035 hectares cada, a primeira está prevista para dezembro/2022 e a segunda para dezembro/2023.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2020
(a) Regras sobre retenção de lucros	Nosso Estatuto Social prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, poderá ter a seguinte destinação: 5% para a constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% do capital social (no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes da reserva de capital exceder 30% capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal).	Nosso Estatuto Social prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, poderá ter a seguinte destinação: 5% para a constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% do capital social (no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes da reserva de capital exceder 30% capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal).	Nosso Estatuto Social prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, poderá ter a seguinte destinação: 5% para a constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% do capital social (no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes da reserva de capital exceder 30% capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal).
(a.i) Valores das retenções de lucros	200.100.000,00	57.646.000,00	77.554.000,00
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	38,473371%	18,147875%	64,869431%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com nosso Estatuto Social, a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.	De acordo com nosso Estatuto Social, a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.	De acordo com nosso Estatuto Social, a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não poderá ser inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual. No entanto, poderemos elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.	Anual. No entanto, poderemos elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.	Anual. No entanto, poderemos elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.
(d) Restrições à distribuição de dividendos	Não nos são impostas restrições especiais à distribuição de dividendos que não aquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações.	Não nos são impostas restrições especiais à distribuição de dividendos que não aquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações.	Não nos são impostas restrições especiais à distribuição de dividendos que não aquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento	Não se aplica, pois a Companhia não possui política de destinação de resultados.	Não se aplica, pois a Companhia não possui política de destinação de resultados.	Não se aplica, pois a Companhia não possui política de destinação de resultados.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2020
pode ser consultado			

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 30/06/2022	Exercício social 30/06/2021	Exercício social 30/06/2020
Lucro líquido ajustado	494.095.367,92	301.764.000,00	113.576.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	64,764825	86,160046	36,979644
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	23,469726	14,553553	10,659531
Dividendo distribuído total	320.000.000,00	260.000.000,00	42.000.000,00
Lucro líquido retido	200.100.387,28	57.646.000,00	77.554.000,00
Data da aprovação da retenção	27/10/2022		16/10/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	123.523.841,98	16/11/2022	75.440.864,47	10/11/2021	28.394.000,00	11/11/2020
Outros						
Ordinária					13.606.000,00	11/11/2020

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

2021/22

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de Outubro de 2022 foi apurado lucro líquido no exercício social encerrado em 30 de Junho de 2022 no valor de R\$520,1 milhões, que tiveram a seguinte destinação:

- a) Reserva Legal: Nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, será destinado 5% do Lucro Líquido, no valor de R\$ 26 milhões à constituição da Reserva Legal.
- b) Dividendos: Nos termos do Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 202 da Lei 6.404/76, foram pagos aos acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia, dividendos no valor total de R\$320,0 milhões, correspondendo em 30.06.2022 a R\$3,24 por ação. Os dividendos foram pagos àqueles que detinham posição acionária da Companhia ao final do dia 27 de outubro de 2022, sendo que, a partir de 28 de outubro de 2022, as ações da Companhia foram negociadas "ex" dividendos, o pagamento foi realizado a partir de 16 de novembro de 2022.
- c) Dividendos Intermediários: Foram pagos aos acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia, dividendos no valor total de R\$200,0 milhões, correspondendo em 30.06.2022 a R\$2,016 por ação. Os dividendos foram pagos àqueles que detinham posição acionária da Companhia ao final do dia 07 de abril de 2022, sendo que, a partir de 08 de abril de 2022, as ações da Companhia foram negociadas "ex" dividendos, o pagamento foi realizado a partir de 29 de abril de 2022.
- d) Reserva para Investimento e Expansão: O saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado, nos termos do artigo 35, alínea (c), do Estatuto Social, no montante de R\$ 174 milhões, foi destinado à Reserva de Investimento e Expansão, cuja finalidade contempla a realização de investimentos para desenvolvimento das atividades da Companhia, investimentos em propriedades e na aquisição de novas propriedades visando a expansão das atividades da Companhia, além de investimentos em infraestrutura para ampliação da capacidade produtiva da Companhia. A Reserva para Investimento e Expansão pode ser utilizada como lastro para a aquisição pela Companhia de ações de sua emissão, observados os termos e condições de programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração.

2020/21

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de Outubro de 2021 foi apurado lucro líquido no exercício social encerrado em 30 de Junho de 2021 no valor de R\$317,6 milhões, que tiveram a seguinte destinação:

- a) Reserva Legal: Nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, será destinado 5% do Lucro Líquido, no valor de R\$ 15,9 milhões à constituição da Reserva Legal.
- b) Dividendos: Nos termos do Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 202 da Lei 6.404/76, foram pagos aos acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia, dividendos no valor total de R\$260,0 milhões, correspondendo em 30.06.2021 a R\$2,62 por ação. Os dividendos foram pagos àqueles que detinham posição acionária da Companhia ao final do dia 27 de outubro de 2021, sendo que, a partir de 28 de outubro de 2021, as ações da Companhia foram negociadas "ex" dividendos, o pagamento foi realizado a partir de 10 de novembro de 2021.
- c) Reserva para Investimento e Expansão: O saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado, nos termos do artigo 35, alínea (c), do Estatuto Social, no montante de R\$ 41,7 milhões, foi destinado à Reserva de Investimento e Expansão, cuja finalidade contempla a realização de investimentos para desenvolvimento das atividades da Companhia, investimentos em propriedades e na aquisição de novas propriedades visando a expansão das atividades da Companhia, além de investimentos em infraestrutura para ampliação da capacidade produtiva da Companhia. A Reserva para Investimento e Expansão pode ser utilizada como lastro para a aquisição pela Companhia de ações de sua emissão, observados os termos e condições de programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração.

2019/20

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de Outubro de 2020 foi apurado lucro líquido no exercício social encerrado em 30 de Junho de 2020 no valor de R\$119,6 milhões, que tiveram a seguinte destinação:

- a) Reserva Legal: Nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, será destinado 5% do Lucro Líquido, no valor de R\$ 6,0 milhões à constituição da Reserva Legal.
- b) Dividendos: Nos termos do Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 202 da Lei 6.404/76, foram pagos aos acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia, dividendos no valor total de R\$42,0 milhões, correspondendo em 30.06.2020 a R\$0,71 por ação. Os dividendos foram pagos àqueles que detinham posição acionária da Companhia ao final do dia 16 de outubro de 2020, sendo que, a partir de 17 de outubro de 2020, as ações da Companhia foram negociadas "ex" dividendos, o pagamento foi realizado a partir de 12 de novembro de 2020.
- c) Reserva para Investimento e Expansão: O saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado, nos termos do artigo 35, alínea (c), do Estatuto Social, no montante de R\$ 71,6 milhões, foi destinado à Reserva de Investimento e Expansão, cuja finalidade contempla a realização de investimentos para desenvolvimento das atividades da Companhia, investimentos em propriedades e na aquisição de novas propriedades visando a expansão das atividades da Companhia, além de investimentos em infraestrutura para ampliação da capacidade produtiva da Companhia. A Reserva para Investimento e Expansão pode ser utilizada como lastro para a aquisição pela Companhia de ações de sua emissão, observados os termos e condições de programa de recompra de ações aprovado pelo Conselho de Administração.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/06/2022	3.345.263.000,00	Índice de Endividamento	0,50956252	

3.8 - Obrigações

Exercício social (30/06/2022)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		77.295.036,53	142.461.853,06	121.935.173,42	57.951.673,74	399.643.736,75
Financiamento	Quirografárias		46.108.121,60	5.677.497,64	1.612.142,98	0,00	53.397.762,22
Total			123.403.158,13	148.139.350,70	123.547.316,40	57.951.673,74	453.041.498,97
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(a) Riscos relacionados à Companhia

Podemos estar expostos a riscos relacionados a epidemias de saúde e pandemias, como a pandemia de COVID-19, que podem afetar negativamente nossos negócios e resultados das operações.

Em dezembro de 2019, uma nova cepa de coronavírus conhecida como COVID-19 surgiu em Wuhan, China. O surto foi declarado uma pandemia global pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. A velocidade e extensão da disseminação da COVID-19 e a duração e intensidade da interrupção dos negócios resultantes e impacto financeiro e social relacionado são incertos. Não podemos prever a extensão, duração e os impactos das medidas adotadas pelos governos brasileiros ou outros governos para controlar a propagação da pandemia de COVID-19. Não há eventos comparáveis recentes que possam nos guiar. Surtos de doenças contagiosas podem ter um efeito adverso em nossos negócios e operações.

Em março de 2020, desenvolvemos e implementamos um plano que consiste em determinadas medidas para proteger a saúde de nossos colaboradores, prevenir a disseminação de COVID-19 em nossas instalações e atenuar seus impactos em nossas operações. Essas medidas incluíam:

- a criação de um Comitê de Prevenção e Risco para avaliar a situação geral, propor e revisar medidas e ações preventivas para a minimização de riscos e coordenar a implementação de planos de ação;
- a adoção de política de trabalho remoto para colaboradores que pertençam a determinados grupos de risco ou que trabalhem em nossa sede corporativa em São Paulo;
- a implementação de determinadas medidas e protocolos para proteger a segurança de todas as pessoas envolvidas em nossas operações, de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde do Brasil; e
- a adoção de planos de contingência para evitar interrupções em nossas operações.

Nossas operações no Brasil, no Paraguai e na Bolívia continuaram normalmente e, até o momento, não tivemos nenhum impacto substancial em nossos negócios e operações decorrentes da pandemia de COVID-19.

No entanto, a pandemia de COVID-19 pode afetar nossas operações se uma parte significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar devido à disseminação do vírus, quarentenas, ações governamentais, interrupção de instalações ou outras restrições. Parte de nossa receita é gerada pela venda de commodities para clientes locais, mas o mercado global de tais commodities depende de uma extensa cadeia logística e de suprimentos, incluindo portos, centros de distribuição e fornecedores. Além disso, a alta volatilidade da taxa de câmbio real brasileiro/dólar norte-americano e os preços das commodities como resultado do impacto da pandemia de COVID-19 podem resultar em perdas para nós.

Estamos enfrentando uma forte demanda por exportações devido à valorização do dólar norte-americano frente ao real brasileiro. Não tivemos nenhuma interrupção significativa em nossas operações de logística e exportação, bem como em remessas de entrada de matérias-primas e mercadorias, a maioria das quais foi adquirida antes da imposição de restrições de quarentena no Brasil. Também não enfrentamos quaisquer alterações substanciais nos compromissos para o ano-safra 2020/2021. Nossa administração acredita que estamos bem posicionados para suportar os efeitos da pandemia de COVID-19.

Nós preservamos nossa liquidez de curto e longo prazo e as mudanças nas remessas de entrada e saída foram escaladas para não afetar substancialmente nossa posição financeira. Não identificamos quaisquer riscos significativos em relação à nossa capacidade de continuar operando.

Não conseguimos determinar em que medida a pandemia de COVID-19 pode afetar nossos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

negócios ou resultados de operações no futuro, o que dependerá de desenvolvimentos futuros que são altamente incertos e não podem ser previstos.

Nossa capacidade de implementar nossa estratégia de negócios com êxito pode ser negativamente afetada por inúmeros fatores além do nosso controle, o que pode afetar de forma substancial e negativa nossos negócios, condições financeiras e resultados das operações.

Nossa estratégia de negócios depende da nossa capacidade de adquirir, desenvolver, operar e vender nossas propriedades agrícolas de forma lucrativa. Nossa estratégia se baseia na nossa capacidade de adquirir propriedades agrícolas a preços atrativos, desenvolvê-las em operações eficientes e rentáveis e vendê-las com lucro no médio e longo prazo. Não podemos afastar totalmente a possibilidade de questionamentos a respeito da cadeia sucessória ou da formalização da transferência dos imóveis a terceiros. Esses fatores são essenciais para nossas perspectivas de sucesso, e estão sujeitos a incertezas, contingências e riscos significativos dentro do nosso ambiente econômico, competitivo, regulatório e operacional. Nossa capacidade de executar nossa estratégia de negócios com êxito é incerta e pode ser afetada negativamente por qualquer um dos seguintes fatores, entre outros:

- não prosseguimento da nossa estratégia de negócios;
- dificuldade ou não aquisição e venda de propriedades agrícolas a preços atrativos;
- alterações nas condições de mercado ou não antecipação e adaptação às novas tendências no setor agrícola em rápida evolução do Brasil;
- incapacidade de superar certas limitações na aquisição de terrenos no Brasil por estrangeiros, conforme previsto no parecer da Advocacia-Geral da União, conforme apresentado mais detalhadamente neste relatório anual;
- não manutenção da estrutura fiscal das nossas subsidiárias;
- incapacidade de desenvolver infraestruturas e atrair ou reter pessoal de forma tempestiva e eficaz;
- incapacidade de identificar prestadores de serviços para as nossas propriedades e projetos agrícolas;
- aumento da concorrência por terrenos adequados de outros proprietários ou empreendedores imobiliários agrícolas, o que aumenta nossos custos e afeta negativamente nossas margens de lucro;
- incapacidade de desenvolver e operar nossas propriedades agrícolas de forma lucrativa, o que pode resultar de estimativas imprecisas quanto ao custo de infraestrutura, outros investimentos ou custos operacionais;
- omissão, atrasos ou dificuldades na obtenção de licenças ambientais e regulatórias necessárias; omissão por parte dos compradores de nossas propriedades em cumprir suas obrigações de pagamento conosco;
- aumento nos custos operacionais, incluindo a necessidade de melhorias em ativos fixos, prêmios de seguro e impostos e taxas de propriedade e serviços públicos que afetam nossas margens de lucro;
- condições climáticas adversas, como o aquecimento global, que podem contribuir para a mudança de frequência de fenômenos meteorológicos imprevisíveis ou incomuns, como furacões e tufões, bem como padrões imprevisíveis e incomuns de precipitação, entre outros;
- condições climáticas desfavoráveis no Brasil, Bolívia ou no Paraguai, particularmente nas regiões onde realizamos nossas atividades;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- o ambiente econômico, político e empresarial no Brasil, Bolívia ou Paraguai, e especificamente nas regiões geográficas onde investimos e atuamos;
- inflação, taxas de juros flutuantes e taxas de câmbio;
- controvérsias e litígios relativos às nossas propriedades agrícolas; e
- passivos trabalhistas, ambientais, civis e de pensão.

Podemos não ser capazes de continuar a adquirir propriedades agrícolas adequadas em condições atrativas.

Nos últimos anos, os investimentos no setor agrícola brasileiro têm aumentado substancialmente. Como resultado, a demanda e as avaliações do tipo de propriedade que buscamos adquirir aumentaram significativamente. Acreditamos que os preços de tais propriedades provavelmente continuarão a aumentar no médio e longo prazo, talvez significativamente, uma vez que a procura deverá permanecer alta. Concorremos com investidores locais e estrangeiros, muitos dos quais são maiores e têm mais recursos financeiros do que nós. Como resultado do acima exposto, não podemos garantir que seremos capazes de localizar e adquirir investimentos adequados em condições razoáveis ou de qualquer modo, e nossa incapacidade de assim fazer teria um efeito adverso substancial sobre nós.

(b) Riscos relacionados à regulação aplicável aos setores que a Companhia atua.

Uma parte substancial de nossos ativos consiste em propriedades agrícolas que são ilíquidas.

Nossa estratégia de negócios se baseia na valorização do capital investido em nossas propriedades agrícolas e na liquidez desses investimentos. Não podemos garantir que o valor das nossas propriedades agrícolas aumentará no curto, médio ou longo prazo, ou que seremos capazes de rentabilizar com sucesso os nossos investimentos agrícolas. Os ativos imobiliários agrícolas são, em regra geral, ilíquidos e voláteis, sendo que as propriedades agrícolas no Brasil são especialmente ilíquidas e voláteis. Como resultado, o processo de ajuste da carteira de propriedades em resposta a mudanças nas condições econômicas ou comerciais é difícil, e podemos ser incapazes de encontrar compradores dispostos a adquirir nossas propriedades agrícolas a preços que são favoráveis para nós. A falta de liquidez e volatilidade nas condições do mercado local afetaria negativamente nossa capacidade de realizar vendas de propriedades de forma oportuna e lucrativa, o que poderia ter um efeito adverso substancial sobre nós.

Se não conseguirmos inovar e utilizar tecnologias e técnicas agrícolas modernas para melhorar a produção e os rendimentos das nossas propriedades agrícolas adquiridas, poderemos ser afetados negativamente.

Nosso modelo de negócio está focado em nossa aquisição de propriedades agrícolas subdesenvolvidas ou subutilizadas e sua melhoria por meio da aplicação de tecnologias e técnicas agrícolas em evolução. Portanto, nossa estratégia depende, em grande medida, da nossa capacidade de obter e aplicar técnicas e tecnologias agrícolas modernas para aumentar o valor das propriedades que adquirimos. Se não conseguirmos aplicar em tempo hábil as mais avançadas tecnologias e técnicas agrícolas necessárias para agregar valor às nossas propriedades agrícolas e tornar nossos produtos competitivos e atrativos para os investidores locais e internacionais, nosso negócio, condição financeira e resultados das operações seriam afetados negativamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Podemos ter dificuldades na implementação de nossos projetos de investimento, o que pode afetar nossas perspectivas de crescimento.

Parte da nossa estratégia em relação às nossas propriedades agrícolas consiste em investir em infraestruturas de apoio, a fim de aumentar o valor de tais propriedades agrícolas. Na implementação de nossos projetos de investimento, podemos enfrentar uma série de desafios, incluindo: (i) omissões ou atrasos na aquisição de equipamentos ou serviços necessários; (ii) custos mais elevados do que os inicialmente estimados; (iii) dificuldades para garantir as necessárias licenças ambientais e governamentais; (iv) alterações nas condições de mercado, que poderiam tornar os projetos menos rentáveis do que inicialmente previsto; (v) impossibilidade ou atrasos na aquisição de terrenos a preços atrativos, ou um aumento nos preços dos terrenos devido à crescente procura por terras por parte dos nossos concorrentes; (vi) impossibilidade e atraso na identificação e aquisição de terrenos que estão em conformidade com as leis brasileiras de propriedade imobiliária; (vii) falta de capacidade para desenvolver infraestrutura e atrair mão-de-obra qualificada de forma tempestiva e eficiente; (viii) controvérsias e litígios relacionados com a terra que adquirimos; (ix) desafios culturais decorrentes da integração da nova administração e colaboradores na nossa organização; e (x) a necessidade de atualizar os sistemas contábeis, os dados administrativos e os recursos humanos. Nossa incapacidade de gerenciar esses riscos nos afetaria negativamente.

Nosso crescimento depende da nossa capacidade de atrair e reter pessoal qualificado.

Somos altamente dependentes dos serviços do nosso pessoal técnico e administrativo. Se perdermos qualquer membro da nossa alta administração, ou exigirmos pessoal adicional para a administração, teremos que atrair pessoal administrativo e técnico igualmente qualificado. Há uma demanda significativa por pessoal técnico de alto nível com as habilidades e know-how necessários para operar nosso negócio e nós competimos por esse talento no mercado global. A disponibilidade de oportunidades atraentes no Brasil e em outros países pode afetar negativamente nossa capacidade de contratar ou manter pessoal altamente qualificado. Se não conseguirmos atrair e manter os profissionais que precisamos para expandir e gerenciar nossas operações, nosso negócio pode ser afetado de forma substancial e adversa.

Nosso plano de crescimento exigirá capital adicional, que pode não estar disponível em termos e condições aceitáveis para nós ou de qualquer modo.

Nossas operações exigem uma quantidade significativa de capital. Podemos precisar buscar capital adicional por meio da emissão de ações ou instrumentos de dívida ou ao incorrer endividamento. Nossa capacidade de captação de capital dependerá da nossa rentabilidade futura, que atualmente é incerta, e das condições políticas e econômicas no Brasil e nos mercados agrícolas e imobiliários internacionais. Dependendo desses e de outros fatores, muitos dos quais estão fora do nosso controle, capital adicional pode não estar disponível de qualquer modo ou em condições favoráveis ou aceitáveis para nós. Se formos obrigados a financiar nossas atividades por meio do endividamento, é provável que os termos dessa dívida imponham a nós obrigações ou avenças financeiras ou não, que possam restringir nossa flexibilidade operacional. Se não conseguirmos captar capital adicional em condições aceitáveis para nós, o nosso negócio, condição financeira e os resultados das operações poderão ser negativamente afetados.

Pretendemos continuar a utilizar instrumentos derivativos financeiros, o que pode resultar em perdas substanciais.

Pretendemos continuar a utilizar instrumentos financeiros derivativos, principalmente derivativos de hedge de commodities, derivativos cambiais e swaps cambiais. Se celebrarmos tais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

contratos de hedge e os preços futuros das commodities subjacentes forem diferentes das nossas expectativas, poderemos incorreremos em perdas substanciais que podem ter um efeito adverso na nossa condição financeira e nos resultados das operações.

Além disso, as nossas estratégias de hedge podem não levar devidamente em conta os efeitos das variações cambiais ou de commodities na nossa posição financeira. Ao celebrar contratos de câmbio e commodities futuros, estaremos sujeitos ao risco de nossas contrapartes não cumprirem as condições desses contratos. Podemos não ser capazes de receber indenização por perdas e danos de qualquer contraparte inadimplente por meio de recursos legais devido a leis que protegem contra falência ou outras proteções semelhantes para devedores insolventes, leis estrangeiras que restringem recursos legais transfronteiriços, ou por outros motivos, que podem afetar negativamente o nosso negócio, condição financeira e resultados das operações.

Podemos não ser bem-sucedidos em nossas futuras parcerias e relacionamentos estratégicos.

Celebramos parcerias e alianças estratégicas para nos beneficiar de certas oportunidades de negócio. Não podemos prever se tais parcerias e alianças estratégicas serão bem sucedidas ou se mais parcerias e alianças ocorrerão. Nossa capacidade de expandir com sucesso nossos negócios por meio de parcerias e alianças estratégicas depende de vários fatores, incluindo nossa capacidade de negociar condições favoráveis para tais parcerias e alianças, além de fatores fora do nosso controle, como o cumprimento de obrigações de nossos parceiros decorrentes da parceria. Ademais, nossas expectativas em relação aos benefícios dessas parcerias podem não se concretizar. Se não conseguirmos desenvolver parcerias e alianças estratégicas bem-sucedidas, também poderemos ser afetados negativamente.

Alguns dos nossos produtos agrícolas contêm organismos geneticamente modificados (OGM) e os riscos associados aos OGMs permanecem incertos.

A totalidade de nossos produtos, incluindo soja e milho, contém organismos geneticamente modificados, ou OGMs, em proporções variáveis, dependendo do ano-safra. A produção e o consumo de OGMs continuam controversos e a publicidade adversa e a resistência dos consumidores levam à adoção de determinadas regulamentações governamentais que limitam as vendas de produtos OGM em mercados importantes, incluindo a União Europeia. Se for determinado que os OGMs apresentam riscos para a saúde humana ou para o meio ambiente, a demanda por nossos produtos OGM poderia entrar em colapso e poderíamos enfrentar uma responsabilidade potencialmente significativa por danos causados por esses produtos, todos os quais poderiam afetar substancial e negativamente nossos negócios, condição financeira e resultados de operações.

Em 2018, um juiz de primeira instância brasileiro determinou que novos produtos contendo “glifosato” – herbicida amplamente utilizado em soja e outras culturas - estavam proibidos de serem registrados no Brasil e que os registros existentes seriam suspensos até que o governo reavaliasse sua toxicidade. Essa decisão também suspendeu o registro de outros produtos químicos, como o inseticida abamectina e o fungicida tiram. Segundo o Ministro da Agricultura Brasileiro, essa decisão seria um desastre para a indústria agrícola e, por isso, a decisão estava sujeita a diversos recursos. Em 3 de setembro de 2018, um tribunal de justiça reverteu a decisão do juiz de primeira instância. Atualmente, o uso de glifosato é permitido. No entanto, não podemos garantir que continuará permitido.

A proibição do uso de glifosato no controle da infestação de plantas daninhas poderia comprometer a agricultura de plantio direto, o que é importante para a produtividade e sustentabilidade, e levar ao aumento do uso de outros produtos para controle de pragas. Atualmente, não há alternativa no Brasil para substituir o glifosato. Produtos similares têm um alto custo e não estão prontamente disponíveis para atender a demanda por glifosato. Como resultado, nossos custos de produção podem aumentar e nossa produtividade pode ser significativamente impactada, o que pode resultar em margens de produção mais baixas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A perda de propriedade intelectual ou divulgação não autorizada de informações comerciais ou pessoais confidenciais, ou interrupção da tecnologia da informação por ataques cibernéticos, bem como nosso não cumprimento das leis e regulamentos existentes e futuros relativos à privacidade de dados e segurança de dados podem nos sujeitar a penalidades ou responsabilidade e podem afetar negativamente nossas operações, reputação e resultados financeiros.

Coletamos, armazenamos, processamos e usamos certas informações confidenciais e outros dados do usuário em conexão com nossas operações comerciais. Devemos garantir que qualquer processamento, coleta, uso, armazenamento, disseminação, transferência e eliminação de dados pelos quais somos responsáveis cumpra as leis pertinentes de proteção de dados e privacidade. Contamos com sistemas, software, ferramentas e monitoramento comercialmente disponíveis para fornecer processamento, transmissão e armazenamento seguros de informações confidenciais, como as informações de clientes, colaboradores, sociedades e outras informações pessoais.

As leis de proteção de dados e privacidade estão se desenvolvendo para levar em conta as mudanças nas atitudes culturais e dos consumidores em relação à proteção dos dados pessoais. Por exemplo, em 14 de agosto de 2018, o Brasil promulgou a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados, ou LGPD), uma lei abrangente de proteção de dados que estabelece princípios e obrigações gerais que se aplicam em vários setores econômicos e relações contratuais. A LGPD estabelece normas detalhadas para a coleta, utilização, processamento e armazenamento de dados pessoais e afetará todos os setores econômicos, incluindo a relação entre clientes e fornecedores de bens e serviços, empregadores e colaboradores, e outras relações em que dados pessoais são coletados, de forma digital ou física. A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020.

Como buscamos expandir nossos negócios e operações, esperamos que estejamos cada vez mais sujeitos às leis e regulamentos relacionados à coleta, uso, retenção, segurança e transferência de informações, incluindo as informações pessoalmente identificáveis de nossos colaboradores e clientes. Essas leis e regulamentos podem ser interpretados e aplicados de forma diferente ao longo do tempo e de jurisdição para jurisdição, sendo possível que elas sejam interpretadas e aplicadas de maneiras que afetarão substancial e negativamente nossos negócios. Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas, pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; bem como danos à nossa reputação, o que poderia ter um efeito adverso substancial em nossas operações, condição financeira e perspectivas.

Ademais, apesar das medidas de segurança que temos em vigor, nossas instalações e sistemas, e as de nossos prestadores de serviços terceiros, podem estar vulneráveis a violações de segurança, ataques cibernéticos, atos de vandalismo, vírus de computador, dados extraviados ou perdidos, programação ou erros humanos ou outros eventos semelhantes.

Fomos alvo de um incidente de segurança cibernética que causou uma interrupção em nossos sistemas.

Em outubro de 2019, enfrentamos um incidente de segurança cibernética, no qual alguns dos nossos sistemas de rede e computadores e dados ficaram temporariamente indisponíveis. Não identificamos, tampouco temos motivos para acreditar que tal incidente resultou na divulgação não autorizada ou perda de informações confidenciais. Qualquer incidente de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo a apropriação indevida, perda ou outra divulgação não autorizada de informações confidenciais, bem como qualquer falha ou falha percebida em cumprir leis, políticas, obrigações legais ou padrões do setor em relação à privacidade e proteção de dados, seja por nós ou nossos prestadores de serviços, podem prejudicar nossa

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reputação, nos expor a riscos e responsabilidades por litígios, nos sujeitar a publicidade negativa, interromper nossas operações e prejudicar nossos negócios. Não podemos garantir que as nossas medidas de segurança, ou as implementadas pelos nossos prestadores de serviços, serão suficientes para evitar futuras violações ou incidentes de segurança, que podem nos afetar direta ou indiretamente, ou que a nossa falha em impedi-los não terá um efeito adverso substancial em nossos negócios, resultados de operações ou condição financeira.

Ataques cibernéticos ou violações de segurança podem comprometer informações confidenciais, comerciais e outras informações críticas, causar uma interrupção em nossas operações ou prejudicar nossa reputação, uma vez que algumas de nossas operações dependem de tecnologia da informação e sistemas e serviços de telecomunicações. Os ativos de informação, incluindo propriedade intelectual, dados pessoais e outras informações críticas sensíveis comerciais, são um ativo atraente para criminosos cibernéticos, ciberterrorismo ou outros agentes externos. Um ataque cibernético significativo, um erro humano, inclusive de nossos colaboradores e parceiros, ou obsolescência da tecnologia pode resultar na perda de informações comerciais críticas e afetar negativamente nossas operações e resultados de operações.

Monitoramos e desenvolvemos continuamente nossas redes e infraestrutura de tecnologia da informação. Também realizamos testes anuais para prevenir, detectar, resolver e mitigar o risco de acesso não autorizado, uso indevido, vírus de computador e outros eventos que possam ter um impacto substancial sobre nós. No entanto, não podemos garantir que essas medidas serão eficazes para nos proteger contra futuros ataques cibernéticos e outras violações relacionadas aos nossos sistemas de tecnologia da informação.

Nosso risco e exposição a essas questões não podem ser totalmente atenuados devido, entre outras coisas, à natureza em evolução dessas ameaças. À medida que as ameaças cibernéticas continuam a evoluir, podemos ser obrigados a gastar recursos adicionais para continuar modificando ou aprimorando medidas de proteção ou para investigar e corrigir quaisquer vulnerabilidades de segurança que sejam descobertas no futuro. Além disso, ataques cibernéticos podem resultar em custos de remediação importantes, aumento dos custos de segurança cibernética, perda de receita devido à interrupção das atividades, litígios e danos à reputação que afetam a confiança dos clientes e dos investidores, o que, em última análise, poderia afetar significativamente a nossa condição financeira e comercial e resultados das operações.

(c) Riscos relacionados à American Depositary Shares e às ações ordinárias

Um detentor de American Depositary Shares pode enfrentar desvantagem em comparação a um detentor de nossas ações ordinárias ao tentar exercer direitos de voto.

Os detentores de American Depositary Shares, ou ADSs, podem instruir o depositário a votar as ações ordinárias subjacentes às ADSs. Para que o depositário siga as instruções de voto, ele deve recebê-las na ou antes da data especificada em nossos materiais de voto. O depositário deve tentar, na medida do possível, sujeito ao direito brasileiro e aos nossos estatutos, votar as ações ordinárias conforme instruído. Na maioria dos casos, se o titular da ADS não der instruções ao depositário, ele pode votar as ações ordinárias em favor de propostas apoiadas pelo nosso Conselho de Administração, ou, quando possível e permitido, outorgar uma procuração discricionária a uma pessoa designada por nós. Não podemos ter certeza de que os detentores de ADS receberão materiais de voto a tempo para garantir que eles possam instruir o depositário a votar as ações ordinárias subjacentes. Além disso, o depositário não se responsabiliza pela não execução ou forma de execução das instruções de voto. Isso significa que os detentores de ADS podem não ser capazes de exercer seu direito de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

voto e pode não ter nada que possam fazer se suas ações ordinárias ou outros valores mobiliários depositados não forem votados conforme solicitado.

Os detentores de ações ordinárias ou ADSs podem não receber quaisquer dividendos ou juros sobre capital próprio.

De acordo com nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas pelo menos 25% do nosso lucro líquido anual como dividendos ou juros sobre capital próprio, conforme calculado e ajustado de acordo com a lei de sociedades por ações brasileira. Esse lucro líquido ajustado pode ser capitalizado, usado para absorver perdas ou de outra forma retido conforme permitido pela lei de sociedades por ações brasileira e pode não estar disponível para ser pago como dividendos ou juros sobre capital próprio.

Além disso, a lei de sociedades por ações brasileira permite que uma sociedade de capital aberto como a nossa suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em qualquer ano específico se nosso Conselho de Administração informar nossos acionistas que tais distribuições não seriam aconselháveis em vista da nossa condição financeira ou disponibilidade de caixa. Os detentores de ações ordinárias ou ADSs não podem receber quaisquer dividendos ou juros sobre capital próprio em um determinado ano se o nosso Conselho de Administração fizer tal determinação ou se nossas operações não conseguirem gerar lucro líquido.

Os detentores de ações ordinárias ou ADSs nos Estados Unidos podem não ter direito aos mesmos direitos de preferência que os acionistas brasileiros, na subscrição de ações resultantes de aumentos de capital feitos por nós.

De acordo com a lei brasileira, se emitirmos novas ações em troca de caixa ou ativos como parte de um aumento de capital, sujeitos a certas exceções, devemos conceder aos nossos acionistas direitos de preferência no momento da assinatura de ações, correspondendo à respectiva participação em nosso capital social, permitindo que eles mantenham a sua percentagem de participação existente. Podemos não ser legalmente autorizados a permitir que os detentores de nossas ações ordinárias ou ADSs nos Estados Unidos exerçam quaisquer direitos de preferência em qualquer aumento de capital futuro, a menos que (i) apresentemos uma declaração de registro para uma oferta de ações resultante do aumento de capital perante a SEC, ou (ii) a oferta de ações resultante do aumento de capital seja elegível para uma isenção das exigências de registro da Lei de Valores Mobiliários. No momento de qualquer aumento de capital futuro, avaliaremos os custos e potenciais passivos associados à apresentação de uma declaração de registro para uma oferta de ações perante a SEC e quaisquer outros fatores que consideramos importantes para determinar se devemos apresentar tal declaração de registro. Não podemos garantir aos detentores de nossas ações ordinárias ou ADSs nos Estados Unidos que iremos apresentar uma declaração de registro perante a SEC para permitir que eles participem de qualquer um dos nossos aumentos de capital. Como resultado, a participação societária desses detentores em nossa sociedade pode ser diluída.

Se os detentores de ADSs as converterem por ações ordinárias, eles podem arriscar perder temporariamente, ou estarem limitados à, capacidade de remeter moeda estrangeira para o exterior e certas vantagens fiscais brasileiras.

O custodiante brasileiro das ações ordinárias subjacentes às nossas ADSs deve obter um número de registro eletrônico junto ao Banco Central para permitir que o depositário remita dólares norte-americanos para o exterior. Os detentores de ADS se beneficiam do certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro do Banco Central obtido pelo custodiante para o depositário, o que lhe permite converter dividendos e outras distribuições em relação às ações ordinárias em dólares norte-americanos e remeter o produto dessa conversão para o exterior.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Se os detentores de nossas ADSs decidirem trocá-las pelas ações ordinárias subjacentes, eles só terão o direito de contar com o certificado de registro do custodiante no Banco Central por cinco dias úteis após a data da troca. Posteriormente, eles serão incapazes de remeter dólares norte-americanos ao exterior, a menos que obtenham um novo certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro em conexão com as ações ordinárias, o que pode resultar em despesas e pode causar atrasos no recebimento de distribuições.

Além disso, se os detentores de nossas ADSs que as trocam por nossas ações ordinárias não se qualificarem de acordo com os regulamentos de investimento estrangeiro, eles estarão geralmente sujeitos a tratamento tributário menos favorável sobre os dividendos e distribuições e os proventos de qualquer venda de nossas ações ordinárias.

Os detentores de ADSs podem enfrentar dificuldades em proteger suas participações, pois, como uma sociedade brasileira, estamos sujeitos a diferentes normas e regulamentos corporativos e nossos acionistas podem ter cada vez menos direitos menos bem definidos.

Os detentores de nossas ADSs não são acionistas diretos da nossa sociedade e não conseguem fazer valer os direitos dos acionistas nos termos do nosso estatuto social e da lei de sociedades por ações brasileira.

Nossos assuntos corporativos são regidos por nosso estatuto social e pela lei de sociedades por ações brasileira, que diferem dos requisitos que seriam aplicáveis se fôssemos constituídos em uma jurisdição nos Estados Unidos, como o estado de Delaware ou Nova York, ou em outros lugares fora do Brasil. Mesmo se um detentor de nossas ADSs resgatar suas ADSs e se tornar um acionista direto, seus direitos como detentor de nossas ações ordinárias nos termos da lei de sociedades por ações brasileira de proteger suas participações em relação às ações de nosso Conselho de Administração podem ser inferiores e cada vez menos bem definidos do que nos termos das leis dessas outras jurisdições.

Os detentores de ADSs podem enfrentar dificuldades para citar ou executar sentenças contra nós e outras pessoas.

Fomos constituídos de acordo com as leis brasileiras e alguns de nossos diretores executivos e nossos contadores públicos registrados independentes residem ou estão sediados no Brasil. A maioria dos nossos ativos estão localizados no Brasil. Como resultado, pode não ser possível para os detentores de nossas ADSs efetuar nossa citação ou de nossos diretores executivos e nossos contadores públicos dentro dos Estados Unidos ou outras jurisdições fora do Brasil ou executar contra nós ou essas outras pessoas sentenças obtidas nos Estados Unidos ou outras jurisdições fora do Brasil. Além disso, como substancialmente todos os nossos ativos e todos os nossos conselheiros e diretores residem fora dos Estados Unidos, qualquer sentença obtida nos Estados Unidos contra nós ou qualquer um de nossos conselheiros ou diretores pode não ser exequível dentro dos Estados Unidos. Em razão de julgamentos de tribunais norte-americanos por responsabilidade civil conforme leis federais de valores mobiliários norte-americanas serem passíveis de aplicação no Brasil apenas se algumas condições forem cumpridas, detentores poderão enfrentar maiores dificuldades em resguardar suas participações no caso de ações por nós ou nosso Conselho de Administração ou Diretoria em comparação a acionistas de sociedade norte-americana.

Ademais, normas e políticas contra autocomposição ou para a preservação das participações dos acionistas podem ser menos bem definidas e aplicadas no Brasil do que nos Estados Unidos e em alguns outros países, o que pode colocar os detentores de nossas ações ordinárias e ADSs em potencial desvantagem. As divulgações corporativas também podem ser menos completas ou informativas do que as de uma sociedade pública nos Estados Unidos ou em certos outros países.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nosso status como emitente privada estrangeira nos permite seguir as práticas locais de governança corporativa, o que pode limitar as proteções oferecidas aos investidores.

Somos uma emitente privada estrangeira, conforme definido pela SEC para os fins da Lei de Bolsa de Valores. Como resultado, enquanto continuarmos a ser uma emitente privada estrangeira, estaremos isentos da maioria dos requisitos de governança corporativa das bolsas de valores localizadas nos Estados Unidos; conseqüentemente, os detentores de ADRs não receberão os benefícios ou terão as mesmas proteções oferecidas aos acionistas de empresas públicas dos EUA.

As diretrizes aplicáveis a nós são consideravelmente diferentes das diretrizes aplicadas nos EUA a emissores nacionais. Embora a Norma 10A-3 nos termos da Lei de Bolsa de Valores geralmente exija que uma sociedade listada tenha um comitê de auditoria de seu Conselho de Administração composto exclusivamente por conselheiros independentes, na qualidade de uma emitente privada estrangeira, confiamos em uma isenção geral dessa exigência que está disponível para a Companhia como resultado das características da lei brasileira aplicável aos nossos conselheiros fiscal. Ademais, não somos obrigados, entre outras coisas, a:

- ter a maioria de membros independentes em nosso Conselho de Administração;
- ter um comitê de remuneração ou um comitê de nomeação/governança corporativa do nosso Conselho de Administração; e
- ter sessões executivas regularmente agendadas com apenas conselheiros que não fazem parte da administração; ou
- ter pelo menos uma sessão executiva de conselheiros exclusivamente independentes por ano.

Em nossa assembleia geral realizada em 27 de outubro de 2022, nossos acionistas adotaram algumas alterações em nosso estatuto social para permitir a criação de um conselho fiscal estatutário. Até a data deste relatório anual, o conselho fiscal estatutário não havia sido instalado.

(d) Riscos Relacionados ao controlador, direto ou indireto, da Companhia

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui acionista controlador definido.

(e) Riscos relacionados aos fornecedores e prestadores de serviço da Companhia

Somos dependentes de prestadores de serviços terceiros e estamos sujeitos às recentes mudanças na estrutura jurídica trabalhista brasileira.

Além de nosso próprio pessoal, somos altamente dependentes de prestadores de serviços para desenvolver e cultivar nossas propriedades agrícolas e para fornecer as máquinas e equipamentos necessários para tais fins. Como resultado, nosso sucesso futuro depende da habilidade, experiência, conhecimento e esforços de nossos prestadores de serviços terceiros. Não podemos garantir que seremos capazes de continuar a contratar os prestadores de serviços terceiros desejados para as nossas propriedades agrícolas ou que esses prestadores terão a capacidade de garantir uma produção agrícola de qualidade de forma eficiente e a preços competitivos. Nossa falha em contratar os prestadores de serviços desejados para nossas propriedades agrícolas, ou sua falha em prestar serviços de qualidade, ou a revogação ou rescisão ou nossa falha em renovar nossos contratos de serviço ou negociar novos contratos com outros prestadores de serviços a preços e condições comparáveis nos afetaria

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

deforma adversa.

Nossa dependência de contratados terceiros também nos sujeita ao risco de reclamações trabalhistas, alegando que existe uma relação de trabalho entre nós e o pessoal de nossos contratados, e que, como resultado, somos subsidiariamente responsáveis pelas obrigações de pagamentos trabalhistas e previdenciários, pagamentos de arrendamento ou outras obrigações de nossos contratados.

Além disso, de acordo com a legislação ambiental brasileira, somos solidariamente responsáveis, juntamente com nossos prestadores de serviços, por todos os danos ambientais causados por nossos prestadores de serviços, independentemente de nossa culpa. Tais obrigações ou nossos custos para nos defender contra tais reivindicações podem ser significativos e podem ter um efeito adverso substancial sobre nós se formos responsabilizados.

Atrasos ou omissões na entrega de matérias-primas usadas por nós e nossos fornecedores podem ter um efeito adverso sobre nós.

Dependemos de fornecedores para nos fornecer fertilizantes, sementes, outras matérias-primas e serviços de maquinário. Possíveis atrasos na entrega de tais itens podem atrasar nossos esforços de plantio até que possamos estabelecer contratos com outros fornecedores ou pode atrasar nossa colheita em caso de atraso na entrega de maquinário. Assim, quaisquer atrasos, omissões ou defeitos na entrega de matérias-primas ou insumos ou no que diz respeito à prestação de serviços por nossos fornecedores podem afetar negativamente nossos negócios e resultados de operações.

(f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia

Praticamente toda a nossa receita é derivada de um pequeno número de clientes, e atualmente enfrentamos o risco de inadimplência de nossa principal cliente.

Atualmente, vendemos uma parte substancial de nossa produção de colheita total para um pequeno número de clientes que detêm um considerável poder de barganha. Por exemplo, no exercício encerrado em 30 de junho de 2022, quatro de nossos clientes foram responsáveis por 57,9% de nossa receita, e cada um desses quatro clientes foi responsável por pelo menos 10,0% de nossa receita. Desses quatro clientes, dois foram responsáveis por 97,8% de nossa receita no segmento de cana-de-açúcar e dois por 41,0% de nossa receita no segmento de grãos/algodão. Comparativamente, no exercício findo em 30 de junho de 2021, três de nossos clientes foram responsáveis por 49,2% de nossa receita, e cada um desses três clientes foi responsável por pelo menos 10,0% de nossa receita. Desses três clientes, dois (descritos a seguir) foram responsáveis por 99,0% de nossa receita no segmento de cana-de-açúcar e um foi responsável por 24,0% de nossa receita no segmento de grãos.

Além disso, celebramos um contrato de fornecimento e um acordo de parceria rural com a Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável – Em recuperação judicial (“Brenco”), que é vinculada ao grupo Odebrecht S.A., nos termos do qual atualmente fornecemos 100% da nossa produção de cana-de-açúcar das fazendas Alto Taquari, Araucária e Parceria III. O prazo desse contrato de fornecimento abrange dois ciclos de colheita completos, que consiste em seis anos-safra e cinco colheitas, e, portanto, está programado para expirar no ano-safra 2021/2022. O prazo desse acordo de parceria rural abrange uma área total de 5.624 hectares, que exploraremos e operaremos até 31 de março de 2026.

Além disso, celebramos um contrato de fornecimento e um acordo de parceria rural com a Agro Pecuária e Industrial Serra Grande Ltda. (“Agro Serra”), nos termos do qual atualmente fornecemos 100% da nossa produção de cana-de-açúcar da fazenda São José. O prazo desse

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

contrato de fornecimento abrange pelo menos 15 anos- safra e, portanto, está programado para expirar não antes do ano-safra 2032/2033, e engloba uma área total de 14.900 hectares, que vamos explorar e operar.

Ademais, a forte concorrência entre um setor relativamente fragmentado de produtores agrícolas nos mercados interno e externo aumenta ainda mais o poder de negociação da nossa base de clientes altamente concentrada. Assim, podemos não ser capazes de manter ou formar novos relacionamentos com clientes, o que poderia ter um efeito adverso substancial em nosso negócio, condição financeira e resultados das operações.

A concentração entre a nossa base de clientes também aumenta as consequências adversas para nós na hipótese de perda de qualquer um de nossos clientes ou se caso algum de nossos clientes não cumprir as obrigações assumidas conosco, seja na forma de inadimplemento ou por violação de qualquer disposição ou obrigação contratual, como omissão na remessa ou atrasos. Atrasos na remessa de nossos produtos podem afetar diretamente o planejamento da nossa colheita, o que poderia gerar perdas e resultar em custos adicionais.

(g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua

A flutuação dos preços de mercado dos nossos produtos agrícolas poderia nos afetar adversamente.

Não somos capazes de obter proteção por hedge ou garantias de preço mínimo para a totalidade da nossa produção e, portanto, estamos expostos a riscos significativos associados ao nível e volatilidade dos preços da safra. Os preços que podemos obter para nossos produtos agrícolas de tempos em tempos dependerão de muitos fatores que estão além do nosso controle, incluindo:

- preços globais das commodities, que historicamente estavam sujeitos a flutuações significativas em períodos relativamente curtos, dependendo da oferta e demanda mundial de alimentos, bem como de fatores relacionados à especulação financeira;
- interrupções nos mercados de commodities causadas por eventos globais, incluindo o impacto da pandemia de COVID-19;
- perturbações econômicas globais e perturbações nos mercados de commodities devido a conflitos e eventos globais, incluindo o conflito em andamento entre a Rússia e a Ucrânia, que podem exacerbar perturbações, pressões de mercado e volatilidade;
- aumento nos custos das matérias-primas, custos de combustível e prêmios de seguro, especialmente à luz do conflito em curso entre a Rússia e a Ucrânia;
- condições climáticas ou desastres naturais em áreas onde os produtos agrícolas são cultivados;
- níveis de estoque em todo mundo (ou seja, suprimento ou estoque de mercadorias transportadas de ano para ano);
- as estratégias de negócios adotadas por outras grandes empresas que atuam nos setores agrícola e agroindustrial;
- mudanças nos subsídios agrícolas em relação a certos produtores importantes (principalmente nos Estados Unidos e na Comunidade Econômica Européia), barreiras comerciais em relação a certos mercados consumidores importantes e a adoção de outras políticas governamentais que afetam as condições de mercado e os preços;
- métodos de transportes disponíveis e desenvolvimento de infraestrutura nas regiões onde operamos ou em áreas remotas que atendem aos mercados locais e que afetam os preços locais de nossas safras; e
- custos das matérias-primas; e oferta e demanda de commodities concorrentes e substitutos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Dada a incerteza em torno da extensão e tempo da pandemia de COVID-19 em curso, não conseguimos prever ou antecipar seus efeitos finais em nossos negócios e resultados operacionais. Veja “podemos estar expostos a riscos relacionados a epidemias de saúde e pandemias, como a pandemia de COVID- 19, que podem afetar negativamente nossos negócios e resultados das operações.”

Ademais, acreditamos que existe uma estreita relação entre o valor de nossas propriedades agrícolas e os preços de mercado das commodities que produzimos, que são afetados por condições econômicas globais e outras condições. Uma diminuição nos preços dos grãos, açúcar ou subprodutos relacionados abaixo dos seus níveis atuais por um período mais longo reduziria significativamente o valor de nossas terras e afetaria substancial e negativamente o nosso negócio, condição financeira e resultados das operações.

Os preços do etanol estão correlacionados com o preço do açúcar e também estão intimamente correlacionados com o preço do petróleo, de modo que uma diminuição no preço do açúcar ou uma diminuição no preço do petróleo pode afetar negativamente nosso negócio de cana-de-açúcar.

A grande maioria do etanol no Brasil é produzida em usinas de cana-de-açúcar que produzem etanol e açúcar. Como as usinas de cana-de-açúcar são capazes de alterar seu mix de produtos em resposta aos preços relativos do etanol e do açúcar, os preços de ambos os produtos estão diretamente correlacionados, e a correlação entre o etanol e açúcar pode aumentar ao longo do tempo. Os preços do açúcar no Brasil são determinados pelos preços no mercado mundial, resultando em uma correlação entre os preços do etanol brasileiro e os preços mundiais do açúcar.

Além disso, os preços da gasolina no Brasil são influenciados pelo governo brasileiro. Como os veículos flex, que se tornaram populares no Brasil, permitem que os consumidores escolham entre gasolina e etanol na bomba, os preços do etanol estão correlacionados aos preços da gasolina e, conseqüentemente, aos preços do petróleo.

Os preços do petróleo variaram fortemente em 2020, 2021 e 2022, com um choque recorde de demanda junto com excesso de oferta criado por disputa interna entre membros da OPEP+. Em março de 2020, uma disputa entre a Arábia Saudita e a Rússia provocou volatilidade no preço do petróleo. A volatilidade dos preços continuou durante 2022 como resultado direto da invasão russa da Ucrânia, levando assim o preço do petróleo ao seu nível mais alto desde 2008.

Uma diminuição nos preços do açúcar poderia ter um efeito adverso no desempenho financeiro de nossos negócios de cana-de-açúcar.

Os valores das propriedades no Brasil podem diminuir significativamente.

Os valores de imóveis no Brasil são influenciados por uma grande variedade de fatores que estão além do nosso controle e, portanto, não podemos garantir que os valores de imóveis continuarão a aumentar ou que os valores dos imóveis não diminuirão. Uma diminuição significativa nos valores de propriedades no Brasil poderia afetar negativamente o valor de nossas propriedades.

As condições climáticas adversas podem ter um impacto adverso nas nossas propriedades e produtos agrícolas e, em menor grau, na nossa produção de gado.

A ocorrência de condições climáticas severas, incluindo secas, inundações, chuvas fortes, granizo, geada ou temperaturas extremamente altas, é imprevisível e pode ter no futuro um impacto potencialmente devastador em nossas propriedades ou produção agrícolas e, em menor grau, nossa produção de gado. As condições climáticas adversas podem ser agravadas pelos efeitos das mudanças climáticas. Nos últimos anos, diferentes regiões do Brasil têm sido

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

afetadas por condições climáticas extremas, e as regiões onde estão localizadas nossas propriedades também enfrentaram altas temperaturas e seca severa. O efeito das condições climáticas severas pode reduzir substancialmente a produtividade de nossas fazendas, prejudicando nossa receita e fluxo de caixa e exigindo níveis mais altos de investimento ou aumentos significativos em nossos custos operacionais, qualquer um dos quais poderia ter um impacto substancial e adverso sobre nós.

As doenças podem afetar nossas safras e gado, destruindo potencialmente a totalidade ou parte da nossa produção.

A ocorrência e o efeito das doenças podem ser imprevisíveis e devastadores nas safras, tornando potencialmente inútil toda ou uma parte significativa das safras afetadas. O custo para prevenir e tratar doenças nas safras tende a ser alto. Por exemplo, doenças, como a ferrugem asiática da soja (*Phakopsora pachyrhizi*) e pragas, como a lagarta-da-espiga do milho (*Helicoverpa zea*) e a lagarta-da-espiga do algodão (*Helicoverpa armigera*), podem se espalhar e resultar em menores rendimentos das safras e custos operacionais mais elevados. Atualmente, a ferrugem asiática da soja, a lagarta-da-espiga do milho e lagarta-da-espiga do algodão só podem ser controlados, não eliminados.

Doenças que afetam nossos rebanhos de gado, como tuberculose, brucelose e febre aftosa, podem tornar as vacas incapazes de produzir carne para consumo humano. Surto de doenças em gado também podem resultar no fechamento de certos mercados importantes para os nossos produtos de gado, como os Estados Unidos. Embora cumpramos as diretrizes nacionais de saúde veterinária, que incluem análises laboratoriais e vacinação, para controlar doenças entre os rebanhos, especialmente a febre aftosa, não podemos garantir que surtos futuros de doenças bovinas não ocorrerão. Um surto futuro de doenças entre nossos rebanhos de gado pode afetar negativamente nossas vendas de gado, o que poderia afetar adversamente nossa condição financeira e resultados de operação.

A origem e disseminação de doenças podem ocorrer por muitas razões fora do nosso controle, incluindo a falha de outros produtores em cumprir as normas de saúde e ambientais aplicáveis. O aparecimento de novas doenças ou a mutação ou proliferação de doenças existentes podem prejudicar ou destruir completamente nossas culturas e rebanhos de gado, o que afetaria substancial e negativamente o nosso negócio, condição financeira e resultados das operações.

Incêndios e outros acidentes podem afetar nossas propriedades agrícolas e nos afetar negativamente.

Nossas operações estão sujeitas a diversos riscos que afetam nossas propriedades agrícolas e instalações agrícolas, incluindo a destruição de fazendas e culturas por incêndio e outros desastres ou eventos naturais, e roubo ou outra perda inesperada de grãos ou fertilizantes e suprimentos. Poderíamos ser afetados substancial e negativamente se algum desses riscos acontecesse.

Incertezas e possíveis fraudes envolvendo a propriedade de imóveis no Brasil podem nos afetar negativamente.

De acordo com a lei brasileira, a propriedade de imóveis é transmitida apenas mediante registro adequado das escrituras públicas pertinentes perante o Registro de Imóveis competente. Em determinados locais do Brasil, é possível se deparar com erros de registro de imóveis, incluindo certidões de matrícula incorretas e, em algumas ocasiões, fraudulentas. Ações judiciais relativas à titularidade legal de imóveis podem ser distribuídas por pessoas que se entendam titulares da propriedade de determinados imóveis e, se comprovada em juízo eventual fraude, pode haver a perda de determinada propriedade, o que poderá afetar negativamente nossos negócios, e os resultados das nossas operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nosso negócio é sazonal e nossa receita pode variar significativamente dependendo do ciclo de crescimento de nossas culturas.

As operações do agronegócio são predominantemente de natureza sazonal. No Brasil, a colheita de soja e milho geralmente ocorre de fevereiro a junho. O período anual de colheita da cana-de-açúcar no Brasil normalmente começa em abril e termina em novembro de cada ano. Portanto, nossos resultados de operações provavelmente continuarão a flutuar significativamente entre os períodos de plantio e colheita de cada cultura, o que causa flutuações em nossos fluxos de caixa como resultado de disparidades entre nosso fluxo de receita e nossas despesas fixas. Além disso, a sazonalidade cria janelas limitadas de oportunidade para nossos produtores concluírem as tarefas necessárias em cada estágio do cultivo. Caso ocorram eventos como condições climáticas adversas (incluindo dilúvios de chuva como foi recentemente o caso em todo o Brasil) ou interrupções de transporte durante essas janelas sazonais, podemos enfrentar receita reduzida sem a oportunidade de recuperar até o plantio da safra seguinte. Por fim, devido aos efeitos da sazonalidade, nossos resultados trimestrais podem não ser indicativos de nossos resultados anuais.

Aumentos no preço das matérias-primas e do petróleo podem nos afetar negativamente.

Nossas propriedades agrícolas estão localizadas na região do cerrado do Brasil, local onde o solo é principalmente ácido e pouco fértil, exigindo o uso de calcário e fertilizantes. Nossas operações exigem outras matérias-primas, como pesticidas e sementes que adquirimos de fornecedores locais e internacionais. Não temos contratos de fornecimento de longo prazo para essas matérias-primas e, portanto, estamos expostos ao risco de aumentos de custos. Um aumento significativo no preço do calcário, fertilizantes ou outras matérias-primas que usamos provavelmente reduziria nossa rentabilidade ou afetaria negativamente nossas operações comerciais, pois estes não são custos que podem ser facilmente repassados para nossos clientes. Além disso, alguns dos nossos custos de produção, incluindo fertilizantes e o custo de arrendamento de máquinas agrícolas, estão ligados ao preço internacional do petróleo e seus derivativos. Portanto, se o preço do petróleo aumentar significativamente, nossos resultados das operações podem ser afetados negativamente.

Também contamos com fertilizantes e agroquímicos, muitos dos quais são de base petroquímica. Em nossos segmentos relacionados à atividade agrícola (grãos, algodão, cana-de-açúcar e pecuária), fertilizantes e defensivos agrícolas representaram aproximadamente 29% do nosso custo total de produção (incluindo despesas fabris e administrativas) para a safra 2021/2022. A produção mundial de produtos agrícolas aumentou significativamente nos últimos anos em resposta ao aumento da demanda por agroquímicos e fertilizantes. No entanto, a escassez de oferta continuou a existir e foi agravada pelo conflito em curso entre a Rússia e a Ucrânia.

Além disso, como a Rússia é um dos maiores exportadores de petróleo e fertilizantes do mundo, esperamos que os recentes desenvolvimentos globais relacionados ao conflito em andamento entre a Rússia e a Ucrânia e as interrupções resultantes nas exportações provavelmente levem à diminuição da oferta global e ao aumento dos preços dos combustíveis, os efeitos dos quais pode ser mais agudo se os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo OPEP decidirem não aumentar ou não puderem aumentar sua produção de petróleo.

Os riscos políticos permanecem presentes principalmente devido à escalada do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, as tensões de relacionamento de médio prazo entre os Estados Unidos e a China, a incerteza sobre as instabilidades do governo na Europa e outros riscos geopolíticos locais. A materialização desses riscos pode afetar o crescimento global e diminuir o interesse dos investidores em ativos do Brasil e de outros países nos quais fazemos negócios, o que pode afetar material e adversamente nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

portanto, afetar adversamente o preço de mercado de nossas ações, inclusive de nossas ADRs, dificultando nosso acesso ao mercado de capitais e, conseqüentemente, o financiamento de nossas operações no futuro.

Não podemos prever o preço e a disponibilidade futura de combustível ou fertilizantes com qualquer grau de certeza, e aumentos significativos nos preços de combustível ou fertilizantes, ou a indisponibilidade de fertilizantes e outras matérias-primas, podem afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Podemos ser afetados adversamente pelo conflito em andamento entre a Rússia e a Ucrânia e pela conseqüente instabilidade geopolítica e econômica global.

O conflito em andamento entre a Rússia e a Ucrânia interrompeu significativamente as cadeias de suprimentos e o comércio internacional. Após a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022, os Estados Unidos, o Reino Unido, a União Europeia e outros países e entidades supranacionais impuseram sanções econômicas abrangentes contra a Rússia, incluindo medidas financeiras como o congelamento dos ativos do banco central da Rússia e a limitação de sua capacidade para acessar suas reservas em dólares americanos. Os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Europeia também proibiram as empresas de negociar com o banco central russo, seu ministério das finanças e seu fundo soberano. Alguns bancos russos também foram removidos do sistema de mensagens bancárias Swift, que permite a transferência de dinheiro entre fronteiras. Os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Europeia continuam a impor ou consideram a imposição de sanções adicionais a entidades e indivíduos russos, incluindo grandes empresas russas e o Estado russo. Os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Europeia também impuseram sanções a indivíduos com laços estreitos com o governo russo, incluindo seus familiares e associados próximos, bem como aos bens detidos por eles em todo o mundo.

Os efeitos do conflito em curso entre a Rússia e a Ucrânia na economia russa e global permanecem incertos. No entanto, eles resultaram em significativa volatilidade nos mercados financeiros, bem como em um aumento nos preços de energia e commodities globalmente. Como resultado, em particular, a disponibilidade e o preço dos fertilizantes para a safra 2022/2023 estão sujeitos a incertezas significativas no Brasil e nos demais países em que operamos. Do ponto de vista de abastecimento, o Brasil e os demais países em que atuamos são altamente dependentes da importação de fertilizantes da Rússia e de outros países vizinhos. Além disso, os preços dos fertilizantes, que já haviam subido antes do conflito, continuaram subindo e levaram os produtores a atrasar as negociações de compra. Em decorrência desses riscos de abastecimento, acreditamos que pode haver escassez de alguns tipos de fertilizantes (principalmente de produtos à base de potássio). Também podemos não conseguir encontrar importações diretas alternativas de regiões não sancionadas ou aumentar nossos preços para refletir o aumento dos custos de fornecimento no futuro. A falha na obtenção de fertilizantes em condições favoráveis, ou de qualquer forma, pode ter um efeito material adverso em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

As tensões geopolíticas nos países produtores de petróleo também podem afetar a oferta global de petróleo e levar ao aumento dos preços. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia levou a um aumento nos preços do petróleo e da energia. Embora isso tenha impactado positivamente a demanda e os preços do etanol, não podemos garantir que tais tensões geopolíticas não afetarão adversamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A falta de infraestrutura de transporte, armazenamento e processamento no Brasil representa um importante desafio para os setores imobiliários agrícolas e agrícolas brasileiros.

Dependemos de acesso eficiente ao transporte e infraestrutura portuária para o crescimento da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

agricultura brasileira e nossas operações. Podemos decidir adquirir propriedades agrícolas em áreas onde a infraestrutura de transporte existente é inadequada e onde podem ser necessárias melhorias para tornar nossa produção agrícola mais acessível aos centros de exportação a preços competitivos. Uma parcela substancial da produção agrícola brasileira é atualmente transportada por caminhões, o que é significativamente mais caro do que o transporte por vagões ferroviários. Visto que a nossa dependência do transporte rodoviário nos impede de sermos considerados um produtor de baixo custo, a nossa capacidade de competir no mercado mundial pode ser prejudicada, especialmente à medida que o preço do combustível aumenta. Como resultado, talvez não consigamos garantir um transporte eficiente para que nossa produção chegue aos principais mercados de forma econômica ou de qualquer modo, o que pode afetar negativamente nossos negócios, condições financeiras e resultados das operações.

Além disso, em maio de 2018, o Brasil enfrentou uma greve generalizada de caminhoneiros, que causou interrupção no transporte nacional, bloqueios rodoviários, atrasos de carga, escassez de alimentos, suprimentos e combustível no Brasil. Se uma greve generalizada ou um evento de interrupção semelhante acontecer novamente, isso poderá afetar negativamente o setor logístico como um todo e nosso negócio, condição financeira e resultados das operações.

As interrupções também podem ser causadas pela disseminação de doenças infecciosas, como a COVID-19, ou por uma deterioração das relações trabalhistas ou sindicais, disputas ou interrupções de trabalho ou outros desenvolvimentos relacionados ao trabalho que afetem a nós e nossos fornecedores e distribuidores.

A concorrência nos mercados de nossos produtos pode nos afetar.

Nós enfrentamos uma concorrência nacional e internacional significativa em cada um de nossos mercados e em muitas de nossas linhas de produção. O mercado global de produtos agrícolas é altamente competitivo e sensível a mudanças na capacidade industrial, inventários de produtos e mudanças cíclicas na economia mundial, qualquer um ou mais dos quais podem afetar de forma significativa o preço de venda de nossos produtos e, portanto, nossa rentabilidade. Como muitos de nossos produtos são commodities agrícolas, esses produtos competem nos mercados internacionais quase exclusivamente com base no preço. Muitos outros produtores de tais commodities são maiores do que nós e têm recursos financeiros e outros recursos mais significativos. Ademais, muitos outros produtores recebem subsídios em seus respectivos países que geralmente não estão disponíveis no Brasil. Esses subsídios podem permitir que os produtores reduzam os custos de produção ou operem num ambiente com reduções de preços acentuados, margens limitadas e perdas operacionais por períodos mais longos. Qualquer aumento da pressão competitiva em relação aos nossos produtos pode afetar de forma substancial e adversa o nosso negócio, condição financeira e resultados das operações.

(h) Riscos relacionados à regulação aplicável aos setores que a Companhia atua

A imposição de restrições às aquisições e ao arrendamento de propriedades agrícolas por empresas brasileiras cuja maioria do capital social seja detida por estrangeiros pode restringir substancialmente o desenvolvimento do nosso negócio.

Em agosto de 2010, o então presidente do Brasil aprovou o Parecer AGU-LA-2010 da Advocacia-Geral da União. O Parecer AGU-LA-2010 procedeu à revisão do Pareceres GQ-181, de 1998 e GQ-22, de 1994, recepcionou o parágrafo 1º, do artigo 1º da Lei nº 5.709/1971, e o artigo 1º do Decreto nº 74.965/1974 (que regulamenta a Lei nº 5.709/1971), à luz da Constituição Federal de 1988 e equiparou a estrangeiros, para efeitos da citada lei, as empresas com sede no Brasil com participação de estrangeiros a qualquer título, que assegure, de modo permanente, a seus detentores o poder de conduzir as deliberações da assembleia geral, de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

eleger a maioria dos administradores da companhia e de dirigi-las atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia. Dessa forma, empresas brasileiras equiparadas a estrangeiros passaram a estar sujeitas a restrições para a aquisição de imóveis rurais no Brasil, nos termos da Lei nº 5.709/1971 e do Decreto nº 74.965/1974. Por força do artigo 23 da Lei Federal nº 8.629/1993, as mesmas restrições são aplicáveis ao arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros.

O artigo 9º do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974 (Decreto nº 74.695/1974”), que regulamenta a Lei nº 5.709/1971, determina que o interessado que pretender obter autorização para adquirir imóvel rural formulará requerimento ao INCRA, declarando: (i) se possui, ou não, outros imóveis rurais; (ii) se, com a nova aquisição, suas propriedades não excedam 50 módulos de exploração indefinida (“MEI”), em área contínua ou descontínua; (iii) a destinação a ser dada ao imóvel, por meio do projeto de exploração, se a área for superior a 20 (vinte) MEIs. O artigo 12 do mesmo Decreto nº 74.965/1974 determina que o interessado que pretender aprovação de projeto deverá apresentá-lo ao órgão competente. São competentes: (i) o INCRA, para colonização; (ii) a SUDAM e a SUDENE, para os agrícolas e pecuários situados nas respectivas áreas; e (iii) o Ministério da Indústria e Comércio, para os industriais e turísticos, por meio do Conselho do Desenvolvimento Industrial e da Empresa Brasileira de Turismo, respectivamente. O projeto deverá ser instruído dos documentos que provêm, dentre outros: (i) a área total do município onde se situa o imóvel a ser adquirido; e (ii) a soma das áreas rurais transcritas em nome de estrangeiros, no município, por grupos de nacionalidade. Além disso, as áreas agrícolas pertencentes a estrangeiros ou empresas brasileiras cuja maioria do capital social seja detida por estrangeiros não devem exceder 25% da superfície do município, cuja superfície de até 40% não deve pertencer a estrangeiros ou empresas brasileiras cuja maioria do capital social seja detida por estrangeiros da mesma nacionalidade, o que significa que a soma das áreas agrícolas pertencentes a estrangeiros ou sociedades brasileiras cuja maioria do capital social seja detida por estrangeiros da mesma nacionalidade não deve exceder 10% da superfície do município em questão.

Após a aprovação do Parecer AGU-LA-2010 e até a presente data, não se tem conhecimento de aprovações de aquisições ou arrendamentos por empresas brasileiras cuja maioria do capital social seja detida por estrangeiros pelo INCRA, que se entende competente para tal.

A Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, alterou a Lei nº 5.709/91 e estabeleceu que as limitações mencionadas acima não se aplicam (i) à constituição de garantias reais (incluindo a transferência da propriedade fiduciária de imóveis); e (ii) às liquidações de dívidas decorrentes da execução de garantias imobiliárias. Ambas as exceções favorecem sociedades brasileiras cuja maioria do capital social seja detida por estrangeiros da mesma nacionalidade ou entidades estrangeiras, o que cria oportunidades de negócios.

De acordo com a regulamentação aplicável e tendo em vista que alguns investidores aplicam recursos na Companhia através de veículos e/ou fundos de investimento, não temos como identificar qual o percentual de nosso capital social que é detido por beneficiários finais estrangeiros. Caso as autoridades venham a entender que a Companhia se equipara a estrangeiro, para os fins da Lei nº 5.709/71, podemos estar sujeitos a eventuais questionamentos envolvendo aquisições e arrendamentos realizados pela companhia após a aprovação do Parecer AGU-LA-2010, e a possível aplicação da Lei nº 5.709/71 poderá resultar em atrasos substanciais em nossas futuras aquisições de imóveis rurais e nossa incapacidade de obter as aprovações necessárias. Adicionalmente, aquisições realizadas em inobservância às restrições existentes podem vir a ser declaradas nulas de pleno direito.

A aplicabilidade da Lei nº 5.709/71 está sendo discutida na Ação Civil Originária (ACO) nº 2.463 e na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 342, ambas no Supremo Tribunal Federal (STF). A primeira ação (ACO nº 2.463) diz respeito ao Parecer nº 461/2012- E da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo, que estabeleceu que os Tabeliões e Oficiais de Registro de Imóveis do Estado de São Paulo estariam eximidos de confirmar o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

cumprimento, pelo interessado, das restrições e exigências impostas pela Lei nº 5.709/71 e pelo Decreto nº 74.965/74. A segunda ação (ADPF nº 342), à qual a primeira está apenas, foi proposta em 16 de abril de 2015 pela Sociedade Rural Brasileira questionando a aplicabilidade do parágrafo 1º, artigo 1, da Lei nº 5.709/71 e conseqüentemente, do parecer emitido pela Advocacia -Geral da União (AGU) em 2010.

O julgamento do Plenário do Supremo Tribunal Federal teve início em fevereiro de 2021, com o voto do Ministro Relator Marco Aurélio, o qual entendeu que as restrições a sociedades equiparadas a sociedades estrangeiras devem ser mantidas. O Ministro Alexandre de Moraes pediu vistas aos processos, interrompendo o julgamento, que só foi retomado em junho de 2021, ocasião em que apresentou seu voto divergindo do relator, entendendo pela inaplicabilidade das restrições. O processo, porém, aguarda julgamento pela Suprema Corte. Na presente data, não podemos fornecer uma estimativa do prazo para uma decisão final a do Supremo Tribunal Federal.

Recentemente, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil apresentou petição nas referidas ações requerendo sua habilitação como amicus *curiae*, e pleiteando a suspensão de todos os processos e negócios jurídicos que tenham como objeto a aplicação do parágrafo 1º, artigo 1º, da Lei nº 5.709/71 até o julgamento final da ACO nº 2.463 e da ADPF nº 342. O pedido foi deferido parcialmente, pelo Min. André Mendonça, para admissão do ingresso do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil como amicus *curiae* em ambas as ações e suspensão de todos os processos judiciais em trâmite relacionados à validade do referido dispositivo legal até o julgamento final da ACO nº 2.463 e da ADPF nº 342. Tendo em vista que, em 04 de maio de 2023, o plenário do STF não referendou a decisão do Min. André Mendonça quanto à suspensão dos processos judiciais relacionados ao objeto da ACO nº 2.463 e da ADPF nº 342, referida decisão perdeu sua eficácia.

Dependendo das decisões finais dessas ações em trâmite ou mesmo na hipótese de mudança no cenário das referidas restrições, podemos precisar modificar nossa estratégia de negócios e práticas pretendidas para poder adquirir propriedades rurais. Isso pode ter o efeito de aumentar o número de transações que devemos concluir, o que aumentaria nossos custos de transação. Pode também exigir a adoção de medidas alternativas para redução da nossa participação em sociedades proprietárias ou arrendatárias de imóveis rurais, incluindo a celebração de joint ventures, o que aumenta a complexidade e os riscos associados a essas transações.

Quaisquer limitações e restrições regulatórias podem limitar substancialmente nossa capacidade de adquirir propriedades rurais, aumentar os investimentos, custos de transação ou complexidade de tais transações ou complicar os procedimentos regulatórios necessários, qualquer um dos quais poderia nos afetar de forma substancial e negativa, assim como nossa capacidade de implementar com sucesso nossa estratégia de negócios.

Mudanças nas políticas governamentais envolvendo biocombustíveis podem afetar negativamente nossos negócios, condições financeiras e resultados das operações.

As políticas governamentais para incentivar os biocombustíveis como resposta às preocupações ambientaistiveram, e provavelmente continuarão a ter, um impacto nos preços das commodities. A natureza e o escopo das futuras legislações e regulamentos que afetam os nossos mercados são imprevisíveis, e não podemos garantir que as atuais concessões, preços ou proteções de mercado envolvendo biocombustíveis serão mantidos na sua forma atual por qualquer período. Qualquer alteração no apoio concedido aos biocombustíveis pelo governo dos Estados Unidos ou qualquer outro governo pode resultar em estagnação ou declínio nos preços de mercado de certas commodities agrícolas e, conseqüentemente, no preço de nossas propriedades agrícolas, o que pode afetar negativamente o nosso negócio, condição financeira e resultados das operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Estamos sujeitos a uma ampla regulamentação ambiental. Dessa forma, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados se formos responsabilizados pela violação de tal regulamentação.

Nossas atividades comerciais no Brasil estão sujeitas a extensas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais de proteção ambiental, que nos impõem diversas obrigações ambientais, como requisitos de licenciamento ambiental, padrões mínimos para liberação de efluentes, uso de agroquímicos, gestão de resíduos sólidos, proteção de determinadas áreas (reserva legal e áreas de preservação permanente), e a necessidade de uma autorização especial para utilização da água, entre outros. De acordo com a jurisprudência consolidada do STJ, as obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.

À medida que as leis ambientais e sua aplicação se tornam cada vez mais rigorosas, nossas despesas com o cumprimento dos requisitos ambientais também poderão aumentar. Além disso, a possível implementação de novos regulamentos, mudanças nos regulamentos existentes ou a adoção de outras medidas podem fazer com que a quantidade e a frequência de nossos gastos com preservação ambiental variem significativamente em comparação com as estimativas atuais ou custos históricos. Quaisquer despesas futuras não planejadas podem nos forçar a reduzir ou renunciar investimentos estratégicos e, como resultado, podem afetar substancial e negativamente nossos negócios, condições financeiras e resultados das operações.

Somos uma empresa de crescimento emergente, de acordo com o Exchange Act e, se decidirmos aproveitar isenções de requisitos de relatórios aplicáveis a empresas de crescimento emergente, nossas ações ordinárias podem ser menos atraentes para os investidores.

Somos uma "empresa em crescimento emergente" de acordo com as regras do Exchange Act. Somos elegíveis de certas isenções de vários requisitos de relatórios que são aplicáveis a outras empresas públicas que não são empresas de crescimento emergente, incluindo, mas não se limitando a, não sermos obrigados a cumprir quaisquer regras do PCAOB, que, se adotadas no futuro, exigiria a rotação obrigatória da firma de auditoria e a discussão e análise do auditor sob qualquer regra de auditoria futura promulgada pelo PCAOB (a menos que a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos, ou a SEC, determine o contrário). Além disso, não estamos sujeitos ao nível adicional de revisão de nosso controle interno sobre relatórios financeiros, como pode ocorrer quando auditores externos atestam nosso controle interno sobre relatórios financeiros. Como resultado, nossos acionistas podem não ter acesso a certas informações que podem considerar importantes. Continuaremos sendo uma empresa de crescimento emergente por até cinco anos a partir da data de nossa oferta pública inicial de valores mobiliários de acordo com uma declaração de registro efetiva nos termos da Lei de Valores Mobiliários, embora possamos deixar de ser uma empresa de crescimento emergente mais cedo sob certas circunstâncias.

Aproveitamos a isenção da exigência de relatório de certificação do auditor e podemos decidir confiar em outras isenções no futuro. Não sabemos se alguns investidores acharão nossas ações ordinárias menos atraentes como resultado. O resultado pode ser um mercado de negociação menos ativo para nossas ações ordinárias e o preço de nossas ações pode ser mais volátil.

As leis fiscais brasileiras podem ter um impacto adverso nos impostos aplicáveis à alienação de ações ordinárias e ADSs.

Nos termos do artigo 18 da Lei nº 9.249/1995 e artigo 26 da Lei nº 10.833/2003, o ganho de capital auferido na alienação de ativos localizados no Brasil por um residente não brasileiro,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

para outro residente não brasileiro ou residente brasileiro que não tenha sido realizada ao amparo da Resolução CMN nº 4.373/2014, pode estar sujeito à retenção de imposto de renda na fonte no Brasil. No que diz respeito à alienação de nossas ações ordinárias, por serem localizadas no Brasil, um residente não brasileiro deve estar sujeito a imposto de renda sobre os ganhos auferidos na operação, independentemente de as transações serem realizadas no Brasil ou com um residente brasileiro. Com relação às nossas ADSs, embora o assunto não esteja totalmente claro, sem dúvida os ganhos realizados por um residente não brasileiro com a alienação de ADSs para outro residente não brasileiro não serão tributados no Brasil, com base no que as ADSs não são “ativos localizados no Brasil” para fins da Lei nº 10.833/2003. No entanto, não podemos garantir que as autoridades fiscais brasileiras ou os tribunais brasileiros concordarão com essa interpretação. Como resultado, os ganhos com a alienação de ADSs por um residente não brasileiro para um residente brasileiro, ou mesmo para um residente não brasileiro, caso os tribunais determinem que as ADSs constituiriam ativos localizados no Brasil, podem estar sujeitos a imposto de renda no Brasil, sujeitos à aplicação de juros e multa (nos termos do artigo 44 da Lei nº 9.430/1996) pelo não recolhimento do imposto caso cobrados por meio de autuação fiscal.

A imposição de impostos IOF pode influenciar indiretamente o preço e a volatilidade de nossas ADSs e nossas ações ordinárias.

A legislação brasileira impõe o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários sobre as operações de câmbio, ou IOF/Câmbio, nas quais ocorre a conversão de moeda brasileira (Real) em moeda estrangeira, e sobre a conversão de moeda estrangeira em moeda brasileira. A legislação brasileira impõe a incidência de IOF/Títulos ou Valores Mobiliários sobre as transações envolvendo títulos e valores mobiliários, tais como a aquisição, cessão, resgate, repactuação ou pagamento para liquidação, incluindo aquelas realizadas em uma bolsa de valores brasileira.

O IOF/Câmbio nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais aumentou de zero para 6% em 20 de outubro de 2009 (Decreto nº 6.983). Em 1 de dezembro de 2011, certos investimentos foram excluídos do imposto de 6% e, em vez disso, sujeitos a 2% de IOF / Câmbio. Em 2009, o IOF/Imposto sobre Valores Mobiliários aumentou de zero para 1,5% sobre ações emitidas por uma sociedade brasileira e listadas em bolsa de valores brasileira com o objetivo de permitir a emissão de recibos de depositários negociados fora do Brasil. Em 2011, o IOF / Imposto sobre Valores Mobiliários aumentou de 0 para 1% sobre as transações de derivativos cambiais, resultando em um aumento da exposição da posição vendida em moeda estrangeira ou na redução da posição longa em moeda estrangeira. Desde 30 de junho de 2013, a alíquota de IOF/Imposto sobre Valores Mobiliários é de zero.

A imposição desses impostos pode desencorajar o investimento estrangeiro em ações de empresas brasileiras, incluindo nossa sociedade, devido aos maiores custos de transação, e pode impactar negativamente o preço e a volatilidade de nossas ADSs e ações ordinárias se forem listadas em uma bolsa de valores nos Estados Unidos, bem como na B3.

Podemos ser classificados como uma sociedade de investimento estrangeira passiva, o que pode resultar em consequências fiscais adversas nos EUA para os investidores dos EUA.

Podemos ser classificados como uma sociedade de investimentos estrangeira passiva (uma “PFIC”) para fins de imposto de renda federal dos EUA. Essa caracterização pode resultar em consequências fiscais adversas nos EUA para você se você for um Detentor dos EUA de nossas ações ordinárias ou ADSs. Por exemplo, se formos uma PFIC, os Detentores dos EUA de nossas ações ordinárias ou ADSs poderão ficar sujeitos a um aumento nos passivos fiscais nos termos das leis e regulamentos fiscais dos EUA e ficarão sujeitos a requisitos de relatórios

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

onerosos. A determinação sobre se somos ou não uma PFIC é feita anualmente e dependerá da composição de nossos rendimentos e ativos de tempos em tempos. Especificamente, em qualquer exercício fiscal, seremos classificados como uma PFIC para fins fiscais dos EUA se (i) 75% ou mais de nossa renda bruta nesse exercício fiscal for renda passiva ou (ii) a porcentagem média de nossos ativos por valor nesse exercício fiscal que rodzem ou são mantidos para a produção de renda passiva for de pelo menos 50%. Para essa finalidade, os rendimentos provenientes de transações de commodities são geralmente considerados passivos, a menos que tal rendimento seja derivado na condução ativa de um negócio de commodities.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atua

Fizemos investimentos em terras agrícolas no Paraguai e na Bolívia e possivelmente faremos investimentos em outros países dentro e fora da América Latina, caso em que estaríamos sujeitos aos riscos econômicos, legais, políticos e regulatórios associados.

Atualmente, realizamos nossas atividades no Brasil, Bolívia e no Paraguai. No futuro, podemos expandir nossas atividades para outros países da América Latina ou outros lugares se decidirmos que a expansão internacional seria apropriada para alcançar nossos objetivos. O sucesso em outros países da nossa estratégia de negócios e modelo de negócio que aplicamos no Brasil estaria sujeito a um alto nível de incerteza e dependeria de inúmeros fatores que estão fora do nosso controle. Portanto, não podemos garantir que tal expansão seria rentável ou nos permitiria obter os retornos esperados sobre nossos investimentos, ou mesmo recuperar nossos investimentos. Qualquer expansão internacional de nossas atividades estaria sujeita a riscos políticos, econômicos e regulatórios no país relevante e a riscos inerentes à gestão de uma sociedade transnacional, incluindo:

- desafios devido à distância, idioma, práticas comerciais locais e diferenças culturais (ou seja, falta de financiamento; ciclos de pagamento mais longos no país em questão; dificuldades na formação de parcerias ou alianças estratégicas com partes locais; práticas conflitantes ou redundantes no que diz respeito aos aspectos fiscais, regulatórios, jurídicos e administrativos);
- efeitos negativos das flutuações cambiais ou da imposição de controles cambiais ou restrições à repatriação de capitais;
- alterações adversas nas leis e políticas locais, particularmente aquelas relacionadas com tarifas de importação, práticas trabalhistas, meio ambiente, investimento, aquisição de propriedades agrícolas por empresas estrangeiras ou empresas controladas por estrangeiros;
- dificuldade de execução de contratos e cobrança ou execução de dívidas, ou dificuldades ou restrições impostas pelos tribunais locais;
- expropriação e imposição de limitações legais ou administrativas ao exercício dos direitos de propriedade em consequência de alterações nas leis ou regulamentos aplicáveis;
- dificuldade em obter licenças, alvarás ou outras aprovações das autoridades governamentais locais;
- disputas políticas, inquietação social e deterioração das condições econômicas locais;
- conflitos ou disputas transnacionais envolvendo o Brasil e o país em questão; e
- terrorismo ou conflitos militares; e desastres naturais, epidemias, tumultos e insurreições.

Nossa incapacidade de reconhecer e responder a essas diferenças, desafios e riscos pode afetar negativamente quaisquer operações que possamos realizar em mercados fora do Brasil, o que poderia ter um efeito substancial adverso em nossos negócios, condição financeira e resultados das operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

Os movimentos sociais podem afetar o uso de nossas propriedades agrícolas ou causar danos a elas.

Movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Comissão Pastoral da Terra atuam no Brasil e defendem a reforma agrária e a redistribuição de propriedade pelo governo brasileiro.

A invasão e ocupação de terras agrícolas por um grande número de pessoas é uma prática comum entre os membros desses movimentos e, em certas regiões, incluindo aquelas onde atualmente investimos, recursos como proteção policial ou procedimentos de despejo são inadequados ou inexistentes. Como resultado, não podemos garantir que nossas propriedades agrícolas não estarão sujeitas a invasão ou ocupação por qualquer movimento social. Qualquer invasão ou ocupação pode prejudicar substancialmente o uso de nossas terras e afetar negativamente nosso negócio, condição financeira e resultados de operações.

Além disso, os movimentos sociais ambientalistas frequentemente promovem e organizam reuniões e outros eventos para prevenir, retardar ou reduzir o desmatamento legal, o que pode afetar adversamente nossas operações. Como resultado, não podemos garantir que nossas operações não serão prejudicadas por movimentos sociais ambientalistas, o que poderia levar à revogação de licenças de operação, atrasos ou alterações nas mesmas.

(k) Riscos Macroeconômicos

Dependemos do comércio internacional e das condições econômicas e outras condições em nossos principais mercados de exportação.

A atual capacidade de produção agrícola do Brasil é maior do que as demandas de seu mercado agrícola doméstico. As exportações agrícolas representam uma parcela cada vez mais significativa da nossa receita, especialmente porque nossas propriedades agrícolas reabilitadas ganham capacidades de produção agrícola e aumento do rendimento. Portanto, nossos resultados das operações dependem cada vez mais de condições políticas, econômicas e regulatórias em nossos principais mercados de exportação. A capacidade dos nossos produtos para competir eficazmente nesses mercados de exportação pode ser negativamente afetada por uma série de fatores fora do nosso controle, incluindo a deterioração das condições macroeconômicas, a volatilidade das taxas de câmbio, a imposição de tarifas ou outras barreiras comerciais ou outros fatores nesses mercados, tais como regulamentos relativos ao teor químico dos produtos agrícolas e regulamentos de saúde e segurança.

Devido à crescente fatia de mercado dos produtos agrícolas e de carne bovina brasileiros nos mercados internacionais, os exportadores brasileiros estão sendo cada vez mais afetados pelas tarifas e outras barreiras impostas pelos países importadores, a fim de, entre outras coisas, proteger os produtores locais, limitando o acesso de sociedades brasileiras aos seus mercados. Por exemplo, a União Europeia impõe tarifas de proteção destinadas a mitigar os efeitos dos menores custos de produção do Brasil sobre os produtores europeus locais. Os países desenvolvidos também utilizam subsídios diretos e indiretos para aumentar a competitividade dos seus produtores em outros mercados.

Além disso, devido à pandemia de COVID-19 em curso, governos e outras autoridades estabeleceram certas restrições à liberdade de circulação de pessoas e operações comerciais, incluindo proibições de viagens, o que levou a interrupções na cadeia de fornecimento e fechamentos de fronteiras. Outras medidas, como a restrição às importações ou fechamento de portos, aeroportos ou quaisquer portos de entrada, ou fechamentos de fronteiras, podem ter um efeito adverso significativo sobre os nossos negócios e os resultados das operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A adoção de medidas por um determinado país ou região, tais como restrições, quotas de importação ou suspensões das importações, pode afetar substancialmente o volume de exportação de produtos agrícolas e, conseqüentemente, os nossos resultados das operações.

Em julho de 2018, os EUA e a China começaram a impor tarifas sobre aproximadamente US\$ 34 bilhões das exportações um do outro. Posteriormente, os EUA impuseram tarifas sobre um adicional de US\$ 216 bilhões em mercadorias chinesas, e a China impôs tarifas sobre um valor adicional de US\$ 76 bilhões em mercadorias dos EUA. As negociações para resolver o litígio comercial estão atualmente em curso. As tensões contínuas do comércio global podem levar à imposição de tarifas adicionais ou a outros desenvolvimentos econômicos geopolíticos futuros. As ações futuras da administração dos EUA ou de outros países, incluindo a China, em relação a tarifas ou acordos e políticas comerciais internacionais permanecem atualmente obscuras. Não podemos, neste momento, prever o resultado das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China. O aumento de tais tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China e a imposição de tarifas, tarifas retaliatórias ou outras restrições comerciais podem resultar num reequilíbrio dos fluxos globais de exportação nos nossos principais mercados de exportação e um aumento da concorrência global, o que, por sua vez, poderia afetar negativamente nosso negócio, condição financeira e resultados das operações.

Se a competitividade dos nossos produtos em um ou mais dos nossos mercados significativos fosse afetada por qualquer um desses eventos, talvez não consigamos realocar os nossos produtos para outros mercados em condições comparáveis, o que poderia, portanto, afetar negativamente o nosso negócio, a condição financeira e os resultados das operações.

Uma desaceleração econômica mundial poderia enfraquecer a demanda por nossos produtos e levar a preços mais baixos.

A demanda por nossos produtos pode ser afetada por condições econômicas internacionais, nacionais e locais que estão fora do nosso controle. Alterações adversas nas condições econômicas percebidas ou reais, como preços mais elevados dos combustíveis, taxas de juros mais altas, declínios no mercado imobiliário e de capitais e volatilidade associada, mercados de crédito mais restritivos, impostos mais elevados e mudanças nas políticas governamentais podem reduzir o nível de demanda ou os preços de nossos produtos. Não podemos prever a duração ou magnitude de uma desaceleração ou o momento ou a força da recuperação econômica após os efeitos adversos da pandemia de COVID-19. Se uma desaceleração continuar por um longo período ou piorar, podemos enfrentar um período prolongado de diminuição na demanda e nos preços. Além disso, as desacelerações econômicas podem afetar negativamente nossos fornecedores, o que pode resultar em interrupções em nossas operações e perdas financeiras. Ademais, a deterioração das condições econômicas globais, particularmente em economias relevantes, como os Estados Unidos, a China e a Europa, como resultado da pandemia de COVID-19 pode finalmente diminuir a demanda por nossos produtos e ter um efeito adverso substancial em nossa condição financeira e resultados de operações.

Flutuações no valor do real brasileiro em relação ao dólar norte-americano podem nos afetar negativamente.

As flutuações cambiais, particularmente do real brasileiro em relação ao dólar norte-americano, podem afetar significativamente nossos resultados das operações, visto que: (1) nossos produtos e os suprimentos básicos usados em nossa produção são negociados internacionalmente; (2) os preços da soja são definidos com base nos preços prevalecentes na Junta Comercial de Chicago, ou CBOT; e (3) a maioria dos mercados é atendida por diversos fornecedores de diferentes países e a competitividade dos produtos agrícolas no exterior pode aumentar em relação à nossa frente a valorização da moeda brasileira em relação ao dólar norte-americano. Flutuações no valor do real em relação ao dólar norte-americano podem

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

afetar nossa receita de exportação, nossas vendas em dólares norte-americanos no mercado brasileiro e nossas despesas financeiras e custos operacionais, o que pode afetar negativamente nossos negócios, condição financeira e resultados das operações.

O real sofreu depreciações e apreciações frequentes em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras durante a última década. No passado, o governo brasileiro utilizou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência de ajustes variou de diária a mensal), controles cambiais, mercados de taxa de câmbio dupla e sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. Periodicamente, ocorreram flutuações relevantes na taxa de câmbio entre o real brasileiro e o dólar norte-americano e outras moedas. As desvalorizações em períodos mais recentes resultaram em flutuações significativas nas taxas de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano e outras moedas.

Em 2018, o real desvalorizou 17,1% em relação ao dólar norte-americano e, em 31 de dezembro de 2018, o real/EUA cotação do dólar foi de R\$ 3,8748. Em 2019, o real desvalorizou 0,6% em relação ao dólar norte-americano e, em 31 de dezembro de 2019, o real/EUA cotação do dólar foi de R\$ 4,0307. Em 2020, o real desvalorizou 29,2% em relação ao dólar norte-americano e, em 31 de dezembro de 2020, o real/EUA cotação do dólar era de R\$ 5,1967. Em 2021, o real desvalorizou 7,4% em relação ao dólar norte-americano e, em 31 de dezembro de 2021, a cotação real/dólar norte-americano era de R\$ 5,5799. Em 2022 (até 30 de setembro de 2022), o real valorizou 3,1% em relação ao dólar norte-americano, e o real/EUA a taxa de câmbio do dólar era de R\$ 5,4066 por US\$ 1,00 em 30 de setembro de 2022. Não há garantia de que o real não sofrerá desvalorização ou valorização em relação ao dólar norte-americano no futuro.

Também detemos instrumentos financeiros derivados para proteger por hedge os riscos relacionados à receita proveniente de exportações e custos operacionais denominados em moedas estrangeiras. Se não conseguirmos gerenciar esses instrumentos adequadamente, poderemos ser afetados negativamente pela nossa exposição a esses riscos, o que pode ter um efeito adverso substancial em nossa condição financeira e resultados das operações.

As medidas tomadas ou a serem implementadas pelo governo brasileiro em resposta à pandemia de COVID-19 podem ter um efeito adverso em nossos negócios e operações.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os governos federais, estaduais e municipais e outras autoridades brasileiras adotaram uma série de medidas para abordar os potenciais impactos da pandemia de COVID-19, incluindo:

- para conter ou atrasar a disseminação da COVID-19, o Ministério da Saúde, bem como várias autoridades estaduais e municipais adotaram ou recomendaram medidas de distanciamento social;
- em março de 2020, o governo federal brasileiro criou um Comitê de Crise para Monitorar os Impactos da COVID-19 no Brasil. Desde então, anunciou várias medidas para abordar os efeitos da pandemia de COVID-19 no Brasil;
- o Congresso Nacional brasileiro realiza discussões sobre diversas medidas para aumentar a receita do governo brasileiro, como a imposição de novos impostos, revogação de benefícios fiscais e o aumento das alíquotas de impostos em vigor; e,
- uma revisão dos benefícios fiscais e aumento das alíquotas de impostos em vigor;

Também é possível que nossos acordos comerciais, incluindo acordos de parceria rural, possam ser afetados pelos impactos adversos derivados da pandemia de COVID-19, uma vez

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

que as partes contratantes podem ser incapazes de cumprir suas obrigações contratuais. A pandemia de COVID-19 provavelmente seria considerada como um caso fortuito ou evento de força maior pelos tribunais brasileiros. Se nossos contratos forem discutidos em juízo, as partes podem tentar justificar o não cumprimento de suas obrigações e solicitar: (i) rescisão sem penalidades; (ii) reajuste ou liberação de obrigações contratuais; (iii) reajuste ou liberação dos efeitos da mora; e (iv) reajuste ou liberação de penalidades por violação do contrato, o que poderia ter um efeito adverso substancial em nossos negócios e operações.

Além disso, há uma considerável incerteza em relação aos possíveis resultados da pandemia de COVID-19. Não podemos prever quais outras medidas serão implementadas para mitigar os impactos da COVID-19 e se elas levarão a restrições ou limitações que possam afetar nossas operações comerciais. A deterioração das condições econômicas globais como resultado da pandemia de COVID-19 pode diminuir a demanda por nossos produtos e ter um efeito adverso substancial em nossos negócios, condição financeira e resultados das operações. A pandemia de COVID-19 também pode aumentar vários dos outros fatores de risco descritos neste relatório anual.

O governo brasileiro exerceu, e continua a exercer, influência significativa sobre a economia brasileira, o que, juntamente com as condições políticas e econômicas brasileiras, pode nos afetar negativamente.

Podemos ser adversamente afetados pelos seguintes fatores, assim como pela resposta do governo federal brasileiro a esses fatores:

- instabilidade social e econômica;
- aumento nas taxas de juros;
- controles cambiais e restrições sobre remessas ao exterior;
- restrições e impostos sobre as exportações agrícolas;
- flutuação na taxa de câmbio;
- inflação;
- volatilidade e liquidez do capital nacional e dos mercados de crédito;
- expansão ou contração da economia brasileira, medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- alegações de corrupção contra partidos políticos, políticos eleitos ou outros funcionários públicos, incluindo alegações feitas em relação à investigação da Lava Jato;
- medidas governamentais destinadas a controlar a pandemia de COVID-19;
- políticas governamentais relacionadas ao nosso setor; e,
- política fiscal ou monetária e alterações à legislação fiscal; e outras eventualidades, políticas, diplomáticas, econômicas e sociais dentro do Brasil ou que afetem o Brasil.

Historicamente, o governo brasileiro intervém frequentemente na economia brasileira e eventualmente faz mudanças significativas nas políticas e regulamentos econômicos, incluindo, entre outros, a promulgação de novas leis tributárias, mudanças nas políticas monetárias, fiscais e tributárias, desvalorizações cambiais, controles de capital e limites aplicáveis às importações.

A economia brasileira experimentou crescimento volátil e desacelerações nos últimos anos. O PIB brasileiro diminuiu 3,6% em 2016, aumentou 1,0% em 2017, aumentou 1,1% em 2018, aumentou 1,1% em 2019 e caiu 4,1% em 2020. Em 2021, a economia brasileira começou a crescer consideravelmente. O PIB brasileiro cresceu 4,6% em 2021 e 2,3% nos primeiros seis meses de 2022.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A inflação, o desemprego e as taxas de juros aumentaram mais recentemente, e o real brasileiro desvalorizou-se significativamente em relação ao dólar norte-americano. As expectativas do mercado para 2021 são de crescimento da economia brasileira, recuperando-se parcialmente da contração observada ao longo de 2020 em decorrência da pandemia de COVID-19. Condições econômicas adversas no Brasil podem afetar de forma substancial e negativa nossos negócios, condições financeiras e resultados das operações.

Como resultado de investigações realizadas a respeito da operação Lava Jato sobre a corrupção no Brasil, vários políticos seniores, incluindo deputados, e diretores executivos de algumas das principais empresas estatais do Brasil renunciaram ou foram presos, enquanto outros estão sendo investigados por alegações de conduta antiética e ilegal. As questões que vieram, e podem continuar a vir, ao conhecimento como resultado, ou em conexão com a operação Lava Jato e outras operações similares têm afetado negativamente, e esperamos que continuem afetando negativamente, a economia brasileira, os mercados e os preços de negociação dos valores mobiliários emitidos pelas emitentes brasileiras em breve.

O resultado dessas investigações é incerto, mas elas já tiveram um efeito adverso na imagem e reputação das empresas envolvidas e na percepção geral do mercado da economia brasileira, do ambiente político e do mercado de capitais brasileiro. O desenvolvimento dessas investigações nos afetou e pode continuar a nos afetar negativamente. Não podemos prever se essas investigações trarão mais instabilidade política ou econômica para o Brasil ou se novas alegações serão levantadas contra membros de alto nível do governo federal brasileiro. Além disso, não podemos prever os resultados dessas investigações, nem seus efeitos na economia brasileira.

A incerteza econômica contínua e a instabilidade política no Brasil podem afetar negativamente a economia brasileira, nosso negócio e o preço de mercado de nossas ações e ADSs.

O ambiente político brasileiro historicamente influenciou, e continua a influenciar, a performance da economia do país. Crises políticas afetaram e continuam a afetar a confiança dos investidores e do público em geral, o que historicamente resultou em desaceleração da economia e aumentou a volatilidade dos valores mobiliários emitidos por sociedades brasileiras.

Nos últimos anos, houve uma turbulência política significativa em conexão com o impeachment da ex-presidente (que foi destituída do cargo em agosto de 2016) e as investigações em andamento de seu sucessor (que deixou o cargo em janeiro de 2019) como parte da “Lava Jato”. As eleições presidenciais foram realizadas no Brasil em outubro de 2022. Não podemos prever quais políticas o novo presidente do Brasil, que assumirá o cargo em 1º de janeiro de 2023, poderá adotar ou alterar durante seu mandato ou o efeito que tais políticas podem ter em nossos negócios e na economia brasileira. Quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito material adverso sobre nós. A incerteza política resultante das eleições presidenciais e da transição para um novo governo pode ter um efeito adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira e sobre o preço de nossas ações e ADRs.

Além disso, o orçamento federal brasileiro está em déficit desde 2014. Da mesma forma, os governos dos estados constituintes do Brasil também estão enfrentando preocupações fiscais devido a seus altos encargos de dívida, queda de receitas e gastos inflexíveis. Embora o Congresso Brasileiro tenha aprovado um limite de gastos governamentais que limitará o crescimento das despesas públicas primárias à inflação do ano anterior por um período de pelo menos 10 anos, os investidores locais e estrangeiros acreditam que as reformas fiscais, e em particular uma reforma no sistema previdenciário do Brasil, serão críticas para que o Brasil cumpra com o limite de gastos. Na data deste relatório anual, as discussões no Congresso Brasileiro sobre tais reformas continuam em andamento. Menor confiança na condição orçamentária e na postura fiscal do governo brasileiro poderia resultar em rebaixamentos da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dívida soberana do Brasil pelas agências de rating de crédito, impactar negativamente a economia do Brasil, levar a uma maior depreciação do real e um aumento da inflação e das taxas de juros, afetando, assim, nossos negócios, resultados de operações e condição financeira.

A incerteza sobre a implementação por parte do governo brasileiro de mudanças nas políticas ou regulamentos que afetam essa implementação pode contribuir para a instabilidade econômica no Brasil e aumentar a volatilidade dos valores mobiliários emitidos no exterior por empresas brasileiras, incluindo nossos valores mobiliários. Qualquerum dos fatores acima pode gerar incerteza política adicional, afetar negativamente a economia brasileira, nosso negócio, condição financeira, resultados das operações e o preço de mercado de nossas ações e ADRs.

A inflação, aliada às medidas do governo brasileiro para combater a inflação, pode dificultar o crescimento econômico brasileiro e aumentar as taxas de juros, o que poderia ter um efeito adverso substancial sobre nós.

No passado, o Brasil enfrentou taxas significativamente elevadas de inflação. Como resultado, o governo brasileiro adotou políticas monetárias que resultaram em taxas de juros brasileiras entre as mais altas do mundo. O Comitê de Política Monetária do Banco Central, ou COPOM, estabelece uma meta oficial de taxa de juros para o sistema financeiro brasileiro com base no nível de crescimento econômico, taxa de inflação e outros indicadores econômicos no Brasil. Entre 2004 e 2010, a taxa de juros oficial brasileira variou de 19,75% a 8,75% ao ano. Em resposta ao aumento da inflação em 2010, o governo brasileiro aumentou a taxa de juros oficial brasileira, a taxa SELIC, que era de 10,75% ao ano em 31 de dezembro de 2010. A taxa SELIC aumentou e diminuiu desde então e, a partir de Em 30 de junho de 2019, era de 6,50% ao ano. As taxas de inflação, medidas pelo Índice Geral de Preços-Mercado, ou IGP-M, e calculadas pela Fundação Getúlio Vargas, ou FGV, foram de 7,54% em 2018, 7,30% em 2019, 23,14% em 2020 e 17,78% em 2021. A inflação acumulada nos primeiros seis meses de 2022, calculada pelo mesmo índice, foi de 8,39%. As taxas de inflação, medidas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, foram de 1,26% em 2018, 0,01% em 2019, 0,26% em 2020 e 10,06% em 2021. Inflação acumulada nos primeiros seis meses de 2022, calculado pelo mesmo índice, foi de 5,49%.

A inflação e as medidas do governo para combater a inflação tiveram e podem continuar a ter efeitos significativos na economia brasileira e nos nossos negócios. Ademais, as medidas do governo brasileiro para controlar a inflação têm frequentemente incluído a manutenção de uma política monetária apertada, com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e desacelerando o crescimento econômico. Por outro lado, uma flexibilização das políticas monetárias do governo brasileiro pode desencadear aumentos na inflação. No caso de um aumento na inflação, talvez não consigamos ajustar nossas taxas diárias para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode nos afetar substancial e negativamente.

Um aumento nas taxas de juros pode ter um efeito adverso significativo sobre nós. Além disso, em 30 de junho de 2022, alguns dos nossos empréstimos estavam sujeitos a flutuações nas taxas de juros, como a Taxa de Juros de Longo Prazo, ou TJLP, e a taxa de Certificados de Depósitos Interbancários, ou CDI. No caso de um aumento abrupto nas taxas de juros, nossa capacidade de cumprir nossas obrigações financeiras pode ser substancial e negativamente afetada.

A deterioração das condições econômicas e de mercado gerais ou a percepção de risco em outros países, principalmente em países emergentes ou nos Estados Unidos, pode ter um impacto negativo na economia brasileira e sobre nós.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos e América Latina e outros países emergentes, podem afetar a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Embora as condições econômicas nesses países possam diferir significativamente das condições do Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso no valor de mercado dos valores mobiliários dos emitentes brasileiros. Crises em outros países emergentes poderiam prejudicar o entusiasmo dos investidores pelos valores mobiliários de emitentes brasileiros, incluindo os nossos, o que poderia afetar negativamente o preço de mercado de nossas ações ordinárias. No passado, o desenvolvimento adverso das condições econômicas nos mercados emergentes resultou em um fluxo significativo de recursos para fora do país e em uma diminuição na quantidade de capital estrangeiro investido no Brasil. Mudanças nos preços dos valores mobiliários de empresas públicas, falta de crédito disponível, reduções nos gastos, desaceleração geral da economia global, instabilidade cambial e pressão inflacionária podem afetar negativamente, direta ou indiretamente, a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários. As desacelerações econômicas globais e a instabilidade relacionada no sistema financeiro internacional tiveram, e podem continuar a ter, um efeito negativo sobre o crescimento econômico no Brasil. As desacelerações econômicas globais reduzem a disponibilidade de liquidez e crédito para financiar a continuação e expansão das operações comerciais em todo o mundo.

Além disso, a economia brasileira é afetada pelas condições econômicas e de mercado internacionais em geral, especialmente as condições econômicas nos Estados Unidos. Os preços das ações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, ou B3, por exemplo, têm sido historicamente sensíveis às flutuações nas taxas de juros norte-americanas e ao comportamento dos principais índices de ações dos EUA. O aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente nos Estados Unidos, pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço de nossas ações ordinárias.

(I) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia.

Podemos ser suscetíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle.

Poderão ser formadas alianças ou acordos entre os acionistas, o que pode ter o mesmo efeito de termos um grupo de controle e, nesse caso, a Companhia pode sofrer mudanças repentinas e inesperadas em suas políticas corporativas, estratégias, gestão de recursos humanos, acesso a capital e outras matérias relevantes para a condução e estratégia de seus negócios, inclusive através de mecanismos como a substituição dos administradores.

Ainda, podem ser formados diferentes grupos ou alianças entre acionistas que disputam o controle da Companhia e/ou buscam maior influência na tomada de decisão dos negócios, de modo que tais grupos tenham interesses e objetivos diferentes, o que pode ocasionar em maior dificuldade para a tomada de decisões sobre os negócios da Companhia, tentativas de aquisição de controle e disputas judiciais ou arbitrais entre tais acionistas.

Por fim, quaisquer tentativas de aquisição de controle ou disputas entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos; ou mudanças repentinas ou inesperadas na equipe de administradores da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, podem afetar adversamente a Companhia, o valor de suas ações, seu negócios e resultados operacionais.

Nossos acionistas relevantes e alguns membros do nosso Conselho de Administração por eles eleitos podem ter interesses que diferem dos de nossos outros acionistas.

Nossos acionistas relevantes, dentre os quais a Cresud, que, em 30 de setembro de 2022,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

detinha, direta e indiretamente, 38,25% de nossas ações ordinárias, podem possuir outros diversos investimentos e outras prioridades que podem entrar em conflito com os de nossos outros acionistas e, como resultado, conflitos de interesses significativos podem surgir entre referidos acionistas relevantes e nossos outros acionistas.

Ademais, como resultado da participação da Cresud, um de nossos acionistas relevantes que atua no mesmo setor de atividade que o nosso, podem surgir conflitos de interesses em relação às transações envolvendo nossas atividades comerciais em andamento e a resolução desses conflitos pode não ser favorável para nós. Especificamente, as oportunidades de negócios, incluindo, entre outros, as potenciais metas para aquisições de propriedade rural, podem ser atraentes tanto para a Cresud quanto para nós. Podemos não ser capazes de resolver quaisquer conflitos potenciais e, mesmo que o façamos, a resolução pode ser menos favorável para nós do que se estivéssemos lidando com uma parte não afiliada.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Estamos expostos a riscos de mercado surgindo do curso regular de nossos negócios. Os riscos de mercado estão além de nosso controle e consistem da possibilidade de que alterações a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de mercado e nossos produtos e riscos de crédito poderão afetar adversamente nossos ativos e passivos financeiros, ou nosso fluxo de caixa ou ganhos futuros.

Riscos da Aquisição de Matéria-Prima

Para a aquisição de insumos agrícolas, nosso risco principal é a variação cambial, o fornecimento e demanda de cada insumo, os preços das commodities agrícolas e de frete. Nossa dependência de matéria-prima importada também está sujeita aos atrasos de fornecimento e da alfândega. Também estamos sujeitos a riscos com relação à disponibilidade de variedades específicas de sementes que utilizamos, que são afetadas pelas condições climáticas, entre outros fatores.

Além disso, o preço do diesel, que é o principal combustível utilizado nos tratores e maquinários agrícolas, é afetado pela variação nos preços do petróleo bem como pelas políticas de controle de preço adotadas pelo governo brasileiro.

Risco de Câmbio

Uma parte de nosso lucro está ligada à taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano, e conseqüentemente nossas receitas são impactadas por flutuações no câmbio. Algumas de nossas commodities, como a soja, podem ser precificadas em reais ou em dólares dos EUA. Além disso, alguns insumos necessários para produções agrícolas, como produtos químicos, pesticidas e fertilizantes, são precificadas ou baseadas em dólar dos EUA. De modo a reduzir o impacto sobre a receita, buscamos limitar nossa exposição cambial a 5% de nossa receita total esperada de commodities, tipicamente precificada em dólares dos EUA.

Em 30 de junho de 2022, nossa posição em aberto em dólares dos EUA era no valor de US\$ 77,0 milhões. O resultado de uma desvalorização hipotética de 5% do real em relação ao dólar geraria prejuízo bruto de R\$ 20,7 milhões.

Riscos de Taxas de Juros

A exposição a taxa de juros sujeita nossas subsidiárias e nós a riscos surgindo dos efeitos de flutuações de taxa de juros em nossos ativos e passivos financeiros. Uma parte de nosso endividamento está sujeita a taxas de juros fixas, enquanto nossos financiamentos com o BNDS estão sujeitos a taxas variáveis indexadas conforme a taxa TJLP. Nós não nos envolvemos em operações de hedging em relação a tais financiamentos, uma vez que acreditamos que as taxas de juros cobradas dessa forma são inferiores às taxas habitualmente aplicáveis no mercado brasileiro.

Se nosso volume de fundos investidos em instrumentos financeiros indexados à taxa CDI permanecer a mesma, com 30 de junho de 2022 como data-base, uma redução hipotética na taxa CDI de 10% reduziria nossa receita em R\$ 0,3 milhões mensais.

Riscos de Commodity Agrícola

As reduções em preços de commodities afetaria nossas margens e resultados operacionais. As variações nos preços de commodities são associadas com fornecimento global e demanda, bem como condições climáticas, tecnológicas, comerciais e econômicas e políticas governamentais. Para reduzir nossos riscos de variações de preço de commodities, utilizamos instrumentos financeiros tais como derivativos e instrumentos de balcão, incluindo opções e contratos futuros negociados no mercado de commodities, por meio do curso ordinário de colheita rotativa, desde compra de insumos para o plantio até a colheita. Acreditamos que a manutenção de nossa atual política de hedging é necessária para minimizar os riscos relacionados às variações no preço de commodities.

Em 30 de junho de 2022, tivemos uma posição em aberto em derivativos de soja (CBOT-futuros, opções e contratos OTC), no volume total de 1.782 milhares de sacas.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Considerando os volumes de vendas lastreados por derivativos e preço do grão da soja em 30 de junho de 2022, acreditamos que uma redução de 5% no preço do grão da soja não lastreada por derivativos aumentaria nossas receitas esperadas das vendas de grãos para os próximos 12 meses em R\$ 18,2 milhões.

Gestão de Riscos e Políticas de Proteção

Somos expostos a riscos derivados das variações de preço de commodities para produtos como soja, milho, cana-de-açúcar, arroz e sorgo, bem como variações de moeda estrangeira. Nós protegemos nossa exposição a riscos de preço de commodities para nossas operações, por meio de instrumentos de balcão, e mantemos nossas exposições dentro de limites preestabelecidos. Tais instrumentos financeiros incluem (i) preço da commodity e contratos de swap de taxa de juros; (ii) contratos de câmbio que preveem taxa de câmbio fixa em reais para nossos recebíveis e cobráveis denominados em dólares; (iii) contratos futuros de commodities para soja, milho e etanol que nos permitem vender ou comprar commodities a preços predeterminados; e (iv) contratos de opção que nos autorizam adquirir o direito de comprar ou vender um ativo ao preço presente em determinada data. Uma vez que essas operações são normalmente realizadas em dólares dos EUA, protegemos nossa exposição a riscos cambiais pela celebração de contratos com taxas de câmbio fixas. Definimos nosso limite de exposição cambial em 5% da receita total esperada da venda de cada commodity produzido por nós.

Nossa política de gestão de risco busca proteger nosso fluxo de caixa e despesas e, dessa forma, monitoramos a volatilidade e padrões históricos das tendências do mercado primário que afetam nossa receita e custos de produção, incluindo (i) preços de commodities, habitualmente determinados em dólares dos EUA; (ii) diferenças entre preços de mercado nacionais e internacionais de nossos commodities; (iii) taxas de câmbio; e (iv) preços impactando nossos principais custos de produção, incluindo fertilizantes, pesticidas e químicos.

Além de acompanhar essas tendências, nosso departamento de planejamento estratégico analisa nossas exposições e posições no mercado e elabora regularmente relatórios analisando tais riscos em simulações de várias situações hipotéticas indicando os efeitos em nossos resultados de diferentes variações nos preços e condições de mercado. Tais análises e relatórios incluem o monitoramento e avaliação de: (i) o status do comercialização e entrega de nossos produtos; (ii) atualizações sobre nossa estimativa de área plantada e volumes de produção; (iii) a distribuição das vendas por produto e tipo (como contratos futuros, opções, contratos a prazo); (iv) análise de mercado e comparações históricas de preços, taxas e outros índices que afetam nossa receita bruta; (v) modelos de análise de risco e simulações como a simulação de Monte Carlo, que analisam a volatilidade e sensibilidade de nossos ativos e as correlações existentes entre tais ativos; e (vi) análises de testes de estresse em diferentes cenários. Tais relatórios são entregues ao nosso Comitê de Riscos, que desenvolve os objetivos e limites de nossa estratégia de hedge e nossa política de hedge, que é definida e aprovado por nosso Conselho de Administração. Nosso Comitê de Riscos supervisiona nosso departamento de planejamento estratégico na implementação e na execução de nossa estratégia de hedge.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Nós e nossas controladas estamos sujeitos a processos judiciais e procedimentos administrativos envolvendo matéria ambiental, trabalhista, cível, fiscal e criminal. Em 30 de junho de 2022, somos réus em 72 procedimentos judiciais e administrativos, dos quais 16 procedimentos envolvem matéria ambiental, 9 procedimentos envolvem matéria trabalhista, 44 procedimentos envolvem matéria fiscal e 3 procedimentos envolvem matéria cível. Além disso, somos autores de 20 procedimentos judiciais ou administrativos envolvendo matéria ambiental, cível e fiscal, dos quais 3 procedimento envolve matéria de cunho ambiental, 5 procedimentos envolvem matéria de cunho fiscal e 12 procedimentos têm por objeto aspectos cíveis.

Contingências Ambientais

Contingências Cíveis

Processo nº 277/2009	
a. Juízo	Vara Única da Comarca de Correntina/BA.
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	10/06/2009
d. Partes no processo	Autores: J. P. de S. e outro. Réus: S. G., C. G. e Imobiliária Cajueiro Ltda., empresa subsidiária da Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.800.000,00
f. Principais fatos	<p>Ação proposta visando à anulação dos seguintes atos: (i) Instrumento Público de Procuração, outorgado em 13/02/1997, pelos autores para o Sr. A. M. da C.; (ii) Instrumento de Compra e Venda, celebrado em 11/10/2000, entre os Srs. J. P. de S. e o casal S. G. e C. G., referente a uma área de terras de titularidade da Imobiliária Cajueiro Ltda., que, no passado, foi de propriedade dos autores; e (iii) da Escritura Pública de Venda e Compra, firmado entre a Field Comércio e Participações S/A e a Imobiliária Cajueiro, subsidiária da Companhia, datada de 18/12/2008.</p> <p>A área de terras em discussão encontra-se descrita na matrícula nº 6.413, equivalente a 2.561.681 ha, correspondente à aproximadamente 6,9% da área total da Fazenda Chaparral.</p> <p>A Imobiliária Cajueiro apresentou contestação, alegando a improcedência dos pedidos formulados pelos autores e demonstrando que realizou as diligências necessárias para adquirir o imóvel em questão, inclusive perante a Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia ("CDA"), que apresentou, quando da aquisição da Fazenda, parecer comprovando que não havia, à época, nenhuma irregularidade ou dúvida acerca do domínio da área que foi objeto da Escritura de Compra e Venda supramencionada. Em Maio de 2022, a Imobiliária Cajueiro e as demais partes celebraram um acordo pelo qual a Imobiliária Cajueiro se comprometeu a pagar R\$ 50.000,00. Atualmente estamos aguardando a homologação do acordo.</p>
g. Chance de perda	Não aplicável
h. Impacto em caso de perda do processo	Não aplicável em razão da celebração de acordo judicial.
i. Valor provisionado	Não aplicável em razão da celebração de acordo judicial.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 212239-85.2012.8.09.0105	
a. Juízo	Vara Única da Comarca de Mineiros/GO.
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	05/06/2012
d. Partes no processo	Autora: L.M. S.; Réu: Brasilagro e outros
e. Valores, bens ou direitos	R\$ 938.400,00

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 212239-85.2012.8.09.0105	
envolvidos	
f. Principais fatos	<p>Trata-se de demanda por meio da qual pretende a Autora o recebimento de indenização pelos danos morais e materiais supostamente sofridos em razão de acidente rodoviário envolvendo um caminhão utilizado por uma empresa que presta serviços à Companhia relacionados ao transporte da cana-de-açúcar colhida na Fazenda Araucária, ocorrido em 29/08/2011, no qual veio a óbito seu marido, Sr. H. P. da S..</p> <p>Em março de 2013, a Brasilagro apresentou contestação, requerendo a improcedência da ação e a denúncia a lide da seguradora Tokio Marine Brasil Seguradora S.A. Atualmente, aguarda-se que o juízo da causa delimite a matéria a ser objeto de análise.</p>
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Caso a decisão seja desfavorável à Companhia, a Brasilagro deverá efetuar o pagamento do valor da condenação, acrescido de juros e correção monetária.
i. Valor provisionado	Valor não provisionado em razão da probabilidade de perda possível, calculada conforme regras contábeis.

Processo nº 1311-46.2010.8.10.0026	
a. Juízo	Vara Única da Comarca de Balsa/MA
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	10/05/2010
d. Partes no processo	Autor: Mundo dos Cereais. Réus: Brasilagro
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 847.000,00
f. Principais fatos	<p>Trata-se de medida cautelar de sustação de protesto ajuizada por Mundo dos Cereais Ltda. para sustar os efeitos do protesto de título extrajudicial lavrado pela Brasilagro em razão do inadimplemento, por parte da Mundo dos Cereais, do Instrumento Particular de Confissão de Dívida.</p> <p>Em 12/05/2010, foi proferida decisão liminar sustando os efeitos do protesto realizado pela Brasilagro.</p> <p>Após a apresentação da constatação, datada de 25/03/2014, o Juízo de primeiro grau julgou improcedente a ação cautelar proposta pela Mundo dos Cereais e determinou seu arquivamento.</p> <p>Não obstante o resultado favorável da decisão proferida pelo Juízo de primeiro grau, a Brasilagro opôs embargos de declaração para que o Juízo se manifestasse acerca da cessação da decisão liminar proferida em 12/05/2010.</p> <p>Atualmente estamos aguardando o julgamento dos embargos de declaração opostos pela Brasilagro.</p>
g. Chance de perda	Possível.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 1311-46.2010.8.10.0026	
h. Impacto em caso de perda do processo	Na hipótese de reversão da decisão de primeiro grau, a Brasilagro ficará impedida de realizar o protesto extrajudicial do Instrumento Particular de Confissão de Dívida.
i. Valor provisionado	Valor não provisionado em razão da probabilidade de perda possível calculada conforme regras contábeis.

Processo Contencioso Administrativo nº 4479	
a. Juízo	2ª Sala do Tribunal Agroambiental de Santa Cruz, Bolívia
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	30/12/2021
d. Partes no processo	Autor: Acres del Sud S.A.. Réus: Instituto Nacional de Reforma Agrária e Servicio Nacional de Areas Protegidas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	4435,1473 Ha da Fazenda Acres del Sud
f. Principais fatos	Trata-se de processo contencioso ajuizado pela Acres del Sud visando a declaração de nulidade da Resolução Final de Saneamento nº RA-SS 0504/2021, pela qual o INRA declarou uma suposta sobreposição de 4435,1473 hectares da Fazenda Acres del Sud junto à Reserva de Guarayos. Em 12/05/2022 o SERNAP (Servicio Nacional de Areas Protegidas) apresentou petição informando que as áreas da Fazenda Acres del Sud não estão sobrepostas à Reserva de Guarayos. Atualmente estamos aguardando o julgamento do processo contencioso administrativo.
g. Chance de perda	Possível.

Contingências Trabalhistas

Processo Coativo Social nº 358	
a. Juízo	9º Juzgado de Partido del Trabajo del Departamento de Santa Cruz - Bolívia
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	19/07/2021
d. Partes no processo	Autores: Yuchan Agropecuária S.A. e C. P. S
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Bs. 7.163.723,55

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. Principais fatos	Trata-se de ação judicial ajuizada pela Yuchan Agropecuária S.A., subsidiária da Companhia na Bolívia, contra a C. P. S. para afastar a cobrança de Bs. 7.163.723,55 de encargos supostamente não quitados das gestões de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, e 2017. Atualmente, estamos aguardando decisão judicial.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Bs. 7.163.723,55
i. Valor provisionado	Valor não provisionado em razão da probabilidade de perda possível calculada conforme regras contábeis.

Contingências Fiscais**4.3.1**

Em 30 de junho de 2022, mantemos provisões totais de R\$ 772 mil para perdas prováveis, incluindo R\$ 318 mil para processos trabalhistas e R\$ 454 mil para processos ambientais. Com base na opinião de nossos consultores legais externos, acreditamos que nossas provisões alocadas para fins de contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis que possam resultar de processos nos quais a Companhia e nossas subsidiárias são parte.

Os processos trabalhistas incluem reivindicações de antigos empregados da Companhia e de antigos funcionários de empresas que prestam ou prestavam serviços à Companhia (empresas terceirizadas). Na maioria dos casos de cunho trabalhista, a Companhia e suas controladas são responsáveis subsidiárias, já que a discussão envolve possíveis direitos existentes entre empresas terceirizadas e seus antigos empregados.

Dentre os casos relatados acima, não esperamos perdas prováveis resultantes dos processos relacionados à matéria cível, fiscal e criminal em andamento quando da emissão do presente Formulário de Referência.

Dentre nossos processos legais e administrativos, considerando a data-base de 30 de junho de 2022, identificamos as contingências acima como relevantes em vista de efeitos adversos que poderiam eventualmente afetar nossas atividades e/ou os valores envolvidos nas reclamações (para fins do presente Formulário de Referência, consideramos como relevantes os processos legais e administrativos ajuizados contra a Companhia e suas controladas envolvendo valores acima de R\$ 500 mil).

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam**Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores, ex- administradores ou ex-controladores, ou ainda seus investidores ou de suas controladas. Adicionalmente, a Companhia não possui acionista controlador.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Na data deste Formulário de Referência, nós e nossas controladas não possuíamos processos sigilosos relevantes, além dos descritos nos itens 4.3 e 4.4 deste Formulário de Referência.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Não aplicável, pois a Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Processos Judiciais e Administrativos envolvendo nossos Diretores e Conselheiros

Ações Coletivas nos Estados Unidos da América

Em junho de 2015, foi apresentado, perante o tribunal israelense, pedido para início de ação coletiva contra o IDBD, os administradores da IDBD, Dolphin Netherlands BV e CAA Extra Holdings Ltd., por indivíduos que alegam que os acionistas controladores e o conselho de administração da IDBD agiram em conjunto para frustrar a venda de ações da Clal Insurance Enterprises Holdings Ltd (ou Clal) para o JT Capital Fund. Os requerentes argumentam que isto lhes causou danos materiais, uma vez que, nos termos da reestruturação da dívida da sociedade holding IDBD, a IDB Holdings Corporation Ltd., os seus credores teriam o direito de receber um pagamento maior se a venda acima mencionada tivesse sido consumada. Além disso, alegam que as ofertas de direitos da IDBD de 2014 e 2015 discriminaram os acionistas minoritários. Em 21 de março de 2016, os réus requereram o indeferimento do pedido para início da ação coletiva. Em 02 de junho de 2016, o Tribunal aceitou parcialmente o pedido dos autores e ordenou a eles requerentes que emendassem o pedido para fins de inclusão dos argumentos e dos recursos com respeito à referida transação Clal. Em agosto de 2016, os réus e os autores apresentaram recurso. Em 2017, ambos os recursos foram indeferidos pela Suprema Corte. Após o indeferimento das apelações dos autores e dos réus, os autores apresentaram um novo pedido para início de ação coletiva contra os réus, com base em supostos prejuízos que os réus teriam causados aos autores em razão da redução dos direitos relacionados à Reestruturação de Dívida e na inclusão de todos os antigos credores da IDBD que teriam direito a eventuais pagamentos nos termos da Reestruturação de Dívida. Ademais, os autores reiteraram os termos do pedido para início da ação coletiva. Em 7 de maio de 2018, os réus apresentaram suas respostas requerendo a rejeição integral dos pedidos dos autores. O Sr. Ben Moshe e a CAA apresentaram, em conjunto com os autores, um pedido de dilação de prazo para resposta do Sr. Ben Moshe e a CAA em razão de uma negociação para encerrar a ação contra o Sr. Ben Moshe e a CAA. Em 8 de maio de 2018, o tribunal aceitou o pedido de extensão de prazo para apresentação de resposta do Sr. Ben Moshe e da CAA e determinou que o Sr. Ben Moshe e a CAA apresentassem suas respostas até o dia 8 de julho de 2018 e, subsequentemente, o tribunal aprovou referida solicitação para o fim de postergar o prazo de apresentação de resposta até 5 de janeiro de 2019. Após a audiência preliminar em abril de 2019, em maio de 2019 os autores apresentaram um requerimento a fim de demonstrar sua intenção em desistir do processo em face da IDBD, do Sr. Eduardo Elsztein e da Dolphin Netherlands B.V. Em julho de 2019, os autores, em um acordo parcial, apresentaram um requerimento desistindo do processo contra os réus. Ato contínuo, os antigos controladores da CAA e da IDBD recusaram o pedido de desistência dos autores sem que fossem imputados aos autores as custas processuais. O tribunal determinou que as partes se manifestem sobre as custas processuais até 10 de setembro de 2019. O escritório que patrocina esta demanda considera esta ação como chance "remota" de perda.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A política de gerenciamento de riscos da Companhia foi aprovada pela Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia no dia 13/09/2019.

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

O risco é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da inexistência, falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e/ou de eventos externos. Os principais riscos relacionados à Companhia e ao seu setor de atuação são:

Financeiro: O risco financeiro compreende a possibilidade de perdas ou desvios sobre os resultados e o patrimônio da Companhia, ocasionados, em geral, pelos seguintes fatores:

- Riscos de mercado: possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por inflação, oscilações de taxas de juros, câmbio, preços de ações e/ou dos preços de commodities, ou, ainda, incapacidade de adquirir e vender propriedades agrícolas a preços atrativos;
- Riscos de crédito: a possibilidade de perdas resultantes de eventual não recebimento de valores contratados junto a terceiros (tais como fornecedores, contratadas, clientes, etc.) em decorrência de sua incapacidade de honrar com seus compromissos
- Risco de liquidez (fluxo de caixa): possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar seus compromissos na data de seu vencimento ou somente fazê-lo com elevados prejuízos financeiros.

Socioambiental: O risco socioambiental consiste na possibilidade de incorrer em perdas advindas de efeitos negativos no meio-ambiente e/ou na sociedade decorrentes de impacto ambiental, em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

Operacionais: Riscos relacionados a perdas resultantes da falta, deficiência, inadequação e/ou falha de processos, fraudes e controles internos, atração ou retenção de capital humano qualificado, sistemas tecnológicos, processamento e controle de operações que afetam a eficiência operacional e a utilização efetiva e eficiente dos recursos da Companhia.

Reputacional: O risco reputacional, também conhecido como "risco de imagem", baseia-se na possibilidade de perdas decorrentes da eventual possibilidade de a Companhia ter seu nome, marca e/ou credibilidade desgastado no mercado ou perante autoridades em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

Regulatório: O risco regulatório pode decorrer do atraso ou dificuldade na obtenção de licenças ou permissões regulatórias, ou ainda, do não cumprimento das normas regulatórias e dos limites definidos por órgãos regulamentadores.

Estratégico: Riscos associados a falta de capacidade ou habilidade da Companhia em proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente em que está inserida. Este risco pode englobar um evento isolado ou um conjunto de condições que reduzem significativamente a capacidade de atingimento de seus objetivos.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Avaliação e classificação do risco

Os riscos são avaliados e classificados, conforme a seguir:

Alto: Trata-se de uma deficiência de controle significativa, no qual há um considerável risco de perda, diminuição da rentabilidade ou impacto nos objetivos da Companhia. Em geral se relaciona com falhas significativas em controles chaves do processo. Também pode estar relacionado com irregularidades / fraudes que resultem em um trabalho de investigação. Estes riscos podem provocar um impacto adverso significativo ao negócio. Também pode corresponder a um impacto significativo materializado que tenha provocado algum efeito negativo e que deveria ser remediado para não incorrer em mais perda.

Médio: Esta é uma diminuição da rentabilidade, fraqueza de controle bastante significativa, na qual existe um possível risco de perda de importância média. Em geral se relaciona com irregularidades, baixa lucratividade, e que deve ser remediado de modo a não causar mais eventos de perda ou vir a causar possível impacto no negócio. Podem ou não corresponder a avarias nos principais controles do processo auditado.

Baixo: Trata-se de uma insignificante falha de controle, que pode convergir em risco de perda, diminuição da rentabilidade por erros, ações e/ou omissões, ou falta de evidência da realização do controle dentro do processo. O impacto não é considerável e resulta em recomendações e elaboração de plano de ação para remediação da deficiência.

Tratamento do risco

Envolve a seleção de uma ou mais opções para tratamento e mitigação dos riscos e a implementação dessas opções, que resultarão no desenvolvimento de novos controles ou modificação dos existentes.

Opções para tratamento dos riscos:

- Eliminar o evento de risco;
- Diminuir o evento de risco;
- Transferir o evento de risco;
- Aceitar o evento de risco.

Gerenciamento contínuo de risco

O processo de gerenciamento contínuo de riscos é compreendido pelas seguintes ações:

- Identificar e entender os processos-chave do negócio e os riscos inerentes (riscos apresentados antes da operação do controle ou de fatores mitigantes) associados a tais processos. A identificação é o primeiro passo para que se possa mitigar todos os riscos relevantes inerentes aos processos do negócio.
- Auxiliar no desenvolvimento e documentação de controles apropriados e efetivos incluindo políticas, procedimentos, ferramentas e treinamentos, de forma a mitigar todos os riscos relevantes, reduzindo o potencial para erros, perdas, fraudes e danos reputacionais.
- Avaliar periodicamente os controles dos processos de negócio e operacionais de forma a assegurar que estes sejam estabelecidos de forma consistente e eficaz. Uma vez que os controles apropriados, incluindo políticas, procedimentos, ferramentas e treinamentos forem desenvolvidos e documentados, sendo que a área de negócio deve garantir que os controles são executados adequadamente.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Monitorar o risco residual (risco identificado após a execução do controle ou fatores mitigantes) através de indicadores-chave de risco e controles cruzados, visando garantir que quaisquer desvios possam ser identificados.
- Reportar, de forma transparente e tempestiva, falhas de controles, erros, perdas e plano de ação à alta administração, conselho fiscal e área de negócio.
- Fortalecer os controles, incluindo políticas, procedimentos, ferramentas e treinamento para minimizar o impacto do risco de forma eficiente.

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Metodologia para identificação, avaliação e monitoramento de riscos

A metodologia desenvolvida para a identificação, avaliação e monitoramento do risco é baseada no modelo de Três Linhas de Defesa, uma forma simples e eficaz de melhorar o gerenciamento de riscos por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais dos envolvidos nesse processo.

A 1ª Linha de Defesa é representada pela atuação da área de negócio da Companhia, responsável por identificar, mensurar, avaliar e mitigar os riscos de seu negócio. Cada unidade de negócio tem riscos operacionais a ela inerentes, sendo responsável por manter controles internos eficientes e implementar ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

A 2ª Linha de Defesa é representada pela atuação da área de Compliance da Companhia, que trabalha em conjunto com a área de negócios para garantir que esta tenha identificado, avaliado e reportado corretamente os riscos do seu negócio. A segunda linha de defesa deve monitorar a adequação e efetividade dos controles internos, a exatidão e a integridade da informação, o cumprimento das leis e regulamentos e a remediação das deficiências.

A 3ª Linha de Defesa é representada pela atuação da Auditoria Interna da Companhia, que deve revisar de modo sistemático e eficiente às atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribuir para seu aprimoramento.

Papéis organizacionais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Definir o perfil de riscos da empresa, por meio de direcionadores estratégicos e orientação geral à Diretoria.
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos Corporativos, assim como suas revisões;

CONSELHO FISCAL

- Acompanhar os riscos gerenciados no nível de cada macroprocesso e/ou operação, para verificar a efetividade dos controles existentes, e aprovar o plano anual de auditoria;
- Supervisionar as atividades de controles internos da Companhia e de suas controladas; e
- Avaliar a efetividade e a suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos operacionais.

GESTORES DAS ÁREAS DE NEGÓCIO

- Identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias de mitigação;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Implementar os planos e acompanhar as ações corretivas e/ou preventivas nas atividades correspondentes ao risco identificado;

DIRETORIA

- Auxiliar o Conselho de Administração na definição do perfil de riscos da Companhia.
- Implementar sistema de controles internos incluindo políticas, normas e limites de alçada;

COMPLIANCE

- Assegurar a existência de uma estrutura adequada ao gerenciamento de riscos, uma adequada administração integral de riscos, elaboração dos controles mitigatórios e acompanhamento do plano de remediação elaborado pela área de negócio.
- Promover a cultura de risco na Companhia;
- Atuar proativamente na identificação de novos tipos de risco para a Companhia.

AUDITORIA INTERNA

- Suportar o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não identificou durante seus procedimentos cíclicos de validação dos desenhos bem como operação dos controles internos implementados em seus processos, deficiências significativas que pudessem convergir em perdas financeiras, reputacionais, estratégicas ou regulatórias. A validação dos controles internos é realizada de forma cíclica e este resultado auxilia a Companhia na medição da eficácia da implementação da política de riscos implementada.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

O emissor possui política de gerenciamento de riscos de mercado criada e aprovada em 23/11/2007 que é revisada todos os anos e já sofreu duas manutenções, uma em 30/03/2015 e outra em 07/11/2018.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A política de riscos tem como objetivo principal proteger a geração de caixa da empresa, para tanto, devemos estar atentos não apenas aos principais componentes da receita, mas também aos principais componentes do custo de produção. Dessa forma monitoramos diariamente a) os preços de internacionais das principais commodities agrícolas produzidas pela empresa, comumente determinados em dólares; b) o prêmio de base que é a diferença entre o preço internacional e o preço nacional das commodities; c) a taxa de câmbio e d) as cotações dos principais itens capazes de impactar consideravelmente na formação do custo como frete, fertilizantes e químicos.

Semanalmente, são emitidos relatórios que consolidamos seguintes pontos: 1) status da comercialização, 2) atualização da estimativa de área plantada e produtividade da companhia, 3) distribuição das vendas por tipo de operação (venda por meio de contratos futuros, opções, contrato a termo entre outras estratégias), 4) análise sobre o mercado e comparação da evolução das cotações dos principais fatores que afetam o lucro bruto da companhia, 5) análise de risco elaborada por meio de simulações de monte-carlo, simulações estas que levam em consideração a volatilidade de cada ativo e as correlações existentes entre eles 6) análise de cenários de stress. Dessa forma conseguimos garantir que todas as decisões sejam tomadas com o máximo de informação possível e que a política de gestão de risco seja sempre respeitada.

O processo de decisão é de responsabilidade do Comitê de Gestão de Risco que se reúne semanalmente. Para a tomada de decisão são levados em consideração os seguintes pontos:

- Margem bruta esperada a partir do cenário vigente de preços.
- Desvio padrão da margem bruta esperada para diferentes cenários de estratégia de fixação de preços.
- Análise da margem bruta esperada em cenários de stress para diferentes estratégias de hedge.
- Comparação entre a expectativa atual e o orçamento da companhia.
- Comparação da margem bruta esperada e a sua média histórica.
- Expectativas e tendências do mercado.
- Aspectos tributários.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

O Comitê de Gestão de Risco reúne-se bimestralmente para deliberar sobre as exposições da Companhia. Para a reunião é elaborada uma apresentação que condensa todas as exposições da Companhia sejam elas relativas às contas de resultado ou de balanço. Tipicamente a companhia pode ter exposição aos preços das commodities agrícolas como soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, eucalipto, arroz, sorgo, etc. e à variação cambial. Essas exposições que, na maioria das vezes, são geradas por contas de resultados também podem ser geradas por contas de balanço como, por exemplo, um recebível em virtude da venda de uma fazenda com pagamentos indexados ao

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

preço da soja ou uma dívida indexada a IGP-M ou taxa de câmbio, etc. Dessa forma nós conseguimos assegurar que a Companhia mantenha todas as exposições dentro dos limites pré-estabelecidos.

Limites e controles

Para cada variável de mercado capaz de gerar perdas ou ganhos existe um limite mínimo e máximo a que a Companhia pode ficar exposta. Os níveis de exposição, desde que respeitados os seus respectivos limites, são definidos pelo Comitê de Gestão de Risco e aprovados pelo Conselho de Administração. O controle das exposições é feito rotineiramente pela área de tesouraria.

Limites de hedge

A definição de limites de hedge é diferente para cada estágio da safra em questão. A tabela abaixo informa em detalhes quais os limites de hedge para uma determinada safra levando-se em consideração os diferentes estágios em que a safra se encontra e a produção total esperada (que pode sofrer revisões de tempos em tempos).

Antes do plantio		Após o plantio e antes da colheita	Após a colheita até a venda final
Antes da compra de insumos	Após a compra de insumos		
Neste período a nossa exposição líquida é gerada por todos os itens que compõe os custos e receitas e as correlações entre eles. Como nosso objetivo é proteger a margem esperada para a safra vindoura monitoramos a todo momento as cotações de mercado para os preços das commodities, dos insumos e da taxa de câmbio, e as exposições geradas por eles. No caso da soja, por exemplo, a exposição à commodity é reduzida pela exposição ao preço do adubo que é correlacionado negativamente com a soja. Após determinarmos as exposições líquidas passa a ser possível identificar o impacto na margem proporcionado pela variação 1% no preço da soja e podemos então, conscientemente, iniciar as operações de hedge com intuito de reduzir nossas exposições. Tipicamente iniciamos o monitoramento da safra cerca de 12 meses antes do início do plantio.	Uma vez comprados os insumos e definidos os custos nossa exposição passa ser quase que unicamente às commodities que serão produzidas pela empresa. Nesta fase, assim como na fase anterior, temos uma estimativa da produção total, mas não temos segurança total sobre essa estimativa porque tanto a área a ser cultivada e a produtividade podem sofrer variações em relação ao estimado. Devido a essa incerteza temos como limite para fixação de preço das commodities para a fase "antes do plantio" 70% da produção total esperada.	Uma vez conhecida a área cultivada a única possibilidade de variação no total a ser produzido passa ser por quebra de safra. Neste período temos o limite para travamento de preços das commodities para 80% do total a ser produzido.	Após a produção total ser conhecida podemos travar 100% do preço das commodities produzidas.

Ainda, como a fixação dos preços, tanto das commodities quanto dos insumos, é normalmente feita em dólares, essas fixações geram exposições cambiais e, por consequência, necessidade de fixação da taxa de câmbio. Definimos como limite para exposição cambial 5% da receita total esperada da commodity em questão.

Controles e apuração

O controle das posições da BrasilAgro é feito semanalmente, quando é circulado para os membros do Comitê de Gestão de Risco um relatório que consolida todas as posições da BrasilAgro e indica quais os níveis de exposição da Companhia para os principais fatores de risco.

iii. instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Os instrumentos elegíveis para operações de hedge são, por exemplo: (i) contratos de swap (BM&F e CETIP), (ii) contrato a termo de moeda (NDF), (iii) contrato futuro de moeda (BM&F), (iv) contrato futuro de soja (CBOT e BM&F), (v) contrato futuro de milho (CBOT e BM&F), (vi) contrato futuro de álcool (BM&F), (vii) contrato futuro de Pluma de Algodão (NYBOT e ICE), e (ix) contratos de opções (bolsa e balcão).

iv. parâmetros utilizados para os gerenciamentos desses riscos

As análises de risco em sua maioria passam por simulações com cenários de preços para os ativos a que a Companhia tem exposições. Nestas simulações são levadas em consideração informações históricas acerca da volatilidade dos ativos em questão e as correlações entre eles que em alguns casos são altamente positivas como é o caso do preço internacional do adubo e do preço internacional da soja ou altamente negativa como no caso da taxa de câmbio e do preço internacional da soja.

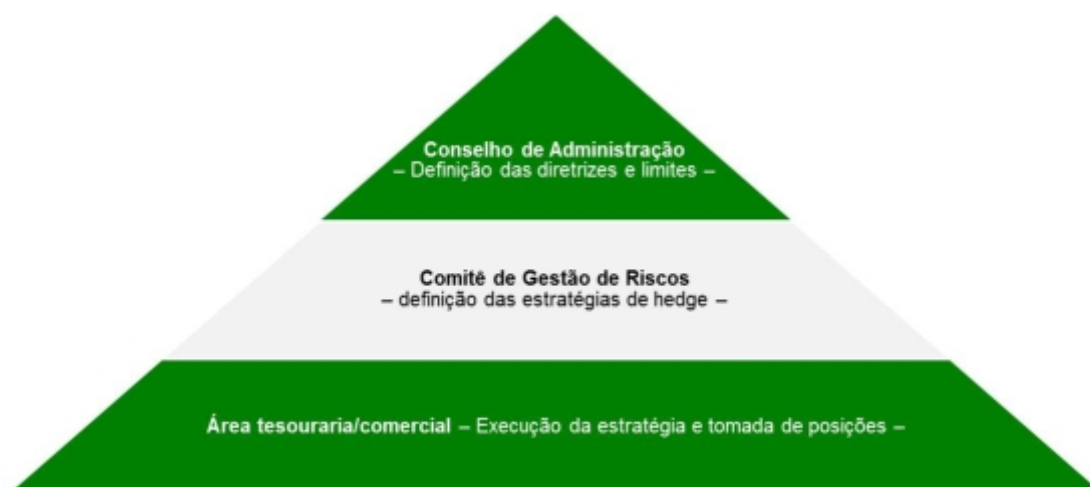
Dessa forma podemos monitorar, dentro de um determinado grau de confiança, qual é o intervalo em que o preço das commodities em questão serão comercializados. O mesmo é feito com os componentes de custo e, por consequência, podemos determinar com certo grau de confiança qual o intervalo da em que margem da safra em questão estará. Quanto mais avançamos no travamento de preços mais estreito é o intervalo esperado tanto para o preço da commodity quanto para a margem.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A execução e tomada de posição de mercado são baseadas, fundamentalmente, nas intenções do Comitê de Gestão de Riscos formalizadas na política de hedge, aprovada pelo Conselho de Administração e executada pela área comercial como sugere a figura abaixo:



Conselho de Administração

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

O conselho de administração é responsável por definir as diretrizes e limites da política de hedge.

- Definição de diretrizes estratégicas para a gestão de riscos.
- Definição e aprovação dos limites da empresa para os principais riscos do negócio.
- Aprovação da política de hedge.

Comitê de Gestão de Riscos

Comitê nomeado pelo diretor-presidente define os principais parâmetros e limites que devem ser perseguidos pela Cia. As principais funções do Comitê de Gestão de riscos são:

- Aprovar as alternativas de hedge apresentadas.
- Acompanhar as posições de hedge e exposições aos fatores de risco mediante os relatórios apresentados.
- Acompanhar a evolução da comercialização física.
- Avaliar os cenários de stress para cada risco de mercado a que a empresa está exposta.
- Deliberar acerca de atualizações e alterações na política de hedge antes de submetê-la ao Conselho de Administração.
- Acompanhar e certificar-se a respeito do cumprimento dos limites estabelecidos na política de hedge.
- Definição da estratégia operacional a ser seguida respeitando sempre os limites definidos na política de hedge.

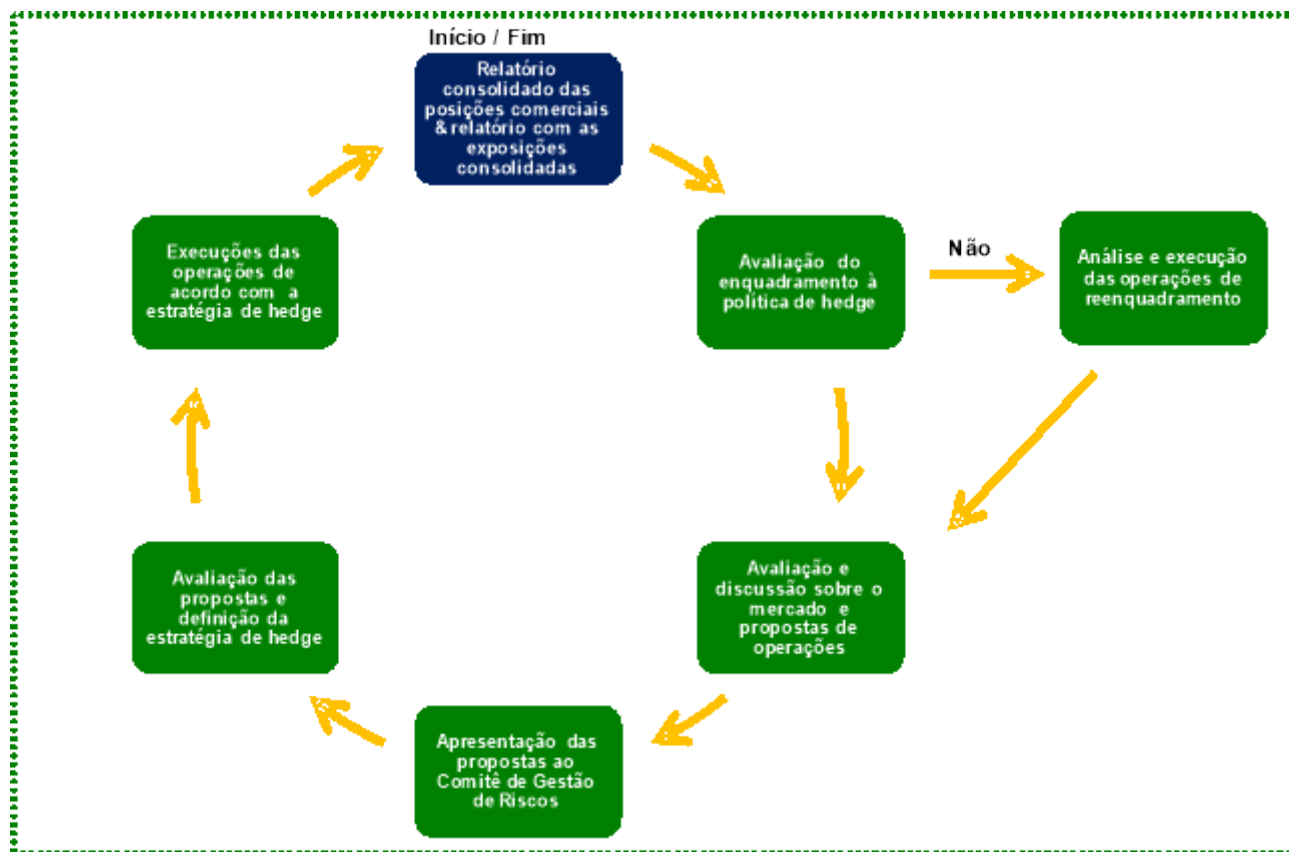
Área Tesouraria/comercial

A área comercial e a tesouraria são responsáveis pelo acompanhamento diário do mercado, das posições da BrasilAgro de maneira a implementar a estratégia de hedge proposta pelo Comitê de Gestão de Riscos e acompanhar as exposições da companhia. O conjunto de funções é:

- Acompanhamento e controle diário das posições da companhia.
- Acompanhamento das exposições da empresa.
- Elaboração dos relatórios de hedge com as posições da companhia.
- Operacionalização das operações de hedge aprovadas.
- Monitoramento do enquadramento às políticas de hedge.
- Realização de estudos com novas ferramentas de hedge/comercialização.
- Avaliação das ferramentas de mercado mais adequadas para colocar em prática as diretrizes.
- Realização de testes de stress para cada risco de mercado.
- Comercialização física da safra.
- Acompanhamento diário do mercado com elaboração diária e semanal de relatórios sobre o mercado.

Nossa estrutura para a tomada de decisão é realizada da seguinte forma:

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado



Cada operação realizada é documentada por meio de um e - mail denominado internamente de "operação realizada" e, a partir disso, já passa a ser considerada no relatório de riscos da companhia.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nossa estrutura organizacional de gestão de riscos foi estruturada de forma bastante objetiva apresentando obrigações e responsabilidades bem definidas para cada elo envolvido. Nossos modelos matemáticos de gestão de riscos permitem que tenhamos conhecimento do nosso nível de exposição e os riscos a que estamos expostos de forma simples e precisa. Além disso, nosso sistema de controle interno, que é cíclico, permite o reconhecimento de qualquer eventual irregularidade que possa estar ocorrendo e, caso ocorra, possibilita sua correção rapidamente. Seguindo tais protocolos, entendemos que nossa estrutura organizacional e de controles internos é adequada.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Gerenciamento de riscos e controles internos

Descrição de Controles Internos

Em sua estrutura a Brasilagro conta com o departamento de Compliance que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e a implementação de controles que visam fornecer aos seus acionistas segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações financeiras, garantir o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos e externos.

A Companhia também conta com um departamento de Auditoria Interna que atua nos segmentos: financeiro, tecnologia da informação e investigativo além da supervisão contínua dos controles previamente identificados e implementados pelo departamento de Compliance.

a)As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

Para a avaliação dos seus controles internos, a administração utiliza os critérios e procedimentos estabelecidos pelo COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations*), em Controle Interno — Estrutura Integrada, de forma a aprimorar o desempenho e supervisão organizacional. Tais critérios exigem uma documentação completa dos processos, políticas, sistemas, riscos e controles inerentes ao tema e uma supervisão, através de testes específicos da qualidade do seu desempenho.

A eficácia dos controles implantados pela Companhia visando garantir a exatidão das demonstrações contábeis é validada anualmente através de testes que seguem o plano anual de auditoria interna. Em caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades a fim de garantir a mitigação de todos os riscos associados.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre como estes estão sendo endereçados, sobre o ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia.

b)As estruturas organizacionais envolvidas

Na gestão dos controles internos e na promoção da aderência as políticas internas: Conselho de Administração, Diretoria, Gerência, Coordenação e Auditoria Interna.

Na realização das normas e procedimentos internos: Todos os nossos colaboradores.

c)Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão do grau de eficiência de controles internos da Companhia é realizada através de relatórios periódicos elaborados pelo departamento de Auditoria Interna e Compliance, enviados e apresentados para os donos dos processos, Diretoria e Conselho Fiscal. Caso seja apontada alguma falha neste relatório, caberá a área envolvida juntamente com o diretor responsável pela área definirem o tratamento a ser dado a tal falha.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

d)deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O estudo, a avaliação e a comunicação sobre os controles internos da Companhia conduzidos pelos auditores externos independentes em conexão com a auditoria interna, não apontaram em relatório circunstanciado emitido, nenhuma deficiência significativa ou possível deficiência significativa nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

e)comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram apontadas deficiências significativas ou possíveis deficiências significativas que possam ser comentadas pelos Diretores.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção e detecção de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos de integridade envolvem o apoio da alta direção, um código de conduta bem estruturado, diversas políticas e canal de denúncias externo com garantia de anonimato ao denunciante.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Atualmente, as denúncias recebidas através do canal externo são avaliadas pelo Comitê de Ética e investigadas pela área de Compliance. Este departamento tem poderes para investigar e contratar consultorias especializadas se entender pertinente para a investigação. O departamento se reporta, atualmente, à administração da Companhia.

A Auditoria tem como objeto verificar se os procedimentos internos da Companhia estão sendo efetuados conforme as normas definidas e orientar para o cumprimento destas, abrangendo as mais variadas áreas, como, por exemplo, Compras, Vendas, Estoque e Custos, RH, Imobilizado, sendo que, eventualmente, são solicitados trabalhos especiais, que são incluídos na programação anual, conforme a disponibilidade da área.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui um Código de Conduta aplicável a todos os conselheiros, diretores, funcionários, fornecedores, prestadores de serviço e clientes. O presente código é divulgado

5.4 - Programa de Integridade

anualmente por e-mail a todos os colaboradores, fixados nos murais das filiais para que todos os prestadores de serviço, clientes e fornecedores tenham acesso, além de encontrar-se no website da Companhia em versão português e inglês através do endereço www.brasil-agro.com. Nesse documento, são especificadas que as violações ao código são passíveis das sanções previstas na legislação trabalhista. Trata-se de um instrumento estabelecido e aprovado pelo conselho de administração, o qual teve sua última revisão em 13 de setembro de 2019.

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e
- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia possui um canal de denúncias externo, administrado por empresa especializada e que garante a confidencialidade das informações, contratada para esta finalidade (Whistleblowing Centre). Este canal pode ser utilizado pelos colaboradores da Companhia e por quaisquer terceiros 24 horas por dia, 7 dias por semana. O canal de denúncias garante o anonimato se assim o desejar, protegendo o denunciante de retaliações. O Comitê de Ética é o órgão responsável pela apuração das denúncias, sendo compostos na primeira instância por dois diretores e um gerente e na segunda instância por dois membros do conselho de administração e presidente da Companhia. Todas as denúncias são apuradas e acompanhadas pela área de Compliance.

(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia realiza due diligence legal, contábil e tributária quando exposta a processos de fusão, aquisição ou reestruturação societária que demandem esta avaliação.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A companhia possui regras voltadas para a prevenção e detecção de fraudes e atos ilícitos praticados contra a administração pública, e está investindo em ferramentas e mecanismos que aprimorem as regras atuais, bem como está buscando a criação de políticas e procedimento que tornem a Companhia mais eficiente no combate à corrupção.

5.5 - Alterações significativas

Não houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada e não há, na data deste Formulário de Referência, expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	23/09/2005
Forma de Constituição do Emissor	Foi constituída em 2005, mediante Assembleia Geral de Constituição.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	25/04/2006

6.3 - Breve Histórico

Nossa denominação legal e comercial é BrasilAgro—Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas. Somos uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis do Brasil e fomos constituída em 23 de setembro de 2005. Nossa sede está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1309, 5º andar, São Paulo, SP 0145-002, Brasil, e nosso número de telefone é +55 11 3035 5350.

Estamos focados na aquisição, desenvolvimento e exploração de propriedades agrícolas que acreditamos possuir potencial significativo para geração de fluxo de caixa e valorização de valor. Buscamos transformar nossas propriedades adquiridas através de investimentos em infraestrutura e tecnologias que permitam o cultivo de culturas de alto valor agregado (soja, milho, cana-de-açúcar e outras) e pecuária e, de tempos em tempos, vender nossas propriedades desenvolvidas para obter ganhos de capital.

Desde nossa oferta pública inicial de capital e listagem no Brasil na bolsa de valores B3 em abril de 2006, ou IPO, e o subsequente início de nossas operações até a data deste instrumento, adquirimos 22 propriedades agrícolas em sete estados brasileiros, agregando 321.007 hectares, dos quais 216.842 hectares eram aráveis, mas menos de 15% dos quais foram cultivados quando adquiridos e 103.922 hectares foram protegidos pela regulamentação ambiental. Desde então, quatro de nossas propriedades agrícolas foram totalmente vendidas e quatro de nossas propriedades agrícolas foram parcialmente vendidas, representando no total uma área total de 94.908 hectares. Na data deste instrumento, temos 294.070 hectares, incluindo 68.601 hectares arrendados.

Em 22 de novembro de 2019, celebramos um contrato de fusão (“Contrato de Fusão”) com a Agrifirma Holding S.A. (“Agrifirma Holding”). Nos termos do Contrato de Fusão, a Agrifirma Holding seria fundida por nós e receberíamos todos os seus ativos, direitos e obrigações, detendo 100% do capital social da subsidiária Agrifirma Agro Ltda. e de suas subsidiárias, em troca de ações ordinárias e bônus de subscrição (“Bônus de Subscrição da Agrifirma”) emitidos pela BrasilAgro aos acionistas vendedores da Agrifirma Holding (“Fusão”).

A Agrifirma Agro Ltda. e suas subsidiárias (“Agrifirma”) estão envolvidas na produção, fabricação, armazenamento e comercialização de produtos agrícolas e na prestação de serviços agrícolas, bem como na gestão e exploração comercial dos imóveis que possui. Como a Agrifirma está envolvida em operações no mesmo setor da BrasilAgro, esperamos os seguintes impactos por causa da fusão: benefícios operacionais, financeiros e comerciais, tais como a diluição de despesas gerais e administrativas, captura de sinergias e economias de escala nas operações e potencial valorização de áreas não desenvolvidas.

A Agrifirma é composta por sua sociedade controladora (Agrifirma Agro Ltda.) e quatro subsidiárias, a Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda., I. A. Agro Ltda., GL Agropecuária Empreendimentos e Participações Ltda. e Agrifirma S.R.L.

A conclusão da Fusão estava sujeita a determinados requisitos e condições precedentes, que foram cumpridos em 27 de janeiro de 2020, após o que a BrasilAgro obteve o controle da Agrifirma. A Fusão foi contabilizada nos termos da IFRS 3—Combinações de Negócios.

Após a Fusão, adicionamos 28.930 hectares à nossa carteira imobiliária, constituída por terrenos localizados na região Oeste do Estado da Bahia, perto de nossas fazendas Jatobá e Chaparral, que são adequadas para produção de grãos e pecuária. Após a Fusão, o número total de nossas ações em circulação é de 62.104.301.

6.3 - Breve Histórico

Em 20 de dezembro de 2020, celebramos um contrato de compra de ações para adquirir de um dos nossos acionistas, 100% das ações emitidas pelas seguintes empresas bolivianas: (i) Agropecuaria Acres del Sud S.A.; (ii) Ombu Agropecuaria S.A.; (iii) Yatay Agropecuaria S.A.; e (iv) Yuchan Agropecuaria S.A. (coletivamente, "Acres del Sud"), todos indiretamente controlados pela Cresud. Essas propriedades têm uma área total de 9.875 hectares, serão destinadas ao cultivo de grãos e cana-de-açúcar, e distribuídas entre as propriedades San Rafael, Las Londras e La Primavera.

Em 4 de fevereiro de 2021, após o cumprimento das condições suspensivas negociadas no Contrato de Compra e Venda de Ações, assumimos o controle das referidas empresas. O preço de compra foi negociado em R\$ 160,4 milhões, com base na estimativa do valor contábil preliminar dos ativos líquidos apurado em 30 de junho de 2020, que liquidamos integralmente à vista. O contrato previa um ajuste de preço para refletir a variação do patrimônio líquido das empresas sediadas na Bolívia de 30 de junho de 2020 até a data-base da operação, de acordo com os critérios estabelecidos pelas partes. Os procedimentos para ajuste do preço foram concluídos em 21 de março de 2021 e geraram uma obrigação de pagamento adicional de R\$ 5,4 milhões, que foi paga e liquidada por nós em 30 de abril de 2021.

Em 3 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o preço por ação ordinária de R\$ 22,00 e um aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 440 milhões, por meio da emissão de 20.000.000 de novas ações ordinárias da Companhia, em relação com a oferta secundária primária e secundária de ações ordinárias. O acionista vendedor na oferta vendeu um total de 2.735.355 ações ordinárias de emissão da Companhia.

A oferta consistiu em uma oferta restrita no Brasil, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e uma colocação privada para (a) um número limitado de compradores institucionais qualificados nos Estados Unidos, conforme definido na Regra 144A sob o Securities Act, e (b) investidores institucionais e outros investidores fora dos Estados Unidos e do Brasil que não sejam americanos, de acordo com o Regulamento S dos Valores Mobiliários Agir. Como resultado dessa oferta, nosso capital social aumentou para R\$ 1.139,8 milhões, dividido em 82.104.301 ações ordinárias.

Em 14 de maio de 2021, nosso capital social foi aumentado em R\$ 448,2 milhões por meio da emissão de 20.272.707 novas ações ordinárias após o exercício dos Bônus de Garantia da Primeira Série pela Cape Town LLC, Cresud S.A.C.I.F.Y.A e Turismo Investment S.A.U. ("Acionistas Assinantes"). Os Bônus de Subscrição da Primeira Série foram emitidos em 15 de março de 2006 e concedidos aos nossos acionistas fundadores na proporção de suas respectivas participações em nosso capital social na data de emissão. Como resultado do exercício dos Bônus de Subscrição da Primeira Série, nosso capital social aumentou para R\$ 1.588,0 milhões, dividido em 102.377.008 ações ordinárias.

Continuaremos os investimentos para desenvolver e transformar nossas propriedades agrícolas no Brasil, Bolívia e Paraguai. A este respeito, continuaremos a solicitar financiamento perante os bancos de desenvolvimento do governo.

A partir de 1º de julho de 2019 até a data deste instrumento:

- em novembro de 2022, vendemos uma área total de 1.965 hectares (1.423 hectares úteis) da Fazenda Rio do Meio, propriedade rural localizada em Correntina-BA. O valor da venda é de 291 sacas de soja por hectare útil, ou R\$62,4 milhões (~R\$43.900/ha útil). O comprador já realizou pagamento inicial no valor de R\$17,7 milhões. O duration (tempo médio de recebimento) desta venda é de 2,38 anos.

6.3 - Breve Histórico

- em novembro de 2022, vendemos uma área total de 863 hectares (498 hectares úteis) da Fazenda Morotí, propriedade localizada no Paraguai. O valor nominal da venda foi US\$1,5 milhão (~US\$1,7 mil/ha). O comprador realizou pagamento inicial no valor de US\$748,5 mil. O saldo remanescente será pago em três parcelas anuais iguais.
- em setembro de 2022, adquirimos a fazenda Panamby, localizada no município de Querência, no estado do Mato Grosso. A fazenda Panamby possui uma área de 10.844 hectares, dos quais 5.379 hectares são agricultáveis, aptos para o cultivo de grãos e algodão. O preço de aquisição foi de aproximadamente R\$ 285,6 milhões (aproximadamente R\$ 53.100 por hectare agricultável);
- em outubro de 2021, vendemos uma área de 3.723 hectares (2.694 hectares cultiváveis) na fazenda Alto Taquari, localizada em Alto Taquari, no estado do Mato Grosso. O valor total da venda foi de 1.100 sacas de soja por hectare cultivável, ou R\$ 589,0 milhões (aproximadamente R\$ 218.641 por hectare cultivável);
- em setembro de 2021, vendemos uma área de 4.573 hectares (2.859 hectares cultiváveis) na Fazenda Rio do Meio, localizada em Correntina, no estado da Bahia. O valor total da venda foi de 250 sacas de soja por hectare cultivável, ou R \$ 130,1 milhões (aproximadamente R \$ 45.507 por hectare cultivável);
- em maio de 2021, vendemos uma área de 1.654 hectares (1.250 hectares cultiváveis) na fazenda Jatobá, localizada em Jaborandi, no estado da Bahia. O valor total da venda foi de 300 sacas de soja por hectare cultivável, ou R \$ 67,1 milhões (aproximadamente R\$ 53.640 por hectare cultivável);
- em maio de 2021, os Acionistas Assinantes exerceram seus bônus de subscrição de primeira emissão emitidos por nós em 15 de março de 2006. Como resultado, nosso capital social foi aumentado em R\$ 448,2 milhões por meio da emissão de 20.272.707 novas ações ordinárias, conforme descrito acima;
- em maio de 2021, a ISEC Securitizadora S.A., uma securitizadora brasileira, emitiu Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) no valor total de R\$ 240,0 milhões. Os CRAs são lastreados por debêntures emitidas por nós e são compostos de uma única série no valor total de R \$ 240,0 milhões. As debêntures têm vencimento em 12 de abril de 2028 e incidem juros com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, mais 5,36% ao ano, com pagamento em sete parcelas anuais. O principal é pagável em duas parcelas, em 13 de abril de 2027 e 12 de abril de 2028. As debêntures são garantidas por transferência fiduciária de imóveis de nossa propriedade e localizados na cidade de Correntina, Estado da Bahia;
- em fevereiro de 2021, nós e nossas subsidiárias Agrifirma Agro Ltda. e Imobiliária Engenho de Maracajú Ltda. concluímos a aquisição de 100% das ações de emissão das seguintes empresas sediadas na Bolívia: (a) Agropecuaria Acres del Sud S.A .; (b) Ombu Agropecuaria S.A .; (c) Yatay Agropecuaria S.A .; e (d) Yuchan Agropecuarian S.A. O valor agregado da aquisição foi de R\$ 165,8 milhões. A aquisição consiste em uma área total de aproximadamente 9,9 mil hectares, que já estão desenvolvidos e serão utilizados para o cultivo de grãos e cana-de-açúcar. As propriedades estão localizadas na região central da Bolívia e são adequadas para o plantio de segunda safra;
- em fevereiro de 2021, concluímos uma oferta secundária primária e secundária de nossas ações ordinárias no valor total de R\$ 440,0 milhões, com a emissão de 20.000.000 novas ações ordinárias, conforme descrito acima;
- durante a safra 2020/2021, desenvolvemos 6.800 hectares de nossos 143.355 hectares de terras aráveis por meio do cultivo de soja e outras culturas de valor agregado;

6.3 - Breve Histórico

- em Agosto de 2020, vendemos uma área de 133 hectares cultiváveis na Fazenda Jatobá, localizada em Jaborandi, no Estado da Bahia, por R\$ 3,8 milhões;
- em julho de 2020, reconhecemos a venda com efeito zero no resultado de uma área de 2.160 hectares (1.714 hectares cultiváveis) na fazenda Bananal X, localizada em Luís Eduardo Magalhães, no estado da Bahia. O contrato de venda foi celebrado em 22 de março de 2019 por um preço fixo de R\$ 28.000. Na data de fechamento, recebemos R \$ 7,5 milhões e o saldo remanescente de R \$ 20,5 milhões será pago pelo comprador em três parcelas anuais até 2023;
- em junho de 2020, vendemos uma área de 1.875 hectares (1.500 hectares aráveis) na fazenda Jatobá, localizada em Jaborandi, no Estado da Bahia. O valor total da venda foi de 300 sacos de soja por hectare arável, ou R\$45.0 milhões (aproximadamente R\$ 30.010 por hectare arável);
- em abril de 2020, adquirimos a fazenda Serra Grande, localizada no município de Baixa Grande do Ribeiro, no Estado do Piauí. A fazenda Serra Grande possui uma área de 4.489 hectares, dos quais 2.904 hectares são aráveis, a serem desenvolvidos, adequados para o cultivo de grãos. O preço de aquisição foi de aproximadamente R\$ 25.0 milhões (R\$ 8.600 por hectare arável);
- em maio de 2020, vendemos uma área de 105 hectares (105 hectares aráveis) na fazenda Alto Taquari, localizada no Alto Taquari, no Estado do Mato Grosso. O valor total da venda foi de 1.100 sacos de soja por hectare arável, ou R\$ 11,0 milhões (aproximadamente R\$ 105.000 por hectare arável);
- em janeiro de 2020, concluímos a fusão da Agrifirma por nós, que adicionou 28.930 hectares à nossa carteira imobiliária;
- em outubro de 2019, fizemos um investimento de US\$ 1,0 milhão na Ag-Fintech Agrofy, ou Agrofy, que representou uma participação de 1,8% no capital social da Agrofy. A Agrofy é um marketplace online que oferece uma gama completa de soluções de e-commerce personalizadas para atender as necessidades dos varejistas e seus parceiros, buscando uma forma alternativa de conectar agricultores e fornecedores;
- em outubro de 2019, vendemos uma área de 85 hectares (65 hectares aráveis) na fazenda Alto Taquari, localizada no Alto Taquari, no Estado do Mato Grosso. O valor total da venda foi de 1.100 sacos de soja por hectare arável, ou R\$ 5,5 milhões (aproximadamente R\$ 84.817 por hectare arável);
- em agosto de 2019, vendemos uma área de 1.134 hectares (893 hectares aráveis) na fazenda Jatobá, localizada em Jaborandi, no Estado da Bahia. O valor total da venda foi de 302 sacos de soja por hectare arável, ou seja, R\$ 23,2 milhões (aproximadamente R\$ 25.961 por hectare arável);

A tabela abaixo indica a localização de nossas propriedades agrícolas, suas áreas aráveis e suas atividades de produção atuais ou pretendidas em 30 de setembro de 2022:

6.3 - Breve Histórico

Propriedade	Local	Data de Aquisição/Arrendamento	Área Total (ha)	Área Arável (ha)	Projeto
Fazenda Jatobá	Jaborandi / BA	mar-07	13.276	10.208	Grãos e Pastagem
Fazenda Alto Taquari (1)	Alto Taquari / MT	ago-07	1.380	809	Grãos e Cana
Fazenda Araucária	Mineiros / GO	abr-07	5.534	4.051	Grãos e Cana
Fazenda Chaparral	Correntina / BA	nov-07	37.182	26.444	Grãos e Algodão
Fazenda Nova Buriti	Bonito de Minas / MG	dez-07	24.212	17.846	Floresta
Fazenda Preferência	Baianópolis / BA	set-08	17.799	12.410	Grãos e Pastagem
Fazenda Parceria II(2)	Ribeiro Gonçalves / PI	nov-13	7.456	7.456	Grãos
Morotí (Paraguai)	Boquerón	dez-13	59.585	34.053	Grãos e Pastagem
Fazenda Parceria III(3)	Alto Taquari / MT	mai-15	5.128	5.128	Grãos e Cana
Fazenda Parceria IV(4)	São Raimundo das Mangabeiras / MA	fev-17	15.000	15.000	Cana-de-açúcar
Fazenda São José	São Raimundo das Mangabeiras / MA	fev-17	17.566	10.137	Grãos e Cana
Fazenda Parceria V(5)	Região do Xingu / MT	ago-18	19.425	19.425	Grãos
Fazenda Arrojadinho(6)	Jaborandi / BA	jan-20	16.642	11.063	Grãos
Fazenda Rio do Meio(7)	Correntina / BA	jan-20	7.715	5.642	Grãos
Parceria VII(8)	Baixa Grande do Ribeiro / PI	mai-20	6.013	6.013	Grãos
Fazenda Serra Grande	Baixa Grande do Ribeiro / PI	mai-20	4.489	2.904	Grãos
Acres del Sud (Bolívia)	Santa Cruz	fev-21	9.875	7.925	Grãos e Cana
Parceria VIII(9) (Bolívia)	Santa Cruz	fev-21	1.065	1.065	Grãos
Parceria IX(10)	Comodoro / MT	jul-22	6.070	6.070	Grãos
Fazenda Panamby	Querência/MT	set-22	10.844	5.379	Grãos
Total	-	-	286.256	209.028	-

(1) A Companhia continuará operando 1.157 hectares da área vendida em out/21 até a safra 2024

(2) Parceria de exploração agrícola na fazenda por até 11 safras, podendo chegar até 10 mil hectares.

(3) Parceria de exploração agrícola na fazenda até 31/03/2026.

(4) Parceria de exploração agrícola na fazenda por até 15 anos de plantio de cana-de-açúcar, com opção de renovação por mais 15 anos

(5) Parceria de exploração agrícola na fazenda por até 10 anos.

(6) Anteriormente denominada Fazenda Parceria VI, adquirida com a incorporação da Agrifirma.

(7) Fazenda adquirida com a incorporação da Agrifirma.

(8) Parceria de exploração agrícola na fazenda por até 10 anos.

(9) Parceria de exploração agrícola na fazenda por uma safra.

(10) Parceria de exploração agrícola na fazenda por uma safra.

Temos uma política de realização de avaliações anuais do valor justo de mercado das nossas propriedades agrícolas. Estimamos o valor de mercado de nossas propriedades agrícolas com base no nível de desenvolvimento de cada propriedade, qualidade e maturidade do solo e potencial agrícola. Para obter mais informações sobre nossas estimativas do valor justo de mercado de nossas propriedades agrícolas, veja a Nota 10 das nossas demonstrações financeiras referente ao exercício fiscal encerrado em 30 de junho de 2022.

Nossas estimativas do valor de mercado de nossas propriedades agrícolas se baseiam em vários pressupostos, metodologias, estimativas e critérios subjetivos, todos eles inerentemente sujeitos a incertezas

6.3 - Breve Histórico

comerciais, econômicas, competitivas e operacionais significativas, a maioria dos quais está fora do nosso controle e imprevisível e, portanto, nenhuma garantia pode ser dada de que estão corretos. Além disso, os valores de mercado dos imóveis estão sujeitos a flutuações significativas e também estão sujeitos a incertezas comerciais, econômicas e competitivas significativas, a maioria das quais está fora do nosso controle e, portanto, tais estimativas não devem ser consideradas como indicativas dos valores que iremos ou poderemos ser capazes de receber em troca de tais propriedades. Para obter mais informações sobre os riscos aos quais estamos expostos, veja o Item "Fatores de Risco". A tabela abaixo indica o custo histórico de aquisição do terreno e das melhorias subsequentes, bem como o valor justo de mercado estimado em relação às nossas propriedades agrícolas em 30 de junho de 2022.

Nosso site na internet é www.brasil-agro.com. As informações incluídas no nosso site na internet ou as informações que podem ser acessadas através desse site não estão incluídas neste relatório anual e não estão incorporadas neste relatório anual por referência.

Property	Local	Data de Aquisição/Arrendamento	Área Total (ha)	Custo do Terreno e Melhorias em 30 de junho de 2022 ⁽¹⁾	Valor Justo de Mercado Estimado em 30 de junho de 2022 ⁽²⁾	Apreciação ⁽³⁾
Fazenda Jatobá	Jaborandi/BA	Março de 2007	13.276	29,0	429,7	1,38%
Fazenda Alto Taquari	Alto Taquari/MT	Agosto de 2007	1.38	17,3	30,6	77%
Fazenda Araucária	Mineiros/GO	Abril de 2007	5.534	46,3	333,4	620%
Fazenda Chaparral	Correntina/BA	Novembro de 2007	37.182	102,3	796,1	678%
Fazenda Nova Buriti	Januaria/MG	Dezembro de 2007	24.212	24,3	49,8	105%
Fazenda Preferência	Barreiras/BA	Setembro de 2008	17.799	32,8	136,3	315%
Fazenda Moroti	Boqueron/Paraguay	Fevereiro de 2008	59.585	220,8	337,8	53%
Fazenda São José	São Raimundo das Mangabeiras/MA	Fevereiro de 2017	17.566	114,4	464,2	306%
Fazenda Arrojadinho	Jaborandi/BA	Janeiro de 2020	16.642	100,5	256,9	156%
Fazenda Rio do Meio	Jaborandi/BA	Janeiro de 2020	7.715	79	201,9	156%
Fazenda Serra Grande	Baixa Grande do Ribeiro/PI	Abril de 2020	4.489	42,1	82,6	96%
Acres del Sud	Santa Cruz/Bolivia	Fevereiro de 2020	9.875	137,9	189,5	37%
Total	-	-	223.551	946,8	3,308.7	249%

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência não apresentamos e nem sofremos qualquer pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

VISÃO GERAL

Somos uma empresa brasileira com foco na aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais com aptidão agropecuária. Adquirimos propriedades rurais que acreditamos ter significativo potencial de geração de valor por meio da manutenção do ativo e do desenvolvimento de atividades agropecuárias rentáveis. A partir do momento da aquisição das nossas propriedades rurais, buscamos implementar culturas de maior valor agregado e transformar essas propriedades rurais com investimentos em infraestrutura e tecnologia. De acordo com nossa estratégia, quando julgarmos que o valor das propriedades rurais nos entrega o retorno esperado, venderemos tais propriedades rurais para realizarmos ganhos de capital.

O nosso plano de negócios contempla a valorização de nossas propriedades rurais como o nosso principal vetor de retorno financeiro. Na nossa visão, o valor de uma propriedade rural está diretamente relacionado à geração de caixa por unidade de área. Nesse sentido, buscamos maximizar o retorno sobre os nossos investimentos por meio de:

- identificação, aquisição, desenvolvimento e exploração de propriedades rurais com alto potencial de valorização; e
- otimização do rendimento e da produtividade de nossas propriedades rurais por meio da implementação de tecnologia e técnicas agrícolas de excelência.

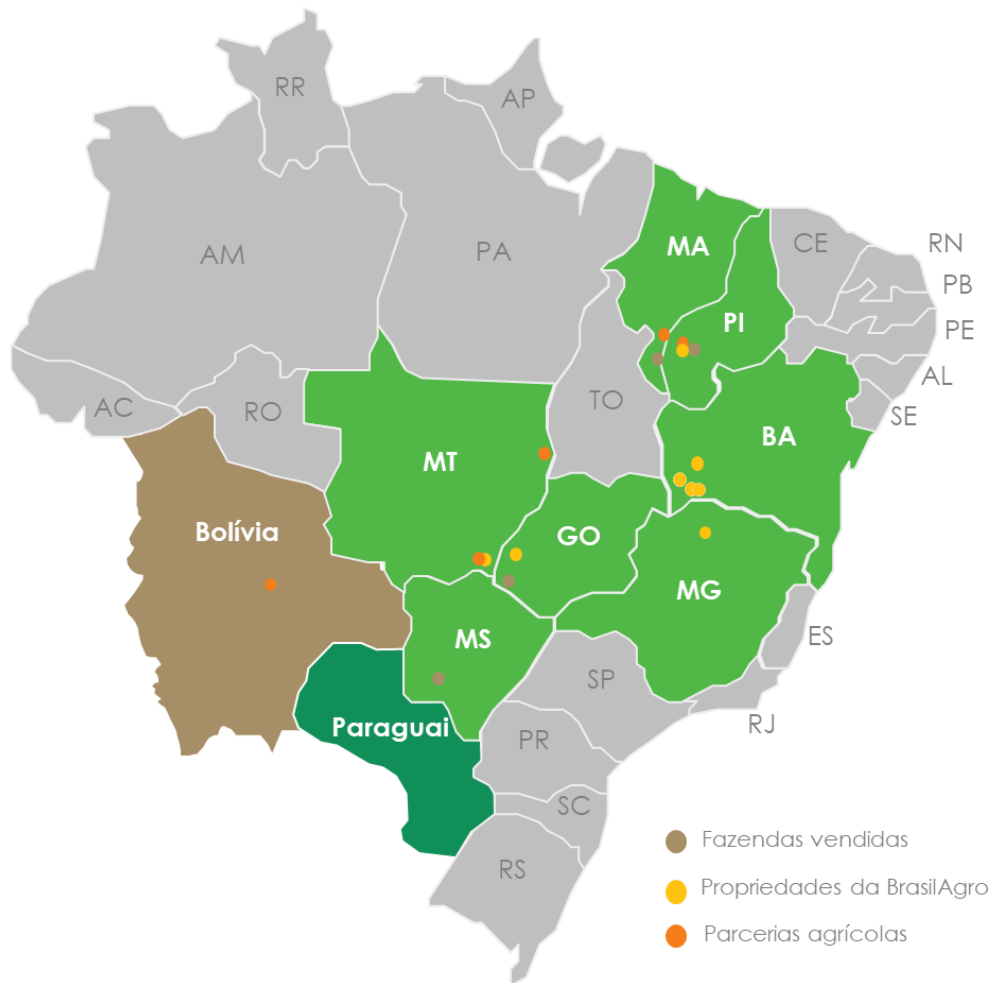
Buscamos uma gestão ativa de nossas operações, combinando retorno imobiliário e operacional, mas mitigando riscos climáticos e de culturas por meio da diversificação geográfica e produtiva de nossas propriedades rurais. Nossas únicas atividades econômicas são: (i) a comercialização de nossas propriedades, mediante compra, venda ou arrendamento, que representou 21,3% da receita líquida e ganho com venda de fazenda no exercício social encerrado em 30 de junho de 2022, e a produção e comercialização de produtos agrícolas, segmento este dividido em grãos, cana-de-açúcar, algodão, pecuária e outros (resíduos da produção de grãos), que representou os 78,7% restantes da receita líquida e ganho com venda de fazenda no exercício social encerrado em 30 de junho de 2022.

Em 30 de junho 2022, o portfólio de propriedades da Companhia totalizava 275.412 hectares de terra (área total) e 203.649 hectares de área útil, localizadas nos estados brasileiros do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Bahia, Piauí, Paraguai e, ainda, na Bolívia. Durante a época de plantio do nosso ano-safra de 2021/2022, plantamos 67.327 hectares de soja, 21.727 hectares de milho (1ª e 2ª safras), 28.535 hectares de cana-de-açúcar, 26.764 hectares de outros grãos, 2.196 hectares de feijão, 8.309 hectares de algodão e 16.025 hectares de pasto.

Conforme mostra a figura abaixo, a companhia além de possuir um portfólio balanceado de produtos, está estrategicamente posicionada geograficamente e possui um mix em diferentes estágios de performance:

Diversificação de Riscos Climáticos e de Culturas **275.412 hectares** no Brasil, Paraguai e Bolívia.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Fonte: Companhia

Mantendo a marca do pioneirismo, a Companhia, primeira empresa de produção agrícola a abrir o capital no Novo Mercado da B3, foi também a primeira empresa brasileira do agronegócio a listar ADRs (American Depositary Receipts) na NYSE (New York Stock Exchange). Este importante passo indica o nível de maturidade que a Companhia atingiu e busca aumentar sua exposição ao universo de investidores e facilitar o acesso às ações de sua emissão.

Atividades e Produtos Agrícolas

Produção Independente

Em 30 de junho de 2022, éramos os operadores com relação a todo a nossa carteira de propriedades agrícolas. No contexto de nossas operações independentes, mantemos controle exclusivo sobre nossa produção e responsabilidade exclusiva pela aquisição de insumos, matérias-primas e equipamentos, contratação e fiscalização de colaboradores e investimento em infraestrutura.

Nossos principais produtos estão sujeitos a variações de sazonalidade entre o período de safra e o período fora de estação. O período fora de estação ocorre entre o fim de um ano-safra e o início da colheita do próximo ano-safra. Tal período ocorre em diferentes partes do ano dependendo do produto agrícola, como se segue: (i) o período fora de estação para grãos no Brasil ocorre tipicamente entre agosto e janeiro; (ii) o período fora de estação para a cana-de-açúcar no Brasil ocorre tipicamente entre dezembro e março; e (iii) o período fora de estação para a pecuária no Brasil ocorre tipicamente entre

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

setembro e janeiro. Por causa do reduzido fornecimento de produtos agrícolas durante o período fora de estação de cada produto, os preços desses produtos geralmente são mais altos nessa época.

Durante todo o ano, nosso capital de giro varia bastante, dependendo do período de colheita de grãos, cana-de-açúcar e outras safras no Brasil. As mudanças nos períodos de colheita, em decorrência do clima desfavorável ou de nossas restrições financeiras, têm um impacto direto em nossos níveis de estoque, adiantamentos para produtores, empréstimos e volume de vendas durante o ano. Nossa receita líquida, excluindo a receita com venda de fazendas, no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 1,8 bilhão, o que representou um aumento de 76% em relação ao exercício encerrado em 30 de junho de 2021, quando nossa receita líquida foi de R\$ 662,9 milhões.

Celebramos acordos contratuais de curto prazo com contratados terceiros em todas as etapas do processo de produção, para a prestação de serviços (incluindo nossa força de trabalho), equipamentos e necessidades de infraestrutura. Acreditamos que isso nos permite ser mais ágeis na adaptação às condições de mercado à medida que elas se desenrolam.

Nossas propriedades agrícolas são gerenciadas por gerentes locais, seja a nível regional ou em propriedades específicas, dependendo da localização e tamanho de cada propriedade. Em novembro de 2022, tínhamos um gerente geral sênior em todas as nossas fazendas, um gerente no Maranhão, Piauí, na região Centro Oeste e nas fazendas da Bolívia, um gerente nas fazendas São José e Parceria IV, um gerente nas fazendas Serra Grande, fazenda Avarandado (Parceria II) e Parceria VII, um gerente nas fazendas Arrojadinho, um gerente nas fazendas Chaparral e Rio do Meio, um gerente na Fazenda Preferência, um gerente na fazenda Parceria V, um gerente regional nas fazendas Araucária, Alto Taquari e Parceria III, um gerente na Fazenda Moroti e um gerente na fazenda Acres del Sud.

Produtos Agrícolas

Grãos: A época de plantio de grãos vai de setembro a dezembro e a colheita ocorre entre fevereiro e maio de cada ano. Durante a época de plantio do nosso ano-safra de 2021/2022, plantamos 95.951 hectares de grãos em nossas fazendas de grãos no Brasil, Bolívia e no Paraguai. Referente aos exercícios encerrados em 30 de junho de 2022 e 2021, a receita líquida da venda de grãos foi responsável por 61,7% e 49,8% da nossa receita líquida, respectivamente.

Toda a distribuição da produção das fazendas é através do transporte rodoviário. Nós celebramos contratos de prestação de serviços terceiros para transportar a produção de nossas fazendas para nossas instalações de armazenamento ou para nossos clientes.

Cana-de-açúcar: A época de plantio de cana-de-açúcar vai de fevereiro a maio de cada ano e a colheita ocorre entre abril e novembro de cada ano. Em 30 de junho de 2022, tivemos 28.992 hectares plantados com cana-de-açúcar nas nossas fazendas Araucária, Alto Taquari, São José, Parceria III e Parceria IV.

Celebramos um contrato de fornecimento com a Brenco, nos termos do qual atualmente fornecemos a totalidade da nossa produção de cana-de-açúcar das nossas fazendas Alto Taquari, Araucária e Parceria III a elas. O prazo desse contrato de fornecimento abrange dois ciclos de colheita completos, que consiste em seis anos-safra e cinco colheitas e está programado para expirar em 2022/2023. No exercício encerrado em 30 de junho de 2022 e até a presente data, a Brenco não deixou de pagar nenhum valor a receber. Atualmente corremos o risco de inadimplência da Brenco, nossa principal cliente, associada ao fato de que sua acionista controladora, a Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial, está sendo investigada pela Polícia Federal Brasileira por corrupção na operação Lava Jato e que a Brenco entrou com o pedido de recuperação judicial no Brasil em maio de 2019.

Na tabela abaixo, apresentamos o vencimento das contas a receber da Brenco com base nos termos contratuais.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A vencer:	Em 30 de junho de 2022 (em milhares de R\$)
Até 30 dias	14.080
30 a 90 dias	—
91 a 180 dias	—
181 a 360 dias	2.706
Total	16.786

No dia 8 de maio de 2015, celebramos um contrato de arrendamento com relação a uma propriedade localizada nos municípios de Alto Taquari e Alto Araguaia, no Estado de Mato Grosso ("Parceria III"), nos termos do qual temos o direito de operar uma área de 4.263 hectares até 31 de março de 2026. As propriedades estão próximas da Fazenda Alto Taquari, região que teve excelentes resultados na produção de cana-de-açúcar. Essa transação nos permite fazer uso da estrutura operacional e equipe já presente na região e garantir maior flexibilidade de gerenciamento de propriedades.

Celebramos um contrato de fornecimento com a Agro Serra, nos termos do qual atualmente fornecemos a eles a totalidade da nossa produção de cana-de-açúcar da nossa fazenda Parceria IV. O prazo deste contrato de fornecimento é de 15 anos, renovável por mais 15 anos.

Referente aos exercícios encerrados em 30 de junho de 2022 e 2021, a receita líquida da venda de cana-de-açúcar foi responsável por 32,4% e 40,0% da nossa receita líquida, respectivamente.

Nossa produção agrícola é distribuída através do transporte rodoviário. Celebramos contratos de prestação de serviços terceiros com empresas de caminhões para transportar a produção de nossas fazendas para as refinarias de açúcar e etanol de nossos clientes.

Algodão: A época de plantio do algodão vai de setembro a dezembro de cada ano e a colheita ocorre entre fevereiro e maio de cada ano. Durante a época de plantio do nosso ano-safra de 2021/2022, plantamos 4.121 hectares de algodão em nossa fazenda Chaparral.

Referente ao exercício encerrado em 30 de junho de 2021 e 2022, a receita líquida da venda de algodão representou 2,2% e 4,2% da nossa receita, respectivamente.

Pecuária: Em 30 de junho de 2022, tínhamos 21.168 cabeças de gado distribuídas por 11.323 hectares de pastagem ativa.

Referente aos exercícios encerrados em 30 de junho de 2022 e 2021, a receita líquida da venda da pecuária foi responsável por 2,7% e 4,4% da nossa receita líquida, respectivamente.

Arrendamentos

Como alternativa à produção independente, arrendamos 18.000 hectares das nossas propriedades agrícolas a terceiros.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Geralmente, nossos arrendamentos estão sujeitos a diferentes obrigações, dependendo do estágio de desenvolvimento do imóvel em questão. No que diz respeito aos arrendamentos das nossas propriedades em que a terra está subdesenvolvida, os arrendatários estão sujeitos a vários termos e condições, incluindo requisitos para investir e utilizar as técnicas e equipamentos que acreditamos serem necessários e adequados para a preparação e correção do solo, a fim de facilitar a produção agrícola. Além de arrendamentos de terras, também podemos arrendar fazendas individuais ou armazéns a arrendatários, nos termos dos quais recebemos uma parcela da produção agrícola, em espécie, produzida pelo arrendatário. Nossos arrendamentos geralmente duram entre três a dez anos. Nos termos da lei brasileira, os arrendatários têm direito de preferência na compra de fazendas quando são alugadas por eles.

Imóveis para investimento

Em 30 de junho de 2022, o valor contábil líquido de nossos imóveis de investimento foi de R\$ 1.004,4 milhões, dos quais R\$ 741,4 milhões representaram custos de aquisição de terrenos e R\$ 263,0 milhões (líquido de depreciação acumulada) representaram melhorias, incluindo melhorias de construção e infraestrutura e custos de compensação e preparação da terra. Referente aos exercícios encerrados em 30 de junho de 2022 e 2021, os ganhos nas vendas agrícolas representaram R\$ 251,5 milhões e R\$ 53,5 milhões, respectivamente.

Principais Clientes

Atualmente, vendemos uma parte substancial de nossa produção de colheita total para um pequeno número de clientes que detêm um substancial poder de barganha. No exercício social encerrado em 30 de junho de 2022, a Companhia possui 4 clientes que representam individualmente 10% ou mais das receitas consolidadas, totalizando 57,9% do faturamento total de Companhia. Dos 4 clientes, 2 concentram 97,8% das receitas do segmento de cana de açúcar e 2 concentram 41% das receitas dos segmentos grãos/algodão. Não existem clientes nos outros segmentos que concentrem 10% ou mais da receita em relação ao faturamento total.

Pontos fortes e vantagens competitivas

A Companhia se destaca no agronegócio por combinar um negócio rentável e resiliente, com modelo de negócios diferenciado dentro do setor, uma vez que, além de conseguir atuar no cultivo das mais variadas culturas, ainda consegue ser muito competitivo comprando, desenvolvendo e vendendo terras. Destacam-se seus principais pontos:

- Posição estratégica no mercado imobiliário de terras brasileiro, que é um mercado com baixa competição e pulverizado, com excelente oportunidade para consolidação;
- Possui uma excelente gestão operacional e financeira, garantindo geração de valor para os acionistas, com pagamento recorrente de dividendos;
- Modelo de negócios equilibrado, não sendo necessário grande desprendimento de ativos, pois a companhia possui um mix balanceado de terras próprias e arrendadas;
- Todo o desenvolvimento da BrasilAgro é orientado em paralelo com diversas iniciativas sociais e ambientais, além de possuir altos padrões de governança;
- Times qualificados e sistemas de primeira linha possibilitam alta produtividade;
- Negócio possui ganhos em duas frentes, valorização das terras e renda recorrente proveniente das culturas; e
- Histórico robusto de resultados operacionais e financeiros, mostrando que as estratégias lançadas são bem executadas.

Valores

- **Foco em resultado:** Assumir responsabilidades em todos os níveis da organização e entregar o prometido.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- **Ética:** Integridade, transparência e reciprocidade nas relações internas e externas com comunicação ampla e eficaz.
- **Meritocracia:** Atrair e desenvolver pessoas em uma organização pouco hierárquica onde o talento seja reconhecido.
- **Sustentabilidade sócio-ambiental:** Cumprir integralmente a legislação trabalhista e ambiental trabalhando ativamente junto aos órgãos governamentais e não governamentais para ampliar os impactos positivos às regiões que atuamos.
- **Inovação:** Seguir buscando e criando maneiras inovativas para todas as partes do nosso modelo de negócios: aquisição/venda, transformação, operação, gestão administrativa e financeira.

Premiações e Iniciativas

A Companhia possui diversas iniciativas ESG que guiam seu desenvolvimento. Todas as operações estão alinhadas com as melhores práticas de preservação e restauração das áreas cultivadas. São mais de 70 mil hectares preservados com o Programa de Conservação de Áreas Protegidas.

Do ponto de vista de ESG (Ambiental, Social e Governança na sigla em inglês), também tivemos importantes avanços. Em 2022, aderimos ao Pacto Global da ONU, através do Instituto BrasilAgro, reforçando o nosso compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Inauguramos a primeira fábrica de Bioinsumos na Bahia, estamos no processo de revisão da nossa Matriz de Materialidade para direcionar o posicionamento ESG integrado à nossa estratégia, com compromissos e metas que buscam contribuir de forma mais efetiva com sustentabilidade do agronegócio. Essas e outras ações dentro deste âmbito, serão divulgados no relatório de sustentabilidade 2022.

Em 2022, o modelo de gestão de pessoas da BrasilAgro foi certificado pelo quarto ano consecutivo pela consultoria global Great Place to Work (GPTW). No ano-safra 2021/2022, 90% dos colaboradores classificaram a empresa como um ótimo lugar para trabalhar. Esse índice de aprovação coloca a Companhia na mesma média das cinco melhores empresas médias do agronegócio eleitas no ranking GPTW 2022 – de 136 empresas participantes, a BrasilAgro ficou entre as 46 melhores e entre as cinco do mesmo porte. A pesquisa foi feita em setembro de 2021 e muitas ações realizadas durante a pandemia de COVID-19, como planos de comunicação, ações preventivas de saúde, encontros virtuais para acolher e integrar os colaboradores, entre outras iniciativas, foram fundamentais para esse resultado.

Estratégia

A busca pela valorização das nossas propriedades rurais é o principal elemento de nossa estratégia. Na nossa visão, o valor de uma propriedade rural está relacionado à geração de caixa por unidade de área. Nesse sentido, procuramos maximizar o retorno sobre os nossos investimentos (i) identificando, adquirindo, desenvolvendo e explorando propriedades rurais que acreditamos ter um alto potencial de valorização; (ii) otimizando o rendimento e a produtividade de nossas propriedades rurais por meio da implementação de tecnologia e técnicas agrícolas de excelência; e (iii) gerindo de maneira ativa nosso portfólio de propriedades rurais, norteados pelas seguintes premissas: (a) retorno imobiliário e operacional combinados; (b) diversificação de riscos climáticos e de culturas; (c) alocação eficiente de capital entre investimento e aquisição; e (d) realização de ganhos de capital através da venda seletiva de propriedades rurais já desenvolvidas.

Para atingirmos nossos objetivos, adotamos como estratégia:

Aquisição de propriedades rurais subutilizadas ou não-produtivas, introdução de atividade agrícola e desenvolvimento da sua produtividade e infraestrutura.

Temos como escopo a compra de propriedades rurais subutilizadas ou não-produtivas, a preços atrativos e, ato contínuo, a introdução de atividades agropecuárias cujo desenvolvimento entendemos adequado para atingir a produtividade necessária à sua valorização. Para tanto, (i) transformamos

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

propriedades rurais não-produtivas em pastagens ou implementamos atividades agrícolas, tais como grãos, cana de açúcar, pastagem e floresta; (ii) transformamos pastagens em propriedades rurais adequadas para atividades agrícolas mais produtivas (pastagem para cana de açúcar) e, por fim; (iii) valorizamos propriedades rurais alterando a sua produção, seja no que tange à cultura ou à tecnologia, para atividades agrícolas mais rentáveis. Entendemos que a atividade agrícola é fundamental não somente para o nosso resultado operacional não imobiliário, mas também como vetor da apreciação do valor imobiliário das propriedades rurais.

Buscamos, também, a aquisição de propriedades rurais cujo valor acreditamos que possa ser maximizado pela proximidade de infraestruturas, tais como logística, centros de distribuição, estruturas de armazenagem e polos consumidores. E no caso de aquisição de propriedades rurais desprovidas de tais infraestruturas, quando julgamos adequado, promovemos os respectivos desenvolvimentos dessas infraestruturas.

Aplicação de tecnologias modernas e melhores práticas agrícolas para aumentar a produtividade operacional e valorização de nossas propriedades rurais.

Utilizamos tecnologias modernas e as melhores práticas agrícolas (tais como sementes geneticamente modificadas e de alto rendimento, técnicas de semeadura direta, maquinário, otimização de rendimento da produção através da rotação de cultura, irrigação, uso de fertilizantes e agrotóxicos), conforme o Guia de Boas Práticas Agrícolas da FAO recomenda, com o objetivo de otimizar a produtividade das nossas atividades agrícolas e valorizar nossas propriedades rurais.

Diversificação e gestão ativa do nosso portfólio.

Buscamos minimizar os riscos climáticos e de preços das commodities com uma carteira de propriedades rurais bastante diversificada por regiões e culturas em produção. Buscamos também equilibrar propriedades rurais em distintos níveis de desenvolvimento de maneira a evitar picos e vales na necessidade operacional de desenvolvimento e produção. Desta forma podemos diminuir a volatilidade no nosso fluxo de caixa tanto das operações como das vendas de propriedades rurais.

Avaliamos decisões sobre nossos investimentos e administração de nosso portfólio de propriedades rurais com base em nossa expertise na análise das tendências de mercado no setor do agronegócio. Com estas informações podemos tomar decisões sobre alocação de capital entre aquisições e investimentos para aumento de produção (i.e., picos de preços de commodities favorecem investimentos em aumento de produção), sobre venda de propriedades rurais e sobre a implementação de estratégias de hedge (patrimonial e operacional).

Propriedades Agrícolas

Em 30 de junho de 2022, nós detínhamos 19 propriedades agrícolas, totalizando 203.649 hectares de terra arável (não incluindo áreas de preservação ambiental de acordo com a lei ambiental brasileira, boliviana e paraguaia), incluindo 60.159 hectares de área arrendada, localizadas nos estados brasileiros de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Bahia, Piauí e no Paraguai. Durante a época de plantio do nosso ano-safra de 2021/2022, plantamos 62.077 hectares de soja, 27.643 hectares de milho (1ª e 2ª safras), 28.992 hectares de cana-de-açúcar, 28.538 hectares de outros grãos (gergelim, sorgo e outros e áreas arrendadas a terceiros), 5.681 hectares de feijão, 4.121 hectares de algodão e 11.323 hectares de pasto.

Com exceção de parte da fazenda Nova Buriti, adquirimos e detemos nossas propriedades agrícolas por meio de subsidiárias, estrutura que acreditamos que simplificará a futura venda desses imóveis de acordo com a lei brasileira. Além disso, celebramos parcerias rurais para operar propriedades agrícolas, as Parcerias II, III, IV, V VII e VIII.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Fazenda São José: Localizada no Estado do Maranhão, na região Nordeste do Brasil, a fazenda São José tinha, em 30 de junho de 2022, uma área de 17.566 hectares, dos quais 10.137 hectares são aráveis e já foram desenvolvidos e serão utilizados para o plantio de grãos, e os 7.429 hectares restantes são áreas de preservação permanente e reserva legal. A parceria agrícola consiste em 15.000 hectares de terras aráveis e desenvolvidas, já plantadas principalmente com cana-de-açúcar. A parceria tem prazo de 15 anos, prorrogável por igual período.

Fazenda Jatobá: Localizada no Estado da Bahia, na região Nordeste do Brasil, a fazenda Jatobá tinha, em 30 de junho de 2022, uma área de 13.276 hectares. Acreditamos ser vantajoso deter essa propriedade para fins de exportação devido à presença do Porto de Candeias no Estado da Bahia.

Em 30 de junho de 2017, vendemos 625 hectares de nossa fazenda Jatobá, dos quais 500 são agricultáveis, por um preço total de venda de R\$ 10,1 milhões, equivalente a 300 sacas de soja por hectare útil. Em julho de 2018, vendemos 9.784 hectares de nossa fazenda Jatobá, dos quais 7.485 são agricultáveis, por um preço total de venda de R\$ 164,8 milhões, o equivalente a 285 sacas de soja por hectare útil. Em junho de 2019, vendemos 3.124 hectares de nossa fazenda Jatobá, sendo 2.473 hectares agricultáveis, totalizando preço de venda de R\$ 58,1 milhões, equivalente a 285 sacas de soja por hectare útil. Em setembro de 2019, vendemos 1.134 hectares de nossa fazenda Jatobá, 893 de agricultáveis, por um preço total de venda de R\$ 23,2 milhões, equivalente a 302 sacas de soja por hectare útil. Em junho de 2020, vendemos 1.875 hectares de nossa Fazenda Jatobá, sendo 1.500 agricultáveis, pelo valor total de venda de R\$ 45,0 milhões, equivalente a 300 sacas de soja por hectare útil. Em agosto de 2020, vendemos 133 hectares agricultáveis, por um preço total de venda de R\$ 3,8 milhões. Em maio de 2022, vendemos 1.654 hectares de nossa fazenda Jatobá, sendo 1.250 hectares agricultáveis, por R\$ 67,1 milhões, equivalente a 300 sacas de soja por hectare úteis.

Fazenda Alto Taquari: Localizada no Estado do Mato Grosso, na região Centro-Oeste do Brasil, a fazenda Alto Taquari tinha, em 30 de junho de 2022, uma área de 5.103 hectares. Antes da nossa aquisição, a fazenda Alto Taquari foi utilizada para cultivo de grãos e criação de gado.

Em 7 de outubro de 2021, celebramos um contrato para vender uma área de 3.723 hectares (2.694 hectares aráveis) na Fazenda Alto Taquari. O preço de venda foi de R\$ 589,0 milhões (aproximadamente R\$ 218.641 / hectare arável) ou 1.100 sacas de soja por hectare arável. Parte desse preço correspondente a R\$ 16,5 milhões foi paga em outubro de 2021 e um pagamento adicional de R\$ 31,4 milhões deverá ser feito até novembro de 2021. O saldo remanescente está indexado em sacas de soja e será pago em oito parcelas anuais, a partir de maio de 2022. A entrega da área ocorrerá em duas fases, a primeira ocorreu em outubro de 2021, com 2.566 hectares (1.537 hectares agricultáveis), no valor de aproximadamente R\$ 336,0 milhões, e a segunda ocorrerá em setembro de 2024, com 1.157 hectares cultiváveis, no valor de aproximadamente R\$ 253,0 milhões. Pretendemos continuar explorando e operando as áreas que foram vendidas até a conclusão de cada fase de entrega.

Considerando esta venda, a área da Fazenda Alto Taquari no portfólio é de 1.380 hectares (809 hectares aráveis).

Fazenda Araucária: Localizada no Estado de Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil, a fazenda Araucária tinha, em 30 de junho de 2022, uma área de 5.534 hectares, dos quais aproximadamente 4.051 hectares são agricultáveis. A propriedade é utilizada principalmente para o cultivo de cana-de-açúcar e grãos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A safra 2009/2010 marcou o início de nossas obrigações no contrato de fornecimento com a Brenco para fornecer a totalidade de nossa produção de cana-de-açúcar produção da fazenda Araucária para eles por um período de dois ciclos completos de safra (seis safras e cinco safras), que inicialmente estava previsto para terminar em 2021/2022, mas foi prorrogado devido à continuidade da produção de cana-de-açúcar. O prazo do contrato pode ser prorrogado automaticamente por mais cinco ciclos da cana.

Fazenda Chaparral: Localizada no Estado da Bahia, na região Nordeste do Brasil, a fazenda Chaparral tinha, em 30 de junho de 2022, uma área de 37.182 hectares.

Fazenda Nova Buriti: Localizada no Estado de Minas Gerais, na região Sudeste do Brasil, em 30 de junho de 2022, a fazenda tinha uma área de 24.212 hectares. Esclarecemos que nenhuma decisão definitiva foi tomada pela administração da Companhia e as opções para a exploração econômica de tais imóveis se encontram em processo de análise e avaliação, tendo como foco estratégias alinhadas com o mercado atual, incluindo a possibilidade de emissão de green bonds, emissão de créditos de carbono, constituição de servidão para compensação de reserva legal, entre outros. Nenhuma opção foi descartada e o projeto não foi descontinuado ou cancelado, ainda que o projeto atual de licenciamento tenha sido arquivado.

Fazenda Preferência: Localizada no Estado da Bahia, na região Nordeste do Brasil, a fazenda tinha uma área de 17.799 hectares. Usamos a propriedade para criação de gado e cultivo de grãos.

Parceria II – Fazenda Avarandado: Localizada no Estado do Piauí, na região Nordeste do Brasil, a fazenda Parceria II é objeto de um acordo de parceria rural desde 2013, para até 11 colheitas, que deverá terminar em junho de 2024, por meio do qual operamos uma área de até 7.456 hectares, que é adequada para culturas de grãos, e podemos fazer uso da estrutura operacional e equipe já presente na região e garantir maior flexibilidade de gerenciamento de propriedades.

Parceria III – Fazenda Alto Taquari: Localizada no Estado do Mato Grosso, na região Centro-Oeste do Brasil, a fazenda Parceria III é objeto de um acordo de parceria rural até março de 2026, por meio do qual operamos uma área de até 5.128 hectares, que é adequada para culturas de cana-de-açúcar, e podemos fazer uso da estrutura operacional e equipe já presente na região e garantir maior flexibilidade de gerenciamento de propriedades.

Parceria IV – Fazenda São José: Em 11 de janeiro de 2017, celebramos um acordo de parceria rural com relação a uma propriedade localizada nos municípios de São Raimundo das Mangabeiras, no estado do Maranhão ("Parceria IV"), segundo o qual temos o direito de operar uma área de até 15.000 hectares. A parceria agrícola já está plantada principalmente com cana-de-açúcar e tem um prazo de 15 anos, renovável por mais 15 anos.

Parceria V – Fazenda Jataí: Localizada no Estado do Mato Grosso, na região Centro-Oeste do Brasil, a fazenda Parceria V é objeto de um acordo de parceria rural até 2028, por meio do qual operamos uma área de até 17.150 hectares, que é madura, com mais de cinco anos de produção, e adequada para culturas de grãos (safra e segunda safra), e podemos fazer uso da estrutura operacional e equipe já presente na região e garantir maior flexibilidade de gerenciamento de propriedades. Em julho de 2022, renovamos a parceria da Fazenda Jataí, com área útil total de 3.440 hectares, localizada no município de São Felix do Araguaia, estado do Mato Grosso, para a cultivo de grãos, por um período de seis anos.

Parceria VII – Fazenda Serra Grande: Localizada no Estado do Piauí, na região Nordeste do Brasil, a fazenda Serra Grande tinha, em 30 de junho de 2022, uma área de 4.489 hectares, dos quais 2.904 hectares são cultiváveis para serem desenvolvidos e adequados para o cultivo de grãos e

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

os 1.585 hectares restantes são áreas de preservação permanente e reserva legal. Temos ainda parceria agrícola em uma área de 5.473 hectares de terras cultiváveis e desenvolvidas, já plantadas e exploradas por nós na safra 19/20 (Parceria VII), que tem mais de cinco anos em média de produção e alto potencial de produção. A Parceria VII tem prazo de até 12 anos, com opção de compra até 2024.

Parceria VIII – Fazendas Bolpenra e La Senda: Em abril de 2022, celebramos um contrato de parceria rural com relação a propriedades localizada no Obispo Santiesteban, Estado de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia (Fazendas Bolpebra e La Senda), temos o direito de operar uma área de até 1.035 hectares agricultáveis por até seis anos. As propriedades estão localizadas próximas à Fazenda Acres del Sud, uma região que tem apresentado excelentes resultados na produção de cana-de-açúcar. Esta transação nos permite utilizar a estrutura operacional e equipe já presentes na da região e garantir maior agilidade na gestão dos imóveis.

Parceria IX – Fazenda Rio Preto: Em maio de 2022, celebramos um contrato de parceria rural com relação a uma propriedade localizada em Porto Alegre do Norte, no estado do Mato Grosso, no Brasil (Fazenda Rio Preto) ("Convênio IX"), segundo o qual temos o direito de explorar uma área de até 5.714 hectares por até 12 anos. Esta transação nos permite fazer uso da estrutura operacional e equipe já presentes na região de Parceria V e garantem maior agilidade na gestão patrimonial.

Parceria X – Fazenda Nossa Senhora Aparecida: Em julho de 2022, celebramos um contrato de parceria rural com relação a uma propriedade localizada em São Felix do Araguaia, no estado de Mato Grosso, no Brasil (Fazenda Nossa Senhora Aparecida) ("Parceria X"), nos termos do qual temos o direito de explorar uma área de até 2.100 hectares por até seis anos. Esta transação nos permite utilizar a estrutura operacional e a equipe já presentes na região da Parceria V e garantem maior agilidade na gestão imobiliária. Essas áreas são maduras, com mais de cinco anos sob produção e são adequados para uma segunda safra.

Parceria XI – Fazenda São Domingos: Em julho de 2022, celebramos um contrato de parceria rural com relação a uma propriedade localizada em Comodoro, no estado de Mato Grosso, no Brasil (Fazenda São Domingos) ("Convênio XI"), segundo o qual temos o direito de explorar uma área de até 6.070 hectares por até 12 anos.

Fazenda Moroti: Localizada no Paraguai, a fazenda Moroti tinha, em 30 de junho de 2022, 59.585 hectares, dos quais 34.673 hectares são cultiváveis.

Fazenda Arrojadinho: Localizada no Estado da Bahia, na região Nordeste do Brasil, a Fazenda Arrojadinho tinha, em 30 de junho de 2022, 16.642 hectares. Esta propriedade é adequada para produção de grãos e criação de gado.

Fazenda Rio do Meio: Localizada no Estado da Bahia, na região Nordeste do Brasil, a Fazenda Rio do Meio tinha, em 30 de junho de 2022, 12.288 hectares. Esta propriedade é adequada para produção de grãos e criação de gado.

Em 20 de setembro de 2021, firmamos um contrato para vender uma área de 4.573 hectares (2.859 hectares aráveis) na Fazenda Rio do Meio localizada em Correntina, no Estado da Bahia. O preço de venda foi de R\$ 130,1 milhões (aproximadamente R\$ 45.507 / hectare arável) ou 250 sacas de soja por hectare cultivável, que foi dividido em sete parcelas anuais, com um adiantamento de R\$ 5,3 milhões, já pago, e a primeira parcela no valor de R\$ 10,6 milhões com vencimento em 2021. O saldo remanescente será pago em sete parcelas anuais.

Considerando esta venda, a área da Fazenda Rio do Meio no portfólio é de 7.715 hectares.

Acres del Sud: Em 20 de dezembro de 2020, nosso acionista controlador, Cresud, iniciou uma reorganização societária sob a qual celebramos um contrato de compra de ações para adquirir 100% das ações de emissão das seguintes empresas bolivianas: (i) Agropecuaria Acres del Sud SA; (ii) Ombu

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Agropecuaria S.A .; (iii) Yatay Agropecuaria S.A .; e (iv) Yuchan Agropecuarian S.A. (coletivamente, "Acre del Sud"), todos indiretamente controlados pela Cresud. Essas propriedades têm uma área total de 9.875 hectares, serão destinadas ao cultivo de grãos e cana-de-açúcar, e distribuídas entre as propriedades San Rafael, Las Londras e La Primavera.

Em 4 de fevereiro de 2021, após o cumprimento das condições precedentes negociadas no contrato de compra e venda de ações, assumimos o controle da Acres del Sud. O preço de compra foi negociado em R\$ 160,4 milhões, com base na estimativa de ativos líquidos preliminares apurada em 30 de junho de 2020, que quitamos integralmente em dinheiro. O contrato previa um ajuste de preço para refletir a variação patrimonial das empresas bolivianas de 30 de junho de 2020 até a data-base da operação, de acordo com os critérios estabelecidos pelas partes. Os procedimentos para ajuste do preço foram concluídos em 21 de março de 2021 e geraram uma obrigação de pagamento adicional de R\$ 5,4 milhões, que foi paga por nós em 30 de abril de 2021.

Efeitos da Pandemia de COVID-19

Medidas governamentais no Brasil

Em vista do surto da pandemia de COVID-19, o governo brasileiro criou um comitê de crise para monitorar o impacto da COVID-19 em março de 2020. Desde então, anunciou várias medidas (fiscais e outras) para abordar os efeitos da COVID-19. A esse respeito, as autoridades de saúde brasileiras, bem como várias autoridades estaduais e municipais, adotaram ou recomendaram medidas de distanciamento social. Da mesma forma, o Congresso Brasileiro está atualmente discutindo várias medidas para aumentar a receita do governo brasileiro, como a imposição de novos impostos, revogação de benefícios fiscais e o aumento das alíquotas de impostos em vigor, incluindo a revogação da isenção fiscal concedida às distribuições de dividendos pagas pelas empresas brasileiras, o que poderia afetar o retorno de nossos investimentos, bem como de nossos acionistas.

No Brasil, estados e municípios também podem revogar benefícios fiscais e aumentar as alíquotas de impostos em vigor para aumentar suas receitas

Medidas da sociedade

Para garantir as condições de higiene e segurança estabelecidas pelo Ministério da Saúde e preservar a saúde de nossos colaboradores, adotamos um plano com diversas medidas estabelecidas especificamente para esse fim.

As principais iniciativas foram a criação de um Comitê de Prevenção e Risco, implementação de arranjos de trabalho remoto e adoção de diversas medidas e protocolos para preservar a segurança de todas as pessoas envolvidas em nossas operações, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Também foram tomadas medidas para apoiar nossas operações e preservar o caixa, tais como:

- contratação de novas linhas de crédito, tais como financiamento para custos agrícolas, cana-de-açúcar e para fins de capital de giro;
- entrega antecipada de insumos; e
- antecipação das vendas de produtos agrícolas para garantir uma maior capacidade de armazenamento.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Além disso, em 30 de junho de 2021, embora não tenhamos registrado perdas ou ganhos substanciais em nossos resultados financeiros de 2021 diretamente relacionados à pandemia, continuamos a monitorar possíveis impactos futuros devido a:

- volatilidade cambial, em conexão com operações derivativas relacionadas a operações cambiais e operações com commodities que celebramos para garantir margens de produção em operações financeiras.
- volatilidade nos preços do açúcar e do etanol e consequente impacto na demanda e nos preços da cana-de-açúcar;
- alterações no ciclo de pagamento esperado da cana-de-açúcar decorrentes de negociações com nossos clientes; em 30 de junho de 2021, nenhum de nossos clientes tinha deixado de fazer pagamentos; e
- volatilidade em outros preços de commodities.

Nossas operações no Brasil, Bolívia e no Paraguai continuam sem quaisquer alterações substanciais. A maioria de nossas operações comerciais não sofreu nenhuma interrupção importante.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não aplicável, pois a BrasilAgro não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Temos como única atividade a comercialização de nossas propriedades, mediante compra, venda ou arrendamento, e a produção e comercialização de produtos agrícolas, segmento este dividido em grãos, algodão, cana-de-açúcar, pecuária e outras receitas (resíduos da produção de grãos).

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Exercício social encerrado em 30 de junho					
	2022	Análise Vertical	2021	Análise Vertical	2020	Análise Vertical
Ganho com Venda de Fazenda	316.174	15,9%	85.766	6,8%	61.420	8,7%
Receitas de Grãos	719.851	36,3%	330.418	26,4%	233.413	33,1%
Receitas de Algodão	25.242	1,3%	27.771	2,2%	13.052	1,9%
Receitas de Cana-de-açúcar	378.919	19,1%	264.978	21,1%	192.942	27,4%
Pecuária	31.507	1,6%	28.966	2,3%	32.674	4,6%
Arrendamento	6.450	0,3%	11.365	0,9%	14.680	2,1%
Outras Receitas	6.167	0,3%	(545)	0,0%	807	0,1%
Receita Líquida de Vendas	1.484.310	74,8%	748.719	59,7%	548.988	77,8%
Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	549.764	27,7%	527.348	42,1%	160.371	22,7%
Reversão de provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	(50.822)	-2,6%	(22.728)	-1,8%	(4.153)	-0,6%
Receita Líquida	1.983.252	100,0%	1.253.339	100,0%	705.206	100,0%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A tabela abaixo mostra o lucro líquido por segmento dos produtos comercializados pela companhia:

	30 de junho de 2022														
	Total	Imobiliário	Imobiliário vs. Total	Grãos	Grãos vs. Total	Algodão	Algodão vs. Total	Cana	Cana de açúcar vs. Total	Pecuária	Pecuária vs. Total	Outros	Outros vs. Total	Não alocado	Não alocado vs Total
Receita líquida	1.168.137	6.450	1,24%	720.883	138,6%	25.242	-	378.919	72,9%	31.507	6,1%	5.136	1,0%	-	-
Ganho com venda de fazenda	251.534	251.534	48,36%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho (perda) de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	549.764	-	-	313.944	60,4%	7.122	1,4%	227.717	43,8%	968	0,2%	13	-	-	-
Reversão de provisão de produtos agrícolas após a colheita, líquida	(50.822)	-	-	(49.244)	(9,5%)	(1.576)	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-
Custo das vendas	(1.142.688)	(4.536)	(0,9%)	(720.236)	(138,5%)	(24.967)	-	(352.519)	(67,8%)	(27.948)	(5,4%)	(12.482)	(2,4%)	-	-
Lucro (Prejuízo) bruto	775.925	253.448	48,7%	265.347	51,0%	5.821	1,1%	254.117	48,9%	4.527	0,87%	(7.335)	(1,4%)	-	-
Receitas (despesas) operacionais															
Despesas com vendas	(43.578)	-	-	(33.359)	(6,4%)	(794)	(0,2%)	(1260)	(0,2%)	(970)	(0,2%)	(7195)	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(55.968)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.968)	(10,8%)
Outras receitas operacionais	13.829	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.829	2,7%
Equivalência Patrimonial	(31)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31)	0,0%
Resultado Operacional	690.177	253.448	48,73%	231.988	44,6%	5.027	1,0%	252.857	48,6%	3.557	0,68%	(14.530)	(2,8%)	(42.170)	(8,1%)
Receitas financeiras	955.783	356.337	68,51%	423.883	81,5%	17490	-	11363	-	3054	-	0	-	143.656	27,6%
Despesas financeiras	(1.008.643)	(324.297)	(62,35%)	(497.102)	(95,6%)	(25.924)	-	(8.127)	(1,56%)	(2746)	-	0	-	(150.447)	(28,9%)
Resultado antes dos impostos	637.317	285.488	54,89%	158.769	30,5%	(3.407)	(0,7%)	256.093	49,2%	3.865	0,74%	(14.530)	(2,8%)	(48.961)	(9,4%)
Imposto de renda e contribuição social	(117.217)	(18.277)	(3,51%)	(53.981)	(10,4%)	1158	-	(87.072)	(16,7%)	(1.314)	-	4.940	0,9%	37.329	7,2%
Lucro (prejuízo) líquido do período	520.100	267.211	51,38%	104.788	20,1%	(2.249)	(0,4%)	169.021	32,5%	2.551	0,49%	(9.590)	(1,8%)	(11.632)	(2,2%)

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

30 de junho de 2021															
	Total	Imobiliário	Imobiliário vs. Total	Grãos	Grãos vs. Total	Algodão	Algodão vs. Total	Cana	Cana de açúcar vs. Total	Pecuária	Pecuária vs. Total	Outros	Outros vs. Total	Não alocado	Não alocado vs Total
Receita líquida	662.952	11.365	3,58%	330.417	104,0%	27771	-	264.978	83,4%	28.966	9,1%	-545	-0,2%	-	-
Ganho com venda de fazenda	53.097	53.097	16,72%	0	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0	-	-	-
Ganho (perda) de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	527.348	0	-	348.307	109,7%	30.051	9,5%	142.302	44,8%	10234	3,2%	-3546	-	-	-
Reversão de provisão de produtos agrícolas após a colheita, líquida	-22.728	0	-	-22.728	-7,2%	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0	-	-	-
Custo das vendas	-729.145	-1.874	-0,6%	-431.126	-135,7%	-37.082	-	-231.543	-72,9%	-25.596	-8,1%	-1.924	-0,6%	-	-
Lucro (Prejuízo) bruto	491.524	62.588	19,7%	224.870	70,8%	20.740	6,5%	175.737	55,3%	13.604	4,28%	-6.015	-1,9%	-	-
Receitas (despesas) operacionais															
Despesas com vendas	-27.951	-491	-0,2%	-26.073	-8,2%	-289	-0,1%	-563	-0,2%	-535	-0,2%	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	-46.852	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-46.852	-14,7%
Outras receitas operacionais	-22.613	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-22.613	-7,1%
Equivalência Patrimonial	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	0,0%
Resultado Operacional	394.119	62.097	19,55%	198.797	62,6%	20.451	6,4%	175.174	55,1%	13.069	4,11%	-6.015	-1,9%	-69.454	-21,9%
Receitas financeiras	849.623	269.001	84,69%	524.696	165,2%	3253	-	3406	-	4113	-	-	-	45.154	14,2%
Despesas financeiras	-945.611	-233.339	-73,46%	-601.953	-189,5%	-7.431	-	-8.929	-2,81%	-7273	-	-	-	-86.686	-27,3%
Resultado antes dos impostos	298.131	97.759	30,78%	121.540	38,3%	16.273	5,1%	169.651	53,4%	9.909	3,12%	-6.015	-1,9%	-110.986	-34,9%
Imposto de renda e contribuição social	19.515	-10.762	-3,39%	-41.324	-13,0%	-5533	-	-57.681	-18,2%	-3.369	-	2.045	0,6%	136.139	42,9%
Lucro (prejuízo) líquido do período	317.646	86.997	27,39%	80.216	25,3%	10.740	3,4%	111.970	35,2%	6.540	2,06%	-3.970	-1,2%	25.153	7,9%

30 de junho de 2020															
	Total	Imobiliário	Imobiliário vs. Total	Grãos	Grãos vs. Total	Algodão	Algodão vs. Total	Cana	Cana de açúcar vs. Total	Pecuária	Pecuária vs. Total	Outros	Outros vs. Total	Não alocado	Não alocado vs Total
Receita líquida	487.568	14.680	12,28%	233.413	195,2%	13052	-	192.942	161,4%	32.674	27,3%	807	0,7%	-	-
Ganho com venda de fazenda	61.420	61.420	51,37%	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
Ganho (perda) de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	160.371	-	-	86.373	72,2%	1.373	1,1%	75.861	63,5%	-1298	-1,1%	-1938	-	-	-
Reversão de provisão de produtos agrícolas após a colheita, líquida	-4.153	-	-	-4.153	-3,5%	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
Custo das vendas	-483.813	-4.876	-1,1%	-245.805	-205,6%	-13.529	-	-184.811	-154,6%	-32.436	-27,1%	-2.356	-2,0%	-	-
Lucro (Prejuízo) bruto	221.393	71.224	59,6%	69.828	58,4%	896	0,7%	83.992	70,3%	-1.060	-0,89%	-3.487	-2,9%	-	-
Receitas (despesas) operacionais															
Despesas com vendas	-14.300	3.731	3,1%	-16.247	-13,6%	-282	-0,2%	-1136	-1,0%	-366	-0,3%	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	-43.890	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-43.890	-36,7%
Outras receitas operacionais	1.231	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.231	1,0%
Equivalência Patrimonial	-150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-150	-0,1%
Resultado Operacional	164.284	74.955	62,70%	53.581	44,8%	614	0,5%	82.856	69,3%	-1.426	-1,19%	-3.487	-2,9%	-42.809	-35,8%
Receitas financeiras	375.413	146.161	122,26%	11.325	9,5%	886	-	-	-	-	-	23.053	19,3%	193.988	162,3%
Despesas financeiras	-406.168	-133.795	-111,91%	-39.362	-32,9%	-3.651	-	-4.828	-4,04%	-1532	-	-43.175	-	-179.825	-150,4%
Resultado antes dos impostos	133.529	87.321	73,04%	25.544	21,4%	-2.151	-1,8%	78.028	65,3%	-2.958	-2,47%	-23.609	-19,7%	-28.646	-24,0%
Imposto de renda e contribuição social	-13.975	-6.722	-5,62%	-8.685	-7,3%	731	-	-26.530	-22,2%	1.006	-	8.027	6,7%	18.198	15,2%
Lucro (prejuízo) líquido do período	119.554	80.599	67,42%	16.859	14,1%	-1.420	-1,2%	51.498	43,1%	-1.952	-1,63%	-15.582	-13,0%	-10.448	-8,7%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(a) Características do processo de produção

A definição do processo produtivo está diretamente relacionada às condições geoclimáticas das fazendas e do ciclo das culturas, as quais, definem os períodos de plantio e colheita, bem como as demais atividades agrícolas desenvolvidas nesse período. A diversificação das culturas e a distribuição das fazendas nas diferentes regiões do Brasil e Paraguai nos permitem o planejamento de um eficiente sistema de cultivo durante o ano, incluindo a safra e a segunda safra. Segue abaixo uma breve descrição do processo produtivo das principais culturas produzidas pela Companhia.

Cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar é a principal matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Trata-se de uma cultura de clima tropical com preferência por temperaturas quentes e estáveis, com alta umidade.

O ciclo de colheita da cana-de-açúcar nas regiões que atuamos costuma ter início em abril e se encerra em dezembro de cada ano. A cana-de-açúcar está pronta para ser colhida quando o teor de açúcares estiver no nível mais alto, o que ocorre, geralmente, após o ciclo de um ano, com exceção do primeiro corte da cana-de-açúcar plantada no período de janeiro a abril.

Após o primeiro corte é possível realizar 5 ou mais cortes anuais até se chegar ao ponto de renovação do plantio, uma vez que cada corte implica na redução da produtividade agrícola da cana-de-açúcar. Os nossos investimentos na renovação dos canaviais e a adoção de modernas práticas culturais e de corte, carregamento e transporte resultaram, nos últimos anos, em uma vida útil média de 7 anos para os nossos canaviais.

A colheita é feita principalmente de cana-de-açúcar crua, de forma mecanizada. Após o último corte, as raízes da cana-de-açúcar são erradicadas, dando início a um novo plantio e, portanto, a um novo ciclo.

A colheita mecânica dispensa a queimada da cana-de-açúcar para a remoção de folhas e palhas, reduzindo substancialmente os impactos ambientais e acidentes de trabalho, se comparada à colheita manual. Somado a isto, as folhas e a palha resultantes da colheita da cana-de-açúcar sem queima formam um colchão que, em um primeiro momento, reduz a evapotranspiração e ajuda no controle de pragas. Este colchão, por sua vez, depois de anos sucessivos desta prática, transforma-se em matéria orgânica agregada à terra, tornando-a naturalmente mais fértil.

O rendimento da cana-de-açúcar é uma importante medida de produtividade. Fatores geográficos, como a composição do solo, a topografia e o clima, bem como as técnicas agrícolas que utilizamos e as variedades plantadas, são responsáveis diretos pelo alto rendimento da cana-de-açúcar que obtemos em nossas áreas agrícolas.

Grãos

O plantio da soja e do milho se estende de setembro até o final de dezembro, seguido pelo manejo realizado na lavoura, que dura cerca de cinco meses, até meados de maio. A colheita tem início em janeiro e se estende até maio. Neste mesmo período ocorre o beneficiamento e o armazenamento dos grãos para posterior entrega ao cliente. O beneficiamento da soja contempla a limpeza e a secagem dos grãos até atingir os padrões de qualidade exigidos pelo mercado.

Os cultivos de "segunda safra" caracterizam-se por terem sua semeadura sobre as áreas de soja precoce e superprecoce que, por terem seu ciclo reduzido em número de dias, propiciam o segundo plantio de milho principalmente. Este sistema ainda, em conceitos agrônômicos, recicla nutrientes no solo e o mantém coberto com maior eficiência do que deixar o solo apenas com culturas de cobertura, além de aumentar a produção da fazenda e diluir o custo fixo das unidades de produção em que se pode realizá-lo.

Algodão

O plantio do algodão é realizado de novembro até o final de dezembro. O manejo da lavoura tem duração de cerca de sete meses, finalizando em junho. Na primeira quinzena de junho inicia-se a colheita, que vai até agosto, e o beneficiamento, que vai até dezembro. O beneficiamento do algodão é realizado por empresas contratadas de beneficiamento localizadas nas proximidades das nossas fazendas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Pecuária

A pecuária entrou na companhia como uma forma de mitigar os riscos climáticos inerentes da produção de grãos nos ajudando a manter um resultado operacional positivo nas regiões onde esse risco é maior. Temos dois processos distintos de criação. Na Bahia nossa atividade de pecuária é focada no sistema de cria, onde trabalhamos com IATF nos meses de janeiro a março, utilizamos para isso sêmen de Aberdin Angus e matrizes nelore. O bom trabalho realizado no processo de IATF atrelado ao manejo nutricional e de daninhas nas pastagens, ao manejo racional e nutricional do rebanho e a pouca incidência de zoonoses na região tem nos permitido ótimos índices e resultados produtivos muito bons. No Paraguai a nossa atividade é focada no sistema de engorda de macho, principalmente a pasto, porém com uma porcentagem do rebanho sendo terminada em confinamento que ocorre na época deseca da região. A qualidade do solo nos permite uma ótima qualidade de pastagens o que ajuda muito no ganho de peso do animal a campo.

(b) Características do processo de distribuição

Cana-de-açúcar

Vendemos 100% da nossa produção de cana-de-açúcar para dois clientes. Celebramos um contrato de fornecimento e um acordo de parceria rural com a Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável – Em Recuperação Judicial (“Brenco”), que é vinculada ao grupo Odebrecht S.A., nos termos do qual atualmente fornecemos 100% da nossa produção de cana-de-açúcar das fazendas Alto Taquari, Araucária e Parceria III. O prazo desse contrato de fornecimento abrange dois ciclos de colheita completos, que consiste em seis anos-safra e cinco colheitas, e, portanto, está programado para expirar no ano-safra 2021/2022. O prazo desse acordo de parceria rural abrange uma área total de 5.782 hectares, que exploraremos e operaremos até 31 de março de 2026.

Além disso, celebramos um contrato de fornecimento e um acordo de parceria rural com a Agro Pecuária e Industrial Serra Grande Ltda. (“Agro Serra”), nos termos do qual atualmente fornecemos 100% da nossa produção de cana-de-açúcar da fazenda São José. O prazo desse contrato de fornecimento abrange pelo menos 15 anos-safra e, portanto, está programado para expirar não antes do ano-safra 2032/2033, e engloba uma área total de 14.900 hectares, que vamos explorar e operar.

Soja

Cerca de 90% da soja que produzimos vendemos às tradings, sendo que a maior parte destina-se a exportação e uma parcela menor fica no mercado interno, onde são processadas nas plantas de crushing e transformadas em subprodutos, como farelo e óleo, que por sua vez são consumidos no mercado interno e/ou exportados. 10% é vendido para empresas menores, do mercado interno, que atuam regionalmente e em alguns momentos do mercado, estão mais competitivas.

Com relação a logística de entrega dos grãos, as vendas são realizadas em sua maioria, na modalidade FOB, onde a responsabilidade logística (retirada do produto) fica a cargo da compradora (trading). A outra modalidade utilizada, é a condição CIF, onde nós (Brasilagro) assumimos a responsabilidade do frete até o armazém ou fábrica do comprador.

Milho

O milho que produzimos nos estados do GO e MT, são vendidos às tradings com destino exportação. Já a produção nos estados da BA, PI e MA, é comercializada no mercado interno, para indústrias de alimentos, granjas e ração, localizadas nos estados do NE do país.

Algodão

A pluma, que é o principal produto obtido após o beneficiamento do algodão, é vendida às tradings com destino exportação. O caroço de algodão, sendo um subproduto obtido do beneficiamento, é comercializado no mercado interno, para indústrias de esmagamento, transformando-se em óleo e ração, ou comercializado diretamente à atividade pecuária, sendo utilizado na dieta dos animais.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

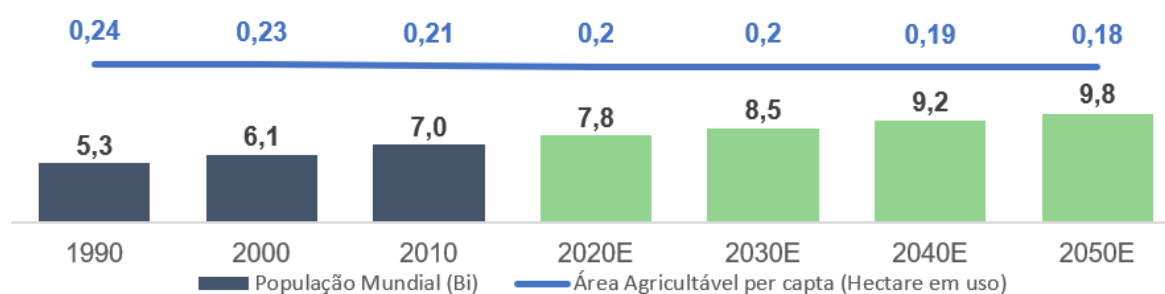
(c) Características dos mercados de atuação

(i) Participação em cada um dos mercados

(ii) Condições de competição nos mercados

Visão geral do mercado agro global

A demanda global por alimentos segue crescendo, enquanto as terras agricultáveis estão cada vez mais escassas e a tendência é de que esse cenário continue, conforme mostra o gráfico abaixo.

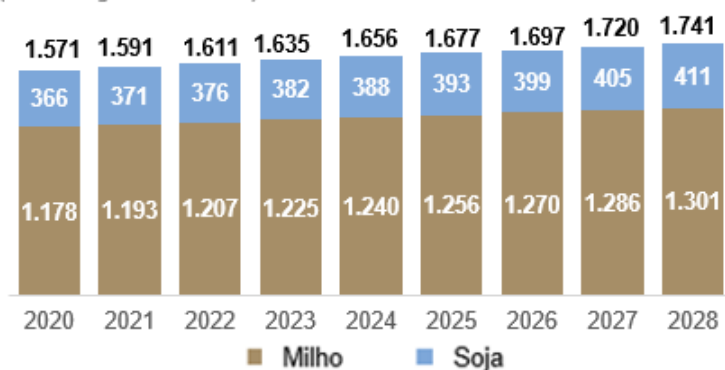


Além disso, fatores de curto e longo prazo devem contribuir para crescer ainda mais a demanda global por alimentos, sendo alguns desses:

- Espera-se que a mudança nos hábitos alimentares na população de maior renda aumente a demanda por proteínas
- Aumento da renda per capita na Ásia (especialmente China e Índia) também tende a aumentar a demanda por alimentos
- Reposição do rebanho suíno chinês deve manter a demanda por grãos (especialmente soja) alta para os próximos anos

Todos esses fatores irão refletir no crescimento de demanda de insumos, principalmente soja e milho, conforme mostra o gráfico abaixo:

(Demanda global – mm tons)



Produto	CAGR 20'-28'
Soja	1,5%
Milho	1,3%
Total	1,3%

Fonte: OECD-FAO Agricultural Outlook

Visão Geral do Mercado Agrícola Brasileiro

Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 14% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil é um dos principais exportadores de alimentos do mundo alimentando mais de 1,5 bilhão de pessoas em todo planeta, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária ("EMBRAPA"), dispendo de vastas terras agricultáveis férteis e de alta produtividade. Esses fatores fazem do País um lugar de vocação natural para a atividade agrícola. . Em 2020/21 a produção brasileira de grãos

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

atingiu, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento ("Conab"), mais de 271,2 milhões de toneladas, portanto quase 14,5 milhões de toneladas a mais do que o ciclo anterior. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira, com participação de 27,5% no PIB total brasileiro em 2021, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada ("CEPEA").

Acreditamos que o Brasil tem potencial para aumentar a sua área cultivada devido ao seu clima favorável, topografia relativamente plana e uma disponibilidade substancial de terras aráveis que são propícias para a agricultura mecanizada. O crescimento da produção de soja no cerrado da região centro-oeste do Brasil é um exemplo do potencial de aumento de produção no setor agrícola brasileiro. Tal crescimento foi em grande parte alcançado por meio de desenvolvimento de novas tecnologias (fertilização e variedades especiais de sementes), limpeza e conversão de grandes áreas de cerrado antes inexploradas ou pastagens. Diante de tal cenário, destaca-se a soja como um dos principais grãos cultivados em território brasileiro, com alta produtividade e baixo custo nas terras nacionais, além da alta disponibilidade de terras para o cultivo da mesma.

Acreditamos que as terras atualmente utilizadas como pastagens no Brasil são uma fonte para futura expansão da produção de grãos e oleaginosas devido à facilidade de sua conversão para terras agrícolas mecanizáveis e à sua localização, muitas vezes próxima a áreas de plantação existentes e servidas por infraestrutura adequada. Áreas utilizadas para a exploração da pecuária são, frequentemente, uma boa fonte para produtores interessados em expandir a área plantada, e em muitos estados brasileiros há muitas fazendas dedicadas à criação de gado. A conversão de áreas de pastagens para plantações de soja tem sido uma constante nos últimos anos e a tendência é que, a longo prazo, as terras de pastagens irão propiciar uma fonte ainda mais importante para a expansão da plantação de grãos e oleaginosas do que as áreas de cerrado virgem, tendo em vista que são mais facilmente convertidas, há menos restrições legais para seu uso, bem como a diminuição das áreas virgens de cerrado disponíveis. Este movimento de migração se dá em boa parte pela rentabilidade da lavoura ser normalmente maior que a da pecuária extensiva.

De acordo com as informações disponibilizadas pelo CEPEA e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"), O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, calculado pelo Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, em parceria com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), cresceu 8,36% em 2021. Ressalta-se que, no último trimestre de 2021, especificamente, o PIB do agronegócio brasileiro chegou a cair, 2,03%, influenciado sobretudo por uma piora nos preços reais do setor. Diante do bom desempenho do PIB agregado do agronegócio em 2021, o setor alcançou participação de 27,4% no PIB brasileiro, a maior desde 2004 (quando foi de 27,53%). Em 2022, o PIB do agronegócio recuou 2,48% no primeiro semestre, segundo pesquisadores do Cepea, esse resultado negativo está atrelado em grande medida à forte alta dos custos com insumos no setor, tanto na agropecuária quanto nas agroindústrias. Além disso, é importante ressaltar que essa queda se verifica frente ao patamar recorde de PIB alcançado em 2021.

Considerando-se os desempenhos parciais da economia brasileira e do agronegócio, estima-se que a participação do setor no total fique em por volta de 25,5% em 2022, pouco abaixo dos 27,5% registrados em 2021. No segundo trimestre, cálculos do Cepea mostram retração de 2,01% no PIB do ramo agrícola e de 0,82% no pecuário. Assim, no semestre, o ramo agrícola acumula baixa de 2,71% e o pecuário, de 1,82%.

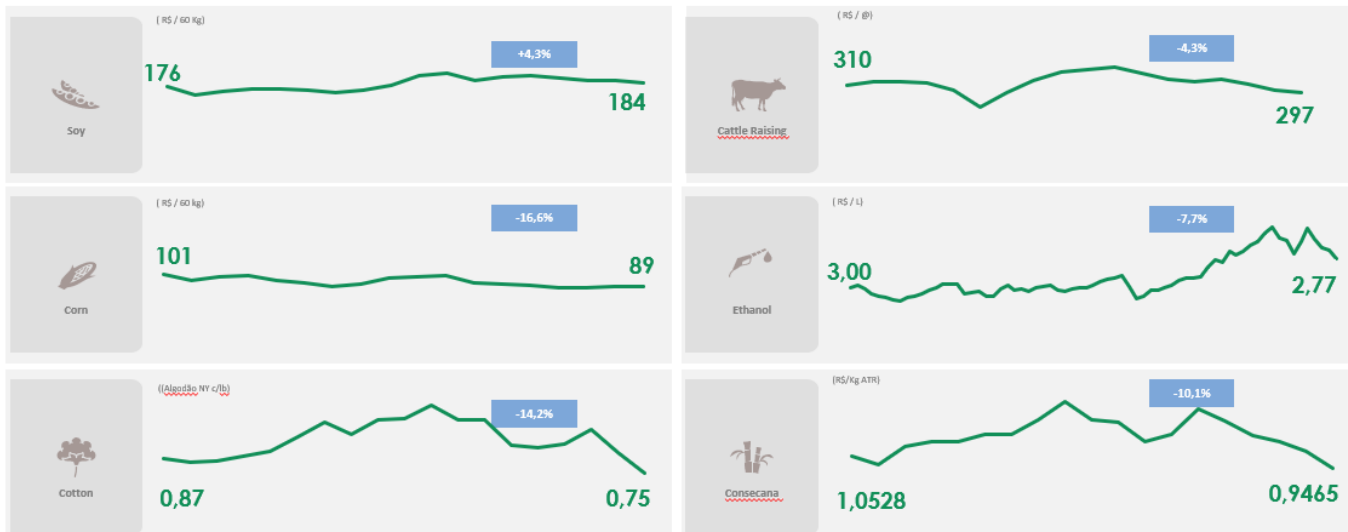
Segundo o MAPA, em setembro de 2022, as exportações do agronegócio brasileiro chegaram a US\$13,97 bilhões. O valor é recorde para os meses de setembro, com elevação de 38,4% em comparação com o que foi exportado no mesmo mês de 2021. Além do aumento dos preços, que subiu 17,2% na comparação entre setembro de 2022 e setembro de 2021, a quantidade exportada subiu 18,1%.

No período acumulado entre janeiro e setembro de 2022, as exportações brasileiras do agronegócio somaram US\$ 122,07 bilhões, o que representou um incremento de 30,5% na comparação com o mesmo período em 2021. Já as importações brasileiras de produtos agropecuários subiram de US\$ 1,25 bilhão em setembro de 2021 para US\$ 1,60 em setembro de 2022 (+27,8%).

O crescimento dos preços históricos das commodities tem contribuído para um bom momento para os agricultores no Brasil, o equilíbrio global entre oferta e demanda, juntamente com a dinâmica de câmbio, refletiu sobre o aumento dos preços das commodities no Brasil.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Forte desempenho das commodities nos últimos 2 anos (Nov/20 – Nov/22)



Fonte: CEPEA ESALQ USP (Agosto/2021)

O Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários, segundo dados da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, ocupa posição de destaque no ranking das vendas externas de soja, carne bovina, carne de frango e tabaco. Projeções do MAPA indicam que o País tem o potencial para se tornar, em pouco tempo, o principal polo mundial de produção de algodão e biocombustíveis, feitos a partir de cana-de-açúcar e óleos vegetais. Milho, arroz, frutas frescas, cacau, castanhas, nozes, além de suínos e pescados, são destaques no agronegócio brasileiro.

O quadro abaixo indica a posição ocupada pelo País no ranking dos maiores produtores e exportadores dos seguintes produtos, na safra de 2021/22:

Posição global do Brasil na produção e exportação dos principais produtos agropecuários

Produto	Produção	Exportação
Soja	1º	1º
Café	1º	1º
Açúcar	1º	1º
Algodão	4º	4º
Milho	3º	2º
Laranja	1º	--*
Carne Bovina	2º	1º
Frango	2º	1º

Fonte: 2022/22 USDA

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Vantagens Competitivas do Brasil no Setor Agrícola

O Brasil é um importante produtor mundial de commodities agrícolas e apresenta condições naturais favoráveis e vantagens competitivas em relação aos seus principais concorrentes:

- Condições ambientais favoráveis. O setor agrícola brasileiro se beneficia das condições climáticas, geográficas e geológicas do País, que proporcionam solos com alto potencial produtivo, temperaturas estáveis, níveis adequados de precipitação ao longo do ano, grande disponibilidade de recursos hídricos e energia solar abundante. Esses fatores são determinantes para a constituição de um cenário propício ao cultivo de grãos e algodão com qualidade para atender ao mercado internacional. Nas áreas no Cerrado, as condições climáticas e o uso de tecnologias de solo permitem alta produtividade do algodão, soja, milho e café de qualidade. Além disso, em algumas regiões do País, ao contrário do que acontece nos principais países concorrentes do Brasil, é possível a colheita de duas safras ao longo do ano (soja/milho, soja/algodão), o que garante um melhor aproveitamento da terra e a diluição dos custos fixos.
- Alto potencial de crescimento da produção. O Brasil é um dos poucos países que ainda possui grandes reservas de áreas agriculturáveis, com terras disponíveis a custos atrativos. Segundo a EMBRAPA, em 2017, o setor de agropecuária era responsável pela ocupação de 50,7% do território brasileiro, no entanto deste território, 30,2% é para uso de atividades agropecuárias e 20,5% estão dedicados à preservação da vegetação nativa. Os principais concorrentes do Brasil nos diversos segmentos que atuamos não possuem uma combinação tão vantajosa de áreas aptas não-cultivadas, recursos humanos, hídricos e econômicos disponíveis, e domínio de tecnologias para produzir nessas terras ainda não-cultivadas. Adicionalmente, o uso do milho para a produção de etanol nos Estados Unidos vem aumentando aceleradamente a demanda por esse cereal, o que deverá reduzir as exportações norte-americanas de milho, podendo abrir um importante mercado de exportação para os países produtores de milho, como o Brasil.
- Baixo custo de produção. O custo de produção de commodities agrícolas no Brasil é baixo em comparação aos principais concorrentes, pois se beneficia (i) das condições ambientais favoráveis, com menor necessidade de investimentos em irrigação; (ii) da disponibilidade de terras agriculturáveis a preços baixos; (iii) do bom nível de desenvolvimento tecnológico; (iv) das economias de escala, geradas pelo alto volume de produção; e (v) do baixo custo de mão-de-obra, o que contribui para a competitividade global dos produtores brasileiros no mercado internacional.
- Escala e crescimento. Atualmente, segundo os dados estimados do United States Department of Agriculture ("USDA"), no ano-safra mundial 2020/21, o Brasil é o quarto maior produtor de algodão; o maior produtor e exportador de soja (em todas as suas formas); o terceiro maior produtor de milho e o maior produtor e exportador de café. Segundo dados da CONAB, as produções anuais brasileiras de algodão, soja e milho cresceram, respectivamente, à média de 23,5%, 6,9% e 11,4% nos últimos cinco anos, incluindo-se as projeções do órgão para a safra de 2019/20.

Essas vantagens competitivas no mercado brasileiro resultam em uma grande oportunidade para suprir a maior demanda global por produtos agrícolas. O crescimento da população mundial e o aumento de renda per capita resultam em uma maior demanda por nossos produtos agrícolas, tanto para alimentação quanto para o uso em novas fontes de energia renováveis, tais como o etanol e biodiesel.

Produção Agrícola

Custo de Produção Competitivo

O Brasil é um dos países mais competitivos na produção de grãos, produtos florestais, açúcar e pecuária. Isto decorre de diversos fatores, como a existência de grandes áreas a preços relativamente baratos quando comparados com áreas agrícolas comparáveis em muitos outros países e de fatores edafoclimáticos favoráveis, tais como estações chuvosas, níveis pluviométricos e solo fértil.

A utilização de tecnologia, tais como emprego de técnicas de adubação e correção de solo e espécies de sementes e mudas mais apropriadas para determinadas condições de clima e solo, além de tecnologias de imagem (drones) e monitoramento em tempo real poderão contribuir também de forma

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

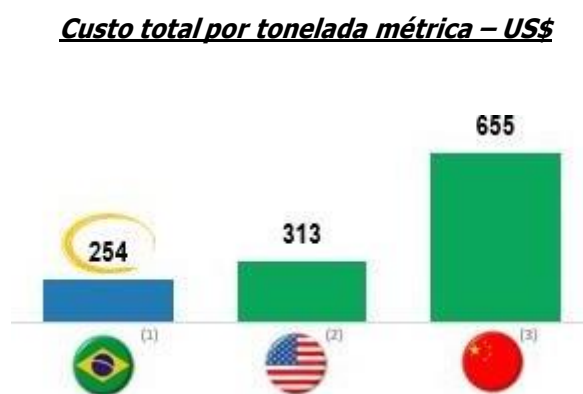
importante para a competitividade do país no mercado agrícola mundial.

O Brasil é também um dos países com menores custos de produção de açúcar do mundo, em função de clima favorável e constantes desenvolvimentos de variedades de cana-de-açúcar apropriadas às condições de clima de determinadas regiões do Brasil. Estes fatores permitem maior produção de cana-de-açúcar por hectare, teores mais altos de açúcar na cana-de-açúcar processada e maior número de cortes. Em razão destes fatores, os custos da produção de açúcar no Brasil são significativamente mais baixos do que os dos maiores exportadores de açúcar do mundo, conforme mostra o gráfico abaixo:



Fonte: DATAGRO, atualizado em outubro de 2020.

O carro chefe de exportação brasileira, a soja, também possui custo de produção competitivo quando comparado com os principais produtores globais conforme mostra o gráfico abaixo:



(1) Mato Grosso; (2) Heartland; (3) Heilongjiang Province

Fonte: USDA

O Brasil tem uma estrutura de custo competitiva em muitas culturas e tem uma das maiores áreas para produzir, por isso está bem posicionado para suprir a crescente demanda mundial por alimentos nos próximos anos.

Aumento na produção de alimentos por país até 2026/2027

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Companhia

Soja

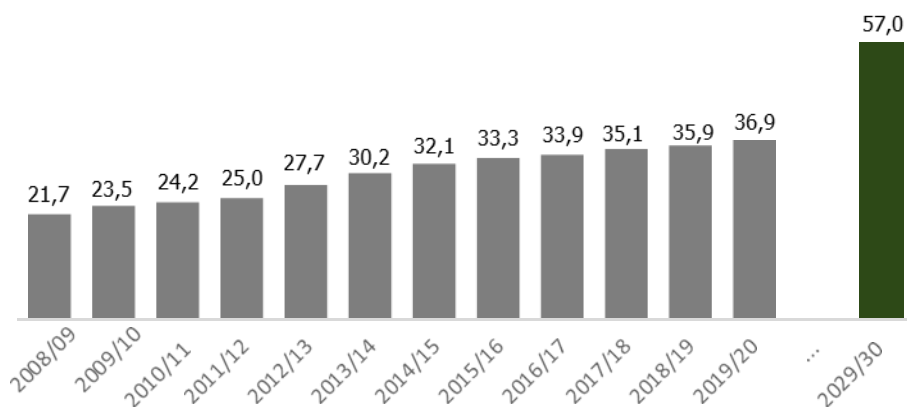
Originária da China, a soja foi introduzida no Brasil no século XIX no Estado da Bahia e é hoje o principal grão do agronegócio brasileiro. O País é, de acordo com dados divulgados pelo USDA, o maior produtor mundial do grão.

De acordo com o MAPA, no ano de 2021, o Brasil registrou, somente no mercado do complexo soja (grãos, farelo e óleo), aproximadamente US\$ 48 bilhões em exportações. Para o ano de 2022, o principal setor exportador do Brasil deve aumentar em US\$ 10 bilhões as receitas com as vendas externas ante 2021, para uma máxima histórica de cerca de US\$ 58 bilhões, segundo previsão da Abiove que foi mantida ante a expectativa de agosto.

Segundo o USDA, o Brasil se destaca como o maior produtor de soja do mundo, além de ser o maior exportador mundial. Na safra de 2020/21, a produção brasileira de soja foi na casa de 125,5 milhões de toneladas, segundo o USDA. Diante deste cenário, o Brasil será capaz de capturar uma crescente demanda por produtos agrícolas no mundo, uma vez que, é esperado que a demanda mundial da soja continue a crescer devido a sua grande versatilidade.

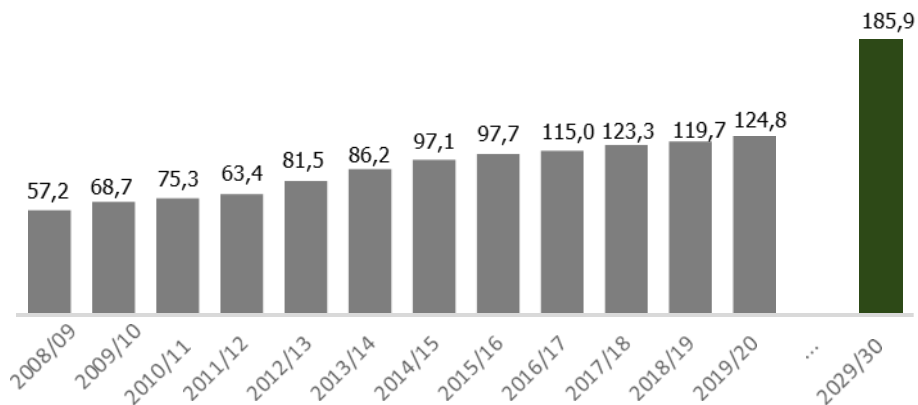
O clima ideal, disponibilidade de terras e a ampla base de aplicação da soja, credenciam o sucesso da plantação no Brasil. Os gráficos abaixo mostram as projeções divulgadas pelo MAPA para a safra de 2029/30 da área plantada e da produção de soja no Brasil. Nota-se uma expansão, até 2030 de 20 milhões de hectares na área plantada, atingindo 45,1 milhões de hectares e um crescimento de quase 70 milhões de toneladas na produção anual de soja, atingindo 185,9 milhões em 2030.

Área plantada de soja (Milhões de ha)



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Produção anual de soja (Milhões de toneladas)



Fonte: CONAB e MAPA, baseado em limite superior.

Cana-de-Açúcar

A cana-de-açúcar é cultivada nas regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste do Brasil e tem dois períodos de safra. O período de safra da região Centro-Sul vai de março a novembro, enquanto o período de safra na região Norte-Nordeste vai de setembro a março. A maior parte da produção de cana-de-açúcar encontra-se na região Centro-Sul, responsável por aproximadamente 90% da produção do Brasil, produziu 530.261 mil toneladas de cana-de-açúcar neste ciclo, indicando redução de 12% em relação a 2020/21, segundo a CONAB.

A cana-de-açúcar é uma safra perene que requer o replantio somente após cinco a seis colheitas, enquanto o milho requer o replantio anual. As operações integradas, com plantações em terrenos próprios ou arrendados e usinas próprias, previnem a redução nas margens em geral enfrentada pelos produtores de etanol a partir do milho, que na maioria das vezes não possuem produção própria de milho e estão sujeitos a volatilidade nos preços do milho.

A cana-de-açúcar plantada no Brasil pode ser colhida cinco ou seis vezes antes que seja necessário replantar devido ao seu maior rendimento, enquanto na Índia, o segundo maior produtor de açúcar do mundo, a cana-de-açúcar pode ser colhida de duas a três vezes.

Além disso, o rendimento das plantações de cana-de-açúcar no Brasil aumentou de maneira significativa durante os últimos 30 anos, principalmente em razão de novas variedades de cana-de-açúcar e novas técnicas de plantio e de colheita. Adicionalmente, as usinas brasileiras de produção de cana-de-açúcar são também alimentadas pelo bagaço e pelas folhas, subprodutos da cana-de-açúcar que, quando queimado em caldeiras produzem vapor e energia elétrica. Uma grande parte das usinas brasileiras são autossuficientes em energia elétrica.

Milho

O milho é utilizado para consumo humano e industrial, sendo que a maior parte da produção é destinada para a alimentação de aves e suínos. Segundo o USDA, a produção mundial total de milho na safra 2021/2022 foi de 1.206 milhões de toneladas, com o Brasil representando 9,5%.

A produção de milho no Brasil tem crescido constantemente ao longo das últimas décadas, dados da Conab para a safra 2019/2020 mostram que a produção total de milho do Brasil foi de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

aproximadamente 102,5 milhões de toneladas, aproximadamente quatro vezes a quantidade produzida no início dos anos 90. O milho é cultivado em quase todos os estados do Brasil, mas em torno de 90,0% da safra de milho está concentrada na região Centro-Sul do país. A produção total de milho do Brasil na safra 2022/23 deve alcançar 125,5 milhões de toneladas, 9,4% acima dos 114,7 milhões de toneladas produzidos na safra 2021/22, de acordo com a Conab.

O baixo rendimento médio do milho no Brasil não reflete o alto nível de tecnologia atualmente em uso pelos agricultores focados no cultivo do milho na principal safra. Isso ocorre porque as médias são obtidas por meio da coleta de dados de diversas regiões em que as colheitas podem refletir diferentes sistemas de cultivo e utilização do milho.

O cultivo do milho no Brasil tem sido caracterizado pela sua divisão em duas épocas de plantio: plantios de verão, ou primeira safra, realizam-se no momento tradicional do ano, durante o período chuvoso.

Nos últimos anos tem ocorrido um cultivo mais intensivo da segunda safra do milho, que está alterando partes de algumas regiões da área total plantada no Brasil. Este tipo de cultivo é normalmente plantado após a principal safra de verão, quase sempre depois do início da soja, predominantemente na região Centro-Oeste e nos Estados do Paraná e São Paulo.

Pecuária

Segundo estimativas do Departamento de Agricultura Norte-Americano (USDA), o rebanho mundial deve renovar a máxima em 2022 e superar pela primeira vez o patamar de 1,0 bilhão de cabeças. A Índia segue como maior rebanho mundial, embora com ritmo de crescimento modesto ao longo dos últimos anos. Por outro lado o rebanho do Brasil cresce a taxas mais altas e apenas em 2022 é esperado que apresente ganho de 4,5 frente a 2021, alcançando 264,10 milhões de cabeças.

o rebanho mundial de bovinos deve chegar a pouco mais de 1 bilhão de cabeças em 2021. A se confirmar tal previsão, o estoque de gado no mundo crescerá 0,7% em relação a 2020, o que representa um aumento de 6,4 milhões de cabeças, o maior patamar desde 2009. Sete países concentram 90% do rebanho mundial: Índia, Brasil, Estados Unidos, China, União Europeia, Argentina e Austrália. Índia e Brasil representam 55%, respectivamente, 30,6% e 24,7%.

A Tabela a seguir apresenta os dados de rebanho mundial e dos principais países entre 2018 e a expectativa para 2022, em milhões de cabeças, segundo dados do USDA.

País	2018	2019	2020	2021	2022		Var. 2022/21
					out-21	jan-22	
Índia	301,90	302,70	303,20	305,50	306,70	306,70	0,4%
Brasil	232,35	238,15	244,14	252,70	263,80	264,10	4,5%
Estados Unidos	94,29	94,80	93,79	93,59	92,00	91,80	-1,9%
China	90,38	89,15	91,38	95,62	99,50	99,50	4,1%
UE	79,01	77,84	77,16	76,46	75,72	75,72	-1,0%
Argentina	54,79	55,00	54,46	53,54	53,45	53,74	0,4%
Austrália	26,17	25,69	23,65	23,02	23,82	23,97	4,1%
Outros	96,16	95,70	95,64	96,06	96,12	96,17	0,1%
Total	975,05	979,03	983,42	996,49	1.011,11	1.011,70	1,5%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Visão Geral do Mercado Imobiliário Rural Brasileiro

O Brasil tem uma área enorme destinada à pastagem e à agricultura, mesmo tendo uma área relevante do território de áreas nativas. O território brasileiro possui aproximadamente 850 milhões de hectares e segundo o EMBRAPA, toda essa área pode ser dividida da seguinte forma:

- 26,8%: Vegetação Nativa;
- 25,7%: Preservação Rural;
- 21,2%: Pastagens;
- 13,8%: Terras Indígenas;
- 9,0%: Lavouras

Com base nessa divisão, as terras destinadas às pastagens e lavouras possuem potencial de investimento imobiliário, ou seja, são quase 257 milhões de hectares disponíveis.

Além disso, trata-se de um mercado muito pulverizado e, portanto, traz uma grande oportunidade de consolidação



De todas as terras com potencial de investimento, menos de 1% são propriedades dos 10 maiores players brasileiros, o que significa uma grande oportunidade de investimento para a Brasilagro.

Mercado de Terras

Acreditamos que as duas principais vantagens competitivas do Brasil são: o preço relativamente baixo de suas terras e alta disponibilidade de água, principalmente se comparado aos EUA e à Argentina. Aliado a esses fatores, podemos observar uma grande quantidade de novos projetos para promover melhorias no rendimento agrícola das áreas produtivas e também das com potencial produtivo. São fatores que contribuem para manter o agronegócio como um dos pilares da economia brasileira, representando em torno de 25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Após um período de desvalorização ocorrido em meados da década de 90, os preços das terras com aptidão para agricultura entraram num movimento de apreciação que ocorreu concomitantemente com a expansão da produção agrícola. Entretanto, o preço da terra está estagnado desde 2015, dado o cenário de crise econômica e alta incerteza política com as eleições de 2018. No ano de 2017 e em 2019 tivemos várias discussões sobre a flexibilização da compra de terras por estrangeiros, o que pode ser um fator positivo para o valor da terra, mas sem nenhuma alteração até o momento.

De acordo com o IHS Markit (anteriormente IEG | FNP), o preço médio de terras no Brasil em Set/Out de 2022 era de R\$24,3 mil/ha. Quando considerada a inflação do IGP-DI medido pela FGV (que acumula alta de 7,92% nos últimos doze meses), o ativo segue com ganho real. A região Sul

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

apresentou o maior valor médio de terras com 56,0 mil/ha, em contraste com a região Norte com 6,2 mil/ha.

Acreditamos que os preços das terras devam refletir sua respectiva capacidade de geração de caixa e acreditamos, também, que a geração de caixa é reflexo principalmente dos seguintes fatores: chuva, logística, infraestrutura, topografia, altitude e solo. O avanço da tecnologia tem rebalanceado o peso de cada um desses fatores e possibilitado a abertura de novas fronteiras agrícolas. Podemos perceber que as maiores valorizações ocorreram em áreas que não tinham aptidão agrícola no passado e hoje são novas fronteiras agrícolas.

Acreditamos que o comportamento do preço das terras destinadas ao plantio de culturas anuais (soja, milho, arroz, trigo e algodão) e à pecuária tem sido proporcional à variação de preços do produto cultivado. Isso explica a valorização de áreas tradicionais de plantio de soja no país. Além disso, de acordo com a Agra FNP, tais terras também têm tido o preço influenciado por outros fatores, como oferta, demanda e preços internacionais, controle de doenças, abertura de mercados, entre outros.

Mesmo com todo esse potencial de crescimento, o Brasil consegue preservar 3 vezes mais do que a média de países comparáveis conforme mostra o gráfico abaixo, mostrando que é possível aumentar as áreas de lavoura sem desmatar, apenas utilizando as áreas já disponíveis de pastagens.

As propriedades rurais quando comparadas com outros tipos de investimentos mostram-se como uma opção que possui menos volatilidade e uma excelente rentabilidade, uma vez que, a terra se valoriza, há a opção de conversão de áreas de pasto para agricultura e a produção de insumos agrícolas. Contando 120 meses a partir de janeiro de 2011, as terras no Brasil se valorizaram em 148,1%.

Principais Competidores da Companhia

O setor agrícola é composto de commodities amplamente negociáveis, em que os preços são determinados livremente com base na oferta e na demanda. O lado do fornecimento é caracterizado por um grande número de produtores, cada um contribuindo com uma pequena parte da produção total e assim tendo uma influência mínima sobre os preços das commodities, que geralmente são determinados por índices ou câmbio nos mercados internacionais, como é o caso da soja, cujo preço é amplamente determinado pelo CBOT.

Portanto, os produtores de commodities agrícolas competem em grande medida com base em seus custos de produção e escala de produção. No mercado interno, os produtores competem em condições similares. Já no mercado internacional, a concorrência é bastante afetada por políticas governamentais como subsídios a produtores agrícolas, que podem ser substanciais em países desenvolvidos, entre outros fatores.

A aquisição de terras está sujeita a uma concorrência intensa. Neste caso, competimos para adquirir as terras mais apropriadas para o cultivo de nossos produtos agrícolas. Acreditamos que esse processo contribuiu para um aumento nos preços de terras ao longo dos anos e a maior concorrência ocorre nos maiores grupos com profundo conhecimento do setor, excelência de gestão e objetivos contínuos para aumentar sua carteira de área agrícola. Entendemos que esses grandes grupos são principalmente a SLC Participações, que atua em quatro estados brasileiros, e a Terra Santa Agro.

(d) Eventual sazonalidade

Buscamos minimizar os riscos climáticos e de preços das commodities com um portfólio de propriedades rurais bastante diversificado por regiões e culturas em produção. Buscamos também equilibrar propriedades rurais em distintos níveis de desenvolvimento de maneira a evitar picos e vales na necessidade operacional de desenvolvimento e produção. Desta forma podemos diminuir a sazonalidade no nosso fluxo de caixa tanto das operações como das vendas de propriedades rurais.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

As operações do agronegócio são predominantemente de natureza sazonal. No Brasil, a colheita de soja e milho geralmente ocorre de fevereiro a junho. O período anual de colheita da cana-de-açúcar no Brasil normalmente começa em abril e termina em novembro de cada ano. Portanto, nossos resultados de operações provavelmente continuarão a flutuar significativamente entre os períodos de plantio e colheita de cada cultura, o que causa flutuações em nossos fluxos de caixa como resultado de disparidades entre nosso fluxo de receita e nossas despesas fixas.

Nossos resultados de operações agrícolas estão concentrados no primeiro (julho a setembro) e quarto (abril a junho) trimestre do nosso ano contábil, representando em média 65% do resultado anual.

(e) Principais insumos e matérias primas

Os nossos principais insumos são sementes, mudas, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis e lubrificantes.

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As atividades da Companhia estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental conforme descritas abaixo:

Nossos fornecedores de fertilizantes, defensivos e sementes estão sujeitos às leis e normas vigentes no Brasil para a comercialização destes tipos de insumos agrícolas. Adquirimos fertilizantes de acordo com a Instrução Normativa n.º 05 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), publicada no Diário Oficial da União em 1º de Março de 2007, com as alterações introduzidas pela IN 21/2008.

As sementes adquiridas para a produção agrícola em nossas fazendas estão em conformidade com a Legislação Brasileira de Sementes, Lei n.º 10.711 de 5 de Agosto de 2003 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, com o Decreto n.º 5.153 de 23 de Julho de 2004 publicado no Diário Oficial da União de 26 de Julho de 2004, com as alterações introduzidas pelo decreto 7794/2012 e com a Instrução Normativa n.º 09 de 02 de Junho de 2005 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), alterada pelas IN 17/2005 e IN 42/2009.

Nossas compras de defensivos agrícolas são feitas respeitando-se as disposições do Decreto n.º 5.981 de 6 de dezembro de 2006 e da Lei n.º 7.802 de 11 de Julho de 1989, com alterações introduzidas pela Lei nº9.974/2000.

Não temos contratos de exclusividade com fornecedores de fertilizantes, defensivo ou sementes, e pesquisamos o mercado periodicamente. A empresa mantém com seus fornecedores relacionamentos de longo prazo.

Conforme prática corrente do mercado, a Companhia não costuma celebrar acordos que criam a obrigação de exclusividade com um único fornecedor, a fim de manter sua liberdade de contratar o fornecedor mais adequado, com base nos preços, qualidade, termos e condições de entrega dos produtos, também buscando manter e aprimorar o relacionamento com o maior número de fornecedores possíveis.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência em relação a qualquer fornecedor em relação aos insumos utilizados pela Companhia. Em geral, os fornecedores são selecionados com base em cotações, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições para cada insumo utilizado.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(iii) *Eventual volatilidade em seus preços*

Os insumos utilizados pela companhia têm seus preços vinculados a sua própria matéria-prima.

A volatilidade do preço de cada insumo está vinculada no mercado mundial do mesmo e de sua matéria-prima, como por exemplo:

- Fertilizantes às cotações mundiais de cada um, nitrogenados, fosfatados e potássio, e de suas fontes;
- Sementes aos respectivos grãos (commodities agrícolas);
- Defensivos aos produtos químicos e suas matérias-primas.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

Atualmente, vendemos uma parte substancial de nossa produção de colheita total para um pequeno número de clientes que detêm um considerável poder de barganha. Por exemplo, no exercício encerrado em 30 de junho de 2022, quatro de nossos clientes foram responsáveis por 57,9% de nossa receita, e cada um desses quatro clientes foi responsável por pelo menos 10% de nossa receita. Dos 4 clientes, 2 concentram 97,8% das receitas do segmento de cana de açúcar e 2 concentram 41% das receitas dos segmentos grãos/algodão. Não existem clientes nos outros segmentos que concentrem 10% ou mais da receita em relação ao faturamento total.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Nossas atividades estão sujeitas a abrangente legislação ambiental nos âmbitos federal, estadual e municipal. Nessa perspectiva a Companhia tem por princípio cumprir todas as exigências legais, obtendo para tanto, todas as licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento de suas atividades. O Departamento Ambiental, em conjunto com consultores terceirizados, viabiliza a obtenção destas licenças atuando no cumprimento integral da legislação ambiental vigente, bem como colaborando para minimizar e mitigar seus impactos sobre o ecossistema local.

Além das exigências legais, a Companhia investe também na sustentabilidade do seu sistema produtivo: adota práticas conservacionistas do solo como plantio direto, rotação de culturas, sistema de integração lavoura pecuária, entre outros. Ademais, promove o incentivo a manutenção de áreas verdes em seus empreendimentos. Além das áreas de vegetação nativa preservadas sob os regimes de reserva legal e áreas de preservação permanente a Brasilagro possui ainda áreas de vegetação nativa preservada por meio da instituição de corredores ecológicos. Tais áreas são de grande importância para a conservação da biodiversidade.

Licenças Ambientais

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, esteja condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este instrumento, assim como seu rito processual, varia de estado a estado.

De maneira generalista, as licenças ambientais são necessárias em todas as etapas do empreendimento, ou seja, tanto para a aprovação da localização do empreendimento, como para sua implementação, operação e ampliação.

Assim, o processo de licenciamento ambiental inclui, tipicamente, a emissão de uma licença prévia, uma licença de instalação e uma licença de operação. A licença prévia é emitida durante a fase preliminar de planejamento do projeto, aprovando a localização do empreendimento ou atividade e atestando sua viabilidade ambiental. A licença de instalação autoriza o início da construção das instalações. A licença de operação autoriza o início e a continuidade das atividades operacionais. As licenças de operação deverão ser renovadas no período determinado pelo órgão ambiental licenciador.

O rito processual, bem como a documentação técnica e cartorária exigida, varia de acordo com cada estado. De modo geral, além da documentação cartorária e inerente ao imóvel e ao proprietário, faz-se necessário a apresentação de estudos ambientais, que abordem o diagnóstico ambiental da área, bem como os impactos que o empreendimento causará, além das medidas mitigadoras e compensatórias para estes impactos.

Importante destacar que junto à emissão da licença, a companhia possui condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental emissor da licença, a serem cumpridas.

Neste sentido, a BrasilAgro envida seus melhores esforços para cumpri-las. As ações realizadas são: plantio de mudas nativas, por meio de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas; implementação de Plano de Monitoramento de Águas Superficiais e Subterrâneas; execução de Plano de Afugentamento e Resgate de Fauna; implementação de Plano de Educação Ambiental; Treinamento em Educação Patrimonial; cumprimento de Manual Interno de Normas e Procedimentos Ambientais; destinação de resíduos à reciclagem; implementação de fossa biodigestora para tratamento de efluentes; medidas de controle de erosões; manutenção das áreas de reserva legal e preservação permanente, entre outras.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

No Paraguai, o processo de licenciamento é bastante similar ao Brasil. Os estabelecimentos de exploração agrícola e pecuária também necessitam de licença para sua regular operação e também possuem condicionantes ambientais para cumprimento.

A Brasilagro possui as licenças e demais autorizações para todos seus empreendimentos, bem como envida seus melhores esforços para cumprimento de todas as condicionantes nelas estabelecidas.

Uso Alternativo do Solo

A conversão de novas áreas a uso alternativo do solo, assim entendida como supressão vegetal para posterior operação agrícola ou pecuária, também é objeto de licenciamento pelos órgãos ambientais competentes. Os estudos e análises ambientais são criteriosamente elaborados por nós e nossos consultores e avaliados pelas agências ambientais. As agências avaliam a viabilidade ambiental de tal conversão, bem como os demais aspectos técnicos do empreendimento (reserva legal, áreas de preservação permanente, etc).

A companhia somente realiza a conversão de novas áreas quando devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais.

Recursos Hídricos

De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº. 9.433/97), a outorga para o uso de recursos hídricos é obrigatória para todas as atividades que utilizam corpos d'água, seja para captação de água, superficial ou subterrânea, seja para lançamento de efluentes. A outorga de direito de uso de recursos hídricos deverá ser emitida pelo órgão público competente.

Em nossos empreendimentos, realizamos a captação de água subterrânea, devidamente autorizada ou em processo de regularização. Para monitoramento da qualidade da água, são realizadas análises físico-químicas semestralmente, conforme Norma e Procedimento interno de Monitoramento de Águas Subterrâneas para consumo humano. Já para as águas superficiais, realizamos anualmente análises de mais de 40 parâmetros, monitorando nossos impactos sobre os recursos hídricos.

Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente

A reserva legal é uma área necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo da fauna e flora nativas.

Nos termos da Lei nº 12.651, de 23 de Maio de 2012 (Novo Código Florestal), em seu artigo 12, todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa a título de Reserva Legal. Essas áreas devem ser mantidas preservadas com vegetação nativa, admitindo-se apenas sua exploração econômica mediante o manejo sustentável e devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

De acordo com o artigo 18, da Lei 12.651/12, as áreas de Reserva Legal devem ser registradas no órgão ambiental competente, por meio de sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão a qualquer título, ou desmembramentos. O registro da reserva legal no CAR desobriga a averbação no Cartório de Registros de Imóveis.

As áreas destinadas à reserva Legal variam em função de sua localização. Nas áreas localizadas na Amazônia Legal (assim entendida como os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Tocantins e Mato Grosso e as regiões situadas ao oeste do meridiano de 44° W do Estado do Maranhão), a reserva legal deve corresponder de 50 a 80% da área total da

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

propriedade para as áreas de Floresta e 20% a 35% em regiões de cerrado na Amazônia Legal. Já nas demais regiões e biomas, a reserva legal deve ocupar 20% da área da área do imóvel rural.

Já no Paraguai, todas as propriedades com mais de 20 hectares devem manter no mínimo 25% da propriedade a título de reserva legal, de acordo com o Decreto nº 1.8831, de 16 de dezembro de 2006, pelo qual se estabelecem as normas protetoras do meio ambiente.

Todas as áreas de Reserva Legal da companhia estão devidamente regularizadas, preservadas ou em processo de regularização, além de possuírem inscrição no CAR.

A Lei 12.651/12 estabelece ainda um regime especial de proteção para as chamadas "áreas de preservação permanente" ou APPs. Tratam-se de espaços, tanto de domínio público quanto de domínio privado, seja em área rural ou urbana, em que se limitou o exercício do direito de propriedade. Pelo só efeito da lei constituem áreas de preservação permanentes as faixas marginais de cursos d'água, o entorno das nascentes, as bordas de tabuleiros e chapadas, entre outros. Somente será possível intervir nestas áreas mediante prévia autorização do órgão ambiental estadual competente e desde que fique caracterizada a hipótese de utilidade pública, interesse social ou quando se tratar de intervenções de baixo impacto ambiental. Conforme prevê a Resolução CONAMA n.º 302, de março de 2002, as áreas de preservação permanente têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

A despeito, o Decreto nº 1.8831/86, artigo 3º, também prevê a proteção dos recursos hídricos paraguaios. Para tanto, impõe-se às propriedades rurais paraguaias, a manutenção de 100 metros vegetação nativa as margens dos cursos hídricos. Adicionalmente, tem-se ainda a obrigatoriedade de manter-se entre as parcelas agrícolas de 100 hectares, um corredor ecológico de no mínimo 100 metros de largura, nos termos do mesmo decreto.

Nessa perspectiva, os limites das áreas de preservação permanente da companhia são devidamente respeitados, com vegetação preservada ou em recuperação.

Unidades de Conservação (UCs)

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelecido pela Lei nº 9.985/2000, define UCs como espaços territoriais com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, nas esferas federal, estadual e municipal, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção. As UCs são separadas em dois tipos: uso sustentável e proteção integral, em função do nível das restrições de utilização destes espaços. São exemplos de UCs: Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental, Florestas Nacionais, dentre outras.

Possuímos uma propriedade parcialmente inserida em UC de uso sustentável e outra parcialmente inserida em zona de amortecimento de UC de proteção integral, o que pode acarretar restrições ambientais em nossas atividades, as quais dependem de anuência prévia dos seus órgãos gestores.

(b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Regulação Ambiental

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Acreditamos adotar as melhores práticas ambientais em nossas propriedades e buscamos seguir rigorosamente a legislação vigente. Assim, obtemos as licenças e autorizações ambientais necessárias ao funcionamento de nossas atividades.

Cumprir destacar que a avaliação das questões ambientais se inicia antes mesmo da aquisição dos imóveis. Os imóveis a serem adquiridos passam por uma rigorosa Due Dilligence Ambiental, ou seja, uma investigação detalhada de todas as questões ambientais, onde os passivos são levantados e um plano de ação para solucioná-los é elaborado.

Assim, em alguns de nossos empreendimentos, herdamos passivos ambientais, como recuperação de áreas degradadas, regularização de reserva legal, etc.

Práticas Ambientais

No manejo de nossas propriedades agrícolas, buscamos adotar práticas de conservacionistas do solo. No cultivo adota-se o sistema de plantio direto, protegendo o solo da ação erosiva das águas pluviais e incrementando os níveis de matéria orgânica.

Nas fazendas de cultivo de cana, mantemos 100% da colheita mecanizada, o que dispensa a queima da cana, minimizando, portanto, a emissão de CO2 de os impactos ao ecossistema local.

Outra prática conservacionista adotada é a sistematização das áreas por meio da identificação do gradiente de declividade e construção de bacias de contenção e curvas de nível, retendo a água da chuva e evitando processos erosivos.

Ampliamos o uso de tecnologia no campo com a agricultura de precisão e aplicação em taxa variada. Por meio desta técnica, viabilizamos a aplicação de insumos agrícolas na exata localização e quantidade demandada, gerando economia de recursos e redução dos impactos ambientais da atividade agrícola.

Outro destaque foi o aumento do uso de bio defensivos como alternativa para o uso de insumos químicos no combate de pragas e doenças. Esses materiais possuem menor risco na sua aplicação e constituem uma opção natural e muitas vezes mais econômica para o manejo agrícola. As aplicações de defensivos nas culturas agrícolas seguem os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), respeitando os limites de dosagens e intervalos mínimos entre reaplicações e antes da colheita. Uma vez colhida e armazenada, a produção não é tratada com pesticidas, havendo apenas a higienização dos silos. Dessa forma, não há risco de contaminação dos materiais que possa causar algum impacto em saúde e segurança no transporte ou beneficiamento das commodities.

Além da adoção de práticas de conservação dos solos acima descritas, a companhia atua intensamente na gestão e gerenciamento dos resíduos que gera. Para tanto, cumpre integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS). Assim, os resíduos são tratados e destinados adequadamente, conforme sua composição e características. Os resíduos Classe I (aqueles que apresentam riscos à saúde pública e ao meio ambiente, exigindo tratamento e disposição especiais, como estopas, panos, EPI's e pó de serra contaminados com óleos, graxas e combustíveis, etc.) são destinados à aterros industriais e/ou incineração, com empresas devidamente autorizadas. As embalagens vazias de agrotóxicos são devolvidas nas Centrais de Recebimento, devidamente cadastradas para tal fim. Já os resíduos classe II (como lixo doméstico, pneus, vidros, papéis) são destinados à reciclagem.

Propriedade de Terras Rurais no Brasil

Nos termos da legislação brasileira, todo imóvel possui um número de matrícula perante o Cartório de Registro de Imóveis e o instrumento hábil para operar a venda e compra do imóvel é a escritura pública, sendo a propriedade transferida mediante o registro desta escritura na sua

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

respectiva matrícula. Usualmente, entretanto, são celebrados compromissos de compra e venda previamente à outorga da escritura, os quais, quando registrados na matrícula do imóvel, outorgam ao promissário comprador direito real sobre o respectivo imóvel, não sendo possível ao promitente vendedor alienar novamente o imóvel a terceiros. Por outro lado, a ausência de registro dos compromissos de compra e venda junto à matrícula do imóvel assegura ao promissário comprador apenas direito de indenização caso o promitente vendedor aliene o imóvel a terceiro que não o promissário comprador. Não obstante os direitos conferidos ao promissário comprador, os compromissos de compra e venda não transferem a ele a propriedade definitiva do imóvel. Caso o promitente vendedor se recuse a outorgar a escritura definitiva em favor do promissário comprador, poderá este ingressar com ação de adjudicação compulsória, depositando o saldo do preço de aquisição em juízo (se houver saldo a pagar) e requerer que o juiz lhe outorgue a competente escritura definitiva. Além disso, caso o promissário comprador tenha sido imitado na posse do imóvel, terá ele o direito de defender a posse do imóvel em nome próprio.

Desde a edição da Lei 10.627, de 6 de abril de 2001, é obrigatória a realização do georreferenciamento dos imóveis rurais em seus limites, características, restrições e confrontações de acordo com o Sistema Geodésico Brasileiro, sem o qual imóveis rurais não podem ser alienados, unificados ou desmembrados. O resultado do georreferenciamento deve ser devidamente firmado por profissionais habilitados que possuam Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), e posteriormente, ratificadas pelo INCRA.

De acordo com a legislação brasileira, o governo brasileiro pode expropriar os proprietários de terras rurais que não estejam atendendo sua função social para fins de reforma agrária. Para fins da Constituição brasileira, a função social da terra é alcançada com o uso racional e apropriado da terra e dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente, o atendimento da legislação trabalhista e a promoção do bem-estar dos proprietários da terra e seus empregados.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não depende de patentes e marcas para desenvolver suas atividades.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social findo em 30 de junho de 2022, 92,26% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no Brasil.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social findo em 30 de junho de 2022, 3,43% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no Paraguai e 4,30% de clientes sediados na Bolívia.

(c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social findo em 30 de junho de 2022, 7,74% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no Paraguai e na Bolívia.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

a) Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

No ano-safra 2013/2014, pela primeira vez em sua história, a BrasilAgro apresentou seu Relatório de Sustentabilidade, com informações sobre sua operação, desempenho e compromissos econômicos, sociais e ambientais, desde então a empresa atualiza este documento anualmente.

Desde então, a divulgação é feita anualmente através do relatório de Sustentabilidade. O relatório lista ações de governança corporativa, responsabilidade social, iniciativas em prol da preservação do meio ambiente e ações de valorização do nosso time. O conteúdo reflete os temas mais relevantes para a sustentabilidade da BrasilAgro, conforme a materialidade da empresa, revisada no primeiro semestre de 2022.

No primeiro semestre de 2022, a BrasilAgro realizou, com apoio de consultoria externa, um estudo com o objetivo de atualizar sua materialidade. O processo consistiu na análise de documentos globais, nacionais e setoriais voltados aos temas da sustentabilidade e do ESG; na construção de benchmarking setorial; em entrevistas com lideranças e representantes das principais partes interessadas; e pesquisa de opinião com cerca de 480 respondentes entre colaboradores, investidores, fornecedores, clientes, organizações do terceiro setor, especialistas e moradores de comunidades vizinhas às fazendas.

Cada uma dessas etapas gerou listas com os temas materiais pontuados do mais para o menos estratégico que foram consolidadas e geraram uma lista final com 18 temas, dos quais os seis primeiros foram automaticamente considerados materiais: saúde e segurança do trabalho; inovação, tecnologia e produtividade; desenvolvimento de pessoas; emissões de GEE e mudanças climáticas; ética e compliance; e gestão de recursos hídricos. A eles, somaram-se outros dois, priorizados pela liderança da empresa entre os restantes: relacionamento com a comunidade e biodiversidade.

A construção da materialidade da BrasilAgro está alinhada com o conceito de dupla materialidade, que considera não apenas os temas que potencialmente impactam o negócio como também os impactos externos, isto é, a influência das operações sobre o ambiente, a economia e a sociedade. Ela também foi construída de maneira a ser dinâmica, isto é, preparada para refletir mudanças de prioridades e/ou de escala dos temas ao longo do tempo.

7.8 - Políticas Socioambientais

b) A metodologia seguida na elaboração dessas informações

Para garantir transparência, todas as informações estão em conformidade com os standards da Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB), que estabelecem padrões reconhecidos internacionalmente para a comunicação de aspectos da gestão de sustentabilidade corporativa e transparência de sustentabilidade.

c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Os dados das demonstrações financeiras foram auditados pela Ernst & Young e PricewaterhouseCoopers. Já os indicadores socioambientais não passaram por processo formal de auditoria.

d) A página de rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Os Relatórios de Sustentabilidade estão disponíveis no website de RI da Companhia (<https://ri.brasil-agro.com>)

7.9 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes

8.1 - Negócios Extraordinários

Item não aplicável, tendo em vista que não houve aquisição de qualquer ativo relevante que não se enquadrasse como operação normal nos nossos negócios.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alteração significativa na forma de condução de nossos negócios.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não aplicável, tendo em vista que não celebramos contratos com nossas controladas que não os relacionados às nossas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

As propriedades rurais compradas pela Companhia são demonstradas ao custo de aquisição, que não supera seu valor líquido de realização, e estão sendo apresentadas no "Ativo não circulante" de nosso Balanço patrimonial.

Propriedades para investimento são avaliadas pelo seu custo histórico, somados ao investimento em edifícios, benfeitorias e abertura de áreas, menos a depreciação acumulada de acordo com os mesmos critérios descritos para o ativo imobilizado.

						Consolidado
	Terra – Fazendas	Edifícios e benfeitorias	Abertura de área	Total em operação	Obras em andamento	30/06/2022
Em 30 de Junho de 2022						
Saldo inicial	781.251	66.614	100.781	948.646	48.454	997.100
Aquisições	1.243	7.849	1.909	11.001	50.077	61.078
Baixas	(55.514)	(7.850)	(15)	(63.379)	(31)	(63.410)
Transferências	-	7.641	38.695	46.336	(46.336)	-
(-) Depreciação / Amortização	-	(3.153)	(10.249)	(13.402)	-	(13.402)
Efeito de conversão	14.400	1.270	2.203	17.873	5.141	23.014
Saldo contábil, líquido	<u>741.380</u>	<u>72.371</u>	<u>133.324</u>	<u>947.075</u>	<u>57.305</u>	<u>1.004.380</u>
Em 30 de Junho de 2022						
Custo total	741.380	85.588	221.743	1.048.711	57.305	1.106.016
Depreciação acumulada	-	(13.217)	(88.419)	(101.636)	-	(101.636)
Saldo contábil, líquido	<u>741.380</u>	<u>72.371</u>	<u>133.324</u>	<u>947.075</u>	<u>57.305</u>	<u>1.004.380</u>

Em 30 de junho de 2022 registramos R\$57,3 milhões em obras em andamento, que se referem à Reestruturação, Abertura de Área, Pastagem nas fazendas e Benfeitorias.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Desenvolvimento de área	Brasil	PI	Ribeiro Gonçalves	Arrendada
Desenvolvimento e implementação de cultura permanente	Brasil	MA	São Raimundo das Mangabeiras	Arrendada
Desenvolvimento e implementação de cultura permanente	Brasil	MT	Alto Taquari	Arrendada
Desenvolvimento e implementação de cultura permanente	Brasil	MT	Alto Taquari	Própria
Desenvolvimento de área / Máquinas e Equipamentos / Benfeitorias	Brasil	BA	Jaborandi	Própria
Desenvolvimento e implementação de cultura permanente / Pivô / Desenv. área	Brasil	MA	São Raimundo das Mangabeiras	Própria
Desenvolvimento e implementação cultura permanente	Brasil	GO	Mineiros	Própria
Desenvolvimento de área	Brasil	PI	Baixa Grande do Ribeiro	Própria
Desenvolvimento de área / Pastagem / Benfeitorias	Brasil	BA	Baianópolis	Própria
Desenvolvimento de área / Máquinas e Equipamentos / Benfeitorias	Brasil	BA	Correntina	Própria
Desenvolvimento de área / Benfeitorias	Brasil	MT	São Félix do Araguaia	Arrendada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BRASILAGRO - nº 829541861	10 anos a partir da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	AGRIFIRMA – nº 830154647	10 anos a partir da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições a INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BRASILAGRO - COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRICOLAS - nº 828045089	concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Nome de domínio na internet	www.brasil-agro.com	1 ano a partir da	Não temos conhecimento, presentemente, de eventos que possam causar a perda dos direitos relativos a tais marcas, além das hipóteses legalmente previstas. Não se vislumbra, presentemente, eventos que possam causar a perda dos direitos relativos a tais marcas, que, inclusive, não são objeto de qualquer contestação administrativa ou judicial de terceiros.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BRASILAGRO - COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRICOLAS - n° 828045097	10 anos a partir da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições a INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	AGRIFIRMA – n° 830154582	10 anos a partir da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições a INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	AGRIFIRMA – nº 830154566	10 anos a partir da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições a INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	AGRIFIRMA – nº 830154663	10 anos a partir da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições a INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BRASILAGRO - n° 829541870	10 anos a partir da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	BRASILAGRO - COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRICOLAS - n° 828045100	10 anos a partir da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BRASILAGRO - COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGROPECUARIAS - nº 827971583	10 anos a partir da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	BRASILAGRO - COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGROPECUARIAS - nº 827971567	10 anos a partir da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BRASILAGRO - n° 829541853	10 anos a partir da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	BRASILAGRO - COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGROPECUARIAS - n° 827971575	10 anos a partir da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições a INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	AGRIFIRMA – nº 830154620	10 anos a partir da concessão	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. Os registros de marca já concedidos podem ser contestados, por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições a INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto além do já descrito abaixo. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
AGRIFIRMA AGRO LTDA.	09.288.977/0001-20	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Dentre outras atividades, o arrendamento de terras de empresas controladas pelos sócios da Sociedade; subarrendamento terras para terceiros; prestação de assessoria e serviços no ramo agrícola; e, ainda, exploração da atividade agrícola, pecuária e florestal de qualquer espécie e natureza. É, ainda, proprietária da Fazendas Rio do Meio, Arrojadinho, Jatobá e São José.	100,000000
				Valor mercado				
30/06/2022	21,822614	0,000000	100.000.000,00	30/06/2022	508.261.000,00	Valor contábil		
30/06/2021	-0,600000	0,000000	39.260.000,00					
30/06/2020	100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.								
Agropecuaria Moroti	00.000.800/9972-39	-	Controlada	Paraguai	A Agropecuária Moroti é proprietária da fazenda sediada no Paraguai que destina-se a colheita de produtos agrícolas e, também possui áreas de pastagem.			100,000000
				Valor mercado				
30/06/2022	3,823766	0,000000	0,00	30/06/2022	218.494.000,00	Valor contábil		
30/06/2021	3,000000	0,000000	0,00					
30/06/2020	42,200000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.								
Avante Comercializadora S.A.	41.950.233/0001-32	-	Controlada	Brasil	AC	Comércio atacadista de soja beneficiada; comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados; comércio atacadista de algodão; comércio atacadista de café em grão; comércio atacadista de matérias primas agrícolas; comércio atacadista de soja não beneficiada; representação comercial e agente de comércio de matérias primas agrícolas e animais vivos; e, ainda, serviços de armazenagem com emissão de Warrant.		100,000000

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
30/06/2022	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2022	0,00		
30/06/2021	0,000000	0,000000	0,00					
30/06/2020	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.								
Imobiliária Araucária	08.745.851/0001-75	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Dentre outras atividades, a compra e venda de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas, com todos os seus pertences, instalações e equipamentos. Enquanto não vendidos, os bens imóveis poderão ser objeto de locação a terceiros, como estratégia para facilitar a realização de sua venda. É proprietária da Fazenda Araucária.	100,000000
				Valor mercado				
30/06/2022	-20,155625	0,000000	26.733.000,00	Valor contábil	30/06/2022	70.699.000,00		
30/06/2021	21,500000	0,000000	18.000.000,00					
30/06/2020	-8,100000	0,000000	19.444.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.								
Imobiliária Cajueiro	08.745.729/0001-07	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Dentre outras atividades, a compra e venda de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas, com todos os seus pertences, instalações e equipamentos. Enquanto não vendidos os bens imóveis poderão ser objeto de locação a terceiros, apenas como estratégia para facilitar a realização de sua venda. É proprietária das Fazendas Chaparral e Preferência.	100,000000
				Valor mercado				
30/06/2022	-13,393234	0,000000	23.962.000,00	Valor contábil	30/06/2022	61.496.000,00		
30/06/2021	7,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

30/06/2020	6,000000	0,000000	9.104.000,00					
------------	----------	----------	--------------	--	--	--	--	--

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.

Imobiliária Ceibo Ltda.	11.348.046/0001-12	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Dentre outras atividades, a compra e venda de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas, com todos os seus pertences, instalações e equipamentos. Enquanto não vendidos, os bens imóveis poderão ser objeto de locação a terceiros, como estratégia para facilitar a realização de sua venda.	100,000000
-------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	-----------	--	------------

Valor mercado

30/06/2022	9,119116	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2022	122.388.000,00		
30/06/2021	-1,700000	0,000000	5.000.000,00					
30/06/2020	2,700000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.

Imobiliária Cremaq Ltda.	08.490.332/0001-03	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Dentre outras atividades, a compra e venda de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas, com todos os seus pertences, instalações e equipamentos. Enquanto não vendidos, os bens imóveis poderão ser objeto de locação a terceiros, como estratégia para facilitar a realização de sua venda.	100,000000
--------------------------	--------------------	---	------------	--------	----	-----------	--	------------

Valor mercado

30/06/2022	56,083244	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2022	23.400.000,00		
30/06/2021	-32,800000	0,000000	0,00					
30/06/2020	595,500000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Imobiliária Egenho de Maracaju Ltda.	08.536.352/0001-78	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Dentre outras atividades, a compra e venda de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas, com todos os seus pertences, instalações e equipamentos. Enquanto não vendidos, os bens imóveis poderão ser objeto de locação a terceiros, como estratégia para facilitar a realização de sua venda.	100,000000
				Valor mercado				
30/06/2022	-68,750000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2022	20.000,00		
30/06/2021	-60,000000	0,000000	0,00					
30/06/2020	-850,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.								
Imobiliária Flamboyant	11.590.772/0001-47	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Dentre outras atividades, a compra e venda de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas, com todos os seus pertences, instalações e equipamentos. Enquanto não vendidos, os bens imóveis poderão ser objeto de locação a terceiros, como estratégia para facilitar a realização de sua venda. É proprietária de 13% da Fazenda Nova Buriti.	100,000000
				Valor mercado				
30/06/2022	1,557632	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2022	652.000,00		
30/06/2021	-0,200000	0,000000	0,00					
30/06/2020	0,300000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Imobiliária Mogno	08.948.179/0001-15	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Dentre outras atividades, a compra e venda de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas, com todos os seus pertences, instalações e equipamentos. Enquanto não vendidos os bens imóveis poderão ser objeto de locação a terceiros, apenas como estratégia para facilitar a realização de sua venda. É proprietária da Fazenda Alto Taquari.	100,000000
				Valor mercado				
30/06/2022	189,785646	0,000000	100.827.000,00	Valor contábil	30/06/2022	149.115.000,00		
30/06/2021	13,400000	0,000000	2.000.000,00					
30/06/2020	8,900000	0,000000	11.435.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.								
Jaborandi Propriedades Agrícolas S/A	08.710.864/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Dentre outras atividades, a compra e venda de propriedades em áreas rurais e/ou urbanas, com todos os seus pertences, instalações e equipamentos. Enquanto não vendidos, os bens imóveis poderão ser objeto de locação a terceiros, como estratégia para facilitar a realização de sua venda. É proprietária da Fazenda Jatobá.	100,000000
				Valor mercado				
30/06/2022	-22,229103	0,000000	85.000.000,00	Valor contábil	30/06/2022	239.854.000,00		
30/06/2021	7,300000	0,000000	60.000.000,00					
30/06/2020	34,400000	0,000000	34.000.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.								
Palmeiras S.A.	00.000.800/9374-14	-	Controlada	Paraguai			A Palmeiras S.A. é sociedade operadora e destina-se à colheita de produtos agrícolas e também possui áreas de pastagem.	100,000000
				Valor mercado				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
30/06/2022	-9,946439	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2022	20.344.000,00		
30/06/2021	-13,900000	0,000000	0,00					
30/06/2020	-41,100000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.

Yuchan Agropecuária S.A	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Bolívia			Compra e venda, exportação, importação, distribuição, representação e/ou consignação de produtos agropecuários, imóveis urbanos e rurais, produtos e mercadorias; exploração e administração dos estabelecimentos próprios e de terceiros, frutíferos, agrícolas, florestais, granja, gados; florestamento e reflorestamento de suas propriedades, bem como, desenvolvimento de representação, distribuição, comissão, consignação, mandatos e assessoria na administração dos negócios e empresas.	100,000000
-------------------------	--------------------	---	------------	---------	--	--	---	------------

Valor mercado

30/06/2022	20,881900	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2022	52.580.000,00		
30/06/2021	0,000000	0,000000	0,00					
30/06/2020	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.

Yuchan Agropecuária S.A	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Bolívia			Compra e venda, exportação, importação, distribuição, representação e/ou consignação de produtos agropecuários, imóveis urbanos e rurais, produtos e mercadorias; exploração e administração dos estabelecimentos próprios e de terceiros, frutíferos, agrícolas, florestais, granja, gados; florestamento e reflorestamento de suas propriedades, bem como, desenvolvimento de representação, distribuição, comissão, consignação, mandatos e assessoria na administração dos negócios e empresas.	100,000000
-------------------------	--------------------	---	------------	---------	--	--	---	------------

Valor mercado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
30/06/2022	48,815654	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2022	36.125.000,00		
30/06/2021	0,000000	0,000000	0,00					
30/06/2020	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.

Yuchan Agropecuária S.A	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Bolívia			Compra e venda, exportação, importação, distribuição, representação e/ou consignação de produtos agropecuários, imóveis urbanos e rurais, produtos e mercadorias; exploração e administração dos estabelecimentos próprios e de terceiros, frutíferos, agrícolas, florestais, granja, gados; florestamento e reflorestamento de suas propriedades, bem como, desenvolvimento de representação, distribuição, comissão, consignação, mandatos e assessoria na administração dos negócios e empresas.	100,000000
-------------------------	--------------------	---	------------	---------	--	--	---	------------

Valor mercado

30/06/2022	5,444112	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2022	62.289.000,00		
30/06/2021	0,000000	0,000000	0,00					
30/06/2020	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.

Yuchan Agropecuária S.A	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Bolívia			Compra e venda, exportação, importação, distribuição, representação e/ou consignação de produtos agropecuários, imóveis urbanos e rurais, produtos e mercadorias; exploração e administração dos estabelecimentos próprios e de terceiros, frutíferos, agrícolas, florestais, granja, gados; florestamento e reflorestamento de suas propriedades, bem como, desenvolvimento de representação, distribuição, comissão, consignação, mandatos e assessoria na administração dos negócios e empresas.	100,000000
-------------------------	--------------------	---	------------	---------	--	--	---	------------

Valor mercado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
30/06/2022	-79,523720	0,000000	0,00	Valor contábil	30/06/2022	1.092.000,00		
30/06/2021	0,000000	0,000000	0,00					
30/06/2020	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

O negócio foi adquirido e é mantido por ser compatível com a atividade principal da empresa e seus interesses.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Propriedade Intelectual

No Brasil, a propriedade de uma patente ou marca registrada é obtida por meio de registro no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Instituto Nacional de Propriedade Industrial, ou INPI). Quando tal direito é concedido, o proprietário tem garantido o direito de uso exclusivo no Brasil todo por um período de dez anos, que pode ser renovado por iguais períodos sucessiva e indefinidamente, contanto que haja interesse em manter a propriedade da marca.

De acordo com a legislação brasileira, uma marca pode ser classificada como uma marca registrada de produto, de serviço, de certificação ou coletiva. Com relação à sua apresentação, conforme a lei brasileira, as marcas registradas podem ser nominativas, mistas, figurativas ou tridimensionais. Durante o processo de registro, o depositante tem uma expectativa de direito de usar as marcas registradas depositadas, que podem ser usadas para identificar seus produtos ou serviços até a conclusão definitiva do processo de registro.

Registramos três registros de marca registrada no INPI para a marca (que corresponde ao nosso nome comercial atual) "BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas" (pedidos nº 828045089, 828045097 e 828045100).

O registro de marca nº 828045089, NCL (8) 36, tendo por especificação aintermediação, compra, venda ou locação de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e urbanas; intermediação em operações de natureza imobiliária de quaisquer tipo, bem como a participação, como sócia, em outras sociedades, simples ou empresárias em empreendimentos no Brasil e no exterior foi concedido à Companhia em 02 de junho de 2020, e permanecerá em vigor até 2 de junho de 2026.

Por sua vez, o registro de marca de serviço nº 828045097 no NCL (8) 35 marketing, distribuição, importação e exportação de produtos agropecuários foi aprovado pelo INPI em 05 de junho de 2012 e é válido até 05 de junho de 2022.

Finalmente, o registro nº 828045100 no NCL (8) 31 produtos relativos à agropecuária, tais como produtos agrícolas, vegetais, florestais, grãos e animais, frutas, vegetais, sementes, plantas e flores naturais, ração para animais e foi concedido à Companhia pelo INPI em 20 de setembro de 2016 e é válido até 20 de setembro de 2026.

Também temos três registros de marca para a marca registrada "BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agropecuárias", No 827971575, 827971567 e 827971583. O Registro nº 827971567 foi aprovado e concedido à Companhia em 07 de abril de 2020 e permanecerá em vigor até 7 de abril de 2030. O Registro nº 827971575 e 827971583, foram aprovadas em 14 de junho de 2011 e 28 de janeiro de 2014, e expiram em 14 de junho de 2021, expirando em 28 de janeiro de 2024, respectivamente.

Adicionalmente, submetemos três pedidos de registro de marca para o nome único "BrasilAgro". O primeiro pedido, arquivado no INPI sob o número 829541870 é para uma marca de serviço, referente ao NCL (9) 35 – marketing, distribuição, importação e exportação de produtos agropecuários, foi aprovado em 1º de novembro de 2011 e é válido até 1º de novembro de 2021. O segundo, protocolado sob o nº 829541853, referente a uma marca de produto, no NCL (9) 31, envolve produtos relativos à agropecuária, tais como produtos agrícolas, vegetais, florestais, grãos e animais, frutas, vegetais e vegetais in natura, sementes, plantas e flores naturais, ração para animais e malte foi aprovado em 20 de setembro de 2016 e é válido até 20 de setembro de 2026. Finalmente, o terceiro pedido de registro de marca para o nome "BrasilAgro", 829541861, foi aprovado e é válido até 02/06/2030.

Em decorrência da Incorporação da Agrifirma, também nos tornamos titulares das seguintes marcas: (i) Registro nº 830154647, referente a serviços de participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista, compra e venda de imóveis, administração de bens e imóveis

9.2 - Outras Informações Relevantes

próprios, o qual foi renovado em 08 de fevereiro de 2021 e permanecerá válido até 08 de fevereiro de 2031; (ii) Registro nº 830154566, referente a serviços de beneficiamento de café e algodão, tendo sido registrado em 29 de novembro de 2016 e permanecerá válido até 29 de novembro de 2026; (iii) Registro nº 830154620, referente a serviços de colheita (serviços de agricultura); serviços de assessoria, consultoria e informação sobre pesquisa no campo da agricultura; serviços de assessoria, consultoria e informação sobre reflorestamento, criação de gado (serviço agropecuário), tendo o registro sido concedido em 08 de fevereiro de 2021 e permanecerá válido até 08 de fevereiro de 2031; (iv) Registro nº 830154663, referente serviços de compra, venda, importação, exportação e comercialização de produtos relacionados à agricultura, a pecuária e ao reflorestamento, tais como café, algodão, soja, milho, lenha, gado e seus produtos derivados, tais como carne e leite, tendo sido concedido em 14 de fevereiro de 2012, e expirará em 14 de fevereiro de 2022; e (v) Registro nº 830154582, referente a serviços de serviços de transporte e armazenamento, tendo sido concedido em 08 de fevereiro de 2021 e permanecerá válido até 08 de fevereiro de 2031.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nos itens 10.1 a 10.9 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2022, 2021 e 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards, ou IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (ou IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ou CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (ou CVM).

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Balanco Patrimonial (R\$ mil)	2022	2021	2020	AH 2022/2021 (%)	AH 2021/2020 (%)
Ativo Circulante	1.588.564	1.761.206	642.464	-9,8%	174,1%
Ativo Não circulante	1.756.699	1.667.112	1.401.904	5,4%	18,9%
Passivo Circulante	483.994	661.292	400.092	-26,8%	65,3%
Passivo Não circulante	645.221	584.425	522.707	10,4%	11,8%
Patrimônio Líquido	2.216.048	2.182.601	1.121.569	1,5%	94,6%

A Companhia vem aumentando o seu Patrimônio Líquido nos últimos anos. Isso é reflexo do compromisso de entregar valor aos nossos investidores. Abaixo os principais comentários da Diretoria a respeito dos itens que entendem mais relevantes no Balanço:

Caixa e Equivalentes de Caixa

A Companhia encerrou o exercício social de 2022 com uma posição de caixa de R\$435,5 milhões, diminuição de 59% em relação a 30 de junho de 2021. A redução do caixa deve-se principalmente a amortização da dívida, pagamento de dividendos e investimentos realizados no período.

Propriedades para Investimento

A estratégia de negócios da Companhia tem como pilar fundamental aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais com aptidão agropecuária. A Companhia adquire propriedades rurais que acredita ter significativo potencial de geração de valor por meio da transformação do ativo e do desenvolvimento de atividades agropecuárias rentáveis.

A partir da aquisição das nossas propriedades rurais, buscamos implementar culturas de maior valor agregado e transformar essas propriedades rurais com investimentos em infraestrutura e tecnologia. De acordo com nossa estratégia, quando julgarmos que o valor das propriedades rurais nos entrega o retorno esperado, venderemos tais propriedades rurais para realizarmos ganhos de capital.

As propriedades rurais compradas pela Companhia são demonstradas ao custo de aquisição, que não supera seu valor líquido de realização, e estão sendo apresentadas no "Ativo não circulante".

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Propriedades para investimento são avaliadas pelo seu custo histórico, somados ao investimento em edifícios, benfeitorias e abertura de áreas, menos a depreciação acumulada de acordo com os mesmos critérios descritos para o ativo imobilizado.

Em 30 de junho de 2022 registramos R\$36,0 milhões em obras em andamento, que se referem à abertura de áreas ainda não finalizada e outros investimentos nas fazendas da Companhia.

Em 30 de junho de 2021 registramos R\$48,4 milhões em obras em andamento, que se referem à abertura de áreas ainda não finalizada e outros investimentos nas fazendas da Companhia.

Capex – Imobilizado

Em 2022 o Ativo Imobilizado da Companhia foi de R\$128,1 milhões, frente a R\$110,4 milhões em 2021 e R\$115,9 milhões em 2020, demonstrando o investimento consistente na Companhia para a valorização do seu portfólio.

Depreciação - Abertura de Área

Em 2022 registramos depreciação da abertura de áreas de R\$10,2 milhões, enquanto em 2021 registramos R\$9,4 milhões e em 2020 R\$8,3 milhões. O aumento entre os valores deve-se ao aumento da área aberta sendo depreciada.

Em 30 de junho de 2021, registramos depreciação da abertura de áreas de R\$9,4 milhões, enquanto em 2020 registramos R\$8,3 milhões. O aumento entre os valores de 2021 e 2020 deve-se ao aumento da área aberta sendo depreciada.

b. Estrutura de capital:

Os nossos Diretores acreditam que a nossa estrutura de capital é adequada para suprir as nossas necessidades, uma vez que o resultado do nosso patrimônio líquido era R\$2.216,0 milhões em 30 de junho de 2022, R\$2.182,6 milhões em 30 de junho de 2021 e R\$1.121,6 milhões em 30 de junho de 2020.

Em 30 de junho de 2022 possuíamos uma estrutura de capital composta basicamente por empréstimos e financiamentos com bancos de desenvolvimento, debentures e aplicações financeiras de liquidez imediata, mantendo-se uma estrutura de capital muito semelhante às dos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020.

A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital, separando em dois elementos fundamentais: capital de terceiros e capital próprio, para demonstrar a principal fonte de capital da nossa Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R\$ mil)	Período encerrado em		
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2020
Capital de terceiros (Passivo Circulante + Exigível LP)	1.129.215	1.245.717	922.799
Capital próprio (Patrimônio Líquido)	2.216.048	2.182.601	1.121.569
Capital Total	3.345.263	3.428.318	2.044.368
Capital de terceiros / Capital total	34%	36%	45%
Capital próprio / Capital total	66%	64%	55%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossos Diretores acreditam que possuímos capacidade de pagamento de nossos compromissos financeiros nos próximos 12 meses. Estamos em uma situação confortável em relação as nossas fontes de financiamento para capital de giro e investimentos para expansão, tendo em vista principalmente, a nossa capacidade de geração de caixa, a possibilidade de novas captações de recursos de terceiros e pelo perfil de nosso endividamento financeiro.

Nossa posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata em 30 de junho de 2022 era de R\$435,5 milhões e nos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020, eram, respectivamente, de R\$1,1 bilhão e de R\$171,0 milhões. Nas mesmas datas, nossos empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazo, correspondiam a R\$453,0 milhões, R\$663,2 milhões e R\$514,1 milhões, respectivamente.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A nossa fonte para capital de giro é fundamentalmente proveniente da geração própria de caixa e, eventualmente, da captação de recursos de terceiros.

Com relação ao financiamento de investimentos em ativos não circulantes, os nossos Diretores aplicaram as melhores opções para a análise da viabilidade entre a captação de recursos de terceiros ou da utilização de capital próprio. A métrica utilizada para a tomada de decisão envolve a correlação entre as taxas de mercado e a rentabilidade do capital próprio.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os nossos Diretores acreditam que a nossa geração de caixa é suficiente para cumprir com as obrigações de curto prazo e pretendemos manter nosso perfil de dívida com preferência por financiamentos, de curto e longo prazo, com bancos de desenvolvimento e/ou órgãos de fomento governamentais, que oferecem custos mais atraentes que os praticados pelo mercado, como assim manteve, nos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2022, 2021 e 2020.

Caso haja necessidade, poderemos realizar outras operações financeiras junto às principais instituições financeiras do mercado que fortaleçam nossa posição de caixa.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimos e financiamento relevantes

A tabela abaixo mostra a posição dos nossos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo nos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2022 e 2021.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ Mil)	Indexador	Taxa anual de juros e encargos 30/06/2022	30/06/2022	30/06/2021
Financiamento de custeio agrícola				
	Pré + CDI	1.80% + 100%	-	40.561
	Pré	3.24%	-	8.055
	Pré	4.26%	6.106	-
	Pré	6.30%	-	111.590
	Pré	6.34%	1.493	2.436
	Pré	3.50%	-	3.078
	Pré	7.64%	7.930	9.779
	Pré	4.91%	-	25.716
	Pré	9.85%	4.147	-
			19.676	201.215
Financiamento de custeio agrícola (USD)				
	Pré	7.39%	-	2.564
	Pré	3.66%	16.760	-
			16.760	2.564
Financiamento de custeio agrícola (PYG)				
	Pré	8.00%	-	-
	Pré	9,60%	16.628	18.101

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	Pré	9.50%	6.815	8.191
	Pré	8.75%	9.206	-
	Pré	-	-	-
			32.649	26.292
Financiamento projeto Bahia				
	Pré	3.50%	9.661	10.373
			9.661	10.373
Financiamento capital de giro (USD)				
	Pré	4.40%	10.840	-
			10.840	-
Financiamento capital de giro (EUR)				
	Pré	1.32%	-	23.230
			-	23.230
FINAME				
	Pré		-	-
			-	-
Financiamento de cana de açúcar				
	Pré	6.76%	1.230	1.963
	Pré	6.34%	32.694	31.879
	Pré	3.76%	-	28.150
			33.924	61.992
Debêntures				
	CDI	106.50%	30.897	58.045
	CDI	110.00%	31.096	43.717
	Pré + IPCA	100.00% TLP-IPCA + 5.37%	274.396	244.565
			336.389	346.327
(-) Custos da transação			(6.858)	(8.812)
			453.041	663.181
Circulante			123.411	322.046
Não circulante			329.630	341.135

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2022, 2021 e 2020, não possuíamos outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas já mencionadas acima.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas quirográficas. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A maior parte dos nossos financiamentos estão denominados em Reais e reúnem características próprias e condições definidas em contratos com bancos governamentais de desenvolvimento econômico social, que repassam direta ou indiretamente os mesmos. As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas à manutenção de certos indicadores financeiros, baseados na relação dívida líquida pelo valor justo das propriedades para investimento. A não observância, pela Companhia, desses indicadores, durante a vigência das debêntures, poderá acarretar no vencimento antecipado da dívida. Em 30 de junho de 2022, em 30 de junho de 2021 e em 30 de junho de 2020 a Companhia encontrou-se adimplente com as cláusulas restritivas descritas acima.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Nos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2022, 2021 e 2020, uma vez que todos os eventos previstos nos referidos cronogramas financeiros ocorreram, utilizamos 100% dos recursos disponibilizados nos empréstimos e financiamentos contratados. Em relação às debêntures das 7ª e 8ª emissões CIBRASEC e da 27ª emissão ISEC, já utilizamos 100% do capital financiado.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

O resumo de nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2022, 2021 e 2020 foi extraído de nossas demonstrações financeiras que foram preparadas sob a responsabilidade da nossa administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estas informações financeiras refletem adequadamente o resultado de nossas operações e de nossa situação patrimonial e financeira nos respectivos períodos e que foram auditadas pelos auditores independentes, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Demonstração de Resultado Consolidado – comparação dos exercícios encerrados em 30 de junho de 2022 e 2021

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	30/06/2022	AV 2022 (%)	30/06/2021	AV 2021 (%)	AH 2022/2021 (%)
Receita Líquida de Vendas	1.168.137	100,00%	662.952	100,0%	76%
Ganho com Venda de Fazenda	251.534	21,53%	53.097	8,0%	373,73%
Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	549.764	47,06%	527.348	79,5%	4,25%
Constituição de provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	-50.822	-4,35%	-22.728	-3,4%	123,61%
Custo de Venda	-1.142.688	-97,82%	-729.145	-110,0%	56,72%
Lucro Bruto	775.925	66,42%	491.524	74,1%	58%
Despesas com Vendas	-43.578	-3,73%	-27.951	-4,2%	55,91%
Despesas gerais e administrativas	-55.968	-4,79%	-46.852	-7,1%	19,46%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras receitas(despesas) operacionais, líquidas	13.829	1,18%	-22.613	-3,4%	n.a.
Equivalência patrimonial	-31	0,00%	11	0,0%	n.a.
Receitas financeiras	955.783	81,82%	849.623	128,2%	12,49%
Despesas financeiras	-1.008.643	-86,35%	-945.611	-142,6%	6,67%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	637.317	54,56%	298.131	45,0%	114%
Imposto de renda e contribuição social	-117.217	-10,03%	19.515	2,9%	n.a.
Lucro Líquido do Período	520.100	44,52%	317.646	47,9%	64%

Nos comentários a seguir, as variações em percentual foram computadas com bases nos saldos expressos em milhões de reais.

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida aumentou 76%, passando de R\$662,9 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 para R\$1,2 bilhão no exercício encerrado em 30 de junho de 2022. Esse aumento foi devido principalmente ao aumento da receita proveniente das operações agrícolas e ganho com venda de fazendas realizadas em 2022.

i. Receitas de Grãos

As receitas de soja em 2022 aumentaram R\$364,3 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$235,8 milhões, que se referem à comercialização de 137,6 mil para R\$600,0 milhões, que se referem à comercialização de 235,9 mil toneladas.

As receitas de milho em 2022 tiveram um aumento de R\$31,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$77,0 milhões, que se referem à comercialização de 139,5 mil toneladas para R\$108,7 milhões, que se referem à comercialização de 116,7 mil toneladas.

O volume de grãos comercializados reflete a variação da quantidade de hectares em produção e o nível de maturidade dessa área em cada safra. Já os preços praticados em cada região impactam as receitas por tonelada, pois levam em consideração fatores como a distância para escoamento da produção.

ii. Receitas de Algodão

As receitas de algodão em 2022 reduziram R\$ 2,5 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$27,8 milhões, que se referem à comercialização de 7,2 mil toneladas, para R\$25,2 milhões, que se refere à comercialização de 4,6 mil toneladas. Os valores por toneladas não são comparáveis entre os períodos devido à diferença no mix entre pluma e caroço das vendas.

iii. Receita de cana-de-açúcar

As receitas de cana-de-açúcar em 2022 aumentaram R\$114 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$265 milhões, referentes a 2,06 milhões de toneladas para R\$379 milhões, referentes a 1,99 milhões de toneladas. O aumento do preço por tonelada da cana-de-açúcar é resultado do aumento do ATR da cana-de-açúcar comercializada.

iv. Receita de pecuária

As receitas de pecuária em 2022 aumentaram R\$2,5 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$29,0 milhões para R\$31,5 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Contamos com um estoque de 21,2 mil cabeças de gado, que estão distribuídas em 11.323 hectares de pastagens já ativas no Brasil e Paraguai.

Ganho com Venda de Fazenda

Em 2022, a receita líquida de vendas alcançou R\$461,6 milhões, devido ao reconhecimento da receita de R\$ 329,7 milhões referente a venda de 2.566 hectares (1.537 ha úteis) da Fazenda Alto Taquari e R\$132,0 milhões referente à venda de 4.573 hectares (2.859 hectares úteis) da Fazenda Rio do Meio.

A Companhia continuará operando em 1.157 hectares da área vendida da Fazenda Alto Taquari até 2024, portanto, a receita da venda desta área será contabilizada, no momento da entrega da posse.

Mudança no valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas

A mudança no valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas passou de um ganho de R\$527,3 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 para um ganho de R\$549,7 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2022. Isso ocorreu principalmente por conta do aumento dos preços das commodities em relação ao exercício anterior.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado principalmente pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com o plantio e tratamentos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, bem como as baixas provenientes da colheita dos produtos agrícolas.

Os produtos agrícolas colhidos são mensurados pelo valor justo no ponto da colheita e considera o preço de mercado para a praça correspondente de cada fazenda.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos produtos agrícolas é determinado pela diferença entre a quantidade colhida a valor de mercado (líquido de gastos comerciais e impostos) e os custos de produção incorridos (custos diretos e indiretos, arrendamento e depreciações).

Constituição de provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida

A Constituição de provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida, passou de uma perda de R\$22,7 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 para uma perda de R\$50,8 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2022. Tais variações resultam da diferença no preço do estoque de grãos da época da colheita até o fechamento do respectivo período contábil.

Custo de vendas

Em 2022 o custo dos produtos vendidos aumentou 54% em comparação com 2021. Esse crescimento pode ser explicado pelo maior volume faturado no período, somando-se ao aumento do custo unitário.

Lucro bruto

Pelos motivos acima mencionados, no exercício encerrado em 30 de junho de 2022 nosso lucro bruto foi de R\$775,9 milhões, representando um aumento de R\$284,4 milhões quando comparados aos R\$491,5 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2021. Esse aumento é explicado pelos bons resultados das operações agrícolas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas com vendas

As despesas com vendas aumentaram R\$15,6 milhões, de R\$28,0 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 para R\$43,6 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2022. O aumento é reflexo, principalmente, do crescimento na linha de Frete, explicado pelo aumento do volume comercializado, aumento dos preços dos combustíveis e início das operações na Bolívia, do aumento na linha de comissões, explicado pelo pagamento de comissão pela venda da Fazenda Alto Taquari.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em R\$9,1 milhões, de R\$43,9 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 para R\$56,0 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2022.

(R\$ mil)	2022	AV 2022 (%)	2021	AV 2021 (%)	AH 2022/2021 (%)
Despesas Gerais e Administrativas	(55.968)	7,8%	(46.852)	3,8%	19,46%
Depreciação e Amortização	(1.290)	0,2%	(981)	0,1%	31,50%
Despesas com Pessoal	(39.257)	5,4%	(32.406)	2,6%	21,14%
Despesas com Prestação de Serviços	(5.858)	0,8%	(6.482)	0,5%	-9,63%
Arrendamento e Aluguéis em Geral	(342)	0,0%	(397)	0,0%	n.a.
Outras Despesas	(4.552)	0,6%	(6.586)	0,5%	-30,88%

O aumento nas Despesas com Pessoal se deve pelo pagamento de bônus acima do provisionado e dissídio anual de 8,5%.

Já a variação na linha de Outras Despesas, é reflexo do aumento, em reais, de despesas com listagem e custo de escrituração de ações, publicação das Demonstrações Financeiras na íntegra, que não ocorreu ano passado devido a isenção prevista na MP 892/19, e gastos com seguro de responsabilidade civil (D&O) que é indexado ao dólar.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas

Em 2022 as outras receitas (despesas) operacionais, apresentaram crescimento de R\$36,4 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 2022 tivemos impacto em outras receitas e despesas operacionais principalmente pela receita de indenização de seguro agrícola referente à quebra de safra 20/21 no Paraguai.

O impacto na linha de bônus de subscrição, é reflexo da variação e consequentemente, do valor dos bônus de subscrição emitidos no contexto da incorporação da Agrifirma em contexto com a variação da cotação das ações da Companhia.

Vale ressaltar que os bônus, no contexto da operação, funcionam como garantia da restrição de venda (lockup) de 2 anos, considerando as particularidades de um dos acionistas da Agrifirma e não representam prêmio ou vantagem a nenhum novo acionista.

Equivalência patrimonial

Reconhecemos uma receita de R\$31,0 mil no exercício encerrado em 30 de junho de 2022.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receitas e Despesas Financeiras

O resultado financeiro consolidado corresponde à composição dos seguintes elementos: (i) juros sobre financiamentos, (ii) variação cambial sobre conta off shore, (iii) valor presente dos recebíveis da venda das fazendas Araucária, Alto Taquari e Jatobá, fixados em sacas de soja, e de arrendamentos de cana (iv) resultado das operações de hedge e (v) despesas e encargos bancários e rendimentos de aplicações financeiras de caixa e equivalentes de caixa.

A atualização do valor justo, no valor de R\$14,2 milhões em 2022, demonstra a variação no valor a ser recebido em razão das vendas das fazendas Araucária, Jatobá e Alto Taquari, denominados em sacas de soja e a variação do preço do Consecana no arrendamento da Fazenda Parceria IV.

O resultado das operações com derivativos reflete principalmente o resultado das operações de hedge de commodities e dólar, com finalidade de reduzir a volatilidade da exposição da companhia, dado que as receitas, estoque, ativo biológico e recebíveis de venda de fazenda são correlacionadas positivamente com os preços das commodities e dólar. Em 2022 o resultado das operações com derivativos foi de R\$65,7 milhões negativos. Em 2021 o resultado das operações com derivativos foi de R\$125,5 milhões negativos.

Imposto de renda e contribuição social

Apuramos um imposto de renda e contribuição social de R\$117,2 milhões negativos no exercício social encerrado em 30 de junho de 2022, em comparação a um de imposto de renda de R\$19,5 milhões negativos para o mesmo período em 2021.

Lucro Líquido (prejuízo) do exercício

O nosso resultado do período apresentou crescimento, partindo do lucro de R\$317,6 milhões no exercício social encerrado em 30 de junho de 2021 para um lucro de R\$520,1 milhões no exercício social encerrado em 30 de junho de 2022. Esse resultado reflete principalmente o bom desempenho das operações agrícolas da Companhia, beneficiado pela conjuntura de câmbio e preços das commodities.

Demonstração de Resultado Consolidado – comparação dos exercícios encerrados em 30 de junho de 2021 e 2020

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	30/06/2021	AV 2021 (%)	30/06/2020	AV 2020 (%)	AV 2021/2020 (%)
Receita Líquida de Vendas	662.952	100,0%	487.568	100,0%	36,0%
Ganho com Venda de Fazenda	53.097	8,0%	61.420	12,6%	-13,6%
Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	527.348	79,5%	160.371	32,9%	228,8%
Constituição de provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	-22.728	-3,4%	-4.153	-0,9%	447,3%
Custo de Venda	-729.145	-110,0%	-483.813	-99,2%	50,7%
Lucro Bruto	491.524	74,1%	221.393	45,4%	122,0%
Despesas com Vendas	-27.951	-4,2%	-14.300	-2,9%	95,5%
Despesas gerais e administrativas	-46.852	-7,1%	-43.890	-9,0%	6,7%
Outras receitas(despesas) operacionais, líquidas	-22.613	-3,4%	1.231	0,3%	n.a
Equivalência patrimonial	11	0,0%	-150	0,0%	n.a
Receitas financeiras	849.623	128,2%	375.413	77,0%	126,3%
Despesas financeiras	-945.611	-142,6%	-406.168	-83,3%	132,8%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	298.131	45,0%	133.529	27,4%	123,3%
Imposto de renda e contribuição social	19.515	2,9%	-13.975	-2,9%	n.a
Lucro Líquido do Exercício	317.646	47,9%	119.554	24,5%	165,7%

Nos comentários a seguir, as variações em percentual foram computadas com bases nos saldos expressos em milhões de reais.

Receita Líquida

A receita líquida aumentou R\$ 175,4 milhões ou 36%, passando de R\$ 487,6 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2020 para R\$ 663 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2021. Esse aumento resultou principalmente de:

i. Receita de grãos

- As receitas de soja em 2021 aumentaram R\$40,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$195,2 milhões, que se referem à comercialização de 166,1 mil toneladas a R\$1.174,92 por tonelada, para R\$235,8 milhões, que se referem à comercialização de 137,6 mil toneladas a R\$1.713,64 por tonelada.
- As receitas de milho em 2021 tiveram um aumento de R\$42,0 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$35,0 milhões, que se referem à comercialização de 84,7 mil toneladas a R\$413,60 por tonelada, para R\$77,0 milhões, que se referem à comercialização de 139,5 mil toneladas a R\$552,09 por tonelada

ii. Receita de cana-de-açúcar

As receitas de cana-de-açúcar em 2021 aumentaram R\$72,0 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$192,9 milhões, referentes a 2,06 milhões de toneladas a R\$93,55 por tonelada de cana-de-açúcar, para R\$265,0 milhões, referentes a 2,02 milhões de toneladas a R\$130,7 por tonelada de cana-de-açúcar. O aumento do preço por tonelada da cana-de-açúcar é resultado do aumento do ATR da cana-de-açúcar comercializada. No mesmo período também houve aumento no preço do ATR por tonelada de cana colhida, passando de 0,672 R\$/kg em 2020 para 0,937 R\$/kg em 2021.

iii. Receita de pecuária

As receitas de pecuária em 2021 reduziram R\$3,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$32,7 milhões, que se referem à comercialização de 15.159 cabeças de gado a R\$5,72 por quilo, para R\$29,0 milhões, que se referem à comercialização de 9.685 cabeças de gado a R\$7,91 por quilo.

Ganho com Venda de Fazenda

O ganho com venda de fazenda no exercício encerrado em 30 de junho de 2020 foi de 53,0 milhões comparativamente a 61,4 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma redução de R\$8,4 milhões ou -13,6%. Esta redução é atribuída substancialmente a quantidade de fazendas vendidas. No exercício encerrado em 30 de junho de 2020, foram vendidos 3.199 hectares das Fazendas Jatobá e Alto Taquari nos Estados da Bahia e de Mato Grosso, respectivamente, por R\$ 71,5 milhões a um custo de R\$ 10,1 milhões, incluindo impostos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

indiretos, enquanto no exercício encerrado em 30 de junho de 2019, foram vendidos 13.011 hectares das Fazendas Jatobá e Alto Taquari nos Estados da Bahia e de Mato Grosso, respectivamente, por R\$ 177,2 milhões a um custo de R\$ 34,4 milhões, incluindo impostos indiretos.

Mudança no valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas

A movimentação de valor justo de ativos biológicos no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$527,3 milhões comparativamente a R\$160,4 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$367 milhões ou 229%. Essa variação resultou principalmente do aumento no valor justo dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas de grãos. Isso ocorreu principalmente por conta do aumento da rentabilidade da soja e do milho em relação ao exercício anterior e o valor justo dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas de cana-de-açúcar.

Constituição de provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida

A Constituição de provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 representou uma perda de R\$22,7 milhões comparativamente a R\$4,2 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$18,6 milhões ou 447%. Este aumento é atribuído substancialmente à diferença no preço do estoque de grãos da época da colheita até o fechamento do respectivo período contábil.

Custo de vendas

Os custos de vendas no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 foram de R\$729,1 milhões comparativamente a R\$483,8 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$245,3 milhões ou 50,7%. As variações nos custos interanuais estão relacionadas diretamente aos preços de mercado de commodities na época da colheita bem como ao volume (toneladas) colhido, conforme explicado abaixo:

- i. O custo da soja em 2021 aumentou R\$1,4 milhões em relação ao ano anterior, passando de R\$165,5 milhões, que se referem à comercialização de 166,1 mil toneladas ao custo de R\$996,18 por tonelada, para R\$166,9 milhões, que se referem à comercialização de 137,6 mil toneladas ao custo de R\$1.212,94 por tonelada. O custo foi impactado pelo aumento dos preços dos serviços (plantio, e principalmente colheita), decorrente também do aumento dos preços dos combustíveis
- ii. Custo do milho em 2021 aumentou R\$19,0 milhões em relação ao ano anterior, passando de R\$27,3 milhões, que se referem à comercialização de 84,7 mil toneladas ao custo de R\$322,75 por tonelada, para R\$46,4 milhões, que se referem à comercialização de 139,5 mil toneladas ao custo de R\$332,44 por tonelada. O custo é impactado pela variação do volume comercializado, além do aumento dos preços dos serviços (plantio, e principalmente colheita).
- iii. Custo da cana-de-açúcar em 2021 aumentou R\$10,5 milhões em relação ao ano anterior, passando de R\$133,0 milhões, referente a 2,1 milhões de toneladas ao custo de R\$64,50 por tonelada, para R\$143,5 milhões, referente a 2,0 milhão de

toneladas ao custo de R\$70,80 por toneladas de cana-de-açúcar. O aumento do custo por tonelada deve-se às queimadas sofridas no início do ano. Conforme informado no 1T21, o inverno rigoroso, apresentou baixas umidades do ar e ocasionou queimadas em diferentes regiões brasileiras, tivemos um incêndio pontualmente em

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

uma unidade.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$491,5 milhões comparativamente a R\$221,4 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$284,4 milhões ou 58%.

Despesas com vendas

Em 2021 reconhecemos R\$28,0 milhões em despesas com vendas, aumento. O aumento de R\$13,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, é reflexo, principalmente, da reversão de Provisão para Devedores Duvidosos em 2020, impactada pela incorporação da Agrifirma na linha de PDD, do aumento do volume de produtos agrícolas comercializados e do aumento na linha de armazenagem, reflexo da abertura da planta de silo na Fazenda Araucária e do aumento de custo, em reais, de armazenagem de beneficiamento na região do Xingu.

Despesas gerais e administrativas

Em 2021 as despesas gerais e administrativas apresentaram um aumento de 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$43,9 milhões para R\$46,9 milhões.

(R\$ mil)	2021	AV 2021 (%)	2020	AV 2020 (%)	AH 2021/2020 (%)
Despesas Gerais e Administrativas	(46.852)	3,8%	(43.890)	6,1%	6,7%
Depreciação e Amortização	(981)	0,1%	(1.512)	0,2%	-35,1%
Despesas com Pessoal	(32.406)	2,6%	(30.681)	4,3%	5,6%
Despesas com Prestação de Serviços	(6.482)	0,5%	(5.593)	0,8%	15,9%
Arrendamento e Aluguéis em Geral	(397)	0,0%	(175)	0,0%	126,9%
Outras Despesas	(6.586)	0,5%	(5.929)	0,8%	11,1%

Esse aumento é atribuído ao:

- i. O aumento nas Despesas com Pessoal se deve ao pagamento dos impostos referentes ao 2º Plano de Incentivo de Longo Prazo em Ações aprovado pela Companhia em maio de 2021.
- ii. a variação na linha de Outras Despesas, é reflexo do aumento, em reais, de despesas com listagem e custo de escrituração de ações, bem como gastos com telefonia, manutenção predial, cartório, seguros, entre outros.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 representaram receita de R\$22,6 milhão comparativamente a uma despesa de R\$1,2 milhão no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$24,9 milhões. Este aumento é atribuído substancialmente ao o impacto da incorporação da Agrifirma em outras receitas e despesas operacionais, principalmente considerando os custos envolvidos na operação. Em 30 de junho R\$3,4 milhões de outras despesas foram reclassificados como custo de produto vendido

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(CPV). Reconhecemos também R\$6,3 milhões por indenização de seguro agrícola em razão da quebra de safra no Paraguai.

Equivalência patrimonial

A equivalência patrimonial no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 foi uma despesa de R\$11 mil comparativamente a R\$150 mil o mesmo período de 2020.

Receitas e Despesas Financeiras

A receita financeira aumentou R\$ 539,4 milhões, passando de R\$ 406,1 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2020 para R\$ 945,6 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 e as despesas financeiras aumentaram R\$ 255,9 milhões, passando de R\$ 406,2 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2020 para R\$ 945,6 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2021.

Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

O resultado antes do imposto de renda e contribuição social no exercício encerrado em 30 de junho de 2020 foi de R\$298,1 milhões comparativamente a R\$133,5 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$255,8 milhões ou 123%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto e renda e contribuição social no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$19,5 milhões, comparativamente a R\$14,0 milhões no mesmo período de 2020.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício no exercício encerrado em 30 de junho de 2021 foi de R\$317,6 comparativamente a R\$119,6 no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$265,4 milhões ou 166%.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R\$ mil, exceto %)	30/06/2022	AV%	30/06/2021	AV%	30/06/2020	AV%	2022x 2021	2021 x 2020
ATIVO								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	435.493	29,79%	1.059.107	30,89%	171.045	8,40%	-59%	519,20%
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	0,00%	-	0,00%	n.a.	-
Contas a receber e créditos diversos	442.313	25,18%	192.606	5,62%	183.350	9,00%	130%	5,05%
Estoques	289.899	16,50%	265.859	7,75%	138.778	6,80%	9%	91,57%
Ativos biológicos	264.976	15,08%	210.489	6,14%	115.553	5,70%	26%	82,16%
Operações com derivativos	61.013	3,47%	32.657	0,95%	7.180	0,40%	87%	354,83%
Transações com partes relacionadas	0	-	488	0,01%	701	0,00%	-100%	-30,39%
	1.588.564	90,43%	1.761.206	51,37%	616.607	30,20%	-9,80%	185,63%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Total do Ativo Circulante								
Ativo Não Circulante mantido para venda	-	0,00%	-	0,00%	25.857	1,30%	0,00%	0,00%
Não Circulante								
Ativos Biológicos	57.906	3,30%	34.585	1,01%	25.444	1,20%	67%	35,93%
Títulos e valores mobiliários restritos	19.580	1,11%	10.455	0,30%	5.044	0,20%	87%	107,28%
Transações com partes relacionadas	1.839	0,10%	2.680	0,08%	1.511	0,10%	-31%	77,37%
Tributos diferidos	4.360	0,25%	72.343	2,11%	23.282	1,10%	-94%	210,73%
Operações com derivativos	2.744	0,16%	3.881	0,11%	1.746	0,10%	-29%	122,28%
Contas a receber e créditos diversos	411.351	23,42%	348.933	10,18%	262.387	12,80%	18%	32,98%
Propriedades para investimento	1.004.380	57,17%	997.100	29,08%	858.261	42,00%	1%	16,18%
Investimentos	7.642	0,44%	5.609	0,16%	5.742	0,30%	36%	-2,32%
Imobilizado	128.131	7,29%	110.390	3,22%	115.925	5,70%	16%	-4,77%
Intangível	812	0,05%	1.104	0,03%	1.469	0,10%	-26%	-24,85%
Direitos de uso	117.954	6,71%	80.032	2,33%	101.093	4,90%	47%	-20,83%
Total do ativo não circulante	1.756.699	52,51%	1.667.112	48,63%	1.401.904	68,60%	18,92%	18,92%
Total do Ativo	3.345.263	100,00%	3.428.318	100,00%	2.044.368	100,00%	67,70%	67,70%
PASSIVO								
Circulante								
Fornecedores e outras obrigações	253.440	7,58%	186.890	5,45%	111.170	5,40%	36%	68,11%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	123.411	3,69%	322.046	9,39%	217.274	10,60%	-62%	48,22%
Obrigações trabalhistas	25.652	0,77%	22.536	0,66%	19.600	1,00%	14%	14,98%
Operações com derivativos	34.064	1,02%	48.574	1,42%	18.333	0,90%	-30%	164,95%
Outros passivos	28.846	0,86%	45.133	1,32%	5.017	0,20%	-36%	799,60%
Transações com partes relacionadas	0	0,00%	5.568	0,16%	2.849	0,10%	-100%	95,44%
Arrendamentos a pagar	18.581	0,56%	30.545	0,89%	25.849	1,30%	-39%	18,17%
Total do passivo circulante	483.994	14,47%	661.292	19,29%	400.092	19,60%	-26,80%	65,28%
Não circulante								
Fornecedores e outras obrigações	23.833	0,71%	34.902	1,02%	28.002	1,40%	-32%	24,64%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Empréstimos, financiamentos e debêntures	329.630	9,85%	341.135	9,95%	296.839	14,50%	-3%	14,92%
Tributos diferidos	34.925	1,04%	26.714	0,78%	34.031	1,70%	31%	-21,50%
Arrendamentos a pagar	230.570	6,89%	168.450	4,91%	126.514	6,20%	37%	33,15%
Operações com derivativos	5.272	0,16%	1.965	0,06%	1.462	0,10%	168%	34,40%
Provisão para demandas judiciais	1.117	0,03%	1.445	0,04%	1.485	0,10%	-23%	-2,69%
Transações com partes relacionadas	7.472	0,22%	2.519	0,07%	34.374	1,70%	197%	-92,67%
Outros passivos	12.402	0,37%	7.295	0,21%			70%	n.a
Total do passivo não circulante	645.221	19,29%	584.425	17,05%	522.707	25,60%	10,40%	11,81%
Patrimônio Líquido								
Capital Social	1.587.985	47,47%	1.587.985	46,32%	699.811	34,20%	0%	126,92%
Gastos com emissão de ações	-11.343	-0,34%	-11.343	-0,33%	-	0,00%	0%	0,00%
Reserva de capital	-21.348	-0,64%	-34.189	-1,00%	-34.292	-1,70%	-38%	-0,30%
Ações em tesouraria	-49.761	-1,49%	-40.085	-1,17%	-31.501	-1,50%	24%	27,25%
Reservas de lucro	416.352	12,45%	600.811	17,52%	358.606	17,50%	0%	67,54%
Dividendos adicionais propostos	196.476	5,87%	-	0,00%	13.606	0,70%	6%	0,00%
Resultados abrangentes	97.687	2,92%	79.422	2,32%	115.339	5,60%	23%	-31,14%
Lucros acumulados	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total do patrimônio líquido	2.216.048	66,24%	2.182.601	63,66%	1.121.569	54,90%	1,50%	94,60%
Total do passivo e patrimônio líquido	3.345.263	100%	3.428.318	100,00%	2.044.368	100,00%	-2,40%	67,70%

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 30 DE JUNHO DE 2021**Caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante)**

Em 30 de junho de 2022, o caixa e equivalentes de caixa era de R\$435,5 milhões, em comparação com R\$1.059 milhões em 30 de junho de 2021. A redução do caixa deve-se principalmente a amortização da dívida, pagamento de dividendos e capex.

Valores mobiliários (ativo circulante e não circulante)

Em 30 de junho de 2022, os valores mobiliários eram de R\$19,6 milhões, em comparação de R\$10,5 milhões em 30 de junho de 2021.

Contas a receber e créditos diversos (ativo circulante e não circulante)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 30 de junho de 2022, as contas a receber e créditos diversos era de R\$442,3 milhões, em comparação com R\$192,6 milhões em 30 de junho de 2021.

Estoques (ativo circulante)

Em 30 de junho de 2022, o estoque era de R\$289,9 milhões, em comparação com R\$265,9 milhões em 30 de junho de 2021.

Ativos biológicos (ativo circulante e não circulante)

Em 30 de junho de 2022, o ativo biológico era de R\$264,9 milhões, em comparação com R\$210,5 milhões em 30 de junho de 2021. Este aumento decorreu do aumento de preços das commodities.

Operações com derivativos (ativo circulante e não circulante)

Em 30 de junho de 2022, o saldo de operações com derivativos era de R\$63,7 milhões, em comparação com R\$36,5 milhões em 30 de junho de 2021.

Tributos diferidos (ativo não circulante)

Em 30 de junho de 2022, os tributos diferidos eram de R\$4,3 milhões, em comparação com R\$72,3 milhões em 30 de junho de 2021.

Propriedades para investimento (ativo não circulante)

Em 30 de junho de 2022, os imóveis para investimento eram de R\$1,0 bilhão, em comparação com R\$997,1 milhões em 30 de junho de 2021.

Imobilizado (ativo não circulante)

Em 30 de junho de 2022, o imobilizado era de R\$128,1 milhões, em comparação com R\$110,4 milhões em 30 de junho de 2021.

Direitos de uso (ativo não circulante)

Em 30 de junho de 2022, os direitos de uso eram de R\$117,9 milhões.

PASSIVO

Fornecedores e outras obrigações (passivo circulante e não circulante)

Em 30 de junho de 2022, os fornecedores e outras obrigações eram de R\$253,4 milhões, em comparação com R\$186,9 milhões em 30 de junho de 2021.

Empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo circulante e não circulante)

Em 30 de junho de 2022, os empréstimos, financiamentos e debêntures eram de R\$453,0 milhões, em comparação com R\$663,2 milhões em 30 de junho de 2021.

Obrigações trabalhistas (passivo circulante)

Em 30 de junho de 2022, as obrigações trabalhistas eram de R\$25,6 milhões, em comparação com R\$22,5 milhões em 30 de junho de 2021.

Operações com derivativos (passivo circulante e não circulante)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 30 de junho de 2022, as operações com derivativos eram de R\$39,3 milhões, em comparação com R\$50,5 milhões em 30 de junho de 2021.

Arrendamentos a pagar (passivo circulante e não circulante)

Em 30 de junho de 2022, os arrendamentos a pagar eram de R\$18,6 milhões, em comparação com R\$30,5 milhões em 30 de junho de 2021.

Tributos diferidos (passivo não circulante)

Em 30 de junho de 2022, os tributos diferidos eram de R\$34,9 milhões. Foi reconhecido no exercício impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais da Agrifirma, não reconhecidos anteriormente devido à expectativa de não gerar lucro tributável suficiente para suportar a realização de tais impostos.

Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2022, o patrimônio líquido era de R\$ 2.216,0 milhões, em comparação com R\$2.182,6 milhões em 30 de junho de 2021, aumento de R\$33,4 mil ou 1,5% em relação ao mesmo período de 2021.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 30 DE JUNHO DE 2020

Caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante)

Em 30 de junho de 2021, o caixa e equivalentes de caixa era de R\$1.059,1 milhões, em comparação com R\$171,0 milhões em 30 de junho de 2020.

Valores mobiliários (ativo circulante e não circulante)

Em 30 de junho de 2021, os valores mobiliários eram de R\$10,4 milhões, em comparação com R\$5,0 milhões em 30 de junho de 2020.

Contas a receber e créditos diversos (ativo circulante e não circulante)

Em 30 de junho de 2021, as contas a receber e créditos diversos era de R\$192,6 milhões, em comparação com R\$183,3 milhões em 30 de junho de 2020.

Estoques (ativo circulante)

Em 30 de junho de 2021, o estoque era de R\$265,8 milhões, em comparação com R\$138,8 milhões em 30 de junho de 2020. Este aumento decorreu do aumento do estoque de grãos.

Ativos biológicos (ativo circulante e não circulante)

Em 30 de junho de 2021, o ativo biológico era de R\$245,1 milhões, em comparação com R\$141,0 milhões em 30 de junho de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo biológico era de 7,1% em 30 de junho de 2021 e 6,9% em 30 de junho de 2020. Este aumento, de R\$104,1 milhões ou 73,8%, decorreu do aumento de preços das commodities.

Operações com derivativos (ativo circulante e não circulante)

Em 30 de junho de 2021, o saldo de operações com derivativos era de R\$36,5 milhões, em comparação com R\$8,9 milhões em 30 de junho de 2020. Em relação ao total do ativo, o saldo

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de operações com derivativos era de 1,1% em 30 de junho de 2021 e 0,4% em 30 de junho de 2020.

Ativos não circulantes mantidos para venda

Em 30 de junho de 2021, não tivemos ativos não circulantes mantidos para venda.

Tributos diferidos (ativo não circulante)

Em 30 de junho de 2021, os tributos diferidos eram de R\$72,3 milhões, em comparação com R\$23,3 milhões em 30 de junho de 2020.

Propriedades para investimento (ativo não circulante)

Em 30 de junho de 2021, os imóveis para investimento eram de R\$997,1 milhões, em comparação com R\$858,3 milhões em 30 de junho de 2020.

Imobilizado (ativo não circulante)

Em 30 de junho de 2021, o imobilizado era de R\$110,4 milhões, em comparação com \$115,9 milhões em 30 de junho de 2020.

Direitos de uso (ativo não circulante)

Em 30 de junho de 2021, os direitos de uso eram de R\$80 milhões.

PASSIVO

Fornecedores e outras obrigações (passivo circulante e não circulante)

Em 30 de junho de 2021, os fornecedores e outras obrigações eram de R\$186,9 milhões, em comparação com R\$ R\$111,1 milhões em 30 de junho de 2020.

Empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo circulante e não circulante)

Em 30 de junho de 2020, os empréstimos, financiamentos e debêntures eram de R\$663,2 milhões, em comparação com R\$514,1 milhões em 30 de junho de 2020. Durante o período, também foram liberados R\$488,2 milhões para o custeio das operações de cana-de-açúcar, soja, milho, feijão e algodão.

Obrigações trabalhistas (passivo circulante)

Em 30 de junho de 2021, as obrigações trabalhistas eram de R\$22,5 milhões, em comparação com R\$19,6 milhões em 30 de junho de 2020.

Operações com derivativos (passivo circulante e não circulante)

Em 30 de junho de 2021, as operações com derivativos eram de R\$50,5 milhões, em comparação com R\$19,8 milhões em 30 de junho de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, as operações com derivativos eram de 1,5% em 30 de junho de 2021 e 1,0% em 30 de junho de 2020. Este aumento, de R\$30,7 milhões ou 155,3%, decorreu do resultado do aumento dos preços das commodities.

Arrendamentos a pagar (passivo circulante e não circulante)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 30 de junho de 2021, os arrendamentos a pagar eram de R\$198,9 milhões, em comparação com R\$152,4 milhões em 30 de junho de 2020. Este aumento ocorreu principalmente da implementação da norma de operações de arrendamento mercantil IFRS16.

Tributos diferidos (passivo não circulante)

Em 30 de junho de 2021, os tributos diferidos eram de R\$26,7 milhões.

Outros passivos

Em 30 de junho de 2021, os outros passivos eram de R\$52,4 milhões. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, os outros passivos eram de 1,5% em 30 de junho de 2021. Este aumento, de R\$39,4 milhões ou 100,0%, decorreu de: (i) aquisição da Agrifirma de R\$37,8 milhões; e (ii) aquisição da Fazenda Serra Grande de R\$14,6 milhões.

Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2021, o patrimônio líquido era de R\$2.182,6 milhões, em comparação com R\$1.121,6 milhões em 30 de junho de 2020, aumento de R\$1.061,0 milhões ou 94,6% em relação ao mesmo período de 2020.

Fluxos de caixa

Nossa geração de fluxo de caixa de atividades operacionais pode variar de período a período dependendo de flutuações em nossa receita de vendas e serviços, custo de produtos vendidos e receitas (despesas) operacionais e também pode variar dentro de tais períodos devido à sazonalidade.

As atividades operacionais referem-se principalmente à receita gerada pela venda de grãos e cana-de-açúcar. As atividades de investimentos referem-se principalmente à aquisição de propriedades agrícolas, desenvolvimento de terras para cultivo, compra de máquinas, reforma, construção e benfeitorias nas propriedades agrícolas e venda de fazendas.

As atividades de financiamento referem-se principalmente a empréstimos e linhas de crédito, principalmente de bancos de desenvolvimento, para o desenvolvimento de novos projetos e compras de máquinas e equipamentos. A tabela a seguir apresenta nosso fluxo de caixa para os períodos indicados.

A tabela a seguir apresenta nosso fluxo de caixa para os períodos indicados.

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO (em milhares de R\$)	Período encerrado em		
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	233.885	151.232	69.024
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(89.729)	(214.009)	(29.295)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(737.800)	954.857	18.451
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(622.351)	892.080	58.180

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

Atividades operacionais: o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 233,9 milhões no exercício findo em 30 de junho de 2022, em comparação com o valor de R\$ 151,2 milhões no exercício findo em 30 de junho de 2021. Esse aumento resultou principalmente dos seguintes fatores: (i) ajustes para conciliar o lucro do exercício no valor de R\$ 549,8 milhões relacionado ao ajuste do valor justo dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas não realizados no exercício encerrado em 30 de junho de 2022, em comparação com o valor de R\$ 527,3 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2021; (ii) ajustes para conciliar o lucro do exercício no valor de R\$ 31,6 milhões relacionado à variação do valor justo das contas a receber pela venda de fazendas e outros passivos financeiros, em comparação com o valor de R\$ 124,7 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2021; e (iii) um aumento no valor de R\$ 25,8 milhões no fluxo de caixa de clientes no exercício encerrado em 30 de junho de 2022, devido ao aumento das rentabilidades e melhoria nos preços de venda, com impacto positivo nas contas a receber de clientes e nos valores a receber de vendas de fazendas, em comparação com um aumento no valor de R\$ 127,4 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2021.

Atividades de investimento: o caixa líquido usado nas atividades de investimento foi de R\$ 89.729 milhões no exercício findo em 30 de junho de 2022, em comparação com o caixa líquido das atividades de investimento de R\$ 214,0 milhões no exercício findo em 30 de junho de 2021. Essa variação resultou principalmente, da aquisição de empresas na Bolívia.

Atividades de financiamento: O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 737.800 milhões no exercício findo em 30 de junho de 2022, em comparação com o caixa líquido das atividades de financiamento de R\$ 954,9 milhões no exercício findo em 30 de junho de 2021.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

Atividades operacionais: o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 151,2 milhões no exercício findo em 30 de junho de 2021, em comparação com o valor de R\$ 69,0 milhões no exercício findo em 30 de junho de 2020. Esse aumento resultou principalmente dos seguintes fatores: (i) ajustes para conciliar o lucro do exercício no valor de R\$ 527,3 milhões relacionado ao ajuste do valor justo dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas não realizados no exercício encerrado em 30 de junho de 2021, em comparação com o valor de R\$ 160,4 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2020; (ii) ajustes para conciliar o lucro do exercício no valor de R\$ 124,7 milhões relacionado à variação do valor justo das contas a receber pela venda de fazendas e outros passivos financeiros, em comparação com o valor de R\$ 57,3 milhões no exercício encerrado em 30 de junho de 2020;

Atividades de investimento: o caixa líquido usado nas atividades de investimento foi de R\$ 214 milhões no exercício findo em 30 de junho de 2021, em comparação com o caixa líquido das atividades de investimento de R\$ 29,3 milhões no exercício findo em 30 de junho de 2020.

Atividades de financiamento: O caixa líquido usado nas atividades de financiamento foi de R\$ 954,8 milhões no exercício findo em 30 de junho de 2021, em comparação com o caixa líquido das atividades de financiamento de R\$ 18,5 milhões no exercício findo em 30 de junho de 2020. Essa variação resultou principalmente nos novos empréstimos no valor total de R\$ 488,2 milhões.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

No exercício encerrado em 30 de junho de 2022 alcançamos uma Receita Líquida de R\$1.484,3 milhões, Lucro Líquido de R\$721,9 milhões e EBITDA Ajustado de R\$748,1 milhões. Resultado que reflete a venda de terras no valor de R\$316,1 milhões, a comercialização de 2.364,1mil toneladas de produtos agrícolas (soja, milho, cana, gado e outros) no valor de R\$1,2 bilhão e o resultado financeiro negativo de R\$52,9 milhões.

A busca pela valorização das nossas propriedades é o principal elemento de nossa estratégia. Adquirimos propriedades rurais que acreditamos ter significativo potencial de geração de valor e a transformação da terra é o principal vetor de valorização dessas propriedades. Desde o início das operações em 2006, investimos mais de R\$1,2 bilhão na aquisição e desenvolvimento do portfólio e realizamos vendas que somam um total de R\$992,0 milhões.

Em uma análise mais ampla, podemos perceber a constante evolução da eficiência da Companhia, com um modelo de gestão sólido, um time qualificado e comprometido em entregar resultados e encontrar oportunidades de geração de valor para continuar crescendo de forma consistente.

Principais Indicadores Financeiros

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	2022	2021	2020
Receita Líquida de Vendas	1.484.311	721.877	559.060
Lucro (prejuízo) Bruto	775.925	491.524	221.393
Despesas com Vendas	(43.578)	(27.951)	(14.300)
Despesas Gerais e Administrativas	(55.968)	(46.852)	(43.890)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	13.829	(22.613)	1.231
Resultado Financeiro Líquido	(52.860)	(95.988)	(30.755)
Equivalência Patrimonial	(31)	11	(150)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	637.317	298.131	133.529
Imposto de Renda e Contribuição Social	(117.217)	19.515	-13.975
Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício	520.100	317.646	119.554

EBITDA Ajustado (R\$ mil)	2022	2021	2020
Lucro líquido	520.100	317.646	119.554
Juros	52.860	95.988	30.755
Impostos	117.217	-19.515	13.975
Depreciação e amortização	82.614	38.432	30.153
Ajustes depreciação - IFRS 16	-	71.572	30.096
Equivalência patrimonial	31	-11	150
Outras Receitas/Despesas Operacionais ⁽¹⁾	2.883	12.668	-14
Exclusão do ganho ativo biológico (grãos e cana em formação)	17.724	-72.742	-22.070
Resultado de Derivativos	-45.301	-78.357	-25.026
EBITDA Ajustado	748.128	365.681	177.573

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Principais Indicadores Operacionais.

Atividade (hectares)	Ano-safra		
	21/22	20/21	19/20
Total área transformada	10.031	6.800	5.700
Total área cultivada	168.925	161.059	153.154

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita de vendas e serviços é originada pela (i) venda de imóveis rurais; (ii) comercialização da produção de cana-de-açúcar; (iii) comercialização da produção de grãos e fibras, quais sejam soja, milho, feijão, algodão e outros; (iv) comercialização do gado; (v) bem como pelo arrendamento das terras. A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita líquida, nos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2020, 2021 e 2022:

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	2022	AV 2022 (%)	2021	AV 2021 (%)	2020	AV 2020 (%)
Receita de Venda de Fazenda	316.174	16%	58.925	5%	71.492	10,0%
Receitas de Grãos	727.875	37%	336.115	27%	237.904	33,3%
Receitas de Algodão	26.109	1%	28.475	2%	13.104	1,8%
Receitas de Cana-de-açúcar	379.242	19%	265.062	22%	192.943	27,0%
Receita de Pecuária	32.773	2%	29.566	2%	33.609	4,7%
Receitas de Arrendamento	15.047	1%	19.350	2%	18.127	2,5%
Outras Receitas	9.368	0%	1.301	0%	1.658	0,2%
Deduções de Vendas	-22.277	-1%	-16.917	-1%	(9.777)	-1,4%
Receita Líquida de Vendas	1.484.311	75%	721.877	59%	559.060	78,2%
Movimentação de valor justo de ativos biológicos	549.764	28%	527.348	43%	160.371	22,4%
Reversão (perda) de valor recuperável de produtos agrícolas após a colheita	-50.822	-3%	-22.728	-2%	(4.153)	-0,6%
Receita Líquida	1.983.253	100%	1.226.497	100%	715.278	100,0%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O ano-safra 21/22 foi marcado pela maior venda de fazenda da história da BrasilAgro, foram vendidos 3.723 hectares da Fazenda Alto Taquari no Mato Grosso por R\$589,0 milhões. Vendemos também uma área na Bahia de 4.573 hectares por R\$130,1 milhões. Essas vendas, além de relevantes para a história da Companhia, reforçam nossa tese imobiliária de geração de valor através da valorização do preço das terras.

O período de estiagem enfrentado nos estados da Bahia e do Mato Grosso, impactaram a produtividade do algodão e do milho safrinha dessas regiões. Apesar disso, encerramos o exercício com um EBITDA das operações de R\$496,6 milhões, reflexo da comercialização de 2,4 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os nossos principais produtos produzidos estão expostos às variações dos preços de commodities, taxa de câmbio, além de outros índices atrelados as nossas dívidas.

Parte do volume de recebimentos está atrelada à cotação do Dólar e, conseqüentemente, as nossas receitas sofrem impactos pela variação cambial. A produção de algumas *commodities* agrícolas como soja, milho, entre outras, podem ser precificadas em reais ou em Dólares por unidade de peso. A exposição ao Dólar somente ocorre quando a commodity agrícola tem seu

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

preço fixado em moeda norte-americana por unidade de peso. Neste caso, faz-se necessário o monitoramento da exposição cambial. Para reduzir esses impactos no fluxo de caixa, estabelecemos limites para exposição cambial, a qual não pode ser superior a 5% (tanto comprado quanto vendido) da receita esperada por aquelas commodities que são tipicamente comercializadas em Dólares.

Para a safra 21/22, tendo em vista a expectativa de manutenção de alta volatilidade do câmbio (US\$/ R\$) atual e dos preços extraordinários dos grãos no mercado interno, o Conselho de Administração manteve a exceção à Política de Risco e Hedge, proposta do Comitê de Risco da Companhia de manutenção do aumento do limite de descasamento das posições de derivativos (hedges) entre câmbio e soja no mercado futuro em até 20% (vinte por cento) até deliberação em contrário do Conselho de Administração. Ainda em virtude dos atuais preços extraordinários dos grãos no mercado interno, foi mantida a proposta do Comitê de Risco para prever na Política de Risco e Hedge da Companhia a possibilidade de realização da venda futura de até 50% (cinquenta por cento) da produção agrícola esperada com mais de 12 meses de antecedência da data do plantio da respectiva safra, pautando-se na relação de troca insumo versus produto.

Já a inflação não impacta diretamente na variação das nossas receitas, pois nossos produtos são *commodities* agrícolas negociadas internacionalmente, com cotações negociadas em bolsa de valores, cujos preços obedecem à conjuntura de oferta e demanda nacional e mundial.

A Companhia também tem aumentado a área cultivada como parte de sua estratégia de negócios. Como resultado, houve crescimento do volume comercializado e também da receita de operações agrícolas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Alguns dos insumos necessários para a produção agrícola como defensivos químicos, fertilizantes, entre outros podem ter seus preços atrelados ao Dólar. Nestes casos, a exposição cambial é gerada entre a data de definição de preço do insumo (quando feita em Dólar) e a data de seu pagamento.

Para reduzir esses impactos no fluxo de caixa, estabelecemos limites para exposição cambial, a qual não pode ser superior a 5% (tanto comprado quanto vendido) da receita esperada por aquelas *commodities* que são tipicamente comercializadas em Dólares.

Para a safra 21/22, tendo em vista a expectativa de manutenção de alta volatilidade do câmbio (US\$/ R\$) atual e dos preços extraordinários dos grãos no mercado interno, o Conselho de Administração manteve a exceção à Política de Risco e Hedge, proposta do Comitê de Risco da Companhia de manutenção do aumento do limite de descasamento das posições de derivativos (hedges) entre câmbio e soja no mercado futuro em até 20% (vinte por cento) até deliberação em contrário do Conselho de Administração. Ainda em virtude dos atuais preços extraordinários dos grãos no mercado interno, foi mantida a proposta do Comitê de Risco para prever na Política de Risco e Hedge da Companhia a possibilidade de realização da venda futura de até 50% (cinquenta por cento) da produção agrícola esperada com mais de 12 meses de antecedência da data do plantio da respectiva safra, pautando-se na relação de troca insumo versus produto.

Dado o cenário geopolítico com impactos relevantes da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, e, por conseguinte, sobre o segmento de agronegócio adotamos medidas que em relação a compra de

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

insumos para a safra 2022/2023. Antecipamos a compra dos fertilizantes, inclusive para a safra 22/23. A preocupação com o nitrogenado se dá pelo preço e não pela disponibilidade. Estamos monitorando diariamente a relação entre preço de commodities e fertilizantes e o restante dos insumos serão negociados em momento oportuno para a Companhia. A expectativa da Companhia é que o aumento dos preços dos insumos, deva ser minimizado pela manutenção dos preços das commodities capturando margens acima da média histórica.

Os demais custos, tais como mão-de-obra e custos gerais, sofrem influências dos índices de inflação e podem causar aumento nos custos e gastos com pessoal, impactando diretamente o nosso resultado financeiro.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional que tenham causado efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras durante os três últimos exercícios sociais.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Durante os três últimos exercícios sociais, houve as seguintes aquisições ou alienações de participação societária:

Em 14 de maio de 2022, as acionistas (i) Cresud S.A.C.I.F.Y.A e (ii) Turismo Investment S.A.U (atual denominação da Agro Investment S.A.), exerceram seus respectivos direitos de subscrição de ações decorrentes dos bônus de subscrição de primeira emissão da Companhia. A Cresud S.A.C.I.F.Y.A. ("Cresud"), aumentou sua posição acionária, direta e indireta, na Companhia, atingindo o montante de 39.863.212 ações, equivalente a 38,94% das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 10 de maio de 2022, o acionista Cape Town LLC, exerceu seu respectivo direito de subscrição de ações decorrente dos bônus de subscrição de primeira emissão emitidos pela Companhia. A Cape Town aumentou sua posição acionária na Companhia e que, portanto, a posição acionária total, direta e indiretamente por Eli Horn na Companhia atingiu o montante de 6.098.269 ações, equivalente a 5,95% das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 29 de março de 2022, a AUTONOMY CAPITAL (JERSEY) LP., reduziu sua posição em ações, atingindo 4.074.245 ações, passando a deter posição inferior a 5% de participação na Companhia.

Em 8 de fevereiro de 2022, a Charles River Administradora de Recursos Financeiros LTDA. e Monteiro Aranha S.A., informaram que passaram a deter posição superior a 10% de participação. O somatório das ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo conjunto de fundos geridos pela Charles River Capital atingiu o montante de 9.426.278 ações, equivalentes a 11,48% das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 17 de janeiro de 2020, a CRESUD S.A.C.I.F y A. diminuiu sua posição e passou a deter 19.910.800 ações, ou 32,06% do total de ações de emissão da Companhia.

Em 16 de agosto de 2019, a Charles River Capital aumentou sua posição e passou a deter 4.321.900 ações, ou 7,60% do total de ações de emissão da Companhia.

Em 16 de agosto de 2019, a Conifer Management, LLC, anteriormente referida como Ruane, Cunniff & Goldfarb Inc., zerou a sua posição, deixando de possuir ações de emissão da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais

No início de 2021, a Companhia realizou um follow on, onde movimentou mais de R\$500,0 milhões. Na oferta primária, foram captados R\$440,0 milhões que serão utilizados em novas aquisições e na otimização das atividades operacionais da Companhia. Com isso, a Companhia pretende dar continuidade à estratégia de crescimento e internacionalização da BrasilAgro.

Em 6 de maio de 2021, a Companhia concluiu a captação de R\$ 240 milhões em dívidas de longo prazo, via emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), com prazo de

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

vencimento de 7 anos com pagamento de juros remuneratórios correspondente a IPCA + 5,36%. Com a emissão, a companhia alongou o perfil da dívida que passou de um duration de 1 ano para 2,6 anos, com vencimento em até sete anos. A dívida da Companhia representava 87,2% do CDI e após emissão, passou a representar 98,8% do CDI, um custo de capital muito atrativo, abaixo do CDI. Os recursos serão utilizados para acelerar processo de transformação, crescer a área em produção, aumentando ainda mais, o resultado operacional.

Em maio de 2021, tivemos a entrada de R\$448 milhões no caixa com o exercício dos bônus de subscrição pelos fundadores da Companhia. Esse caixa nos deixa bem posicionados para investimentos em novos projetos e desenvolvimento do portfólio atual.

No dia 27 de janeiro de 2020 foi concluída a incorporação da Agrifirma. A consumação do acordo concedeu à BrasilAgro o controle e a consolidação das operações do Grupo Agrifirma, formado por Agrifirma Agro Ltda. (atual denominação da Agrifirma Brasil Agropecuária S.A.) e suas subsidiárias. A partir do 3T20 as demonstrações financeiras começaram a demonstrar os impactos da operação.

A operação se realizou por meio de troca de ações e a relação de troca inicial foi de R\$31,50 por ação da BrasilAgro com base nos patrimônios líquidos da BrasilAgro e da Agrifirma, de 30 de junho de 2019. Em 1º de abril de 2020, a BrasilAgro comunicou aos acionistas da Agrifirma Holding que a Relação de Troca Final baseada na evolução dos patrimônios líquidos até 27 de janeiro de 2020, atingiu o número de 5.392.872 ações, quantidade mínima fixada em contrato.

Como resultado da transação, foram adicionados 28.930 hectares, avaliados pela Deloitte em R\$205,6 milhões, ao portfólio de propriedades. As áreas incorporadas ficam no Oeste da Bahia, próximas às fazendas Jatobá e Chaparral e possuem aptidão para grãos, pecuária, além de possuir relevante potencial para irrigação, o que se traduz em ganho de escala e sinergia com as nossas operações já existentes e diluição das despesas administrativa.

Em 2020, a Companhia também realizou investimento de USD 1,0 milhão na Ag-Fintech Agrofy, focada no desenvolvimento da cadeia operacional do setor agrícola. Tal esforço busca inovação e melhor utilização da tecnologia e visa a maior eficiência e sustentabilidade do negócio. A startup consiste em um marketplace online, com um leque completo de soluções de e-commerce, customizados para as necessidades dos comerciantes e seus respectivos canais parceiros, visando uma rota alternativa para conectar fazendeiros e fornecedores.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez no exercício encerrado em 30 de junho de 2022.

CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Reforma da Taxa de Juros de Referência O Comitê de Pronunciamento Técnicos – CPC, divulgou em 12 de fevereiro de 2022, a revisão sobre os CPC's 38, 40 e 48, que estabelece a isenção a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma da taxa de juros de referência, somente se a reforma suscitar incertezas sobre a taxa de juros de referência designada como risco protegido de hedge e/ou, o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do hedge. A revisão entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022. Essa alteração não tem impacto nessas demonstrações financeiras.

b. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres sobre as demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 30 de junho de 2022, 2021 e 2020, não apresentaram ressalva ou ênfase.

A Diretoria revisou, discutiu e concordou com o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais de 2022, 2021 e 2020.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

a) Demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 27. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente, resultante de evento passado e provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, com estimativa confiável de valor). A avaliação da probabilidade de perda inclui a opinião dos consultores jurídicos externos. A administração acredita que essas demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

b) Ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos apresentados no balanço patrimonial (Nota explicativa 9) foi determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado e/ou cotação no mercado ativo, quando aplicável. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, sempre que possível, e quando isso não for viável, determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo, considerando a subjetividade de algumas premissas que compõe o cálculo de valor para este tipo de ativo. O julgamento inclui considerações sobre os dados como, por exemplo, preço, produtividade, custo de plantio e custo de produção.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo reconhecido para ativos biológicos. Um aumento ou redução de 1% na produtividade esperada da cana de açúcar e dos grãos/algodão resultaria num aumento ou redução no valor do ativo biológico de R\$2.172. e um aumento ou redução de 1% no preço da cana e dos grãos/algodão resultaria num aumento ou redução no valor do ativo biológico de R\$3.051.

Em relação ao gado, a Companhia valoriza o seu plantel pelo seu valor justo com base em preços de mercado para a região.

c) Propriedades para investimentos

O valor justo para propriedades para investimento divulgados em notas explicativas das informações financeiras foi obtido através da avaliação das fazendas, elaborado pelos especialistas da Companhia. A avaliação foi efetuada por meio de normas praticadas pelo mercado considerando a caracterização, localização, tipo de solo, clima da região, cálculo das benfeitorias, apresentação dos elementos e cálculo de valores de terrenos, que podem sofrer variações relacionadas a essas variáveis.

Metodologia utilizada

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Em 30 de junho de 2022, foi realizada a avaliação das propriedades para investimentos, onde foi aplicada a metodologia de análise comparativa ajustada pelas suas respectivas características:

i) O trabalho de avaliação utilizou como base, entre outras, as seguintes informações: (i) localização das fazendas, (ii) área total e seus respectivos percentuais de abertura e utilização;

ii) O valor de mercado apresentado para a fazenda corresponde à parcela de terra nua, para pagamento à vista, não incluindo máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, culturas. O fator de correção do solo (preparação da terra para plantio) foi considerado na ponderação dos preços;

iii) O valor das terras destinadas à agricultura, na região pesquisada, tem como referência o preço da saca de soja para as unidades brasileiras, e em Dólar por hectare para as unidades no Paraguai e Bolívia. Os valores unitários das fazendas à venda (pesquisas de mercado) foram obtidos em sacas de soja por hectare ou USD por hectare. Sendo assim, o valor em reais (R\$) da propriedade varia diretamente em razão da variação do preço da soja e variação do Dólar; e

iv) O preço da soja considerado na data-base do trabalho, 30 de junho de 2022, foi de R\$168,96 (Região de Barreiras – BA), R\$170,34 (Região de Balsas – MA), R\$170,76 (Região de Rondonópolis – MT), R\$171,66 (Região de Uruçuí – PI), R\$168,66 (Região de Mineiros – GO) e R\$170,76 (Região de Unaí – MG) e em 30 de junho de 2021 foi de R\$137,40 (Região de Barreiras – BA), R\$159,20 (Região de Balsas – MA), R\$150,00 (Região de Rondonópolis – MT), R\$145,10 (Região de Uruçuí – PI), R\$150,00 (Região de Mineiros – GO) e R\$148,70 (Região de Unaí – MG) e o Dólar de fechamento para o mesmo período foi de R\$/USD 5,36 (R\$/USD 5,00 em 30 de junho de 2021). Este valor representa uma média entre valores arbitrados pelo mercado imobiliário da região em razão da grande instabilidade do valor da saca da soja.

d) Imposto de renda diferido

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos, conforme descrito na Nota explicativa 17, com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica elaborado pela Companhia.

e) Arrendamentos

A Companhia analisa seus contratos de arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2) e reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento para as operações de arrendamento as quais os contratos se enquadram no escopo da norma. A Administração da Companhia considera para mensuração do passivo de arrendamento somente o valor dos pagamentos mínimos fixos de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, descontado a valor presente utilizando a taxa incremental de juros.

f) Obrigações não financeiras

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A Companhia analisa seus contratos de acordo com os requisitos da IFRS 16/CPC 06 (R2) e reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento para as operações de arrendamento as quais os contratos se enquadram no escopo da norma. A Administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto as quais se apresentam dentro de um intervalo de 6,56% a 16,52% (4,80% a 10,92% em 30 de junho de 2021).

Nos casos em que os pagamentos são indexados a saca de soja, os pagamentos futuros

mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data base da adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06, e ajustados ao preço corrente no momento do pagamento. Já para os pagamentos indexados ao Consecana, os pagamentos são fixados em toneladas de cana e convertidos para moeda nacional através do Consecana vigente à época. Os pagamentos efetuados em produtos (sacas de soja) são reconhecidos na demonstração de fluxo no grupo operacional.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. Descrição dos ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

No exercício social encerrado em 30 de junho de 2022 não possuíamos operação de arrendamento mercantil operacional, ativos e/ou passivos.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

No exercício social encerrado em 30 de junho de 2022 não possuíamos carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termos de moeda e contratos a termos de commodities para proteção contra risco de variação das taxas de câmbio e dos preços de commodities, respectivamente. Mais detalhes sobre os contratos são fornecidos no item 10.7.

iv. contratos de construção não terminada; e

No exercício social encerrado em 30 de junho de 2022 não possuíamos contratos de construção não terminada.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

No exercício social encerrado em 30 de junho de 2022 não possuíamos contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Fazemos uso de swap cambial para (i) hedge de nossos recebíveis indexados em Dólares; e (ii) hedge de nossa margem de garantia gerada por nossa posição vendida de soja na CBOT.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados abaixo, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Essa análise contempla a realização de 5 distintos cenários que diferem entre si pela intensidade de variação em relação ao mercado atual. Em 30 de junho de 2022, foram considerados como referência para os cenários provável para os próximos 12 meses, I, II, III e IV uma variação em relação ao mercado atual de 0%, -25%, -50%, +25%, +50%, respectivamente.

Para a elaboração do Cenário Provável foram considerados os preços de mercado de cada um dos ativos de referência dos instrumentos de derivativos detidos pela Companhia na data de fechamento deste exercício. Como todos esses ativos estão inseridos em mercados competitivos e abertos, o preço de mercado atual é uma referência satisfatória para o preço esperado desses ativos. Dessa forma, como o preço de mercado atual foi a referência para o cálculo tanto do valor contábil dos derivativos como do Cenário Provável o resultado deste é o mesmo, pois foram utilizadas as taxas e preços de cada vencimento de operação.

30/06/2022

Produto	Preço	Mercado	Vencimento	Cenário				
				Cenário provável	Cenário I - (25%)	Cenário II - (50%)	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Soja	R\$/saca	CBOT	14/02/2023	167,84	125,88	83,92	209,80	251,76
Soja	R\$/saca	CBOT	24/02/2023	167,84	125,88	83,92	209,80	251,76
Soja	R\$/saca	CBOT	27/02/2023	167,84	125,88	83,92	209,80	251,76
Soja	R\$/saca	CBOT	28/02/2023	167,84	125,88	83,92	209,80	251,76
Soja	R\$/saca	CBOT	30/06/2023	166,88	125,16	83,44	208,60	250,32
Soja	R\$/saca	CBOT	28/04/2023	167,49	125,62	83,75	209,36	251,24
Algodão	R\$/lbs	CBOT	11/11/2022	171,19	128,39	85,60	213,99	256,79
Algodão	R\$/lbs	CBOT	16/11/2022	171,19	128,39	85,60	213,99	256,79
Algodão	R\$/lbs	CBOT	14/11/2023	143,34	107,51	71,67	179,18	215,01
Milho	R\$/saca	Balcão/Bolsa	15/09/2022	87,10	65,33	43,55	108,88	130,65
Milho	R\$/saca	Balcão/Bolsa	19/09/2022	87,10	65,33	43,55	108,88	130,65
Milho	R\$/saca	Balcão/Bolsa	15/03/2023	94,63	70,97	47,32	118,29	141,95
Milho	R\$/saca	Balcão/Bolsa	15/09/2023	86,96	65,22	43,48	108,70	130,44
Etanol	R\$/m ³	CBOT	05/07/2022	3.080,00	2.310,00	1.540,00	3.850,00	4.620,00
Etanol	R\$/m ³	CBOT	02/08/2022	2.900,00	2.175,00	1.450,00	3.625,00	4.350,00
Etanol	R\$/m ³	CBOT	02/09/2022	2.880,00	2.160,00	1.440,00	3.600,00	4.320,00
Etanol	R\$/m ³	CBOT	04/10/2022	2.875,00	2.156,25	1.437,50	3.593,75	4.312,50
Etanol	R\$/m ³	CBOT	03/11/2022	2.925,00	2.193,75	1.462,50	3.656,25	4.387,50
Etanol	R\$/m ³	CBOT	02/12/2022	3.015,00	2.261,25	1.507,50	3.768,75	4.522,50
Etanol	R\$/m ³	CBOT	04/01/2023	3.120,00	2.340,00	1.560,00	3.900,00	4.680,00
Etanol	R\$/m ³	CBOT	03/02/2023	3.200,00	2.400,00	1.600,00	4.000,00	4.800,00
Etanol	R\$/m ³	CBOT	03/03/2023	3.200,00	2.400,00	1.600,00	4.000,00	4.800,00
Etanol	R\$/m ³	CBOT	05/04/2023	3.150,00	2.362,50	1.575,00	3.937,50	4.725,00
Etanol	R\$/m ³	Balcão/Bolsa	05/07/2022	3.080,00	2.310,00	1.540,00	3.850,00	4.620,00
Etanol	R\$/m ³	Balcão/Bolsa	02/08/2022	2.900,00	2.175,00	1.450,00	3.625,00	4.350,00
Etanol	R\$/m ³	Balcão/Bolsa	02/09/2022	2.880,00	2.160,00	1.440,00	3.600,00	4.320,00
Etanol	R\$/m ³	Balcão/Bolsa	05/09/2022	2.880,00	2.160,00	1.440,00	3.600,00	4.320,00
Etanol	R\$/m ³	Balcão/Bolsa	04/10/2022	2.875,00	2.156,25	1.437,50	3.593,75	4.312,50
Etanol	R\$/m ³	Balcão/Bolsa	03/11/2022	2.925,00	2.193,75	1.462,50	3.656,25	4.387,50
Etanol	R\$/m ³	Balcão/Bolsa	02/12/2022	3.015,00	2.261,25	1.507,50	3.768,75	4.522,50
Etanol	R\$/m ³	Balcão/Bolsa	04/01/2023	3.120,00	2.340,00	1.560,00	3.900,00	4.680,00

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Etanol	R\$/m ³	Balcão/Bolsa	31/01/2023	3.200,00	2.400,00	1.600,00	4.000,00	4.800,00
Etanol	R\$/m ³	Balcão/Bolsa	28/02/2023	3.200,00	2.400,00	1.600,00	4.000,00	4.800,00
Etanol	R\$/m ³	Balcão/Bolsa	31/03/2023	3.150,00	2.362,50	1.575,00	3.937,50	4.725,00
Boi gordo	R\$/@	Balcão/Bolsa	31/10/2022	334,85	251,14	167,43	418,56	502,28
Dólar	-	-	26/07/2022	5,26	3,95	2,63	6,58	7,89
Dólar	-	-	28/07/2022	5,27	3,95	2,63	6,58	7,90
Dólar	-	-	31/10/2022	5,40	4,05	2,70	6,75	8,09
Dólar	-	-	23/11/2022	5,42	4,07	2,71	6,78	8,14
Dólar	-	-	30/01/2023	5,52	4,14	2,76	6,90	8,28
Dólar	-	-	31/05/2023	5,66	4,25	2,83	7,08	8,50
Dólar	-	-	30/06/2023	5,70	4,28	2,85	7,13	8,55
Dólar	-	-	31/07/2023	5,74	4,31	2,87	7,18	8,61
Dólar	-	-	30/11/2023	5,88	4,41	2,94	7,35	8,82
Juros	-	-	15/08/2023	13,70%	10,28%	6,85%	17,13%	20,55%
Juros	-	-	17/04/2028	12,74%	9,55%	6,37%	15,92%	19,11%

30/06/2021

Produto	Preço	Mercado	Vencimento	Cenário				
				Cenário provável	Cenário I -(25%)	Cenário II -(50%)	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Soja	R\$/saca	CBOT	13/08/2021	157,71	118,28	78,86	197,14	236,57
Soja	R\$/saca	CBOT	22/10/2021	154,29	115,72	77,15	192,86	231,44
Soja	R\$/saca	CBOT	26/10/2021	150,37	112,78	75,19	187,96	225,56
Soja	R\$/saca	CBOT	12/11/2021	154,29	115,72	77,15	192,86	231,44
Soja	R\$/saca	CBOT	27/12/2021	154,37	115,78	77,19	192,96	231,56
Soja	R\$/saca	CBOT	18/02/2022	151,39	113,54	75,70	189,24	227,09
Soja	R\$/saca	CBOT	24/06/2022	150,37	112,78	75,19	187,96	225,56
Soja	R\$/saca	CBOT	28/06/2022	150,37	112,78	75,19	187,96	225,56
Algodão	R\$/@	CBOT	12/11/2021	140,44	105,33	70,22	175,55	210,66
Algodão	R\$/@	CBOT	08/12/2021	140,44	105,33	70,22	175,55	210,66
Algodão	R\$/@	CBOT	16/11/2022	128,65	96,49	64,33	160,81	192,98
Milho	R\$/saca	CBOT	27/08/2021	70,81	53,11	35,41	88,51	106,22
Milho	R\$/saca	CBOT	31/08/2021	70,81	53,11	35,41	88,51	106,22
Milho	R\$/saca	Balcão/Bolsa	15/09/2021	91,50	68,63	45,75	114,38	137,25
Milho	R\$/saca	Balcão/Bolsa	15/09/2022	80,27	60,20	40,14	100,34	120,41
Milho	R\$/saca	Balcão/Bolsa	19/09/2022	80,27	60,20	40,14	100,34	120,41
Etanol	R\$/m ³	Balcão/Bolsa	30/07/2021	2.850,00	2.137,50	1.425,00	3.562,50	4.275,00
Etanol	R\$/m ³	Balcão/Bolsa	31/08/2021	2.865,00	2.148,75	1.432,50	3.581,25	4.297,50
Etanol	R\$/m ³	Balcão/Bolsa	30/09/2021	2.867,50	2.150,63	1.433,75	3.584,38	4.301,25
Boi gordo	R\$/@	Balcão/Bolsa	29/10/2021	318,00	238,50	159,00	397,50	477,00
Dólar	-	-	05/07/2021	5,04	3,78	2,52	6,30	7,56
Dólar	-	-	15/07/2021	5,05	3,79	2,52	6,31	7,57
Dólar	-	-	27/07/2021	5,06	3,79	2,53	6,32	7,58
Dólar	-	-	26/08/2021	5,08	3,81	2,54	6,35	7,62
Dólar	-	-	30/08/2021	5,08	3,81	2,54	6,35	7,62
Dólar	-	-	31/08/2021	5,08	3,81	2,54	6,35	7,62
Dólar	-	-	28/09/2021	5,11	3,83	2,55	6,38	7,66
Dólar	-	-	16/11/2021	5,15	3,86	2,57	6,44	7,72
Dólar	-	-	17/11/2021	5,15	3,86	2,58	6,44	7,73
Dólar	-	-	31/03/2022	5,28	3,96	2,64	6,59	7,91
Dólar	-	-	10/05/2022	5,32	3,99	2,66	6,65	7,98
Dólar	-	-	25/05/2022	5,33	4,00	2,67	6,67	8,00
Dólar	-	-	27/06/2022	5,37	4,03	2,68	6,71	8,05
Dólar	-	-	28/06/2022	5,37	4,03	2,68	6,71	8,05
Dólar	-	-	30/06/2022	5,37	4,03	2,69	6,71	8,06
Dólar	-	-	26/07/2022	5,40	4,05	2,70	6,75	8,09
Dólar	-	-	28/07/2022	5,40	4,05	2,70	6,75	8,10
Dólar	-	-	23/11/2022	5,52	4,14	2,76	6,90	8,28
Dólar	-	-	30/01/2023	5,59	4,19	2,80	6,99	8,39
Dólar	-	-	30/05/2023	5,73	4,30	2,87	7,16	8,60
Dólar	-	-	30/06/2023	5,76	4,32	2,88	7,20	8,65
Dólar	-	-	31/07/2023	5,80	4,35	2,90	7,25	8,70
Dólar	-	-	01/03/2024	6,04	4,53	3,02	7,55	9,06
Dólar	-	-	30/04/2024	6,11	4,58	3,05	7,63	9,16
Juros	-	-	23/11/2021	6,04%	4,53%	3,02%	7,55%	9,06%
Juros	-	-	15/08/2023	7,66%	5,75%	3,83%	9,58%	11,49%

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

A análise acima foi revista e aprovada pelos Diretores da Companhia.

b. Natureza e o propósito da operação

O uso de instrumentos derivativos tem como objetivo a proteção que reduz os riscos de alterações nos fluxos de caixa decorrentes dos riscos cambiais, riscos de taxas de juros e de índices de preços, e riscos de preços de commodities agrícolas.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Utilizamos instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e contratos a termo de commodities para proteção contra risco de variação das taxas de câmbio e dos preços de commodities, respectivamente.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Apresentamos no quadro abaixo o resumo dos possíveis cenários para os próximos 12 meses dos instrumentos financeiros da Companhia. Utilizamos fontes confiáveis de divulgação de índices para as taxas utilizadas no "Cenário provável"

(*) taxas médias anuais		Consolidado			Cenário I - Provável		Cenário I - Possível		Cenário II - Remoto		Cenário I - Possível		Cenário II - Remoto	
		Em 30 de junho de 2022					Queda -25%		Queda -50%		Aumento 25%		Aumento 50%	
Operação	Risco	Saldo (R\$)	Notional/ Posição	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa
Aplicações financeiras	CDI	397.001	-	13,15%	(2.501)	13,78%	(13.697)	10,34%	(27.353)	6,89%	13.697	17,23%	27.353	20,67%
Títulos e valores mobiliários	CDI	19.580	-	13,15%	(123)	13,78%	(675)	10,34%	(1.351)	6,89%	675	17,23%	1.351	20,67%
Títulos e valores mobiliários	SELIC	2.485	-	13,15%	(16)	13,78%	(86)	10,34%	(173)	6,89%	86	17,23%	173	20,67%
Títulos e valores mobiliários	IPCA	92.385	-	11,07%	(196)	11,28%	(2.607)	8,46%	(5.214)	5,64%	2.607	14,10%	5.214	16,92%
Caixa - USD	USD	24.291	4.637	5,24	(2.155)	5,70	(6.612)	4,28	(13.222)	2,85	6.612	7,13	13.222	8,56
Total Caixa e equivalentes de caixa		535.742	4.637		(4.991)		(23.677)		(47.313)		23.677		47.313	
Financiamento no Paraguai	USD	(16.760)	(3.200)	5,24	(7.799)	5,70	23.900	4,28	47.801	2,85	(23.900)	7,13	(47.801)	8,56
Financiamentos na Bolívia	USD	(10.840)	(2.069)	5,24	(5.044)	5,70	15.458	4,28	30.912	2,85	(15.458)	7,13	(30.912)	8,56
Debêntures	CDI	(336.389)	-	13,15%	(2.119)	13,78%	11.605	10,34%	23.177	6,89%	(11.605)	17,23%	(23.177)	20,67%
Total Financiamentos (b)		(363.989)	(5.269)		(14.962)		50.963		101.890		(50.963)		(101.890)	
Araucária V	Sacas de Soja	27.917	201.600	155,57	-	155,57	(6.979)	116,68	(13.959)	77,78	6.979	194,46	13.959	233,35
Jatobá II	Sacas de Soja	147.852	1.047.598	173,37	-	173,37	(36.963)	130,03	(73.926)	86,69	36.963	216,72	73.926	260,06
Jatobá III	Sacas de Soja	56.332	24.259	173,37	-	173,37	(14.083)	130,03	(28.166)	86,69	14.083	216,72	28.166	260,06
Jatobá IV	Sacas de Soja	14.243	108.000	168,85	-	168,85	(3.561)	126,64	(7.122)	84,42	3.561	211,06	7.122	253,27
Jatobá V	Sacas de Soja	40.597	300.000	174,98	-	174,98	(10.149)	131,23	(20.299)	87,49	10.149	218,72	20.299	262,46
Jatobá VI	Sacas de Soja	39.439	108.000	168,85	-	168,85	(9.860)	126,64	(19.720)	84,42	9.860	211,06	19.720	253,27
Alto Taquari II	Sacas de Soja	2.174	14.726	164,90	-	164,90	(544)	123,68	(1.087)	82,45	544	206,13	1.087	247,36
Alto Taquari III	Sacas de Soja	10.735	79.478	166,17	-	166,17	(2.684)	124,63	(5.368)	83,09	2.684	207,71	5.368	249,26
Alto Taquari IV	Sacas de Soja	137.261	1.110.703	167,62	-	167,62	(34.315)	125,72	(68.631)	83,81	34.315	209,53	68.631	251,43
Rio do Meio I	Sacas de Soja	73.619	586.165	181,88	-	181,88	(18.405)	136,41	(36.810)	90,94	18.405	227,35	36.810	272,81
Total Recebíveis de fazenda (b)		550.169	3.580.529		-		(137.543)		(275.088)		137.543		275.088	
Operações com derivativos	Grãos (scs)	(10.683)	(2.176.933)	(a)	(10.684)	(a)	141.369	(a)	62.346	(a)	(88.995)	(a)	(167.423)	(a)
Operações com derivativos	USD	1.281	(40.550)	(a)	1.282	(a)	175.704	(a)	78.123	(a)	(102.081)	(a)	(203.858)	(a)
Operações com derivativos	Gado (@)	-	(27.720)	(a)	-	(a)	4.988	(a)	2.530	(a)	(2.387)	(a)	(4.846)	(a)
Operações com derivativos	Algodão (lbs.)	(636)	(2.000.000)	(a)	(636)	(a)	2.583	(a)	1.035	(a)	(1.959)	(a)	(3.411)	(a)
Operações com derivativos	Etanol (m^3)	3.077	(30.930)	(a)	3.077	(a)	31.724	(a)	18.113	(a)	(18.185)	(a)	(42.569)	(a)
Operações com derivativos	Swap (BRL)	(1.619)	141.323	(a)	(1.619)	(a)	6.782	(a)	2.916	(a)	(7.820)	(a)	(14.091)	(a)
Margem - Macquarie e XP	SELIC	33.001	-	13,15%	(208)	13,78%	(1.135)	10,34%	(2.277)	6,89%	1.139	17,23%	2.274	20,67%
Total Derivativos (a)		24.421			(8.788)		362.015		162.786		(220.288)		(433.924)	
Cresca, líquida	USD	(1.642)	(313)	5,24	(143)	5,70	446	4,28	893	2,85	(446)	7,13	(893)	8,56
Cresud, líquida	USD	(312)	(60)	5,24	(30)	5,70	86	4,28	171	2,85	(86)	7,13	(171)	8,56
Helmir, líquida	USD	(5.518)	(1.053)	5,24	(488)	5,70	1.501	4,28	3.003	2,85	(1.501)	7,13	(3.003)	8,56
Total Partes relacionadas		(7.472)	(1.426)		(661)		2.033		4.067		(2.033)		(4.067)	
Fazenda Serra Grande	Sacas de Soja	(8.159)	54.000	151,20	-	151,20	2.040	113,40	4.080	75,60	(2.040)	189,00	(4.080)	226,80
Total Aquisições a pagar		(8.159)	54.000		-		2.040		4.080		(2.040)		(4.080)	

(*) FONTE Riscos: Bloomberg

(a) Para as análises de sensibilidade das posições de Derivativos, foram utilizadas as taxas *forward* e preços de cada vencimento de operação, conforme quadro anterior.

(b) Para as análises de sensibilidade dos financiamentos e recebíveis de fazenda não foram considerados aqueles com taxa fixa.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. *Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;*

A estratégia de negócios da Companhia tem como pilar fundamental aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais com aptidão agropecuária. A Companhia adquire propriedades rurais que acredita ter significativo potencial de geração de valor por meio da manutenção do ativo e do desenvolvimento de atividades agropecuárias rentáveis. A partir da aquisição das nossas propriedades rurais, buscamos implementar culturas de maior valor agregado e transformar essas propriedades rurais com investimentos em infraestrutura e tecnologia, além de celebrarmos contratos de arrendamentos com terceiros. De acordo com nossa estratégia, quando julgarmos que as propriedades rurais atingiram um ótimo valor, venderemos tais propriedades rurais para realizarmos ganhos de capital.

Nosso principal gasto de capital deriva da aquisição e desenvolvimento de propriedades agrícolas.

A Companhia continuará investindo na aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais, e serão utilizados recursos oriundos da geração de caixa de nossas atividades e reserva de investimentos e expansão.

ii. *Fontes de financiamento dos investimentos;*

Financiamos nossos investimentos tanto com recursos próprios como através de empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazo, com bancos de desenvolvimento. Caso haja necessidade, poderemos realizar outras operações financeiras junto às principais instituições financeiras do mercado que fortaleçam nossa posição de caixa.

No início de 2021, a Companhia realizou um follow on, onde movimentou mais de R\$500,0 milhões. Na oferta primária, foram captados R\$440,0 milhões que serão utilizados em novas aquisições e na otimização das atividades operacionais da Companhia. Com isso, a Companhia pretende dar continuidade à estratégia de crescimento e internacionalização da BrasilAgro.

Em 6 de maio de 2021, a Companhia concluiu a captação de R\$ 240 milhões em dívidas de longo prazo, via emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), com prazo de vencimento de 7 anos com pagamento de juros remuneratórios correspondente a IPCA + 5,36%. Com a emissão, a companhia alongou o perfil da dívida que passou de um duration de 1 ano para 2,6 anos, com vencimento em até sete anos. A dívida da Companhia representava 87,2% do CDI e após emissão, passou a representar 98,8% do CDI, um custo de capital muito atrativo, abaixo do CDI. Os recursos serão utilizados para acelerar processo de transformação, crescer a área em produção, aumentando ainda mais, o resultado operacional.

Em maio de 2021, tivemos a entrada de R\$448 milhões no caixa com o exercício dos bônus de subscrição pelos fundadores da Companhia. Esse caixa nos deixa bem posicionados para investimentos em novos projetos e desenvolvimento do portfólio atual.

iii. *Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.*

10.8 - Plano de Negócios

Conforme a estratégia descrita nos subitens anteriores todas as nossas propriedades agrícolas estão disponíveis para comercialização. No entanto, não existe previsão para as respectivas vendas, elas ocorrem de acordo com situações favoráveis de mercado e são comunicadas à medida em que se realizam.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, uma vez que não possuímos plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não aplicável, uma vez que não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iv. Projetos em desenvolvimento já divulgados; e,

Não aplicável, uma vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

v. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional além dos identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Estimativas operações agrícolas ANO-SAFRA 2023/2024.

Área plantada por cultura (hectare)

Área em Produção por Cultura (ha)	Safra 22/23 Realizado	Safra 23/24 Estimado	Variação (%)	Safra 23/24 Projetado	Variação (%)
Grãos	89.523	108.201	21%	105.742	-2%
Soja	65.772	74.996	14%	78.678	5%
Milho e Milho Safrinha	20.293	26.623	31%	17.463	-34%
Feijão e Feijão Safrinha	3.457	6.582	90%	9.601	46%
Cana de açúcar	27.586	25.758	-7%	25.700	0%
Pecuária	16.080	15.374	-4%	15.374	0%
Algodão	7.142	7.074	-1%	7.172	1%
Outros	28.443	29.284	3%	25.775	-12%
Total	168.774	185.691	10%	179.763	-3%

Produção por cultura (toneladas)

Produção por cultura (toneladas)	Safra 22/23 Realizado	Safra 23/24 Estimado	Variação (%)	Safra 23/24 Projetado	Variação (%)
Soja	204.606	248.471	21%	248.471	0%
Milho	53.700	60.853	13%	29.521	-51%
Milho Safrinha	69.628	102.566	47%	72.062	-30%
Feijão	2.057	5.631	174%	5.631	0%
Feijão Safrinha	1.957	2.221	13%	5.715	157%
Algodão	13.345	13.546	2%	13.789	2%
Algodão Safrinha	8.795	12.740	45%	12.740	0%
Total	354.088	446.026	26%	387.929	-13%

Cana-de-açúcar

Resultado ano-safra cana-de-açúcar	Safra 2022 Realizado (01/abr a 31/dez)	Safra 2023 Estimado (01/abr a 31/dez)	Variação (%)	Safra 2023 Realizado (01/abr a 30/set)	Variação (%)
Toneladas colhidas	1.941.421	2.121.691	9%	1.624.127	-23%
Hectares colhidos	24.857	25.178	1%	18.059	-28%
TCH - Toneladas colhidas por hectare	78,10	84,27	8%	89,93	7%

Pecuária

Pecuária	Safra 22/23 Realizado	Safra 23/24 Estimado	Variação (%)	Safra 23/24 Realizado	Variação (%)
Hectares	16.080	15.374	-4%	14.715	-4%
Quantidade de cabeças	21.652	20.164	-2%	20.740	3%
Produção de carne (kg)	2.572.377	2.918.317	5%	310.064	-89%
Ganho de peso por dia	0,61	0,56	-9%	0,26	-54%
Ganho de peso por hectare	160	190	9%	21	-89%

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas**Custo de produção (R\$/ha) – sem alterações**

(R\$ / ha)	Safra 22/23 Realizado	Safra 23/24 Estimado	Variação (%)	Safra 23/24 Projetado	Variação (%)
Soja ⁽¹⁾	5.753	4.956	-14%	4.886	-1%
Milho ⁽¹⁾	5.771	4.918	-15%	4.680	-5%
Milho Safrinha	4.267	3.312	-22%	3.528	7%
Feijão	3.713	2.835	-24%	2.871	1%
Feijão Safrinha	2.706	1.943	n.a.	2.076	7%
Algodão	9.169	8.258	-10%	8.227	0%
Algodão Safrinha + Pivot	14.154	10.399	-27%	10.865	4%
Cana-de-açúcar	10.065	10.113	0%	10.085	0%
Outros ⁽²⁾	768	1.494	95%	481	-68%

(1) inclui amortização de abertura de área

(2) Outros considera: Quinoa e Gergelim

Vale ressaltar que as estimativas são dados hipotéticos e não constituem promessa de desempenho. Para saber mais sobre as estimativas operacionais da Companhia, veja a seção sobre projeções do nosso Formulário de Referência.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Estamos atualizando o acompanhamento das estimativas da Safra 2023/2024.

b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

Safra 2022/2023

A produção de grãos e algodão ficaram abaixo do estimado, em razão de adventos climáticos que afetaram o ciclo da produção. A região mais afetada foi a Bahia, onde tivemos impactos de aproximadamente 23% na produtividade da soja e 14% da produtividade de algodão em razão de um forte veranico que comprometeu a produtividade das culturas das fazendas dessa região.

Em contrapartida, tivemos safra recorde de milho safrinha com produtividade acima de 130 sacas por hectare, que representa em torno 20% da produção total.

Os custos foram impactados pelo aumento do custo unitário, reflexo do aumento dos preços dos fertilizantes, sementes e combustíveis. O custo unitário também foi impactado pela queda de produtividade.

Safra 2021/2022

A produção de soja no Brasil e Bolívia, ficaram acima das expectativas iniciais. Já no Paraguai, além da diminuição da área plantada, a perda em decorrência da seca foi significativa. Apesar dessa redução, a produção de soja total foi mais que compensada pelos bons resultados do Brasil e Bolívia o total produzido ficou em linha com as estimativas iniciais.

A produção de milho também sofreu grande impacto no Paraguai e encerramos a safra com 25% menos que o estimado.

O período de estiagem enfrentado nos Estados da Bahia e do Mato Grosso, impactaram a produtividade do algodão e do milho safrinha dessas regiões.

Concluímos mais um ano de fornecimento de cana-de-açúcar entregando 1,9 milhão de toneladas, em uma área colhida de 24,9 mil hectares e produtividade de 78,1 ton/ha - com margem líquida de R\$4.778/ha. O resultado da cana foi impactado pela queda do preço do ATR, somado a diminuição da produção, resultado da queima de uma área na fazenda do Maranhão e diminuição da área plantada em relação a safra passada.

Safra 2020/2021

Aumentamos a área total cultivada em 5,2% em relação à safra passada. Esse aumento é reflexo, principalmente, da aquisição de terras na Bolívia.

O ano-safra 20/21 foi marcado por variações climáticas que afetaram a produtividade de praticamente todas as culturas. As regiões mais afetadas foram o Paraguai, onde tivemos perdas significativas, e o Centro Oeste, principalmente na produção do milho safrinha.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Já as áreas com cana-de-açúcar, localizadas no Centro Oeste, sofreram com as geadas ocorridas no mês de julho. Apesar disso, no consolidado, estamos em linha com o orçamento, decorrente do bom desempenho das áreas do Maranhão que não sofreram impactos climáticos.

Os custos de produção apresentaram aumentos significativos em todas as culturas, afetados principalmente pelo aumento do preço do óleo diesel e variação cambial.

c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Nossas projeções para o ano-safra 2023/2024, apresentadas no Item 11.1 (d) deste Formulário de Referência, sofreram atualizações em relação à estimativa inicial nos itens área plantada e produção por cultura.

As alterações ocorrem em decorrência da alta volatilidade no preço do milho, que acabou comprimindo as margens, alteramos o mix de área plantada para a safra 23/24. Com o objetivo de mitigar as perdas operacionais, diminuimos a área plantada de milho (safra e safrinha) em 9,2 mil hectares, essa redução foi parcialmente compensada com o aumento da área de soja e feijão safrinha, culturas que apresentam melhores margens.

Em razão disso, projetamos reduzir em 3% a área total plantada em comparação à estimativa inicial. Conseqüentemente, projetamos reduzir em 13% nossa produção de grãos e algodão comparado à estimativa divulgada inicialmente. Já em relação à safra passada, a área plantada cresceu 6,5%.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(a) Atribuições de cada órgão e comitê

A Companhia é administrada por um **Conselho de Administração**, composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e por uma **Diretoria**, formada por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo 6 (seis) diretores, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. Os conselheiros possuem mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, e os diretores possuem mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Além disso, a Companhia conta com um **Conselho Fiscal** – órgão corporativo independente e de funcionamento permanente – composto por, no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela assembleia geral a qualquer tempo. Os conselheiros possuem mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Adicionalmente, o Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, contará com o assessoramento de 3 (três) comitês estatutários (**Comitê de Remuneração, Comitê Executivo e Comitê de Auditoria**) e 1 (um) comitê não estatutário (**Comitê Financeiro**), além de outros comitês que venham a ser criados por deliberação do próprio Conselho de Administração. Todos os comitês atuarão sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sem qualquer poder de decisão vinculante sobre este. Os comitês serão integrados por pessoas designadas pelo Conselho de Administração dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, elencamos a seguir as atribuições de cada órgão que atualmente possui:

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é um órgão deliberativo, de natureza colegiada, que visa estabelecer a orientação geral dos nossos negócios, orientações e políticas, nos termos Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Compete ao Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social e do seu Regimento Interno, além de outras atribuições que lhes sejam cometidas por lei:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II. eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- III. atribuir a cada Diretor suas respectivas funções, inclusive designando o Diretor de Relações com Investidores, observado o disposto no Estatuto Social;
- IV. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- VI. escolher e destituir os auditores independentes, considerando as recomendações do Comitê de Auditoria ou Conselho Fiscal, conforme aplicável;
- VII. convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- VIII. apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- IX. aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento, bem como acompanhar sua execução;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- X. manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- XI. autorizar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 7º do Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, observado o Artigo 9 do Estatuto Social;
- XII. deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- XIII. outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral, após considerar o parecer do Comitê de Remuneração;
- XIV. estabelecer o valor da participação nos lucros dos Diretores e empregados da Companhia, após considerar o parecer do Comitê de Remuneração;
- XV. a distribuição entre os Diretores, individualmente, de parcela da remuneração anual global dos administradores fixada pela Assembleia Geral, após considerar o parecer do Comitê de Remuneração;
- XVI. a aprovação, após considerar o parecer do Comitê de Remuneração, de qualquer contrato a ser celebrado entre a Companhia e qualquer Diretor que contemple o pagamento de valores, inclusive o pagamento de valores a título de indenização, em razão (i) do desligamento voluntário ou involuntário do Diretor; (ii) de mudança de controle; ou (iii) de qualquer outro evento;
- XVII. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- XVIII. autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros;
- XIX. estabelecer a competência da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers" ou outros de uso comum no mercado, deliberando, ainda, sobre as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;
- XX. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;
- XXI. dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou editar normas regimentais para seu funcionamento;
- XXII. decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;
- XXIII. aprovar que a Diretoria ou qualquer subsidiária da Companhia proceda à alienação ou oneração de bens imóveis e/ou do ativo permanente, a aquisição de bens imóveis e/ou para o ativo permanente e a assunção de outros compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia ou a subsidiária pretende investir, sempre que o valor dos bens alienados, onerados ou adquiridos ou dos compromissos financeiros assumidos exceda R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerados individual ou conjuntamente, dentro do período de 1 (um) ano;
- XXIV. aprovar que a Diretoria proceda à tomada de empréstimos e outros financiamentos, sempre que, em razão da tomada de tais empréstimos ou outros financiamentos, o valor do principal

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

de todos os empréstimos e financiamentos em aberto da Companhia exceda R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerados individual ou conjuntamente;

- XXV. autorizar o levantamento de demonstrações financeiras e distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio em períodos iguais ou menores a 6 (seis) meses, à conta do lucro apurado nessas demonstrações financeiras ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial anual ou semestral, na forma prevista neste Estatuto Social e na legislação aplicável;
- XXVI. autorizar a Diretoria a efetivar a criação e supressão de subsidiária e a participação da Companhia no capital de outras sociedades, no País ou no exterior, autorizar alterações estatutárias e reorganizações societárias nas subsidiárias, pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência das mesmas;
- XXVII. autorizar a Diretoria a outorgar mandato e assinatura de procurações em nome da Companhia;
- XXVIII. aprovar os regimentos internos, quando aplicáveis, e os seguintes atos regimentais da companhia: (a) código de conduta; (b) política de remuneração; (c) política de indicação e preenchimento de cargos de conselho de administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (d) política de gerenciamento de riscos; (e) política de transações com partes relacionadas; e (f) política de negociação de valores mobiliários;
- XXIX. aprovar orçamento da área de auditoria interna, e dos demais comitês de assessoramento, se e quando instaurados;
- XXX. elaborar e divulgar parecer fundamentado manifestando-se favorável ou contrariamente sobre qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, no qual se manifestará, ao menos: (i) sobre a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e
- XXXI. eleger os membros do Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração, Comitê Executivo e demais comitês de assessoramento não estatutários, quando houver.

Comitês de assessoramento

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é um órgão colegiado de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, e que exerce funções em conformidade com as disposições do Estatuto Social, de seu Regimento Interno, e com as regulamentações da CVM e B3 aplicáveis.

O Comitê de Auditoria funciona de forma permanente, e é composto por 3 (três) membros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida reeleição, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, conforme os seguintes critérios: (a) ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Auditoria também deve ser membro do Conselho de Administração, (b) ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Auditoria não pode ser membro do Conselho de Administração; (c) ao menos 1 (um) membro do Comitê de Auditoria (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária; e (d) a maioria do Comitê de Auditoria deve ser composta por membros independentes, conforme definido pela Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, ou regulamentação que a substituir. Tendo exercido mandato por qualquer período e não sendo reeleitos, os membros do Comitê só poderão voltar a integrar tal órgão, após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do final do mandato. Não obstante, os membros do Comitê de Auditoria não podem permanecer em seus cargos por mais de 10 (dez) anos.

Compete ao Comitê de Auditoria, nos termos do Estatuto Social e do seu Regimento Interno, entre

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

outras matérias:

- I. Opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;
- II. Supervisionar as atividades da auditoria independente, a fim de avaliar (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- III. Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- IV. Acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- V. Supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- VI. Monitorar a qualidade e a integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; e (b) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- VII. Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- VIII. Avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas, respeitado o disposto no artigo 31-D, inciso V, da Resolução CVM nº 23, ou regulamentação que a alterar; e
- IX. Elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) as reuniões realizadas, suas atividades, os principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

Além disso, o Comitê de Auditoria deverá possuir meios para recepção e tratamento de informações, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração exerce funções consultivas em conformidade com seu Regimento Interno, a fim de auxiliar o Conselho de Administração a estabelecer os termos da remuneração e dos demais benefícios e pagamentos a serem recebidos a qualquer título da Companhia por Diretores e Conselheiros, observados os termos do Estatuto Social e de seu Regimento Interno.

O Comitê de Remuneração funciona de forma permanente e é composto por 3 (três) dos membros do Conselho de Administração, conforme nomeados e destituídos pelo próprio Conselho de Administração, desde que independentes em relação à Diretoria.

Compete ao Comitê de Remuneração:

- I. apresentar ao Conselho de Administração proposta de distribuição da remuneração global anual entre os Diretores e os Conselheiros;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- II. opinar sobre a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia;
- III. opinar sobre a participação dos Diretores e empregados da Companhia nos lucros; e
- IV. opinar sobre qualquer contrato a ser celebrado entre a Companhia e qualquer Diretor que contemple o pagamento de valores em razão do desligamento voluntário ou involuntário do Diretor, mudança de controle ou qualquer outro evento similar, inclusive o pagamento de valores a título de indenização.

Comitê Executivo

O Comitê Executivo exercerá funções consultivas em conformidade com seu Regimento Interno, a fim de auxiliar o Conselho de Administração na sua função de órgão supervisor, opinando sobre ou revisando periodicamente determinados assuntos da Companhia estratégicos e/ou de natureza financeira.

O Comitê Executivo funciona de forma permanente e é composto por 3 (três) dos membros do Conselho de Administração, conforme nomeados e destituídos pelo próprio Conselho de Administração.

Compete ao Comitê Executivo:

- I. opinar sobre: a. os planos de negócios da Companhia; b. os orçamentos anuais e plurianuais, planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento, bem como acompanhar suas respectivas execuções; e c. a realização de quaisquer investimentos ou desinvestimentos de capital em valor que exceda R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
- II. revisar e supervisionar periodicamente os requisitos financeiros exigidos para operações que excedam R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados.

O Conselho de Administração possui Regimento Interno Próprio, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de setembro de 2022. Referido Regimento Interno estabelece as normas e regras de funcionamento do Conselho de Administração, em complemento às atribuições, conforme estabelecidas no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis.

O Comitê de Auditoria possui Regimento Interno Próprio, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de setembro de 2022. Referido Regimento Interno estabelece as normas e regras de funcionamento do Comitê de Auditoria, em complemento às atribuições, conforme estabelecidas no Estatuto Social da Companhia e demais normas aplicáveis.

O Comitê de Remuneração possui Regimento Interno Próprio, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião de 01 de setembro de 2022. Referido Regimento Interno estabelece as normas e regras de funcionamento do Comitê de Remuneração, em complemento às atribuições, conforme estabelecidas no Estatuto Social da Companhia e demais normas aplicáveis.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto.

Conforme descrito acima, a Companhia possui um Comitê de Auditoria estatutário, cujas atribuições estão no item (a) acima. O Comitê de Auditoria da Companhia atende os requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir esses auditores. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui Regimento Interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para alienar e onerar bens do ativo permanente, renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes.

Compete à Diretoria administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- I. cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- II. deliberar sobre a abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no País ou no exterior;
- III. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- IV. elaborar e propor ao Conselho de Administração os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento;
- V. aprovar a criação e supressão de subsidiária e a participação da Companhia no capital de outras sociedades, no País ou no exterior, observada a prévia manifestação do Conselho de Administração;
- VI. aprovar a alienação ou oneração de bens imóveis e/ou do ativo permanente, a aquisição de bens imóveis e/ou para o ativo permanente e a assunção de outros compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretende investir, sob a condição de que o Conselho de Administração tenha aprovado tal contratação sempre que o valor dos bens alienados, onerados ou adquiridos ou dos compromissos financeiros assumidos exceda R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerados individual ou conjuntamente;
- VII. contrair empréstimos e outros financiamentos, sob condição de que o Conselho de Administração tenha aprovado tal contratação sempre que, em razão da tomada de tais empréstimos ou outros financiamentos, o valor do principal de todos os empréstimos e financiamentos em aberto da Companhia exceda R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerados individual ou conjuntamente;
- VIII. alienar bens imóveis, ceder direitos reais ou conceder direito real em garantia de empréstimos; e
- IX. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Ainda, compete ao Diretor Presidente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, além de coordenar a ação dos demais Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- I. convocar as reuniões da Diretoria, por escrito e com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, e presidi-las;
- II. manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;
- III. propor, sem exclusividade de iniciativa, ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição;
- IV. exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração;
- V. indicar o substituto dos demais Diretores nos casos de ausência; e
- VI. indicar o substituto provisório dos demais Diretores nos casos de vacância, observado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 25 do Estatuto Social.

Atualmente, a Companhia possui como diretores estatutários um Diretor Presidente e um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Além disso, a Companhia conta com dois diretores não estatutários, sendo uma Diretora Jurídica e de *Compliance*, e um Diretor de Operações.

A Diretoria não possui Regimento Interno próprio.

(c) data de instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, informando se possui Regimento Interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo Conselho Fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Companhia é um órgão independente de nossa administração e de nossos auditores independentes. Sua principal responsabilidade é monitorar as atividades administrativas, revisar as demonstrações financeiras e reportar suas conclusões aos nossos acionistas.

De acordo com o Estatuto Social, nosso Conselho Fiscal funcionará de modo permanente, obedecidas sempre as disposições previstas em lei aplicável, no Estatuto Social e no Regimento Interno.

Além disso, o Conselho Fiscal possui Regimento Interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração em 30 de dezembro de 2012.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao Conselho de Administração;

Há mecanismos de avaliação de desempenho para o Conselho de Administração e Diretoria.

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros;

Os Diretores são avaliados anualmente de forma qualitativa e quantitativa, sob a perspectiva operacional e sob a perspectiva financeira. A avaliação está atrelada ao cumprimento de metas individuais e à realização das metas gerais da Companhia, ambas definidas no momento de elaboração do seu planejamento anual, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os conselheiros são avaliados. As metas do Conselho de Administração são baseadas no resultado das metas individuais e globais da Companhia.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação;

As metas individuais dos membros do Conselho de Administração estão atreladas à produtividade,

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

ausência de faltas (absenteísmo), introdução de ideias para melhorar e inovar procedimentos organizacionais e de atendimento ao cliente, cumprimento de prazos combinados com os clientes, presteza no atendimento e redução no respectivo setor.

As metas gerais estão pautadas em patamares pré-estabelecidos a serem atingidos pela Companhia relacionados ao rendimento operacional, financeiro, evolução patrimonial e consolidação da Companhia.

As metas da Diretoria estão atreladas ao seu desempenho individual e às metas globais da Companhia.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

O acompanhamento do cumprimento das metas é realizado pelo departamento de Recursos Humanos, que elabora e submete a avaliação das performances ao Diretor Presidente da Companhia, responsável por sua aprovação e toma as medidas cabíveis para aprimorar o funcionamento do órgão.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos nos últimos três exercícios sociais.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Assembleia Geral será convocada ordinariamente uma vez ao ano e, extraordinariamente, quando for convocada nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Conforme artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, a convocação far-se-á, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria. O prazo de antecedência da primeira convocação será de no mínimo 30 (trinta) dias e o da segunda convocação de 8 (oito) dias. Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a assembleia-geral a que comparecerem todos os acionistas.

(b) Competências

Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- II. fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal;
- III. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- IV. aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- V. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- VI. eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação;
- VII. deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- VIII. deliberação acerca da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição em montante superior ao do capital autorizado;
- IX. deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, submetida nos termos do Artigo 22, VII, do Estatuto Social da Companhia, de alteração ou término de contratos de prestação de serviços de consultoria celebrados entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e acionistas que, isoladamente ou em Grupo de Acionistas (como definido no Artigo 40), sejam titulares de ações representativas de montante igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia ou sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras de referidos acionistas, de outra parte; e
- X. aprovar eventual pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.309, 5º andar - São Paulo, SP - Brasil – CEP:01452-002, bem como junto ao site da Companhia (www.brasil-agro.com) e no site da CVM e da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não possui disposições estatutárias específicas em relação a conflito de interesses e de acordo com as disposições do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, o acionista deve exercer o direito de voto no interesse da Companhia, sendo considerado abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à Companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a Companhia ou para outros acionistas.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto à distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Avenida Faria Lima, 1.309, 5º andar, Jardim Paulistano, CEP: 01451-001, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

(i) via física do Boletim de Voto devidamente preenchida, rubricada e assinada; e

(ii) cópia dos documentos descritos abaixo:

(a) se pessoa física: Documento de Identidade com foto e, se for o caso, instrumento de procuração com poderes especiais e reconhecimento de firma;

(b) se pessoa jurídica: Estatuto ou Contrato Social, com a respectiva ata de eleição dos administradores e, em caso de ser representada por procurador, instrumento de procuração com poderes especiais e respectivo reconhecimento de firma, bem como cópia do documento de identidade do representante ou procurador, conforme o caso.

Em ambos os casos, deverá ser apresentado o comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido nos últimos 5 (cinco) dias pela Itaú Corretora de Valores S.A. ou por agente de custódia.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em (i) e (ii) acima para o endereço eletrônico ri@brasil-agro.com, sendo que, nesse caso, também será necessário o recebimento da via original do boletim de voto e da cópia autenticada dos

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

demais documentos requeridos na Avenida Faria Lima, 1.309, 5º andar, Jardim Paulistano, CEP: 01451-001, São Paulo/SP – Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores. Uma vez recebidos os documentos referidos em (i) e (ii) acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação ou não, nos termos da Instrução CVM 481.

Caso qualquer dos boletins de voto seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia, e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos no item (ii) acima, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no item 3 do boletim de voto.

Os documentos referidos em (i) e (ii) acima deverão ser protocolados na Companhia em até 6 dias antes da data da Assembleia Geral. Eventuais boletins de voto recepcionados pela Companhia após essa data também serão desconsiderados.

Caso o boletim de voto à distância para participação na Assembleia Geral seja assinado por um mesmo representante do acionista, a documentação societária necessária para comprovação dos poderes de representação, conforme mencionado no item "ii" acima, poderá ser apresentada em apenas 1 via.

(h) Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância

A plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia para acesso e participação na AGOE será o aplicativo de reuniões virtuais "Ten Meetings". Para mais informações sobre as funcionalidades dessa plataforma podem ser encontradas em: <https://home.tenmeetings.com.br/>. O acionista que desejar participar da AGOE via Plataforma Digital, deverá acessar o link: <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=BC898CE9CE42>, e realizar seu cadastro em até, no máximo, 48 horas antes da realização da Assembleia, o qual deverá ser devidamente realizado anexando a cópia dos documentos informados anteriormente, que deverão ser apresentados por acionistas brasileiros e estrangeiros. O link e as credenciais de acesso a serem enviados pela Companhia serão pessoais e intransferíveis, não podendo ser compartilhados. A Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância

Nos termos das Instruções CVM nº 481/09 e nº 594/17, os acionistas ou grupo de acionistas poderão realizar pedidos de inclusão de propostas no Boletim de Voto a Distância.

A solicitação deve ser feita por escrito e enviada ao Diretor de Relações com Investidores, à Avenida Faria Lima, 1.309, 5º andar, Jardim Paulistano, CEP: 01451-001, São Paulo/SP – Brasil, datada e assinada, acompanhada da cópia autenticada dos documentos de cada signatário descritos abaixo:

(a) se pessoa(s) física(s): documento de Identidade com foto e, se for o caso, instrumento de procuração com poderes especiais e reconhecimento de firma;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(b) se pessoa(s) jurídica(s): Estatuto ou Contrato Social, com a respectiva ata de eleição dos administradores e, em caso de ser representada por procurador, instrumento de procuração com poderes especiais e respectivo reconhecimento de firma, bem como cópia do documento de identidade do representante ou procurador, conforme o caso.

Em ambos os casos, deverá ser apresentado o comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido nos últimos 5 (cinco) dias pelo banco escriturador ou por agente de custódia.

(j) Se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não possui manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

(k) Outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância

Não há outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reuniu-se, ordinariamente, 6 (seis) e, extraordinariamente, 3 (três) vezes no exercício social 2021/2022.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável. A Companhia não possui nenhum acordo de acionistas que estabeleçam restrições ou vinculação ao exercício do direito de votos de membros do conselho.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Seção II, artigo 17, parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia o membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) representar interesse conflitante com a Companhia.

(d) Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) Órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

(ii) Principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Não aplicável. A Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Texto conforme Art. 51 do Estatuto Social da Companhia:

“A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e/ou suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.”

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
André Guillaumon	25/08/1974	Pertence apenas à Diretoria	07/11/2023	1 ano	15
002.728.986-94	Engenheiro Agrônomo	10 - Diretor Presidente / Superintendente	07/11/2023	Não	0.00%
Gustavo Javier Lopez	05/07/1967	Pertence apenas à Diretoria	07/11/2023	1 ano	16
232.169.968-08	Contador	12 - Diretor de Relações com Investidores	07/11/2023	Não	0.00%
Diretor Financeiro					
Isaac Selim Sutton	25/10/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	7
047.010.738-30	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	07/11/2023	Não	100.00%
Membro do Comitê Financeiro e Comitê de Auditoria					
Janine Meira	04/01/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	1
038.039.037-00	Administradora de Empresas	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	07/11/2023	Não	100.00%
Alejandro G. Elsztain	31/03/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	10
232.445.688-58	Engenheiro Agropecuário	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	07/11/2023	Não	100.00%
Membro do Comitê de Remuneração, do Comitê Financeiro e do Comitê Executivo					
Efraim Horn	27/10/2021	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	1
221.487.098-95		27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	07/11/2023	Não	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria					
Isabella Saboya	25/08/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	1

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
017.919.007-55	Empresária	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	07/11/2023	Não	100.00%
Membro do Comitê de Remuneração					
Eduardo S. Elsztain	26/01/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	11
000.000.000-00	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	07/11/2023	Não	100.00%
Membro do Comitê Executivo					
Saul Zang	30/12/1945	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	10
000.000.000-00	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	07/11/2023	Não	100.00%
Membro do Comitê Executivo e de Remuneração					
Ricardo de Santos Freitas	01/10/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	5
121.220.368-26	Advogado	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	07/11/2023	Não	100.00%
Alejandro Gustavo Casaretto					
Alejandro Gustavo Casaretto	15/10/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	4
000.000.000-00	Engenheiro Agrônomo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	07/11/2023	Não	100.00%
Matias Gaivronsky					
Matias Gaivronsky	23/02/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	0
000.000.000-00	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	07/11/2023	Não	100.00%
Carolina Zang					
Carolina Zang	26/10/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	4
000.000.000-00	Advogada	23 - Conselho de Administração (Suplente)	07/11/2023	Não	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Miguel Angel Falcón	19/08/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	0
000.000.000-00	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	07/11/2023	Não	100.00%
João de Almeida Sampaio Filho	28/07/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	0
071.526.218-10	Economista	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	07/11/2023	Não	100.00%
Sergio Ladeira Furquim Werneck	13/08/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	0
653.590.036-34	Administrador de Empresas	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	07/11/2023	Não	100.00%
Eliane Aleixo	05/02/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	24/10/2023	2 anos	1
783.519.367-15	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	07/11/2023	Não	100.00%
Membro do Comitê Financeiro					
Leonardo de Paiva Rocha	24/03/1959	Conselho Fiscal	24/10/2023	1 ano	2
598.802.797-00	Engenheiro	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	07/11/2023	Não	100.00%
Ariane Cristina Vilalta		Conselho Fiscal	24/10/2023	1 ano	1
328.312.748-42	Advogada	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	07/11/2023	Não	100.00%
Geraldo Affonso Ferreira	22/02/1962	Conselho Fiscal	24/10/2023	1 ano	2

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
064.409.028-65	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	07/11/2023	Não	100.00%
Marcos Paulo Passoni	24/05/1974	Conselho Fiscal	24/10/2023	1 anos	11
121.746.898-63	Advogado	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	07/11/2023	Não	100.00%
Ivan Luvisotto Alexandre	28/04/1983	Conselho Fiscal	24/10/2023	1 ano	8
307.599.448-06	Advogado	42 - Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas	07/11/2023	Não	100.00%
Luiz Fernando Oliveira Fernandes da Silva		Conselho Fiscal	24/10/2023	1 ano	11
419.963.598-00	Advogado	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	07/11/2023	Não	100.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

André Guillaumon - 002.728.986-94

André Guillaumon é graduado em Engenharia Agrônômica pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - ESALQ/USP de Piracicaba. Em 1996, iniciou sua carreira na Fertibrás S.A., onde assumiu a liderança técnico e comercial regional, atuando diretamente na elaboração e implantação das estratégias de produção e comercialização de fertilizantes. Sr. Guillaumon também representou a Fertibrás S.A. em fóruns técnicos, tais como 25th Internacional Fertilizer Mgt Seminar (Chicago - USA) e na Comissão de Qualidade de Fertilizantes (ANDA). Não possui condenações criminais ou administrativas que o impeçam de exercer cargos de administração.

Gustavo Javier Lopez - 232.169.968-08

Gustavo Javier Lopes ingressou na Cresud em 1999 como gerente de orçamento e administração. Desde 2004 ele é também o gerente de orçamento e administração da IRSA. O Sr. Lopez também trabalhou para a empresa argentina Estâncias Unidas del Sud como analista de orçamento e administração e para Loma Negra como contador. Gustavo é formado em contabilidade pela Universidade de Buenos Aires, e tem endereço comercial na sede social da Companhia. Não possui condenações criminais ou administrativas que o impeçam de exercer cargos de administração.

Isaac Selim Sutton - 047.010.738-30

Isaac é membro do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Comitê Financeiro da Brasilagro. Detém grande experiência em gestão e finanças, fusões e aquisições, captação de recursos financeiros e consultoria estratégica para acionistas e conselhos de administração. É fundador atual Diretor Executivo da BH26 Gestão e Finanças. Além disso, também é membro do Conselho de Administração da Eco Brasil Florestas. Graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP).

O Sr. Isaac Selim Sutton não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Janine Meira - 038.039.037-00

Janine é membro suplente do Conselho de Administração da Brasilagro. Detém grande experiência como executiva e gestora financeira, tendo atuado como conselheira suplente, executiva e consultora de empresas nacionais e multinacionais. Graduada em Administração de Empresas pelo IBMEC – RJ e em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e com Mestrado em Administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas/EBAPE. Além disso, cursou o Director's College da Universidade de Stanford, possui Curso Avançado de Conselheiro de Administração pelo IBGC e é Conselheira de Administração certificada pelo IBGC.

A Sra. Janine Meira Souza Koppe Eiriz não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Alejandro G. Elsztain - 232.445.688-58

Alejandro é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Brasilagro e também membro do Comitê Executivo, do Comitê de Remuneração e do Comitê Financeiro. Detém ampla experiência com funções diretas em companhias agropecuárias e imobiliárias na Argentina. Atualmente é o CEO da Cresud S.A.C.I.F.y A. e Segundo Vice-Presidente da IRSA Inversiones y Representaciones Sociedad Anónima, além de cumular outras funções na administração de companhias do ramo imobiliário e agropecuário na Argentina. Graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade de Buenos Aires e possui Advanced Management Program pela Escola de Negócios de Harvard.

O Sr. Alejandro Gustavo Elsztain não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Efraim Horn - 221.487.098-95

Efraim é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Brasilagro. Detém ampla experiência com desenvolvimento urbano, terrenos e finanças. Atualmente, atua como copresidente da Cyrela e é o executivo responsável pela visão de produtos e marcas da companhia. Graduado em Administração e Teologia pela Talmudic University of Florida (TUF); com MBA pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP).

O Sr. Efraim Horn não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Isabella Saboya - 017.919.007-55

Isabella é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Remuneração da Brasilagro. Detém ampla experiência em direito societário, mercado de capitais e governança corporativa. Atualmente é membro do Conselho de Administração do Grupo Mateus, da Wiz Soluções e Corretagem de Seguros e da Klabin. Além disso, é membro do Comitê de Pessoas da Wiz Soluções e Corretagem de Seguros, membro do Conselho Consultivo da Artha Educação e da Trikoma Ltda. É também membro do Comitê Executivo do Código Brasileiro de Sewardship e membro do Grupo de Trabalho da AMEC. Graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). É Conselheira de Administração certificada pelo IBGC.

A Sra. Isabella Saboya de Albuquerque não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Eduardo S. Elsztain - 000.000.000-00

Eduardo é Presidente do Conselho de Administração da Brasilagro e também membro do Comitê Executivo. Detém larga experiência no setor imobiliário. Responsável por fundar a Consultores Asset Management, atualmente, ocupa diversas posições executivas, dentre elas, a cadeira de Presidente do Conselho de Administração da Austral Gold Limited., da Cresud S.A.C.I.F.y A., da Endeavor Argentina, do Banco Hipotecário S.A. (em que também atua como CEO) e da IRSA Inversiones y Representaciones Sociedad Anónima. Graduado em Medicina e em Economia pela Universidade de Buenos Aires.

O Sr. Eduardo Sergio Elsztain não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Saul Zang - 000.000.000-00

Saúl é membro do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e do Comitê de Remuneração da Brasilagro. Com vasta experiência no mercado, é sócio fundador do escritório de advocacia Zang, Bergel & Viñes Abogados. Além disso, atua como Diretor Presidente da Porto Retiro S.A. e Vice-Presidente da IRSA Inversiones y Representaciones Sociedad Anónima, da Cresud S.A.C.I.F.y A., da Consultores Assets Management S.A. e de outras companhias como Fibesa S.A. É também membro do Conselho de Administração de companhias como Banco Hipotecario S.A., BACS Banco de Crédito & Securitización S.A., Nuevas Fronteras S.A., Palermo Invest S.A., dentre outras. Graduado em Direito pela Universidade de Buenos Aires. É membro da International Bar Association (IBA) e da Interamerican Federation of Lawyers (IFL).

O Sr. Saúl Zang não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Ricardo de Santos Freitas - 121.220.368-26

Ricardo é membro suplente do Conselho de Administração da Brasilagro. Detém grande experiência em mercados de capital e financeiro, bem como em assuntos tributários. É sócio fundador do escritório de advocacia Freitas & Leite. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor de Operações na Hedge Investments Group. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), com PHD também pela USP. O Sr. Ricardo de Santos Freitas não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Alejandro Gustavo Casaretto - 000.000.000-00

Alejandro é membro do Conselho de Administração da Brasilagro. Detém grande experiência com temas relacionados ao agronegócio. Atualmente ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração e Diretor Regional Agrônomo (Chief Regional Agricultural Officer) na Cresud S.A. Graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade de Buenos Aires.

O Sr. Alejandro Gustavo Casaretto não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Matias Gaivironsky - 000.000.000-00

Matias detém larga experiência no setor financeiro. Atualmente, ocupa o cargo de CAO e CFO da da IRSA Invesriones y Representaciones Sociedad Anónima e da Cresud S.A.C.I.F.y A., bem como é membro do Conselho de Administração do Banco Hipotecário S.A. Graduado em administração de empresas pela Universidade de Buenos Aires, com especialização em finanças pela Universidade de CEMA. O Sr. Matias Gaivironsky não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Carolina Zang - 000.000.000-00

Carolina é membro suplente do Conselho de Administração da Brasilagro. Com vasta experiência no mercado, é sócia do escritório de advocacia Zang, Bergel & Viñes Abogados, atuando como a responsável pelos times de direito bancário e mercado de capitais. Graduada em Direito pela Universidade de Buenos Aires, com LL.M pela Faculdade de Direito da Universidade de Nova York – NYU. Contribui regularmente com publicações nacionais e internacionais, tendo sido considerada como uma das melhores advogadas da Argentina pela Best Lawyers, Abogados de la City e Chambers & Partners.

A Sra. Carolina Zang não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Miguel Angel Falcón - 000.000.000-00

Miguel detém ampla experiência em assuntos do direito administrativo e em M&As. Atualmente ocupa o cargo de diretor jurídico na Cresud e Invesriones y Representaciones Sociedad Anónima (Irsa), sendo responsável pela supervisão dos assuntos corporativos e por garantir o compliance regulatório. Trabalhou no escritório de advocacia Marval, O'Farrell & Mairal. Graduiu-se em direito pela Universidade de Buenos Aires. É mestre em Law & Economics pela Universidade

Torcuato Di Tella. O Sr. Miguel Angel Falcón não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

João de Almeida Sampaio Filho - 071.526.218-10

João detém ampla experiência em ciências econômicas. Graduado em Ciências Econômicas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP.

O Sr. João de Almeida Sampaio Filho não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Sergio Ladeira Furquim Werneck - 653.590.036-34

Sérgio detém ampla experiência com administração de empresas e finanças. Atualmente é sócio da CMS Investimentos e atua como Conselheiro Fiscal na Klabin. Já atuou como membro do conselho de administração da Blandpaper Security Papéis Especiais S.A., ocupou a cadeira de Presidente do Conselho de Administração da Granja Werneck S.A., e atuou também como Conselheiro Consultivo do Grupo GNT, e Conselheiro Suplente da Eletropaulo S.A.. Como executivo, atuou como CEO da Opersan Resíduos Industriais S.A., Diretor de Business Development do braço de infraestrutura do Banco Pátria, Diretor de Estratégia e Planejamento Financeiro, e Diretor de Serviços de Suporte (Melhoria Contínua, Suprimentos, Gestão de Frotas e Gestão de Ativos imobiliários não elétricos) da AES no Brasil. Graduado em Administração de Empresas, com Mestrado em Administração de Empresas com ênfase em Estratégia e Finanças pela MIT Sloan School of Management.

O Sr. Sergio Ladeira Furquim Werneck Filho não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Eliane Aleixo - 783.519.367-15

Eliane é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Financeiro da Brasilagro. Detém ampla experiência em economia, finanças, mediação e arbitragem, assim como em governança corporativa. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da CCR, Bunge, Aegea e Bluebell, além de membro das Câmaras de Arbitragem da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA e da Câmara Brasileira de Resolução e Conflitos 46 em Energia e Mineração. Além disso, é membro do conselho do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS, instituição sem fins lucrativos. Graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com mestrado em Economia também pela PUC-RJ e com Doutorado em Finanças pelo Departamento de Engenharia Industrial da PUC-RJ. É Conselheira de Administração certificada pelo IBGC e pelo ESG Competent Boards. A Sra. Eliane Aleixo Lustosa de Andrade foi indicada pela CCR para ocupar a presidência do Instituto CCR – ICCR e não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Leonardo de Paiva Rocha - 598.802.797-00

Leonardo é membro suplente do Conselho Fiscal da Brasilagro. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Norte Energia S.A., da Eletronuclear S.A., da Eletronorte S.A. Também é Coordenador do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos e membro do Comitê Financeiro da Norte Energia S.A., membro do Conselho Fiscal do IRB, membro do Conselho Diretor da Júnior Achievement Brasil (ONG) e membro do Conselho Consultivo da Vocação (ONG). Graduado em Engenharia Mecânica e de Automóveis pelo Instituto Militar de Engenharia, com especialização em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

O Sr. Leonardo de Paiva Rocha não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Ariane Cristina Vilalta - 328.312.748-42

Ariane é membro suplente do Conselho Fiscal da Brasilagro. Atualmente é advogada associada ao escritório Suchodolski Advogados Associados e atua nas áreas de Contencioso e Direito Trabalhista. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-Graduada em Direito do Trabalho pela PUC-SP.

A Sra. Ariane Cristina Vilalta não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Geraldo Affonso Ferreira - 064.409.028-65

Geraldo é membro do Conselho Fiscal da Brasilagro. Detém larga experiência na área internacional da indústria de base florestal, adquirida em posições de alto comando em empresas nacionais e multinacionais de grande porte, no Brasil e Asia. Nos últimos anos, vem se especializando em Governança Corporativa e Sustentabilidade Socioambiental. Atua como membro dos Comitês de Auditoria Estatutários da SPTrans e CET – Companhia de Engenharia de Tráfego e, de forma pro-Bono, é membro do Comitê Executivo do Código Brasileiro de Stewardship, das Comissões de Sustentabilidade e Mercado de Capitais do IBGC e cofundador da Confraria da Governança. Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp) e com MBA pela Escola de Negócios FIA. É Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC.

O Sr. Geraldo Affonso Ferreira Filho não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Marcos Paulo Passoni - 121.746.898-63

Marcos é membro do Conselho Fiscal da Brasilagro. Detém ampla experiência nas áreas de Direito Civil e Contencioso. Atualmente é advogado associado ao escritório Suchodolski Advogados Associados. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com mestrado em Direitos Difusos e Coletivos pela Unimes e atualmente doutorando em Direito Processual Coletivo pela PUC-SP. Também é Professor de Direito Processual Civil na Escola Superior de Advocacia de São Paulo. O Sr. Marcos Paulo Passoni não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Ivan Luvisotto Alexandre - 307.599.448-06

Ivan é Presidente do Conselho Fiscal da Brasilagro. Detém ampla experiência em planejamento corporativo e consultoria, M&A, acordos e transações internacionais. Atualmente é advogado associado ao escritório Araújo e PolICASTRO Advogados. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), com especialização em Contabilidade aplicada ao Direito pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (FGV-SP), bem como especialização em Direito e Tecnologia da Informação e Conselho Fiscal pelo IBGC.

O Sr. Ivan Luvisotto Alexandre não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Luiz Fernando Oliveira Fernandes da Silva - 419.963.598-00

Luiz é membro suplente do Conselho Fiscal da Brasilagro. Detém experiência nas áreas de direito empresarial, contencioso cível e imobiliário. Atualmente é advogado associado ao escritório Suchodolski Advogados Associados. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie de São Paulo e pós-graduado em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. É membro da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP).

O Sr. Luiz Fernando Oliveira Fernandes da Silva não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

André Guillaumon - 002.728.986-94	
-----------------------------------	--

N/A	
-----	--

Gustavo Javier Lopez - 232.169.968-08	
---------------------------------------	--

N/A	
-----	--

Isaac Selim Sutton - 047.010.738-30	
-------------------------------------	--

N/A	
-----	--

Janine Meira - 038.039.037-00	
-------------------------------	--

N/A	
-----	--

Alejandro G. Elsztain - 232.445.688-58	
--	--

N/A	
-----	--

Efraim Horn - 221.487.098-95	
------------------------------	--

N/A	
-----	--

Isabella Saboya - 017.919.007-55	
----------------------------------	--

N/A	
-----	--

Eduardo S. Elsztain - 000.000.000-00	
--------------------------------------	--

N/A	
-----	--

Saul Zang - 000.000.000-00	
----------------------------	--

N/A

Ricardo de Santos Freitas - 121.220.368-26

N/A

Alejandro Gustavo Casaretto - 000.000.000-00

N/A

Matias Gaivironsky - 000.000.000-00

N/A

Carolina Zang - 000.000.000-00

N/A

Miguel Angel Falcón - 000.000.000-00

N/A

João de Almeida Sampaio Filho - 071.526.218-10

N/A

Sergio Ladeira Furquim Werneck - 653.590.036-34

N/A

Eliane Aleixo - 783.519.367-15

N/A

Leonardo de Paiva Rocha - 598.802.797-00

N/A

Ariane Cristina Vilalta - 328.312.748-42

N/A

Geraldo Affonso Ferreira - 064.409.028-65

N/A

Marcos Paulo Passoni - 121.746.898-63

N/A

Ivan Luvisotto Alexandre - 307.599.448-06

N/A

Luiz Fernando Oliveira Fernandes da Silva - 419.963.598-00

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Isaac Selim Sutton	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	25/10/1960	07/11/2023	1 anos
047.010.738-30		Economista		07/11/2023	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração e do Comitê Financeiro						
Efraim Horn	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	05/06/1980	07/11/2023	1 ano
221.487.098-95		Administrador		07/11/2023	1	100.00%
Membro do Conselho de Administração.						
Fabiano Nunes Ferrari	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	24/11/1974	07/11/2023	1 ano
186.583.958-20		Advogado	Coordenador do Comitê de Auditoria e Especialista em Contabilidade Societária	07/11/2023	1	100.00%
Membro do Conselho Fiscal e do Comitê de Remuneração,						
Alejandro G. Elsztain	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/1966	07/11/2023	2 anos
232.445.688-58		Engenheiro Agropecuário		07/11/2023	2	100.00%
Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê Financeiro e Comitê e Remuneração.						
Isaac Selim Sutton	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	25/10/1960	07/11/2023	2 anos
047.010.738-30		Economista		07/11/2023	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria.						
Eliane Aleixo	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	05/02/1963	07/11/2023	2 anos
783.519.367-15		Economista		07/11/2023	1	100.00%
Membro do Conselho da Administração						
Rafael Espinola de Vasconcelos	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)		07/11/2023	2 anos
023.957.687-07		Engenheiro		07/11/2023	1	100.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Isabella Saboya 017.919.007-55	Comitê de Remuneração	Empresária	Membro do Comitê (Efetivo)	25/08/1970 07/11/2023	07/11/2023 1	2 anos 100.00%
Membro do Conselho da Administração						
Alejandro G. Elsztain 232.445.688-58	Comitê de Remuneração	Engenheiro Agropecuário	Membro do Comitê (Efetivo)	15/10/1952 07/11/2023	07/11/2023 6	2 anos 100.00%
Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê Financeiro e Comitê Executivo.						
Saul Zang 000.000.000-00	Comitê de Remuneração	Advogado	Membro do Comitê (Efetivo)	30/12/1945 07/11/2023	07/11/2023 6	2 anos 100.00%
Membro do Conselho de Administração e do Comitê Executivo.						
Alejandro G. Elsztain 232.445.688-58	Outros Comitês Comitê Executivo	Engenheiro Agropecuário	Membro do Comitê (Efetivo)	31/03/1966 07/11/2023	07/11/2023 6	2 anos 100.00%
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê Financeiro e Comitê de Remuneração.						
Eduardo S. Elsztain 000.000.000-00	Outros Comitês Comitê Executivo	Empresário	Membro do Comitê (Efetivo)	26/01/1960 07/11/2023	07/11/2023 6	2 anos 100.00%
Presidente do Conselho de Administração.						
Saul Zang 000.000.000-00	Outros Comitês Comitê Executivo	Advogado	Membro do Comitê (Efetivo)	30/12/1945 07/11/2023	07/11/2023 6	2 anos 100.00%
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Remuneração.						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Isaac Selim Sutton - 047.010.738-30						
Isaac Selim Sutton - 047.010.738-30						
É formado em economia pela Universidade de São Paulo (USP). Foi diretor executivo do Grupo Safra de 1994 a 2009. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas. Também trabalhou nos Conselhos da Bardella S/A, DPVAT S/A, Telenorte Celular, TIM Participações S/A, Veracel Celulose S/A, BR Properties S/A, Gevisa S/A e Celma S/A, e nos Conselhos Fiscais da TIM Sul, Têxtil Renaux e TIM Nordeste. Não possui condenações criminais ou administrativas ou processos criminais ou administrativos em andamento que o impeçam de exercer cargos de administração.						
Efraim Horn - 221.487.098-95						

Formado em Administração e Filosofia pela Talmudic University of Florida (TUF), com MBA pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP). Desde 2004 na Cyrela Brazil Realty, atou nas áreas de Terrenos, Financeiro e esteve a frente das atividades de expansão da companhia para o Norte e o Nordeste. Atualmente, o executivo é Co Presidente da Cyrela responsável pelas Unidades de Negócio de São Paulo, Norte e Nordeste, bem como Desenvolvimento Urbano e Terrenos. Efraim é membro do Conselho de Administração da Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A e da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas. Não possui condenações criminais ou administrativas ou processos criminais ou administrativos em andamento que o impeçam de exercer cargos de administração.

Fabiano Nunes Ferrari - 186.583.958-20

Fabiano Nunes Ferrari é graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com especialização em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É sócio do escritório Suchodolski Advogados, onde atua nas áreas de Direito Comercial, Direito Internacional, Investimento estrangeiro, Contratos e Fusões e Aquisições. Na área societária atua em processos de aquisição de controle de empresas ou ativos, due diligence, acordos de acionistas, joint-ventures e reestruturações societárias. Atuou no escritório de advocacia Bryan Cave LLP, em Nova York. É membro da International Bar Association. Não possui condenações criminais ou administrativas ou processos criminais ou administrativos em andamento que o impeçam de exercer cargos de administração.

Alejandro G. Elsztain - 232.445.688-58

Alejandro G. Elsztain - 232.445.688-58

Alejandro G. Elsztain - 232.445.688-58

O Sr. Elsztain é o CEO da Cresud e Presidente do Conselho da Fibesa S.A; vice-presidente do Conselho de Administração da Nuevas Fronteras S.A. e da Inversora Bolivar S.A segundo vice-presidente da IRSA Inversiones y Representaciones Sociedad Anónima; e vice-presidente executivo da Irsa Popiedades Comerciales S.A., entre outras. O Sr. Alejandro Elsztain é formado em Engenharia Agrícola e Agropecuária pela Universidade de Buenos Aires. É irmão do Sr. Eduardo S. Elsztain. Não possui condenações criminais ou administrativas ou processos criminais ou administrativos em andamento que o impeçam de exercer cargos de administração.

Eliane Aleixo - 783.519.367-15

Doutora em Finanças pelo Departamento de Engenharia Industrial da PUC-Rio; mestre em Economia pelo Departamento de Economia da PUC-Rio, onde também se graduou em 1986. Conselheira Certificada pelo IBGC e Conselheira Independente das empresas CCR e Solvi. Membro das Câmaras de Arbitragem da Bovespa – B3, do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA e da Câmara Brasileira de Resolução de Conflitos em Energia e Mineração. Membro do Conselho de instituições sem fins lucrativos como o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS e do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Ao longo de sua carreira ocupou cargos em diversas empresas do setor privado. Como executiva, foi Diretora Financeira da LLX Logística (atual Prumo Logística SA), Vice-Presidente de Finanças e Controle do Grupo Abril SA, Diretora de Administração e Finanças da Globex Utilidades SA (Ponto Frio) e Diretora Financeira e de Investimentos do Fundo de Pensão dos Empregados da Petrobras (Petros). Também foi Conselheira em diversas instituições como ALL Logística SA (atual Rumo), Fibria, Metalurgica Gerdau SA, Coimex, CPFL, Coteminas, Perdigão (hoje BRF), IBGC e membro da Câmara de Arbitragem da Bovespa. No setor público atuou como diretora do BNDES nas áreas de Desestatização e Mercado de Capitais e do Departamento de Proteção e Defesa Econômica da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (DPDE/SDE/MJ). Foi professora da PUC-Rio (Microeconomia no Departamento de Economia e Economia Internacional para o curso de mestrado do Instituto de Relações Internacionais) e de diversos cursos do IBGC de Governança Corporativa, além de economista do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Não possui condenações criminais ou administrativas ou processos criminais ou administrativos em andamento que o impeçam de exercer cargos de administração.

Rafael Espinola de Vasconcelos - 023.957.687-07

Rafael Vasconcelos é diretor da BRPP Gestão de Produtos Estruturados Ltda. e sócio do Grupo Plural, possuindo 13 anos de experiência no mercado financeiro, atuando nos setores imobiliário e de energia. Iniciou sua carreira no Banco CR2 atuando na gestão de fundos imobiliários. Participou da abertura de capital da CR2 Empreendimentos e, como gerente de incorporação, liderou equipe responsável pelo desenvolvimento de projetos de mais de R\$ 500 mi em VGV. Em 2010 ingressou na Polo Capital, atuando no segmento imobiliário, onde participou da estruturação de diversos fundos de investimento em participação, mais de R\$ 1 bi em projetos imobiliários, nas principais regiões do país. Juntou-se ao Grupo em 2016 e participa da gestão de veículos de investimento, incluindo o Malls Brasil Plural FII, o SP Downtown FII e o FIP ABL. Rafael é administrador de carteiras de valores mobiliários registrado na CVM, possui certificação em Private Equity pela The Wharton School, MBA em Gestão de Negócios Imobiliários e da Construção Civil pela FGV/RJ e é Engenheiro Mecânico pela UFRJ.

Isabella Saboya - 017.919.007-55

Isabella Saboya - 017.919.007-55

Formada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Conselheira de Administração Certificada pelo IBGC. É Chartered Financial Analyst (CFA). Membro do Conselho de Administração da Vale Outubro 2017 – Maio 2021 Coordenadora do Comitê de Auditoria Estatutário da Vale Março 2020 – Maio 2021 Membro do Conselho de Administração da Wiz Soluções (antiga FPC PAR Corretora de Seguros SA), coordenadora do Comitê de Partes Relacionadas, membro do Comitê de Gente e Remuneração Outubro 2015 – Março 2020 Membro da Câmara Consultiva de Mercado de Governança em Estatais da B3 Agosto 2017 – Dezembro 2020 (3 anos e 4 meses) Membro do Conselho de Autorregulação em Governança de Investimentos Abrapp/Sindapp/ICSS Dezembro 2016 – Janeiro 2019 (2 anos 10 meses) Membro do Conselho de Administração do IBGC Abril 2017 – Janeiro 2019 (2 anos 10 meses) Membro do Conselho de Administração da Br Malls SA e Coordenadora do Comitê de Auditoria Maio 2016 – Março de 2017 (11 meses) Membro do Grupo de Trabalho da AMEC para elaboração e acompanhamento do Código de Stewardship Novembro 2015 – atual. Não possui condenações criminais ou administrativas ou processos criminais ou administrativos em andamento que o impeçam de exercer cargos de administração.

Saul Zang - 000.000.000-00

Saul Zang - 000.000.000-00

Saúl é membro do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e do Comitê de Remuneração da Brasilagro. Com vasta experiência no mercado, é sócio fundador do escritório de advocacia Zang, Bergel & Viñes Abogados. Além disso, atua como Diretor Presidente da Porto Retiro S.A. e Vice-Presidente da IRSA Inversiones y Representaciones Sociedad Anónima, da Cresud S.A.C.I.F.y A., da Consultores Assets Management S.A. e de outras companhias como Fibesa S.A. É também membro do Conselho de Administração de companhias como Banco Hipotecario S.A., BACS Banco de Crédito & Securitización S.A., Nuevas Fronteras S.A., Palermo Invest S.A., dentre outras. Graduado em Direito pela Universidade de Buenos Aires. É membro da International Bar Association (IBA) e da Interamerican Federation of Lawyers (IFL).

O Sr. Saúl Zang não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Eduardo S. Elsztain - 000.000.000-00

Eduardo é Presidente do Conselho de Administração da Brasilagro e também membro do Comitê Executivo. Detém larga experiência no setor imobiliário. Responsável por fundar a Consultores Asset Management, atualmente, ocupa diversas posições executivas, dentre elas, a cadeira de Presidente do Conselho de Administração da Austral Gold Limited., da Cresud S.A.C.I.F.y A., da Endeavor Argentina, do Banco Hipotecário S.A. (em que também atua como CEO) e da IRSA Inversiones y Representaciones Sociedad Anónima. Graduado em Medicina e em Economia pela Universidade de Buenos Aires.

O Sr. Eduardo Sergio Elsztain não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Isaac Selim Sutton - 047.010.738-30	
-------------------------------------	--

Isaac Selim Sutton - 047.010.738-30	
-------------------------------------	--

N/A	
-----	--

Efraim Horn - 221.487.098-95	
------------------------------	--

N/A	
-----	--

Fabiano Nunes Ferrari - 186.583.958-20	
--	--

N/A	
-----	--

Alejandro G. Elsztain - 232.445.688-58	
--	--

Alejandro G. Elsztain - 232.445.688-58	
--	--

Alejandro G. Elsztain - 232.445.688-58	
--	--

N/A	
-----	--

Eliane Aleixo - 783.519.367-15	
--------------------------------	--

N/A	
-----	--

Rafael Espinola de Vasconcelos - 023.957.687-07	
---	--

N/A	
-----	--

Isabella Saboya - 017.919.007-55	
----------------------------------	--

N/A	
-----	--

Saul Zang - 000.000.000-00	
----------------------------	--

Saul Zang - 000.000.000-00	
----------------------------	--

N/A	
-----	--

Eduardo S. Elsztain - 000.000.000-00	
--------------------------------------	--

N/A	
-----	--

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Eduardo S. Elsztain		BrasilAgro	07.628.528/0001-59	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê Executivo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Alejandro G. Elsztain	232.445.688-58	BrasilAgro	07.628.528/0001-59	
Membro do Conselho de Administração, do Comitê de Remuneração, do Comitê Financeiro e do Comitê Executivo				
<u>Observação</u>				
Eduardo S. Elsztain não possui CPF por ser estrangeiro				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Saul Zang		BrasilAgro	07.628.528/0001-59	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e do Comitê de Remuneração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Carolina Zang		BrasilAgro	07.628.528/0001-59	
Membro Suplente do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
Não possuem CPF por ser estrangeiros				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não havia relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas e outros. Adicionalmente, a Companhia não possui acionista controlador.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Temos uma apólice de seguro para Conselheiros e Diretores (D&O), que abrange os membros do conselho de administração, da diretoria executiva, do conselho fiscal ou qualquer outro órgão criado por nosso estatuto social ou colaboradores que ocupem cargo de administração para o qual tenham sido eleitos ou nomeados, desde que tal eleição ou nomeação tenha sido homologada pelos órgãos competentes, conforme aplicável, e que a indenização esteja sempre sujeita aos limites previstos na respectiva apólice de seguro. Consultores, auditores externos, acionistas, sócios, interventores, depositários ou liquidantes da Sociedade não estão abrangidos pela apólice de seguro D&O. O seguro inclui cobertura de responsabilidade civil no valor total de até R\$ 30 milhões, bem como cobertura de danos ambientais no valor total de até R\$ 30 milhões. A apólice atual encontra-se válida e vigente até 2 de fevereiro de 2023.

12.12 - Outras informações relevantes

Diretores Não-Estatutários e Gerentes

Além dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, a Companhia conta com diretores não-estatutários e gerentes com grande experiência no mercado, responsáveis pela gestão de cada uma das áreas da Companhia, conforme segue:

- **Mariana Rezende – Diretora Jurídica e de Compliance:** Atua na Companhia há mais de 14 anos. É graduada pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), com pós-graduação lato sensu em Direito Bancário e Mercado de Capitais pela Fundação Getulio Vargas - FGV/SP (2005), LL.M em Direito Societário pelo INSPER (2007) e certificação em Compliance, Ethics and Corporate Governance pela New York University - NYU (2008). Desde 2014 é membro da Comissão Especial de Agronegócios e de Relações Agrárias da OAB/SP (biênio 2014- 2015 e triênio 2016-2018) e do Comitê de Normas e Regulamentos da Sociedade Rural Brasileira - SRB. É membro, ainda, da Comissão de Direito do Agronegócio do IPOJUR e do Conselho Editorial da Revista Jurídica do Agronegócio. A Sra. Rezende ingressou na BrasilAgro em 2008, com o objetivo de estruturar o departamento jurídico da Companhia, tendo antes disso trabalhado no escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados (2000-2007), onde iniciou sua carreira e permaneceu por 7 anos atuando nas áreas societária e de mercado de capitais, e no escritório americano Simpson Thacher & Bartlett LLP (2007-2008), em Nova Iorque, atuando como advogada internacional na área de mercado de capitais.
- **Wender Vinhadelli – Diretor de Operações:** Atua na Companhia há mais de 11 anos. Possui mais de 15 anos de experiência no setor e já atuou em empresas como: Fertilizantes Tocantins (2006-2008) e Duquima Agronegócios (2008-2010). É Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa (1998) e possui MBA pela Fundação Getulio Vargas – FGV (2006).
- **Ana Paula Ribeiro – Gerente Executiva de Relações com Investidores:** Atua na Companhia há mais de 14 anos. É graduada em economia pela UNIMEP em Piracicaba/SP (2003), com MBA em Finanças pela Fundação Getulio Vargas - FGV/SP (2010). A Sra. Ana Paula Ribeiro ingressou na BrasilAgro em 2007, com o objetivo de estruturar o departamento de relações com investidores da Companhia, tendo antes disso trabalhado na Profarma (2007) e na Claro (2000-2006) também no departamento de relações com investidores.
- **Eduardo Marrey – Gerente Executivo Comercial:** Atua na Companhia há mais de 5 anos. Possui mais de 11 anos de experiência no setor e já atuou em empresas como: Bunge (2009-2011) e Agrifirma (2011-2015). É Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) - Universidade de São Paulo (2007).
- **Liana Gama – Gerente de Saúde, Segurança e Ambiental:** Atua na Companhia há mais de 10 anos. Possui mais de 10 anos de experiência no setor e já trabalhou para a Associação RecicLázaro para o Governo da Cidade de São Paulo. Possui formação acadêmica pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) - Universidade de São Paulo e pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- **Marcos Peres – Controller:** Atua na Companhia há mais de 12 anos. Possui mais de 25 anos de experiência no setor e já atuou em empresas como: Grupo Pão de Açúcar (2007-2009), RaiaDrogasil (2006-2007) e Submarino (2001-2006). É Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade São Judas Tadeu (2000) e possui MBA pela Fundação Getulio Vargas – FGV (2013).

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Política de Remuneração da Companhia tem como principal função alinhar os interesses dos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês da Companhia ("Pessoal-Chave da Administração"), e os objetivos da Companhia, baseada nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

A remuneração global do Pessoal-Chave da Administração poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) incentivo alongo prazo baseado em ações; (iv) benefícios pós-emprego; (v) benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo; e (vi) outros que o Conselho de Administração venha a determinar.

A Companhia possui política de remuneração formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 1 de setembro de 2022, a qual encontra-se disponível para consulta no site da Companhia (www.brasil-agro.com).

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

a) Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês da Companhia recebem uma remuneração fixa. A remuneração fixa do Pessoal-Chave da Administração será baseada nas responsabilidades do

cargo e experiência individuais. Para o estabelecimento de tal remuneração o Conselho de Administração poderá requerer a assessoria de empresa especializada.

A Política de Remuneração da Companhia tem como principal função alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração e os objetivos da Companhia, baseada nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

b) Diretoria

Os membros de nossa Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável, nas seguintes modalidades: participação nos lucros ou resultados, bônus, incentivo de longo prazo, prêmios e/ou gratificações excepcionais, sendo certo que a remuneração variável deverá

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

estar atrelada ao cumprimento de metas financeiras, operacionais, estratégicas e/ou aos lucros ou resultados da Companhia.

A Política de Remuneração da Companhia tem como principal função alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração e os objetivos da Companhia, baseada nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para a Diretoria a remuneração fixa corresponde a aproximadamente 40% da remuneração total e a remuneração variável corresponde a cerca de 60%.

Esses percentuais podem variar em função de mudanças nos resultados obtidos pela Companhia no período, dado o componente de compartilhamento de riscos e resultados existente na remuneração variável.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração paga aos nossos administradores é comparada anualmente com aquela praticada pelo mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração. Além disso, os salários da diretoria são reajustados de acordo com a inflação (dissídio coletivo) uma vez ao ano.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Adotamos um modelo de composição da remuneração para a Diretoria que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes variáveis (tanto de curto como de longo prazo), o que é parte de nossa prática de compartilhar os riscos e os resultados com nossos principais executivos.

A Política de Remuneração da Companhia tem como principal função alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração e os objetivos da Companhia, baseada nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação de todos os itens de remuneração da Diretoria são levadas em consideração a sua performance e metas individuais. A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores contidos em nosso Planejamento Estratégico, o

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

qual é aprovado pelo Conselho de Administração e contém as metas definidas para o período, especialmente as relacionadas aos resultados financeiros obtidos como, por exemplo, vendas, lucratividade, entre outros.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A nossa prática de remuneração é estruturada a fim de refletir a evolução do desempenho. O desempenho é avaliado de forma qualitativa e quantitativa, sob a perspectiva operacional e financeira. A avaliação está atrelada ao cumprimento de Metas Individuais e à realização das Metas Gerais da Empresa.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

O formato da nossa remuneração acima descrita, procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia.

Em uma perspectiva de curto prazo, buscamos obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus e participação nos resultados da Companhia a determinados colaboradores.

Em longo prazo, buscamos reter profissionais qualificados por meio do Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em Ações.

A nossa prática de remuneração busca equilibrar os seguintes interesses da

- Companhia: Compatibilidade dos custos da nossa remuneração com o
- mercado; Alinhamento estratégico;
- Criação de valor; e
- Atração e retenção de talentos.

Para tanto, consideramos que o colaborador mantém interesse por recompensa justa, transparente e compatível com seu desempenho.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Não há remuneração suportada por subsidiárias ou controladas da Companhia. Adicionalmente, a Companhia não possui acionista controlador.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 30/06/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	2,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	9,00	2,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.941.182,94	2.507.287,93	94.635,42	10.543.106,29
Benefícios direto e indireto	0,00	447.281,49	0,00	447.281,49
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	345.160,00	501.457,59	18.927,08	865.544,67
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	5.655.045,29	2.623.466,19	0,00	2.623.466,19
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	517.983,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.630.806,19	0,00	1.630.806,19
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente de acordo com o Ofício Circular CVM/SEP/nº03/2012	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente de acordo com o Ofício Circular CVM/SEP/nº03/2012	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente de acordo com o Ofício Circular CVM/SEP/nº03/2012	
Nº total de membros	9,00	2,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	9,00	2,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.941.182,94	2.507.287,93	94.635,42	10.543.106,29
Benefícios direto e indireto	0,00	447.281,49	0,00	447.281,49
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	345.160,00	501.457,59	18.927,08	865.544,67
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS	INSS	
Remuneração variável				

Bônus	0,00	2.623.466,19	0,00	2.623.466,19
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.630.806,19	0,00	1.630.806,19
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente de acordo com o Ofício Circular CVM/SEP/nº03/2012	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente de acordo com o Ofício Circular CVM/SEP/nº03/2012	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente de acordo com o Ofício Circular CVM/SEP/nº03/2012	
Total da remuneração	8.286.342,94	7.710.299,38	113.562,50	12.819.412,27

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

2023* (Prevista)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	2,00	3,00	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.000.000,00	-	3.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	2.198.128,35	-	2.198.128,35
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	0,00

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	2,00	3,00	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.200.000,00	-	2.200.000,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	2.200.000,00	-	2.200.000,00
Valor efetivamente reconhecido	-	2.198.128,35	-	2.198.128,35
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	2,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	9,00	2,00	n/a	11,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	1.000.000,00	1.000.000,00	-	2.000.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	6.200.000,00	2.200.000,00	-	8.400.000,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	6.200.000,00	2.200.000,00	-	8.400.000,00
Valor efetivamente reconhecido	5.655.045,29	1.815.804,00	-	7.470.849,29
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	0,00

2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	2,00	3,00	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	1.000.000,00	1.000.000,00	-	2.000.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	4.000.000,00	2.500.000,00	-	6.500.000,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	4.000.000,00	2.500.000,00	-	6.500.000,00
Valor efetivamente reconhecido	5.083.838,49	1.632.540,00	-	6.716.378,49
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E**Conselho Fiscal**

Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	0,00
--------------------------------	---	---	---	------

* O exercício social da BrasilAgro compreende o período de 1º de julho a 30 de junho do ano seguinte.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E

Diretoria Estatutária

a. Termos e condições gerais

Nosso Plano de Incentivo a Longo Prazo baseado em Ações ("ILPA" ou "Plano") foi aprovado pelo Conselho de Administração em benefício de profissionais indicados pelo Comitê de Remuneração e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Somente a Diretoria e outros funcionários fazem parte dos elegíveis para o Plano, não sendo estendido para o Conselho de Administração.

Ao instituir o Plano, a Companhia busca fortalecer o compromisso dos Participantes para com o cumprimento das metas e resultados anuais a serem atingidos, resultando em um alinhamento de interesses a curto prazo. Com efeito, diante da convergência de interesses existentes no Plano, há uma motivação dos Participantes a atingirem os resultados esperados também a médio prazo, uma vez que este tipo de remuneração, na qual os Participantes recebem uma gratificação em Ações, faz com que tais Participantes objetivem a melhora nos resultados e valorização dos ativos da Companhia, com a conseqüente valorização do preço das Ações, maximizando, assim, os seus próprios ganhos. Existe, por fim, um alinhamento de interesses a longo prazo, pois o Período de Vesting e o potencial de valorização das Ações objeto do Contrato de ILPA também incentivam os Participantes a gerarem melhores resultados a longo prazo, bem como a permanecerem na Companhia, ou seja, o Plano também ajuda a reter os principais executivos e empregados-chave por um maior período, o que é fundamental a gestão e estratégias de longo prazo da Companhia.

b. Objetivo do Plano

O Plano tem por objetivo permitir que os Participantes recebam Ações, com vistas a:

- (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos da Companhia;
- (ii) incentivar os Participantes a contribuírem substancialmente para o sucesso da Companhia;
- (iii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Participantes;
- (iv) proporcionar a Companhia no que se refere a remuneração variável um diferencial competitivo em relação ao mercado;
- (v) estimular a permanência e retenção dos principais executivos e empregados-chave na Companhia por um longo período.

c. Formas como o plano contribui para esses objetivos

O Plano é estruturado de forma a incentivar os Participantes a contribuir para o sucesso da Companhia, uma vez que tais Participantes tornar-se-ão acionistas e serão diretamente beneficiados com valorizações ocorridas no preço das Ações. Portanto, o alinhamento de interesses dos acionistas da Companhia com os dos Participantes é uma forma de alcançar o principal objetivo do Plano, qual seja, o crescimento, êxito, sucesso e consecução dos objetivos da Companhia.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano insere-se no contexto de uma prática de remuneração da Companhia, que visa, adicionalmente à retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para a Companhia e a recompensa para seus executivos e empregados-chave. Neste cenário, o Plano e respectiva entrega de gratificação em Ações é parte da prática de remuneração variável de longo prazo da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Ao instituir o Plano, a Companhia busca fortalecer o compromisso dos Participantes para com o cumprimento das metas e resultados anuais a serem atingidos, resultando em um alinhamento de interesses a curto prazo. Com efeito, diante da convergência de interesses existentes no Plano, há uma motivação dos Participantes a atingirem os resultados esperados também a médio prazo, uma vez que este tipo de remuneração, onde os Participantes recebem uma gratificação em Ações, faz com que os mesmos objetivem a melhora nos resultados e valorização dos

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E

Diretoria Estatutária

ativos da Companhia, com a conseqüente valorização do preço das Ações, maximizando, assim, os seus próprios ganhos. Existe, por fim, um alinhamento de interesses a longo prazo, pois o Período de Vesting e o potencial de valorização das Ações objeto do Contrato de ILPA também incentivam os Participantes a gerarem melhores resultados a longo prazo, bem como a permanecerem na Companhia, ou seja, o Plano também nos ajuda a reter os nossos principais executivos por um maior período de tempo, o que é fundamental a nossa gestão e estratégias de longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

Os Contratos de ILPA celebrados sob este Plano poderão conferir direitos sobre um número de Ações que não exceda, a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 2% (dois por cento) das ações de emissão da Companhia em qualquer tempo.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Conforme exposto no item anterior, os Contratos de ILPA celebrados sob este Plano poderão conferir direitos sobre um número de Ações que não exceda, a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 2% (dois por cento) das ações de emissão da Companhia em qualquer tempo.

h. Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração poderá, no ato de aprovação do Programa de ILPA, a seu único e exclusivo critério, estabelecer condições aplicáveis a e/ou impor restrições a entrega da Gratificação em Ações, podendo, inclusive, reservar à Companhia opções de recompra e/ou direito de preferência em caso de alienação pelo Participante das Ações recebidas. A Gratificação em Ações somente será entregue ao Participante se todas as exigências legais e regulamentares e decorrentes do Plano tenham sido integralmente cumpridas. A entrega da Gratificação em Ações será realizada em até 30 (trinta) dias após o término do Período de Vesting, mediante transferência não onerosa ao Participante de Ações emitidas dentro do limite do capital autorizado da Companhia ou Ações mantidas em tesouraria.

i. Critério para fixação do preço de aquisição ou exercício

Caberá ao Conselho de Administração fixar o preço de exercício das opções.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Caberá ao Conselho de Administração fixar o prazo para exercício das opções, determinando ainda a data da investidura e o período de exercício das opções outorgadas.

O nosso Programa prevê 3 (três) anos contados a contar da data de aprovação pelo Conselho de Administração do Programa de ILPA.

k. Forma de liquidação

O Conselho de Administração poderá, no ato de aprovação do Programa de ILPA, a seu único e exclusivo critério, estabelecer condições aplicáveis a e/ou impor restrições a entrega da Gratificação em Ações, podendo, inclusive, reservar à Companhia opções de recompra e/ou direito de preferência em caso de alienação pelo Participante das Ações recebidas. A Gratificação em Ações somente será entregue ao Participante se todas as exigências legais e regulamentares e decorrentes do Plano tenham sido integralmente cumpridas. A entrega da Gratificação em Ações será realizada em até 30 (trinta) dias após o término do Período de Vesting, mediante transferência não onerosa ao Participante de Ações emitidas dentro do limite do capital autorizado da Companhia ou Ações mantidas em tesouraria.

l. Restrições à transferência das ações

Não há restrições à transferência de nossas ações adquiridas pelos Participantes por meio de opções outorgadas em razão do Programa de Outorga vigente. Contudo, o Conselho de Administração pode, a seu exclusivo critério, impor termos e/ou condições precedentes para o exercício das opções, e impor restrições à transferência das ações

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E

Diretoria Estatutária

adquiridas com o exercício das opções, podendo nos outorgar opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas ações, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser suspenso, alterado ou extinto, a qualquer tempo,

- (a) por decisão da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia;
- (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia;
- (c) pela cessação de negociação das Ações da Companhia em mercado de balcão, mercado organizado ou bolsa de valores;
- (d) em virtude de reorganizações societárias; ou
- (e) pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nos casos em que ocorrer pedido de demissão voluntária, por iniciativa do próprio Participante, por qualquer razão, antes da conclusão do Período de Vesting, o Participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, o direito ao recebimento da Gratificação em Ações.

Na hipótese de dispensa sem justa causa, o Participante terá direito ao equivalente proporcional ao período trabalhado (pro rata), sendo certo, todavia, que em todo e qualquer caso, o pagamento somente ocorrerá ao final do Período de Vesting.

Na hipótese de o desligamento do Participante ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido fundado em justa causa, o Participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, o direito ao recebimento da Gratificação em Ações.

Em caso de falecimento ou invalidez permanente do Participante: o valor em moeda corrente nacional equivalente a Gratificação em Ações será pago na íntegra diretamente para o Participante (em caso de invalidez permanente) ou para os seus herdeiros e/ou beneficiários (em caso de óbito), no prazo de 18 (dezoito) meses contados a partir da data da regular constatação oficial, nos termos da legislação aplicável e pelo órgão competente, do estado de invalidez permanente ou óbito, conforme o caso.

Quaisquer exceções ao tratamento a ser dado nas hipóteses de desligamento estarão sujeitas à análise e deliberação por parte do Conselho de Administração.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração baseada em ações no exercício social corrente - Plano de opções		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	2
Nº de membros remunerados	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	x	0,00
b) Das opções perdidas durante o exercício social	x	-
c) Das opções exercidas durante o exercício social	x	-
d) Das opções expiradas durante o exercício social	x	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções	x	0,00%

Remuneração baseada em ações no exercício encerrado em 30/06/21 - Plano de opções		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	2
Nº de membros remunerados	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	x	0,00
b) Das opções perdidas durante o exercício social	x	-
c) Das opções exercidas durante o exercício social	x	-
d) Das opções expiradas durante o exercício social	x	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções	x	0,00%

Remuneração baseada em ações no exercício encerrado em 30/06/20 - Plano de opções		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	2
Nº de membros remunerados	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	x	0,00

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

b) Das opções perdidas durante o exercício social	x	-
c) Das opções exercidas durante o exercício social	x	-
d) Das opções expiradas durante o exercício social	x	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções	x	0,00%

Remuneração baseada em ações no exercício encerrado em 30/06/19 - Plano de opções		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	2
Nº de membros remunerados	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício		
a) Das opções em aberto no início do exercício social	x	0,00
b) Das opções perdidas durante o exercício social	x	-
c) Das opções exercidas durante o exercício social	x	-
d) Das opções expiradas durante o exercício social	x	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções	x	0,00%

13.6 - Opções em Aberto

Não restaram opções em aberto ao final dos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2022.

Opções em Aberto - Exercício social encerrado em 30/06/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	2
Nº de membros remunerados	n/a	n/a
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	n/a	n/a
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	n/a	n/a
Valor justo das operações no último dia do exercício social	n/a	n/a
Opções exercíveis		
Quantidade	n/a	n/a
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	n/a	n/a
Valor justo das operações no último dia do exercício social	n/a	n/a

Opções em Aberto - Exercício social encerrado em 30/06/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	2
Nº de membros remunerados	n/a	n/a
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	n/a	n/a
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	n/a	n/a
Valor justo das operações no último dia do exercício social	n/a	n/a
Opções exercíveis		
Quantidade	n/a	n/a

13.6 - Opções em Aberto

Data em que se tornarão exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	n/a	n/a
Valor justo das operações no último dia do exercício social	n/a	n/a

Opções em Aberto - Exercício social encerrado em 30/06/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	2
Nº de membros remunerados	n/a	n/a
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	n/a	n/a
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	n/a	n/a
Valor justo das operações no último dia do exercício social	n/a	n/a
Opções exercíveis		
Quantidade	n/a	n/a
Data em que se tornarão exercíveis	n/a	n/a
Prazo máximo para exercício das opções	n/a	n/a
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	n/a	n/a
Valor justo das operações no último dia do exercício social	n/a	n/a

*O Conselho de Administração não recebe remuneração baseada em ações.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Opções - Exercício social encerrado em 30/06/2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	2
Nº de membros remunerados	n/a	n/a
Opções exercidas		
Número de Ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	n/a	n/a
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a
Ações Entregues		
Número de Ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de Aquisição	n/a	n/a
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a

Opções - Exercício social encerrado em 30/06/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	2
Nº de membros remunerados	n/a	n/a
Opções exercidas		
Número de Ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	n/a	n/a
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a
Ações Entregues		
Número de Ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de Aquisição	n/a	n/a
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Opções - Exercício social encerrado em 30/06/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	2
Nº de membros remunerados	n/a	n/a
Opções exercidas		
Número de Ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado do exercício	n/a	n/a
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a
Ações Entregues		
Número de Ações	n/a	n/a
Preço médio ponderado de Aquisição	n/a	n/a
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não existem Planos de Opção ativos na data desse documento.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

As participações em ações, quotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas pelos administradores e conselheiros fiscais, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social estão indicadas abaixo:

Valores Mobiliários - Exercício social encerrado em 30/06/2022			
	Ações Ordinárias de Emissão da Cia	ADRs com lastro em ações de emissão da Cia	Opção de Ações
Conselho de Administração	20.583.530	18.576.400	0
Diretoria	249.653	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do nosso Conselho de Administração e Diretores.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2020
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	9,00	9,00	9,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	9,00	9,00	9,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	3.366.618,17	3.393.301,07	3.305.139,56	2.442.809,00	2.867.121,31	2.603.492,00	90.850,00	87.741,00	87.742,56
Valor da menor remuneração(Reais)	3.127.870,19	2.878.501,66	2.879.299,09	49.968,00	233.668,87	222.680,12	90.850,00	87.741,00	87.742,56
Valor médio da remuneração(Reais)	3.247.244,18	3.135.901,37	3.056.241,09	609.374,91	832.746,41	715.966,90	90.850,00	87.741,00	87.742,56

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

2022 Órgão	Remuneração total	Percentual de remuneração de partes relacionadas aos controladores na remuneração total do Órgão
Diretoria	6.494.488,36	-
Conselho de Administração	7.312.499,20	-
Conselho Fiscal	272.550,00	-

2021 Órgão	Remuneração total	Percentual de remuneração de partes relacionadas aos controladores na remuneração total do Órgão
Diretoria	6.271.802,73	-
Conselho de Administração	7.494.717,67	-
Conselho Fiscal	263.223,00	-

2020 Órgão	Remuneração total	Percentual de remuneração de partes relacionadas aos controladores na remuneração total do Órgão
Diretoria	6.112.482,19	-
Conselho de Administração	6.443.702,09	-
Conselho Fiscal	263.227,68	-

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal foram remunerados por funções diferentes das que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não há quaisquer valores pagos a título de remuneração a membros de nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria estatutária reconhecidos no resultado de sociedades sob o controle comum e/ou de nossas controladas. Adicionalmente, a Companhia não possui acionista controlador.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A tabela abaixo apresenta o total de colaboradores da companhia nos exercícios sociais de 2020, 2021 e 2022.

Número de colaboradores por unidade/ filial:

Localização Geográfica	2020	2021	2022
Matriz / SP	2	2	4
	40	42	34
	10	13	17
	3	3	3
	6	7	4
	5	7	7
Total	66	74	69
Fazenda Araucária / Goiás	5	2	2
	6	13	9
	2	5	3
Total	13	20	14
Fazenda Alto Taquari / Mato Grosso	5	8	6
	2	2	3
	5	4	3
Total	12	14	12
Fazenda Chaparral / Bahia	10	13	11
	32	18	58
	9	11	9
Total	51	42	78
Fazenda Nova Buriti/ Minas Gerais	-		
	2	2	2
	-		
Total	2	2	2
Fazenda Jatobá/ Bahia	8	9	9
	-	1	1
	-	4	2
Total	8	14	12
Fazenda Preferência / Bahia	4	4	5
	17	16	18
	2	2	1
Total	23	22	24
Fazenda São Jose / Maranhão	14	15	15
	69	60	45

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

	6	9	11
Total	89	84	71
Fazenda Parceria V / Mato Grosso	19	8	8
	4	5	12
	9	14	9
Total	32	27	29
Fazenda Parceria II / Piauí	4	4	4
	19	2	2
	3	3	3
Total	26	9	9
Fazenda Arrojadinho / Bahia	9	7	6
	5	9	16
	2	4	3
Total	16	20	25
Agrimaq / Bahia	3	5	3
	49	78	12
	1	1	0
Total	16	20	15
Agrimaq / Xingu	-	-	3
	-	-	16
	-	-	0
Total			19
Serra Grande	-	3	2
	-	0	1
	-	4	3
Total		7	6
Regalito	-	-	0
	-	-	3
	-	-	1
Total			4

(b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Não possuímos funcionários terceirizados na Matriz em São Paulo.

UF	Atividade	2020 – Nº de funcionários	2021 – Nº de funcionários	2022 – Nº de funcionários
BA	Trabalhador Agrícola Polivalente	26	72	2

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

BA	Operador de Máquinas Agrícolas	29		42
BA	Piloto Agrícola	0		2
BA	Cozinheiras Ajudantes de Cozinha	1		11
BA	Serviços Gerais	13		5
BA	Segurança	0		1
TOTAL		69		63
PI	Trabalhador Agrícola Polivalente	24	34	8
PI	Operador de Máquinas Agrícolas	-	0	14
PI	Piloto Agrícola	-	0	11
PI	Cozinheiras Ajudantes de Cozinha	-	0	6
PI	Serviços Gerais	3	0	1
PI	Segurança	-	0	0
PI	Chefe de Campo	-	0	3
PI	Mecânico	-	0	1
PI	Motorista	-	0	3
TOTAL		27	34	47
MT	Trabalhador Agrícola Polivalente	-		15
MT	Operador de Máquinas Agrícolas	1		93
MT	Piloto Agrícola	-		1
MT	Cozinheiras Ajudantes de Cozinha	-		8
MT	Serviços Gerais	9	5	15
MT	Segurança	-		0
TOTAL		10	5	132
GO	Trabalhador Agrícola Polivalente	3		7
GO	Operador de Máquinas Agrícolas	2		20
GO	Piloto Agrícola	0		1
GO	Cozinheiras Ajudantes de Cozinha	0		0
GO	Serviços Gerais	4		0
GO	Segurança	0		0
	TOTAL	9		28
	TOTAL GERAL	115		270

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**(c) Índice de rotatividade**

2020	2021	2022
21,00%	18,00%	22,04%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não houve alterações relevantes.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Nossa política de remuneração é estruturada através de um plano de cargos e salários onde estão inseridos todos os nossos colaboradores (matriz e controladas). A remuneração fixa é composta de 13 salários anuais (incluindo 13º salário) conforme determina a legislação brasileira. Contratamos pesquisas salariais a cada período por meio de consultorias especializadas, a fim de manter a competitividade de nossa remuneração.

Nossa remuneração variável inclui o PPR e metas individuais, favorecendo para o acréscimo na remuneração do colaborador de acordo com o nosso resultado e também de acordo com a melhoria de seu desempenho.

O PPR é um tipo de remuneração variável utilizada pela Companhia no sentido de alinhar as suas estratégias à produtividade de seus funcionários, uma vez que esta remuneração só é paga nos casos em que metas pré-estabelecidas por ela são atingidas pelos empregados.

Trata-se de uma ferramenta de gestão que permite uma maior participação e empenho dos empregados na produtividade da Companhia, proporcionando maior atração, retenção, motivação e comprometimento de seus funcionários na busca de melhores resultados - regulada pela lei 10.101/2000.

(a) Política de salários e remuneração variável

Possuímos acordos coletivos firmados com os sindicatos representativos das categorias profissionais de nossos colaboradores, para pagamento de PPR. Por meio desse programa todos os nossos colaboradores são beneficiados com o pagamento anual de bônus, que tem como objetivo reforçar uma cultura participativa de trabalho em equipe, melhorar a direção do trabalho, proporcionar uma visão mais abrangente para todos os nossos colaboradores a respeito do nosso negócio, de acordo com os nossos valores que são baseados em foco em resultado e meritocracia. O pagamento do bônus está atrelado ao cumprimento das seguintes metas:

1 - Nossas metas, vinculadas ao rendimento operacional consolidado (plantar e cultivar a quantidade de hectares e sacas orçadas), cumprimento do orçamento, desenvolvimento de áreas e obtenção de financiamento.

2 - As metas individuais de cada colaborador estão atreladas ao desempenho do colaborador e da realização de novos projetos e trabalhos, além disso, o nosso objetivo é a introdução de ideias para melhorar e inovar os procedimentos organizacionais, cumprimento de prazos combinados, assiduidade e comprometimento e responsabilidade sobre seu trabalho.

A quantidade de salários a ser paga, depende da categoria a que o colaborador pertence e de acordo com os pesos que compõem as metas da companhia e metas individuais.

Não possuímos remuneração baseada em ações dos empregados não administradores no presente momento.

1. OBJETIVOS

Fixar as diretrizes que orientarão toda a nossa política salarial, bem como o estabelecimento dos procedimentos a serem aplicados.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Todas as áreas da Empresa.

3. NORMAS

3.1. Da Estrutura Salarial

A Estrutura Salarial da Empresa será definida em função dos seguintes fatores:

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

- Nossas exigências da Empresa quanto à qualificação da mão-de-obra;
- Dificuldades de recrutamento pela indisponibilidade de mão-de-obra no mercado;
- Situação conjuntural quanto ao aspecto político e econômico;
- Aspectos geoeconômicos de acordo com a qualificação e formação profissional;
- Considerar o segmento de mercado onde a Empresa está inserida.

A estrutura salarial está dividida em grupos salariais, que compõe os níveis de remuneração a serem praticados para cada cargo ou grupo de cargos. Os grupos salariais, por sua vez, estão divididos em faixas salariais que dão à amplitude inicial de um valor mínimo e se estendem até um valor máximo para um grupo.

Será de responsabilidade da nossa equipe de Planejamento Orçamentário estimar em conjunto com as diferentes áreas a quantidade de pessoas a serem distribuídas em cada cargo da estrutura organizacional, prevendo-se inclusive os níveis ou categorias, normalmente, identificados como Júnior, Pleno, Sênior, C, B, A, entre outros. Para efeito de distribuição de quantidade de pessoas, ficará convencionado em 20% para Sênior ou A, 50% para Pleno ou B e de 30% para Júnior ou C, valendo a mesma proporção para outras identificações eventualmente adotadas.

3.2. Do Enquadramento Salarial

Todos os Empregados, após a admissão ou promoção, poderão ser enquadrados nas novas faixas salariais, considerando os fatores:

- Tempo de ocupação do cargo
- Avaliação de Habilidades Técnicas
- Avaliação de Desempenho Comportamental

Importante destacar que para fins de progressão horizontal, consideraremos os resultados de Avaliação de Desempenho através do conceito da Curva de Gauss (Desvio Padrão-1) e Matriz de Competência.

3.4. Dos Tipos de Aumentos e Aplicação de Percentual

A. Legais

- São os aumentos salariais concedidos por ocasião da Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, definidos através dos Sindicatos da categoria profissional.
- A Empresa aplicará na íntegra a legislação vigente na época da correção salarial.

B. Por Promoção

- É o aumento concedido aos nossos empregados pela transferência de um cargo para outro de maior nível com crescimento vertical, implicando no enquadramento do novo grupo salarial.
- Excetuam-se os casos em que o aumento necessário para fins de enquadramento no novo cargo ultrapassar a 10%, circunstância na qual iremos providenciar um programa de escalonamento trimestral, até atingir a faixa correspondente.

C. Por Ajustamento de Mercado

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

- Os steps salariais poderão ser ajustados em função das mutações salariais no mercado de trabalho, devidamente comprovadas através de pesquisa salarial dirigida, entre as empresas congêneres.

3.5. Do Mérito (Critério a ser definido nos próximos meses)

A. Política de Mérito

A prática da política de mérito deverá conter na sua essência, o nosso reconhecimento frente à dedicação do colaborador com relação à contribuição permanente na melhoria da qualidade e produtividade, alicerçadas no domínio do cargo que exerce dentro da estrutura organizacional. O crescimento salarial por mérito ocorrerá sempre no sentido horizontal, a fim de premiarmos aqueles que efetivamente se destacam no grupo de observação. As tabelas salariais vigentes nos permite a progressão horizontal de até 3,49% na matriz e de 3,61% nas controladas, respeitadas as condições de distribuição de pessoal de acordo com o item letra B.

Cumprir enfatizar que iremos promover o aumento salarial em decorrência do mérito somente a cada período de 12 meses.

B. Administração da Política de Mérito

A Coordenação de Recursos Humanos deverá manter o controle da prática de aumento do Mérito, dentro dos parâmetros orçamentários, limites de faixas salariais e coerência na atribuição do desempenho funcional.

- Informações Cadastrais será de competência de Cargos e Salários, em conjunto com Treinamento e Desenvolvimento, fornecer a relação completa de funcionários por centro de custo, contendo o nome, cargo, data de admissão, último aumento por Mérito, salário atual, grupo salarial e conceito de desempenho técnico e comportamental.
- A competência para atribuição do mérito será do superior imediato do funcionário beneficiado, devendo sempre observar os parâmetros de disponibilidade financeira, grupo salarial e desempenho funcional.
- As propostas serão encaminhadas à Superintendência através da Gerência de Recursos Humanos, após prévia aprovação da área responsável.

3.6. Da Classificação dos Cargos em Função dos Grupos Salariais

Os cargos deverão ser classificados nos grupos salariais após sua descrição e avaliação, em função dos seguintes fatores:

- Funções básicas que compõem o cargo.
- Formação escolar básica, técnica e complementar.
- Experiência profissional exigida pelo cargo.
- Complexidade de execução de determinadas funções ou tarefas.
- Responsabilidades em nível de resultados e controles (orçamento empresarial, subordinados, materiais, equipamentos e outros valores significativos).

O resultado da avaliação desses fatores determinará um número de pontos ou notas que definirá o grupo salarial correspondente. As Áreas deverão tomar a iniciativa de praticar a Política Salarial estabelecida sob a orientação da Diretoria, através da Coordenação de Recursos Humanos.

3.7. Responsabilidades Básicas

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

A. Da Aplicação da Política

- As diretrizes para a nossa política salarial serão de responsabilidade das Diretorias, através de Recursos Humanos que fará com que a mesma seja aplicada em todas as nossas áreas.

B. Das Alterações de Cargos

- Sempre que ocorrerem transferências ou alterações nas atribuições que compõem um cargo, seja qual for o motivo, deverá ser comunicada com antecedência pela Diretoria da área a cargos e salários para que se proceda à atualização da descrição de cargo.

C. Da Divulgação das Tabelas de Salários

- Todos os Diretores, Gerentes e Coordenadores devem ter conhecimento de nossa política salarial e componentes específicos da sua área, ficando sob sua responsabilidade o fornecimento de informações das mesmas, relativas ao cargo ocupado pelo subordinado.

D. Das Descrições e Avaliações de Cargos

- Os cargos novos somente poderão ser criados após serem definidos na Estrutura Organizacional da Empresa, aprovados pela Gerência da Área.
- Exceções deverão ser submetidas à apreciação prévia em reunião de Gerência.
- A mudança de Grupo Salarial do Cargo, somente poderá ser feita quando alteradas as condições originais, após avaliação do Comitê e aprovação conjunta das Gerências.
- Caberá ao Comitê de Avaliação de Cargos, a responsabilidade da classificação nos fatores correspondentes, conforme manual de avaliação vigente.

(b) Política de benefícios

Consideramos de extrema importância a adoção de uma política de benefícios que agrega valor e satisfação aos nossos colaboradores, desta forma mantemos em nossa estratégia de retenção de pessoas a disponibilização dos seguintes benefícios assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, vale refeição, vale alimentação, refeitórios próprios, transporte e moradia nas suas unidades de produção.

Além de programas de treinamento anual para as nossas controladas e escritório central para o aprimoramento e desenvolvimento de nossos colaboradores, também disponibilizamos subsídio para custeio de cursos de pós-graduação, MBA, Idiomas entre outros.

Com relação às empresas terceirizadas, zelamos pelas condições trabalho, bem como a segurança do trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores, através do acompanhamento das obrigações trabalhistas e previdências, condições adequadas de trabalho, moradia, alojamentos, equipamentos de proteção individual etc. Em cada uma de nossas controladas possuímos um técnico de segurança do trabalho próprio que busca zelar pela integridade física de cada trabalhador, promovendo constantemente treinamentos que reduzam o índice de acidentes de trabalhos em todas as nossas controladas e ações que promovam qualidade de vida e bem-estar dos trabalhadores.

Possuímos, ainda, uma política de premiações para datas especiais. Essa política estabelece diretrizes básicas para o reconhecimento dos nossos colaboradores, visando promover a motivação, fortalecimento dos nossos vínculos com o colaborador e demonstração de seu valor para nós, mediante a disponibilização dos seguintes brindes e presentes:

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Data de Aniversários: Cartão de aniversariante e Kit aniversariante, comemoração mensal dos aniversariantes.

Nascimento de Filho(a): Cartão parabenizando nascimento e Kit bebê.

Casamento: Opção a escolha do funcionário do que será necessário para o enxoval de casamento incluído também algum eletrodoméstico, limitado ao um valor determinado pela política.

Formatura (Graduação e Pós-Graduação): Nos casos de formatura, a área de Recursos Humanos envia a seus colaboradores uma carta de congratulações, parabenizando a conquista.

Dia das Crianças: Brinquedos a filhos dos colaboradores com idade até os 12 anos. Limitado ao valor determinado pela companhia.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

i. grupos de beneficiários

ii. condições para exercício

iii. preços de exercício

iv. prazos de exercício

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A companhia aprovou em Assembleia Extraordinária, no dia 02 de outubro de 2017 um Plano de Incentivo de Longo Prazo.

O Plano tem por objetivo permitir que os Participantes recebam Ações, com vistas a: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos da Companhia; (ii) incentivar os Participantes a contribuam substancialmente para o sucesso da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Participantes; (iv) proporcionar à Companhia, no que se refere à remuneração variável, um diferencial competitivo em relação ao mercado; bem ainda (v) estimular a permanência e retenção dos principais executivos e empregados-chave na Companhia por um longo período.

Abaixo segue os objetivos e participantes do plano:

1. Objetivos:

1.1.1. O Plano é estruturado de forma a incentivar os Participantes a contribuir para o sucesso da Companhia, uma vez que tais Participantes tornar-se-ão acionistas e serão diretamente beneficiados com valorizações ocorridas no preço das Ações. Portanto, o alinhamento de interesses dos acionistas da Companhia com os dos Participantes é uma forma de alcançar o principal objetivo do Plano, qual seja, o crescimento, êxito, sucesso e consecução dos objetivos da Companhia.

1.1.2. O Plano insere-se no contexto de uma política de remuneração da Companhia, que visa, adicionalmente à retribuição justa e reflexa do desempenho, a alavancagem de resultados para a Companhia e a recompensa para seus executivos e empregados-chave. Neste cenário, o Plano e

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

respectiva entrega de gratificação em Ações é parte da política de remuneração variável de longo prazo da Companhia.

1.1.3. Ao instituir o Plano, a Companhia busca fortalecer o compromisso dos Participantes para com o cumprimento das metas e resultados anuais a serem atingidos, resultando em um alinhamento de interesses a curto prazo. Com efeito, diante da convergência de interesses existentes no Plano, há uma motivação dos Participantes a atingirem os resultados esperados também a médio prazo, uma vez que este tipo de remuneração, na qual os Participantes recebem uma gratificação em Ações, faz com que tais Participantes objetivem a melhora nos resultados e valorização dos ativos da Companhia, com a consequente valorização do preço das Ações, maximizando, assim, os seus próprios ganhos. Existe, por fim, um alinhamento de interesses a longo prazo, pois o Período de Vesting e o potencial de valorização das Ações objeto do Contrato de ILPA também incentivam os Participantes a gerarem melhores resultados a longo prazo, bem como a permanecerem na Companhia, ou seja, o Plano também ajuda a reter os principais executivos e empregados-chave por um maior período, o que é fundamental à gestão e estratégias de longo prazo da Companhia.

1.1.4. Observadas as premissas acima e os limites impostos pelas normas legais e regulamentares aplicáveis à época, o presente Plano estabelece as condições e normas gerais que regerão os Programas de ILP, sendo certo que o detalhamento e demais regras, termos e condições aplicáveis aos referidos Programas de ILPA serão definidos a critério único e exclusivo do Conselho de Administração.

2. Participantes:

2.1. Participantes. Conforme já definido no Capítulo 1 acima, serão participantes dos Programas de ILPA aprovados no âmbito do Plano, as Pessoas Elegíveis indicadas pelo Comitê de Remuneração e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia para fazerem parte e serem beneficiárias dos Programas de ILPA.

2.2. Permanência no Emprego ou no Cargo Societário. Nenhuma disposição do Plano conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de emprego ou de permanência e/ou reeleição em quaisquer cargos da Companhia e/ou de suas Afiliadas, tampouco interferirá de qualquer modo no direito da Companhia e de suas Afiliadas, podendo a Companhia, conforme aplicável ao caso, rescindir/destituir, a qualquer tempo, o relacionamento com qualquer um dos Participantes.

2.3. Inclusão do Participante ao Programa de ILPA. Após definição pelo Conselho de Administração dos Participantes do Programa de ILPA, cada um dos respectivos Participantes celebrará com a Companhia o Contrato de ILPA.

3. Administração do Plano:

3.1. Administração do Plano. O presente Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia. As deliberações do Conselho de Administração terão força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano.

3.2. Poderes do Conselho de Administração. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito aos limites estabelecidos na lei, no Estatuto Social da Companhia, na regulamentação aplicável, no Plano e nas diretrizes fixadas pelos acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral. O Conselho de Administração terá amplos poderes para implementar o Plano e para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, devendo ser consultada a Assembleia Geral se exigido por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, ou sempre que o Conselho de Administração julgar

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

necessário, a seu exclusivo critério.

3.2.1. Obedecidas as condições gerais do Plano, o Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, terá amplos poderes para tomar toas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano e dos Programas de ILPA, incluindo:

- (i) criar e a aplicar normas gerais relativas à entrega de Gratificação em Ações, nos termos deste Plano e solucionar eventuais dúvidas de interpretação do Plano;
- (ii) autorizar a alienação de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das Ações, nos termos do Plano e da ICVM 567;
- (iii) autorizar a celebração dos Contratos de ILPA entre a Companhia e os Participantes, estabelecendo todas as regras, termos e condições do referido Contrato de ILPA, bem como modificar tais regras, termos e condições quando necessário para adequá-los aos termos da lei ou regulamentação aplicável;
- (iv) autorizar a utilização de Ações em tesouraria para honrar a obrigação da Companhia de entrega de Gratificação em Ações aos Participantes dos Programas de ILPA;
- (v) estabelecer as regras complementares a este Plano e, se e conforme necessário, rever suas condições;
- (vi) definir metas relacionadas ao desempenho das Pessoas Elegíveis e/ou da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para a entrega da Gratificação em Ações, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar ou modificar tais metas para evitar distorções decorrentes de eventos e/ou cenários não previstos pela Companhia; e
- (vii) criar Programas de ILPA e a definição da quantidade de Ações objeto de cada Programa de ILPA.

3.2.2. Modificações ao Plano. O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever e modificar as condições do Plano, desde que não altere (i) o limite total das Ações que possam ser incluídas no Plano, conforme item 5.1. abaixo; e (ii) as diretrizes gerais fixadas pela Assembleia Geral com relação à Gratificação Base e a Gratificação em Ações.

4. Ações incluídas no Plano

4.1. Quantidade de Ações Incluídas no Plano. Os Contratos de ILPA celebrados sob este Plano poderão conferir direitos sobre um número de Ações que não exceda, a qualquer tempo, o montante máximo e cumulativo de 2% (por cento) das ações de emissão da Companhia em qualquer tempo, - exceção feita aos Contratos de ILPA que tenham sido extintos sem que os Participantes tenham efetivamente recebido Ações. Com o propósito de satisfazer o quanto previsto neste Plano, mais especificamente a entrega da Gratificação em Ações aos Participantes dos Programas de ILPA, a Companhia poderá utilizar ações mantidas em tesouraria ou, alternativamente, conforme previamente autorizado pelo Conselho de Administração, satisfazer tal obrigação mediante a entrega ao Participante do valor em moeda corrente nacional equivalente à Gratificação em Ações.

4.1.1. O presente Plano contemplará um ou mais Programas de ILPA a serem aprovados pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, desde que não impliquem na utilização de Ações que excedam o limite máximo previsto no item anterior deste Plano.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

5. Entrega da Gratificação em Ações

5.1. Contratos de ILPA. A entrega da Gratificação em Ações aos Participantes será realizada mediante a celebração de Contrato de ILPA entre cada Participante e a Companhia.

5.1.1. Além das condições gerais previstas neste Plano, as especificações concedidas a cada Participante serão estabelecidas em detalhes mediante a celebração de Contratos de ILPA a serem firmados entre a Companhia e cada um dos Participantes. Sem prejuízo de outras condições oportunamente determinadas pelo Conselho de Administração para cada caso específico, tais Contratos de ILPA deverão conter minimamente o quanto segue: (i) critérios claros e objetivos para definir o valor da Gratificação em Ações e o número de Ações que o Participante poderá receber ; (ii) o Período de Vesting; (iii) as condições a serem observadas no final do Período de Vesting e na Data de Entrega para recebimento da Gratificação em Ações; e (iv) a forma e o prazo de entrega da Gratificação em Ações, bem como o tratamento dado ao Participante nas diferentes hipóteses de desligamento.

5.2. Tratamento Diferenciado. Os Contratos de ILPA serão celebrados individualmente com cada Participante, podendo a Companhia tratar de maneira diferenciada os Participantes que se enquadrarem em situação equivalente ou similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a outros Participantes qualquer condição, benefício ou deliberação que entenda aplicável apenas a determinados Participantes e/ou grupos de Participantes sujeitos às circunstâncias particulares. Tal disciplina ou concessão de benefício em carácter excepcional ou extraordinário não constituirá precedente invocável por outros Participantes e também estará sujeita à aprovação do Conselho de Administração.

5.3. Inclusão de Participantes. Será permitido ao Comitê de Remuneração sugerir e ao Conselho de Administração aprovar a inclusão de novos Participantes em Programa de ILPA já aprovado e ainda vigente, outorgando-lhes as condições que entender adequadas à época inclusive com relação a definição da Gratificação Base que será utilizada para o cálculo da Gratificação em Ações, desde que observadas as regras, termos e condições gerais previstos no presente Plano.

5.4. Condições e Entrega das Ações. O Conselho de Administração, poderá, no ato de aprovação do Programa de ILPA, a seu único e exclusivo critério, estabelecer condições adicionais àquelas previstas no presente Plano para a entrega da Gratificação em Ações, bem como impor restrições à transferência das Ações recebidas pelos Participantes, podendo, inclusive, reservar à Companhia opções de recompra e/ou direito de preferência em caso de alienação pelo Participante das Ações recebidas. Nenhuma Ação será entregue ao Participante a não ser que todas as exigências legais e regulamentares e decorrentes do Contrato de ILPA tenham sido integralmente cumpridas.

5.5. Extinção dos Contratos de ILPA. Os Contratos de ILPA extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (a) mediante o recebimento integral pelo Participante da Gratificação em Ações;
- (b) mediante o cumprimento integral, de parte a parte, da totalidade das obrigações assumidas por força do Contrato de ILPA;
- (c) na hipótese de alteração de controle da Companhia, nos termos previstos no item 7.5 deste Plano;
- (d) na hipótese de demissão voluntária do Participante, nos termos previstos no item 7.2.1 deste Plano; ou

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(e) na hipótese de demissão com ou sem justa causa do Participante, nos termos previstos nos itens 7.2.2. e 7.2.3 deste Plano.

6. Mecanismo do Plano

6.1. Entrega da Gratificação em Ações. No âmbito de cada Programa de ILPA, a Companhia celebrará individualmente com os Participantes os Contratos de ILPA, por meio dos quais conferirá a Gratificação em Ações.

6.2 Hipóteses de Desligamento do Participante e seus efeitos.

6.2.1. Nos casos em que ocorrer pedido de demissão voluntária, por iniciativa do próprio Participante, por qualquer razão, antes da conclusão do Período de Vesting, o Participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, o direito ao recebimento da Gratificação em Ações.

6.2.2. Na hipótese de dispensa sem justa causa, o Participante, sempre condicionado à prévia aprovação exclusiva do Conselho de Administração da Companhia para tanto, poderá ou não ter direito ao equivalente proporcional ao período trabalhado (pro rata); sendo certo, todavia que, em todo e qualquer caso, o pagamento, se aprovado pelo Conselho de Administração como devido, será sempre proporcional e somente ocorrerá ao final do Período de Vesting.

6.2.2.1. No que concerne particularmente à cláusula 7.2.2. acima, fica desde já esclarecido que, para fins da definição quanto à possibilidade de o Participante fazer ou não jus ao recebimento do valor equivalente ao proporcional ao período trabalhado no caso de dispensa sem justa causa, o Conselho de Administração deverá levar em consideração as condições específicas, avaliadas caso a caso, que ensejaram referida dispensa.

6.2.3. Na hipótese de o desligamento do Participante ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido fundado em justa causa, o Participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, o direito ao recebimento da Gratificação em Ações.

6.2.4. Em caso de falecimento ou invalidez permanente do Participante: o valor em moeda corrente nacional equivalente a Gratificação em Ações será pago na íntegra diretamente para o Participante (em caso de invalidez permanente) ou para os seus herdeiros e/ou beneficiários (em caso de óbito), no prazo de 18 (dezoito) meses contados a partir da data da regular constatação oficial, nos termos da legislação aplicável e pelo órgão competente, do estado de invalidez permanente ou óbito, conforme o caso.

6.2.5. Quaisquer exceções ao tratamento a ser dado nas hipóteses de desligamento estarão sujeitas à análise e deliberação por parte do Conselho de Administração.

6.3. Data e Forma de Entrega. A entrega da Gratificação em Ações será realizada em até 30 (trinta) dias contados do término do Período de Vesting, mediante transferência ao Participante de Ações mantidas em tesouraria, sem prejuízo do disposto no item 5.1. deste Plano.

6.4. Informação Periódica e Gestão da Informação. Anualmente, ou de acordo com frequência a ser definida pelo Conselho de Administração da Companhia, a cada Participante elegível ao recebimento de Ações, será enviado um relatório acerca de sua situação, naquela data, com relação à sua performance. O Participante terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento do informativo, para manifestar-se, sendo certo que o silêncio importará anuência ao

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

conteúdo do relatório.

6.5. Reorganização da Companhia e Mudança no Controle. Se o controle da Companhia for alterado durante o Período de Vesting de determinado Programa de ILPA, o valor em moeda corrente nacional equivalente a Gratificação em Ações será liberado aos Participantes em até 30 (trinta) dias da data da transação societária em questão e o Programa de ILPA será encerrado. Nesta hipótese, o cálculo dos resultados para aferição do valor da Gratificação em Ações dar-se-á pelo valor de venda da Companhia e ficará a critério do novo controlador a decisão de implementar ou não um novo plano de incentivo a longo prazo com ações.

7. Tributos

7.1. Retenção de Tributos. A Companhia está autorizada a proceder à retenção de quaisquer tributos eventualmente incidentes sobre a Gratificação em Ações devidas no âmbito do Plano, inclusive o Imposto sobre a Renda Retido na Fonte e a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, conforme estabelecido.

8. Data de Vigência e Término do Plano

8.1. Vigência. O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá em vigor por prazo indeterminado, podendo ser suspenso, alterado ou extinto, a qualquer tempo, (a) por decisão da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, observado o disposto no item 4.2.2.; (b) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia; (c) pela cessação de negociação das Ações da Companhia em mercado de balcão, mercado organizado ou bolsa de valores; (d) em virtude de reorganizações societárias; ou (e) pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro.

8.2. Extinção por Deliberação. A extinção do Plano por deliberação da Assembleia Geral da Companhia ou pelos membros do Conselho de Administração não afetará os Contratos de ILPA já celebrados.

8.3. Extinção por Cancelamento de Registro, Cessação de Negociação, Dissolução ou Liquidação. Fica desde já ajustado que, nas hipóteses de cancelamento de registro de companhia aberta, cessação de negociação das Ações de emissão da Companhia no mercado de balcão, mercado organizado ou bolsa de valores, reorganizações societárias – tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações -, dissolução ou liquidação da Companhia, os Contratos de ILPA em vigor não serão afetados, sendo certo que nos mencionados casos o Conselho de Administração da Companhia e as Afiliadas envolvidas poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade: (a) a substituição das Ações por ações, quotas ou outros valores mobiliários de emissão da sociedade sucessora da Companhia; e (b) a antecipação da aquisição do direito ao recebimento da Gratificação em Ações.

9. Disposições Gerais

9.1. Regulamentação Aplicável. Tanto este Plano quanto os Contratos de ILPA sob ele firmados deverão observar integralmente a Lei Federal nº 6.404/76, conforme alterada, bem como a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e demais dispositivos legais aplicáveis à época.

9.2. Ações da Companhia. Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia avaliar a necessidade de ajustes nos Programas de ILPA já instituídos, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Participantes.

9.3. Operações envolvendo a Companhia. Fica esclarecido, para todos os fins de direito, que os direitos concedidos aos Participantes sob a vigência e nos termos deste Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações.

9.4. Direitos de Acionista. Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que suas respectivas Ações lhe sejam devidamente transferidas, nos exatos termos deste Plano e de seu respectivo Contrato de ILPA.

9.5. Alteração Legal. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de remuneração baseado em ações, poderá implicar na revisão integral ou ao encerramento do Plano.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A relação da Companhia com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Federações de Trabalhadores Rurais de cada uma das regiões de localização de nossas filiais é estabelecida através da transparência e uma negociação aberta e flexível para ambas as partes, de forma a trazer oportunidades constantes de melhorias de remuneração, benefícios, condições de trabalho para nossos empregados.

Possuímos um relacionamento amigável com todos os sindicatos, embasado sempre na confiança e na parceria. Desta forma, buscamos o equilíbrio interno para o crescimento profissional de todos os nossos colaboradores.

Não possuímos qualquer ocorrência de greve ou paralisação de empregados. Não fazemos parte de nenhum sindicato patronal.

Mantemos relação com os seguintes sindicatos e federações da categoria de empregados:

Escritório	Sindicato	Acordo(s)	Data de Expiração do Acordo
Sede	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Paulo	Programa de participação nos resultados	01/02/2023
		Banco de horas ⁽¹⁾	
Chaparral	Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais	Programa de participação nos resultados	31/03/2023
		Banco de horas ⁽¹⁾	
Jatobá	Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais	Programa de participação nos resultados	31/03/2023
		Banco de horas ⁽¹⁾	
Preferência	Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais	Programa de participação nos resultados	31/03/2023
		Banco de horas ⁽¹⁾	
Parceria II	Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais	Programa de participação nos resultados	31/03/2023
		Banco de horas ⁽¹⁾	
Araucária	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MT	Programa de participação nos resultados	01/05/2023
		Banco de horas ⁽¹⁾	
Alto Taquari	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MT	Programa de participação nos resultados	01/05/2023
		Banco de horas ⁽¹⁾	
São José	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Raimundo das Mangabeiras	Programa de participação nos resultados	31/03/2023
		Banco de horas ⁽¹⁾	
Nova Buriti	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Paulo	Programa de participação nos resultados	01/05/2023
		Banco de horas ⁽¹⁾	
Parceria V	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Feliz do Araguaia	Programa de participação nos resultados	01/05/2023
		Banco de horas ⁽¹⁾	

(1) Refere-se à remuneração de hora extra ("banco de horas") de acordo com a lei brasileira

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações relevantes com relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
CHARLES RIVER CAPITAL						
17.723.993/0001-22	Brasileira	Não	Sim	26/09/2023		
Não						
8.996.478	8,761%	0	0,000%	8.996.478	8,761%	
CRESUD S.A.C.I.F.Y.A						
07.775.250/0001-42	Argentina	Não	Não	25/09/2023		
Não						
35.138.225	34,220%	0	0,000%	35.138.225	34,220%	
Elie Horn						
004.812.978-04		Não	Não	29/06/2023		
Não						
5.998.269	5,842%	0	0,000%	5.998.269	5,842%	
OUTROS						
49.482.485	48,189%	0	0,000%	49.482.485	48,189%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
3.067.987	2,988%	0	0,000%	3.067.987	2,988%	
TOTAL						
102.683.444	100,000%	0	0,000%	102.683.444	100,000%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
CHARLES RIVER CAPITAL				17.723.993/0001-22	
Outros					
		Não	Não		
Não					
1	100,000	0	0,000	1	100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1	100,000	0	0,000	1	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CRESUD S.A.C.I.F.Y.A				07.775.250/0001-42		
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	31/10/2023
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	116.165
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	372
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	220

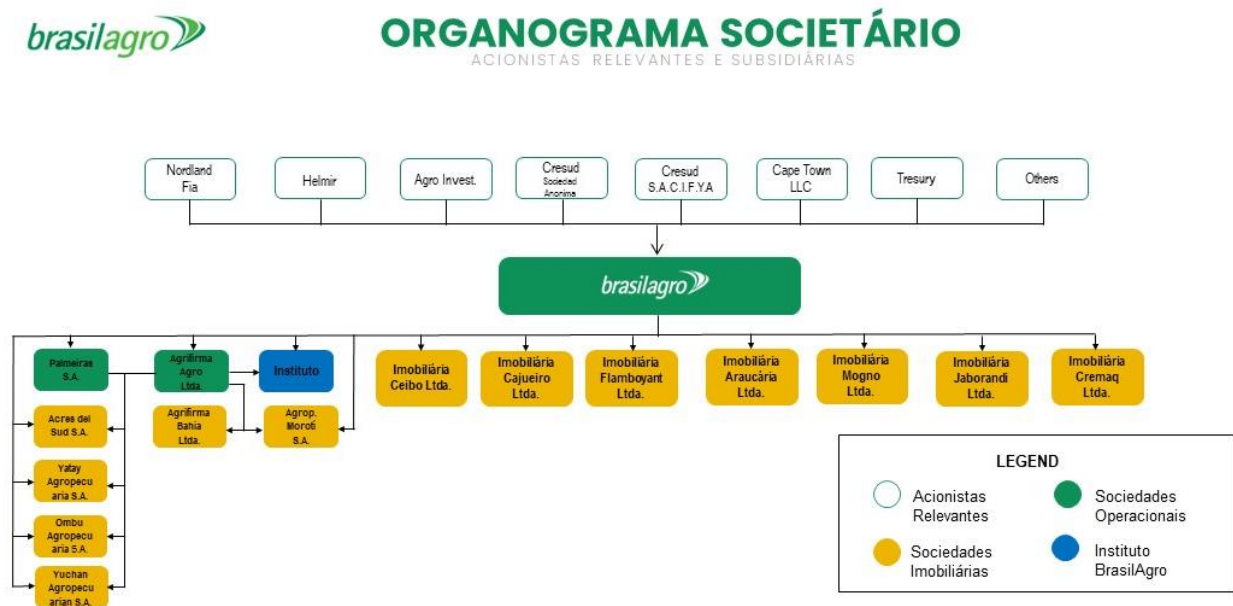
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	63.773.043	62,106%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	63.773.043	62,106%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

O diagrama abaixo ilustra nosso organograma em 30 de junho de 2022:



(1) Uma parte de nossas ações ordinárias detidas pela Cresud estão depositadas no Bank of New York Mellon na forma de ADRs (American Depositary Receipts). Ela inclui ações detidas pela Agro Managers, constituída sob as leis da Argentina e controlada pelo acionista controlador da Cresud (Sr. Eduardo Elsztain) e pela Cresud, respectivamente.

(2) O Autonomy Master Fund Limited é controlado pela Autonomy Capital (Jersey) LP, e as duas entidades fazem parte do grupo que emprega o Sr. Bruno Magalhães, membro do nosso conselho de administração. Algumas das ações detidas pelo Autonomy Master Fund Limited são detidas como hedge para operações de swap de retorno total celebradas entre o Credit Suisse Securities (Europe) Limited e a Autonomy Master Fund Limited. As transações de swap têm vencimento em 27 de setembro de 2021.

(3) Posição consolidada dos fundos administrados pela Charles River Capital.

(4) A Cape Town LLC é controlada pelo Sr. Elie Horn.

(5) Outros além do Sr. Eduardo Elsztain.

(6) Em 9 de fevereiro de 2018, a redistribuição dos ativos e passivos da Cresca foi concluída e a parcela de ativos e passivos detida por nós foi transferida para a nossa subsidiária integral Moroti.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

A Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede. Adicionalmente, a Companhia não possui acionista controlador.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Durante os três últimos exercícios sociais, houve as seguintes aquisições ou alienações de participação societária relevantes:

Em 25 de setembro de 2023, a Cresud S.A.C.I.F.Y.A. reduziu sua posição e passou a deter 35.081.184 ações, ou 34,27% do total de ações de emissão da Companhia.

Em 18 de novembro de 2021, a Charles River Capital reduziu sua posição e passou a deter 9.547.578 ações, ou 9,33% do total de ações de emissão da Companhia.

Em 08 de fevereiro de 2021, a Charles River Capital aumentou sua posição e passou a deter 9.426.278 ações, ou 11,48% do total de ações de emissão da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

Não houve operações societárias que tenham tido efeito relevante para o emissor nos últimos três exercícios sociais.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não há outras informações relevantes

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Em 1º de setembro de 2022, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração a política de transações com partes relacionadas que visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado e equidade de tratamento com terceiros, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, revestidas da devida transparência.

SITUAÇÕES ENVOLVENDO CONFLITO DE INTERESSE E IMPEDIMENTO DE VOTO

No caso da Companhia, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus acionistas, Pessoal Chave da Administração, Membros Próximos da Família, entidades ou pessoas a eles relacionados, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Quando identificado potencial conflito de interesse, a pessoa envolvida no processo decisório deverá tempestivamente alegar-se impedida e abster-se de participar de uma determinada negociação, devendo ausentar-se das discussões sobre o tema e

IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS E POTENCIAIS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Nos primeiros 30 (trinta) dias de cada exercício social, todas as pessoas a quem a Política é aplicável, devem fornecer declaração à Área de Compliance informando todas as pessoas físicas e jurídicas que possam ser entendidas como Partes Relacionadas, havendo ou não relação comercial prévia dessas pessoas com a Companhia, e sem prejuízo da discricionariedade do declarante para reportar casos nos quais considerem haver conflito de interesse.

A Área de Compliance deve manter e compartilhar com o Conselho de Administração e as gerências da Companhia a relação de Partes Relacionadas reportadas a ela, bem como outras que lhe sejam fornecidas pelos fornecedores e clientes da Companhia, de modo que as gerências devem consultar a relação antes de realizar qualquer transação, informando à Área de Compliance caso seja identificada uma potencial Transação com Parte Relacionada.

PROCEDIMENTOS PARA CELEBRAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia, por meio de sua Diretoria, atuará de forma a garantir que toda e qualquer Transação com Parte Relacionada realizada pela Companhia seja formalizada contratualmente.

A Área de Compliance deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas, remetendo-as ao(s) órgão(s) competente(s), em razão do montante envolvido e considerando o seguinte:

Compete à Diretoria aprovar qualquer Transação com Partes Relacionadas, incluindo celebração,

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

renovação ou rescisão de quaisquer contratos, convênios, compromissos ou outras formas de acordo entre a Companhia e suas partes relacionadas, cujos valores, individuais ou em uma série de operações relacionadas realizadas em um período de 12 (doze) meses, representem montante inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS VEDADAS

São vedadas as seguintes Transações com Partes Relacionadas:

- (i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado;
- (ii) representem formas de remuneração de assessores, consultores ou intermediários da Companhia que possam lhe colocar em situação de potencial conflito de interesses com a Companhia, seus acionistas ou seus administradores; e
- (iii) exceto se no âmbito de plano de opção de compra de ações ou plano de incentivo de longo prazo em ações, a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia:
 - (a) aos administradores e membros do conselho fiscal ou do Conselho de Administração ou comitês estatutários ou não e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros, descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros;
 - (b) aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e/ou aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau. 8.2.

É vedada, também, a participação de administradores e funcionários em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou que resultem da utilização de informações confidenciais em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia.

OBRIGAÇÃO DE DIVULGAÇÃO

Nos termos do artigo 247, da Lei das Sociedades por Ações, do previsto na Resolução CVM 80 e na Deliberação CVM 642, a Companhia é obrigada a divulgar ao mercado as Transações com Partes Relacionadas que realiza, sem prejuízo das regras que disciplinam a divulgação de informações relevantes.

A divulgação será feita: (i) observadas as exceções e condições previstas na legislação aplicável, na seção 16 do formulário de referência da Companhia; bem como (ii) em notas explicativas às demonstrações financeiras, respeitados os prazos e condições regulamentares, conforme aplicáveis.

Nos termos do Anexo F da Resolução CVM 80, a celebração de Transações com Partes Relacionadas envolvendo montante que, em um único negócio ou em um conjunto de negócios realizados em 12 (doze) meses consecutivos, alcance valor superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou 1% (um por cento) do ativo total da Companhia, deverá ser comunicada à CVM em até 7 (sete) dias úteis, na forma indicada na Resolução CVM 80. Não obstante, caso se caracterize como fato relevante, a divulgação deverá obedecer os termos da Política de Divulgação da Companhia.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta Política aplica-se à Companhia e às suas controladas, devendo ser observada: (i) pelos acionistas da Companhia e de suas controladas; e (ii) pelo Pessoal Chave da Administração, bem como pelos seus respectivos Membros Próximos da Família.

As violações dos termos da presente Política serão examinadas pelo Conselho de Administração, que adotará as medidas cabíveis.

Além disso, aderimos às práticas de governança corporativa recomendadas e exigidas pela lei aplicável, inclusive de acordo com as regras e regulamentos do Novo Mercado e da B3 e da Lei das Sociedades Anônimas Brasileira.

Os eventuais casos omissos desta Política serão decididos pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração da Companhia irá atualizar a presente Política quando for necessário em razão de mudanças no Estatuto Social ou no Regulamento do Novo Mercado, ou ainda em qualquer lei, regulamento ou disposição, seja da CVM, da B3 ou qualquer outra entidade reguladora, que altere as disposições aqui listadas em relação à Companhia.

Esta Política entra em vigor na data de sua aprovação e somente poderá ser modificada por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, podendo ser consultada em <https://ri.brasil-agro.com/>.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Agrofy	16/09/2019	4.127.000,00	Inexistente	Não é possível estimar	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Participação acionária da Brasilagro na Agrofy: 1,8% das quotas sociais.						
Objeto contrato	Investimento de US\$ 1.0 milhão na plataforma comercial do agronegócio Agrofy, o que representa uma participação de 1,8% do capital da empresa.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A Companhia realizou investimento de US\$ 1.000.000,00 na Ag-Fintech Agrofy, passando a deter uma pequena participação na startup. O investimento da Companhia se soma aos investimentos dos braços de corporate venture da Syngenta, Bunge, Glencore, Endeavor e Cresud e representa um esforço da Companhia para investi em inovação e tecnologia e, assim, garantir maior eficiência e sustentabilidade de seu negócio.						
Agropecuaria Acres del Sud, Ombu Agropecuaria, Yatay Agropecuaria e Yuchan Agropecuaria	04/02/2021	160.398.310,37	Inexistente	Não é possível estimar	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Todas as sociedades são indiretamente controladas pela Cresud S.A.C.I.F.Y.A						
Objeto contrato	A Aquisição consiste em uma área total de aproximadamente 9,9 mil hectares. As propriedades estão localizadas em região núcleo da Bolívia e possuem aptidão para plantio de segunda safra.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Com a Aquisição, a Companhia pretende dar continuidade à sua estratégia de internacionalização, passando a atuar em novo país (Bolívia) e a se consolidar como principal veículo de seu grupo econômico para tanto, proporcionando o incremento do faturamento e o fortalecimento do seu posicionamento competitivo.						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento do Novo Mercado da B3. Ao Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal é submetida à decisão acerca das nossas operações, conforme competências descritas pela legislação e nosso Estatuto Social.

Dessa forma, nossas operações são submetidas aos nossos órgãos decisórios a que estão subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a LSA, qualquer membro do nosso Conselho de Administração, Diretor ou acionista está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os nossos.

O anexo F da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 determina a necessidade de comunicação pela Companhia à CVM sobre transações com partes relacionadas, cujo valor total supere o menor dos seguintes valores: (i) R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); ou (ii) 1% (um por cento) do ativo total da Companhia, apurado com base nas últimas demonstrações financeiras ou, quando houver, nas últimas demonstrações financeiras consolidadas e divulgadas pela Companhia.

Também são respeitados os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações e do nosso Estatuto Social. Este determina que cabe à assembleia geral deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração, submetida nos termos do artigo 22, VII, a alteração ou término de contratos de prestação de serviços de consultoria celebrados entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e acionistas que, isoladamente ou em grupo de acionistas, sejam titulares de ações representativas de montante igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social da Companhia ou sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras de referidos acionistas, de outra parte.

Buscamos constantemente assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados sejam tomados com total lisura, respeitando os nossos interesses.

Os preços, prazos e demais condições relevantes das operações com partes relacionadas são confrontados com operações similares realizadas com terceiros e em conformidade com a legislação de cada região de atuação, dando cumprimento integral às regras legais e fiscais. Acreditamos que se as operações que contratamos com partes relacionadas fossem contratadas com terceiros, seriam mantidos os mesmos termos e condições contratados.

A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e/ou suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

A Companhia e suas subsidiárias, ao celebrarem acordo ou estabelecerem relação comercial, o fazem sempre observando as condições praticadas em mercado àquela época. Formalizamos nossos contratos com partes relacionadas, observando os preços e condições de mercado, a fim de que não sejam gerados benefícios ou prejuízos à Companhia e suas coligadas. Os contratos são negociados individualmente, sendo analisadas as condições usuais do mercado de cada região, respeitadas as particularidades de cada operação (Ex: valores, prazos, sigilo das informações, qualidade dos serviços e produtos, etc.).

Assim, todas as transações com partes relacionadas celebradas pela Companhia devem ser elaboradas por escrito, especificando-se as suas principais características (preços, prazos, taxas, direitos, responsabilidades etc.); e, se realizados, a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores.

Verifica-se a comutatividade das operações, ou seja, analisamos a viabilidade financeira de cada operação em comparação às operações semelhantes no mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações relevantes.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
19/09/2023	1.587.987.665,07		102.683.444	0	102.683.444
Tipo de capital	Capital Integralizado				
14/05/2021	1.587.984.600,71		102.377.008	0	102.377.008
Tipo de capital	Capital Integralizado				
03/02/2021	1.139.810.576,89		82.104.301	0	82.104.301

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
03/02/2021	Reunião do Conselho de Administração	03/02/2021	440.000.000,00	Subscrição pública	20.000.000	0	20.000.000	32,20390000	22,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço por Ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, realizado junto a Investidores Profissionais, no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, junto a Investidores Estrangeiros, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional. O Preço por Ação foi calculado tendo como parâmetro: (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 na data de fixação do Preço por Ação; e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas Ações, coletadas junto a Investidores Profissionais ("Procedimento de Bookbuilding"), e foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Forma de integralização Nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de fevereiro de 2021, o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$440.000.000,00, mediante a emissão de 20.000.000 novas ações ("Oferta Primária"), bem como a sua homologação, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita").

14/05/2021	Reunião do Conselho de Administração	01/01/0001	113.303.939,52	Subscrição particular	5.131.519	0	5.131.519	0,06250000	22,08	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------------	------------	----------------	-----------------------	-----------	---	-----------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O preço de exercício dos Bônus de Subscrição da 1ª Emissão e o correspondente preço de emissão das ações deles decorrentes será igual ao preço de emissão por ação praticado na Oferta (R\$ 1.000,00). Caso sejam realizadas emissões de ações posteriores à Oferta que não decorram do exercício de Bônus de Subscrição, o preço de exercício dos Bônus de Subscrição será ajustado para refletir o preço por ação praticado em tais emissões. Para tanto, o cálculo deve ser realizado com base (i) no valor em Reais do capital social após a Oferta, excluído o valor de lucros capitalizados sem emissão de ações, acrescido (ii) do valor em Reais recebido pela Companhia nas emissões de ações realizadas após a Oferta que não decorram do exercício de Bônus de Subscrição, dividido pela (iii) quantidade total de ações após a Oferta acrescida da quantidade de ações que tenham sido emitidas posteriormente que não decorram do exercício de Bônus de Subscrição, observado o mecanismo de atualização do preço de exercício dos Bônus de Subscrição objeto do item seguinte.

Forma de integralização Em moeda corrente nacional, pago em 10 de maio de 2021, por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) na conta da Companhia, tendo sido o preço por ação determinado nos termos da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de março de 2006.

14/05/2021	Reunião do Conselho de Administração	01/01/0001	334.870.084,40	Subscrição particular	15.141.188	0	15.141.188	0,18440000	22,12	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------------	------------	----------------	-----------------------	------------	---	------------	------------	-------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão O preço de exercício dos Bônus de Subscrição da 1ª Emissão e o correspondente preço de emissão das ações deles decorrentes será igual ao preço de emissão por ação praticado na Oferta (R\$ 1.000,00). Caso sejam realizadas emissões de ações posteriores à Oferta que não decorram do exercício de Bônus de Subscrição, o preço de exercício dos Bônus de Subscrição será ajustado para refletir o preço por ação praticado em tais emissões. Para tanto, o cálculo deve ser realizado com base (i) no valor em Reais do capital social após a Oferta, excluído o valor de lucros capitalizados sem emissão de ações, acrescido (ii) do valor em Reais recebido pela Companhia nas emissões de ações realizadas após a Oferta que não decorram do exercício de Bônus de Subscrição, dividido pela (iii) quantidade total de ações após a Oferta acrescida da quantidade de ações que tenham sido emitidas posteriormente que não decorram do exercício de Bônus de Subscrição, observado o mecanismo de atualização do preço de exercício dos Bônus de Subscrição objeto do item seguinte.

Forma de integralização Depósito ou transferência eletrônica de recursos, tendo sido o preço por ação determinado nos termos da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de março de 2006

19/09/2023	Reunião do Conselho de Administração	01/01/0001	3.064,36	Subscrição particular	306.436	0	306.436	0,00299000	0,01	R\$ por Unidade
------------	--------------------------------------	------------	----------	-----------------------	---------	---	---------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização Depósito ou transferência eletrônica de recursos, tendo sido o preço por ação determinado nos termos da reunião do Conselho de Administração da Companhia.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve bonificação, desdobramento ou grupamento de ações da Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Sim
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>É necessária a aprovação da maioria qualificada de dois terços dos membros do Conselho de Administração para deliberação a proposta de recompra, resgate, reembolso ou amortização de ações, para as quais é necessária a aprovação da maioria qualificada de três quartos dos membros do Conselho de Administração.</p> <p>No caso de liquidação da Companhia, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas participações no capital social, após pagamento de todas as obrigações da Companhia. Os acionistas que discordarem de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se da Companhia, nos termos previstos na Lei das S.A. Para fins de reembolso, o valor da ação será determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com o disposto no artigo 45 da LSA.</p>
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das S.A., nem o Estatuto Social da Companhia, nem as deliberações tomadas em Assembleia Geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das S.A.; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das S.A.
Outras características relevantes	Nosso Estatuto Social prevê tratamento igualitário a todos os acionistas em caso de alienação do controle da Companhia, assegurando-lhes o direito de alienar as ações em condições idênticas às do eventual acionista controlador alienante (100% tag along).

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Nosso Estatuto Social dispõe que qualquer acionista que adquira ou se torne titular de ações de nossa emissão, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, efetivar uma OPA da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, notadamente a Instrução CVM 361, os regulamentos da B3 e os termos deste Artigo, sendo que na hipótese de OPA sujeita a registro, o prazo de 60 (sessenta) dias referido acima será considerado cumprido se neste período for solicitado tal registro.

Ainda, qualquer acionista que adquira ou se torne titular de ações de nossa emissão, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de nossas ações: deverá: (i) dirigir a OPA indistintamente a todos os nossos acionistas; (ii) fazer com que a OPA seja efetivada em leilão a ser realizado na B3, (iii) lançar a OPA pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo abaixo, e (iv) pagar à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de nossas ações.

O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 150% (cento e cinquenta por cento) do preço de emissão das ações no mais recente aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; e (iii) 150% (cento e cinquenta por cento) da média ponderada da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias de negociação anterior à realização da OPA na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia.

A realização desta OPA não exclui a possibilidade de outro de nossos acionistas, ou, ainda, de nós mesmos, formularmos uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

O acionista adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Na hipótese de o acionista adquirente não cumprir as obrigações impostas em nosso Estatuto Social, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos para a realização da OPA, nosso Conselho de Administração convocará assembleia geral extraordinária, na qual o acionista adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos desse acionista adquirente que não cumpriu com referida obrigação, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do acionista adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas em nosso Estatuto Social.

Qualquer acionista que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

fideicomisso, sobre as ações de nossa emissão em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações emitidas por nós estará igualmente obrigado a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos sobre ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de nossa emissão, realizar uma OPA, nos termos descritos acima, sendo que, na hipótese de OPA sujeita a registro, o prazo de 60 (sessenta) dias referido acima será considerado cumprido se neste período for solicitado tal registro.

O disposto em nosso Estatuto Social não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante; (ii) de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia, incluindo, sem limitação, a cessão e/ou transferência de ações de emissão da Companhia entre empresas controladoras e controladas ou sociedades sob controle comum; (iii) de incorporação de uma outra sociedade pela Companhia ou a incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de nossa emissão, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do nosso capital social com o cancelamento de ações.

Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada uma de nossas ações na OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado em nosso Estatuto Social, deverá prevalecer na efetivação da OPA o preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA ou sua exclusão em nosso Estatuto Social obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em assembleia geral a realizar a OPA.

Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição das ações, conforme o caso.

É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas no Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da OPA prevista no Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a OPA até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Na hipótese de apresentação de quaisquer OPAs referidas no Estatuto Social, deverão ser incluídas como objeto todas as ações eventualmente resultantes do exercício de bônus de subscrição emitidos pela Companhia, observado o Artigo 12 da Instrução CVM 361, devendo a Companhia assegurar aos titulares de bônus de subscrição o direito de subscrever e receber as ações objeto dos bônus de subscrição em até 10 (dez) dias úteis após a comunicação nesse sentido.

Além dessas regras, não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos prevista em nosso Estatuto Social.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 30/06/2022**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/06/2022	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	23.649.931	31,53	21,94	R\$ por Unidade	27,67
31/03/2022	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	25.225.597	29,58	22,27	R\$ por Unidade	25,62
31/12/2021	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	23.521.673	25,58	19,87	R\$ por Unidade	22,52
30/09/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	18.272.967	23,96	19,71	R\$ por Unidade	21,99

Exercício social 30/06/2021

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/06/2021	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	36.732.917	32,85	19,76	R\$ por Unidade	25,88
31/03/2021	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.558.157	24,40	19,76	R\$ por Unidade	21,89
31/12/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.677.572	24,75	18,50	R\$ por Unidade	21,16
30/09/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.220.279	19,83	16,82	R\$ por Unidade	18,45

Exercício social 30/06/2020

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/06/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	284.024.582	20,79	16,46	R\$ por Unidade	18,74
31/03/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	362.601.803	20,09	13,36	R\$ por Unidade	18,01
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	92.590.282	18,84	15,99	R\$ por Unidade	16,77
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	111.177.541	18,22	16,00	R\$ por Unidade	16,74

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Data de emissão	03/05/2021
Data de vencimento	12/04/2028
Quantidade (Unidades)	240.000
Valor total (Reais)	240.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	De acordo com cláusula 4.2 da Escritura de Emissão de debêntures do CRA.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Foram emitidos 240.000 (duzentos e quarenta mil) CRA, observado que a quantidade de CRA inicialmente ofertada foi aumentada em 20% (vinte por cento) com o exercício total da Opção de Lote Adicional. O valor nominal unitário é de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão. O valor total dos direitos creditórios do agronegócio é de R\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), correspondente ao valor nominal das Debêntures. O Valor Nominal Unitário dos CRA, ou seu saldo, conforme o caso, será atualizado monetariamente, a partir da primeira Data de Integralização dos CRA, pela variação do IPCA, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário ou seu saldo, conforme o caso, automaticamente. Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRA incidirão juros remuneratórios correspondentes a 5,3658% (cinco inteiros e três mil, seiscentos e cinquenta e oito décimos de milésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding conduzido pelos Coordenadores, sem período de carência, nos termos da seção "Informações Relativas à Oferta", mais especificamente na subseção "Remuneração dos CRA".
Outras características relevantes	As Debêntures contam com garantia real na forma de alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia, registrados sob as matrículas números 6.257, 6.335, 6.377, 6.405 e 6.462, todas do Cartório do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Correntina – BA.

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Data de emissão	25/05/2018
Data de vencimento	31/07/2023
Quantidade (Unidades)	142.200
Valor total (Reais)	142.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

No dia 25 de maio de 2018, foram subscritas e integralizadas 142.200 (cento e quarenta e duas mil e duzentas) debêntures, não conversíveis em ações, com garantia real, no total de R\$142.200, sendo R\$85.200 na primeira série e R\$57.000 na segunda série. As debêntures da primeira série têm vencimento em 1º de agosto de 2022 e o pagamento de seu valor nominal unitário será realizado em 3 parcelas anuais, sendo a primeira em 30 de julho de 2020 e a última na data de vencimento da primeira série. Sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 106,50 da taxa DI, os quais serão pagos no dia 30 de julho de cada ano ou na data de vencimento da primeira série. As debêntures da segunda série têm vencimento em 31 de julho de 2023 e o pagamento de seu valor nominal unitário será realizado em 4 parcelas anuais, sendo a primeira em 30 de julho de 2020 e a última na data de vencimento da segunda série. Sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 110,00% da taxa de depósito interbancário, os quais serão pagos no dia 30 de julho de cada ano ou na data de vencimento da segunda série. As Debêntures foram vinculadas a uma operação de securitização, servindo de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, nos termos da Lei nº 11.076/2004 e da Instrução CVM nº 414/2004, os quais foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476/2009.

Outras características relevantes

As Debêntures contam com garantia real na forma de alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia registrados sob as matrículas números 6.254, 6.267 e 6.405, todas do Cartório do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Correntina – BA. As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas à manutenção de certos indicadores financeiros, baseados na relação dívida líquida pelo valor justo das propriedades para investimento. A não observância, pela Companhia, desses indicadores, durante a vigência das debêntures, poderá acarretar no vencimento antecipado da dívida.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	1630	0	19

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As nossas ações são admitidas à negociação na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código AGRO3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual
Descrição de Segmento de Negociação	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Descrição do Banco Depositário	Descrição da Instituição Custodiante		
American Depositary Receipt	LND	Estados Unidos	Bolsa de Valores
New York Stock Exchange	08/11/2012	08/11/2012	1.000000%
Não	Sim: Cada American Depositary Receipt equivale a 1 ação ordinária de emissão da Companhia.		
Sim: Bank of New York Mellon	Sim: Banco Itaú Unibanco S.A.		

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de distribuição pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros nos três últimos exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde a data de sua constituição nos três últimos exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações relevantes.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
20/09/2016	21/09/2016 à 21/03/2018	89.685.000,00	Ordinária		1.395.700	2,528500	1.395.700	12,16	R\$ por Unidade	100,000000

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 30/06/2022****Ações****Espécie de ação Classe ação preferencial Descrição dos valores mobiliários Fator cotação****Ordinária**

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	3.185.087	
Quantidade adquirida	348.412	27,77
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	3.533.499	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

O aumento das ações em tesouraria decorre de indenizações pagas pelos antigos acionistas da Agrifirma nos termos do Acordo de Incorporação.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação 13/09/2019

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função Significa a Companhia, seus Acionistas Controladores, diretos e indiretos, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, na Controladora, nas Sociedades Controladas, nas Sociedades Coligadas e nas sociedades sob controle comum, tenha conhecimento de Informação Relevante, ou ainda prestadores de serviços e outros profissionais que tenham aderido expressamente à Política de Negociação e estejam obrigados à observância de suas regras.

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação tem por objetivo estabelecer as regras e procedimentos que deverão ser observados pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia relativas à negociação de Valores Mobiliários, preservando a transparência nessas negociações a todos os interessados. As regras da Política de Negociação definem períodos nos quais as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar com Valores Mobiliários, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de Informações Relevantes não divulgadas ao público, nos moldes da Instrução CVM nº 358/2002.

As vedações previstas na Política aplicam-se a negócios com Valores Mobiliários, incluindo operações de empréstimo ou aluguel, realizados por Pessoas Vinculadas nas entidades do Mercado, bem como sem a intermediação de uma instituição integrante do sistema de distribuição.

As Pessoas Vinculadas que descumprirem qualquer disposição constante desta Política de Negociação estão sujeitas às sanções e penalidades previstas no Código de Conduta da Companhia, bem como nas sanções e penalidades legais aplicáveis.

A Política pode ser consultada nos sites da CVM, B3 e no site da Companhia: www.brasil-agro.com.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Nos termos da Instrução CVM nº 358/02, anteriormente à divulgação ao mercado de Informação Relevante, é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento em Valores Mobiliários por parte das Pessoas Vinculadas que tenham conhecimento de tal Informação Relevante.

As Pessoas Vinculadas deverão assegurar que aqueles com quem mantenham relação comercial, profissional ou de confiança não negociem Valores Mobiliários quando tiverem acesso a Informações Relevantes não divulgadas. Para tanto, as Pessoas Vinculadas envidarão seus melhores esforços para que todos que acessem Informações Relevantes firmem o Termo de Adesão.

Quaisquer pessoas físicas e/ou jurídicas vinculadas a qualquer Pessoa Vinculada por contrato ou acordo de qualquer natureza, inclusive acordos de confidencialidade, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, controladoras, coligadas ou sob controle comum, que tenham acesso a qualquer Informação Relevante, não poderão, nos termos da legislação aplicável, negociar com ações de emissão da Companhia quando de posse de tal Informação Relevante ou enquanto vigorar tais contratos ou acordos.

É vedada, ainda, a negociação de Valores Mobiliários (i) pelas Pessoas Vinculadas se existir a intenção de promover a incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia; e (ii) pelos Acionistas Controladores, diretos e indiretos, Diretores e membros do Conselho de Administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, sem prejuízo da exceção à vedação prevista no item 2.4.2 da política, nas datas em que a Companhia não estiver efetuando aquisição ou alienação de suas próprias ações no âmbito de Programa de Recompra.

As Pessoas Vinculadas não poderão, ainda, negociar com os Valores Mobiliários de emissão da Companhia no período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia exigidas pela CVM, ressalvado o disposto no § 3º do art. 15, da Instrução CVM n.º 358/02.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários: (i) pelo prazo de 06 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou (ii) até a divulgação, pela Companhia, da Informação Relevante ao mercado.

Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da Companhia, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o Conselho de Administração não poderá deliberar a aquisição ou alienação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão.

As vedações para negociação com Valores Mobiliários previstas nos itens acima devem ser observadas até a divulgação da Informação Relevante ao público. No entanto, tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação da Informação Relevante, na hipótese em que eventuais negociações com Valores Mobiliários possam interferir, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas, nas condições do negócio, ato ou fato associado à Informação Relevante.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM 358, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à B3 determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à B3 quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a nossa Companhia deve cumprir e cumpre as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM e à B3, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos locais determinados e expressos pela referida companhia;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM e à B3 o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista que eleja membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto aumente ou diminua sua participação na referida companhia em mais de 5,0%, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas à referida aquisição ou alienação; e
- proibem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Ademais, fazemos parte do segmento especial de listagem “Novo Mercado” de governança corporativa da B3. Nesse sentido, adicionalmente à legislação e às normas da CVM aplicáveis, devemos observar o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, que contempla regras de divulgação mais rigorosas e amplia as informações a serem divulgadas pelas companhias de capital aberto em razão da adoção das práticas de governança corporativa diferenciadas. O Regulamento do Novo Mercado, dentre as diversas obrigações que estabelece, impõe a obrigação, à companhia de capital aberto, de apresentação de demonstração de fluxo de caixa nas informações trimestrais e nas demonstrações financeiras e a divulgação de cronograma de eventos corporativos, que deve ser divulgado anualmente, até o décimo dia do mês de dezembro.

Em observância às normas da CVM e da B3, adotamos uma Política de Divulgação, cujas regras devem ser observadas por todos os nossos funcionários, bem como pelos nossos Conselheiros, Diretores e membros do Conselho Fiscal.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação, é considerada uma informação relevante qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberação de nossa Assembleia Geral ou dos órgãos de nossa administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, comercial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos nossos negócios, que possa influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de nossa emissão; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários de nossa emissão; ou (iii) na determinação dos investidores sobre o exercício de quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários de nossa emissão.

É de responsabilidade do nosso Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar por escrito, à CVM e à B3 e, se for o caso, às outras bolsas de valores, além da B3, bem como ao mercado, imediatamente após a sua ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia e que seja considerado uma informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata transmissão de tal informação relevante à B3 e, se for o caso, às outras bolsas de valores e a todos os mercados nos quais tenhamos valores mobiliários admitidos à negociação, bem como ao público investidor em geral. Os nossos Diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, empregados e executivos com acesso a informação relevante e, ainda, os membros de quaisquer de nossos órgãos com função técnica ou consultiva devem comunicar imediatamente qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores.

Caso o Diretor de Relações com o Investidor após decorridos 3 (três) dias úteis do recebimento das

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

informações relevantes (desde que comunicadas por escrito e devidamente protocoladas) por omissão não tome nenhuma providência a respeito, àqueles enumerados no parágrafo acima será atribuída a faculdade de comunicar tal informação diretamente à CVM.

A informação relevante é divulgada ao público através dos veículos expressos na política de divulgação e no calendário de eventos da Companhia.

Sempre que for veiculada informação relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, a informação relevante será divulgada simultaneamente à CVM, à B3 e ao público investidor em geral.

Em relação ao mercado, a área de Relações com Investidores monitora todos os movimentos referentes ao negócio da Companhia, destaca aqueles com possibilidade de impacto em nossos negócios e os classifica de acordo com sua relevância para ser apresentado à Diretoria. Esta analisa as informações apresentadas, determina sua importância para a Companhia e a necessidade de se posicionar quanto ao assunto frente ao mercado. A partir desse momento, o Diretor de Relações com Investidores avalia as melhores formas desse posicionamento e informa ao Departamento de Relações com Investidores quais as diretrizes deverão ser seguidas. Por sua vez, o departamento realizará o mesmo procedimento explanado acima de validar, processar e preparar o material que, depois de aprovado e definidas as estratégias de divulgação, é exposto ao mercado.

A informação relevante deverá, preferencialmente, ser divulgada antes do início ou após o encerramento dos negócios na B3. Caso a divulgação seja feita, simultaneamente, no Brasil e em outro(s) mercado(s) e a bolsa do(s) país(es) estrangeiro(s) em que a informação vai ser divulgada não opere em horário simultâneo ao da B3, faremos a divulgação observando o horário de funcionamento da bolsa de valores brasileira.

Os nossos Diretores, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, além dos nossos demais empregados, deverão preservar o sigilo das informações pertinentes a atos ou fatos relevantes aos quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupem, sempre respeitado os procedimentos descritos neste item, até a sua efetiva divulgação ao mercado, assim como zelar para que subordinados e terceiros de confiança também o façam.

Excepcionalmente, os atos ou fatos que constituam informação relevante poderão deixar de ser divulgados se o nosso diretor de relação com investidores entender que a sua revelação colocará em risco interesse legítimo da Companhia. Nestas situações, a Companhia poderá submeter à apreciação da CVM pedido sobre a ausência de divulgação de atos ou fatos relevantes ao público.

Entretanto, sempre que a informação relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a informação relevante, ou, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

deverá tomar as providências necessárias para que a informação relevante seja imediatamente divulgada à CVM, à B3 e ao público.

Ainda, de acordo com a regulamentação da CVM aplicável, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido referente à nossa Companhia, é vedada a negociação com ações de nossa emissão: (i) pela nossa Companhia; (ii) pelos eventuais acionistas controladores, diretos ou indiretos; (iii) pelos nossos Diretores; (iv) pelos nossos Conselheiros; (v) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na nossa Companhia, nossas sociedades controladoras, sociedade controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante; (vii) por quem quer que tenha conhecimento do ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de nossa confiança, tais como auditores independentes, analistas de mercado e consultores, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de nossa emissão; e (viii) pelos administradores que se afastarem da nossa administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de 6 meses após o seu afastamento.

A referida vedação também prevalece sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de nossa emissão pela Companhia, nossas sociedades controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção da nossa Companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

É também vedada a negociação de valores mobiliários de nossa emissão pelas pessoas acima mencionadas no período de 15 dias anterior à divulgação das nossas informações trimestrais e demonstrações financeiras.

Exceto pelo descrito acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos adotados por nós para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Todas as pessoas vinculadas à nossa Companhia (acionistas, Diretores e Conselheiros, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como gerentes e funcionários da nossa Companhia que tenham acesso a informações relevantes e outras pessoas que consideremos necessárias ou convenientes) devem assinar termo de adesão à Política de Divulgação e guardar sigilo sobre as informações relevantes ainda não divulgadas em relação às quais tenham conhecimento em razão do cargo ou posição que ocupam na nossa Companhia, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Qualquer violação à Política de Divulgação deve ser comunicada imediatamente à nossa Companhia.

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia, confirmado pelo Diretor de Relações com Investidores.

A Companhia poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, aos Mercados Organizados e ao público.

As Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

Mesmo após a sua divulgação ao público, a Informação Relevante deve ser considerada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a Informação Relevante.

As Pessoas Vinculadas não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Relevante.

Quaisquer violações desta Política de Divulgação verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

Caso qualquer Pessoa Vinculada verifique que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornou-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, ainda, que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de informação relevante deverão, sempre que verificarem omissão do Diretor de Relações com Investidores na sua divulgação, após decorridos 3

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

(três) dias úteis do recebimento comprovado de comunicado escrito endereçado a ele, comunicar a informação relevante diretamente à CVM.

Por fim, a Política de Divulgação estabelece, ainda, que referidas pessoas vinculadas à Companhia não devem discutir informações relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as pessoas vinculadas à Companhia somente deverão tratar de assuntos relacionados à informação relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecê-la.

Qualquer violação da Política de Divulgação verificada pelas pessoas vinculadas à Companhia deverá ser comunicada à Companhia, através de seu Diretor de Relações com Investidores, nos termos da Instrução CVM nº 358/02.

O texto integral da Política de Divulgação está disponível nos sites da CVM, B3 e no site da Companhia: www.brasil-agro.com.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O Administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de informações é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes.